UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEAS

A LUTA PELA VISIBILIDADE NA CAMPANHA FICHA LIMPA: mídia, movimentos sociais e combate à corrupção política no Brasil contemporâneo

THIAGO GUIMARÃES

SALVADOR
2013

Thiago Guimarães

A LUTA PELA VISIBILIDADE NA CAMPANHA FICHA LIMPA: mídia, movimentos sociais e combate à corrupção política no Brasil contemporâneo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas.
Orientador: Prof. Dr. Edson Dalmonte

Salvador
2013

Guimarães, Thiago
A luta pela visibilidade na campanha Ficha Limpa [manuscrito]: mídia, movimentos sociais e combate à corrupção política no Brasil contemporâneo / Thiago Guimarães. – 2013.

175 f.
Orientador: Edson Dalmonte.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação.

.

1. Comunicação social – Teses. 2. Movimentos sociais – Teses. 3. Democracia – Teses. 4. Jornalismo – Teses. I. Dalmonte, Edson. II Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Comunicação. III. Título

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
COMUNICAÇÃO E CULTURAS CONTEMPORÂNEAS

ATOS DE EXAME COMPREENSIVO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

MESTRANDO: THIAGO GUIMARÃES
TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: "A luta pela visibilidade na campanha ficha limpa: mídia, movimentos sociais e combate à corrupção política no Brasil contemporâneo"
.**DATA DA DEFESA:** 25 de fevereiro de 2013.
EXAMINADORES:

Prof. Dr. Gilberto Nazareno Telles Sobral (UNEB);
Prof. Dr. Gilberto Wildberger Almeida (POSCOM/UFBA); e
Prof. Dr. Edson Fernando Dalmonte (Orientador).

PARECER COMPREENSIVO

Depois de avaliarmos criteriosamente a dissertação intitulada **"A luta pela visibilidade na campanha ficha limpa: mídia, movimentos sociais e combate à corrupção política no Brasil contemporâneo"**, depositada no Curso de Mestrado deste Programa de Pós-Graduação, e a nós submetida para exame, e depois de realizados os ritos acadêmicos da defesa da dissertação, em que o mestrando apresentou sua pesquisa e respondeu às nossas observações *críticas, nós, os examinadores, decidimos, em sessão privada*, que o mestrando deve ser considerado Aprovado no Exame Compreensivo de Dissertação, a que se submeteu em conformidade com os regulamentos deste Programa.

Salvador, 25 de fevereiro de 2013.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por me alçarem à vida com leveza;
À Juliana, pelo amor de tanto;
Às professoras Vera França e Rousiley Maia, da Universidade Federal de Minas Gerais, pelo despertar do interesse pela pesquisa em comunicação social;
Aos colegas da UFBA, nas pessoas dos integrantes dos grupos CID (Comunicação, Internet e Democracia) e Analítica (Análise Crítica da Mídia e Produtos Midiáticos);
À Capes, pelo apoio no primeiro ano da pesquisa em Salvador;
Às empresas de comunicação por onde passei, pela oportunidade de exercer o jornalismo de forma independente;
Ao Globo Universidade, pela prestação de informações;
Ao Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, nas pessoas de Eliane Carvalho e Márlon Reis, pelo papel social e pela disponibilidade ao autor durante este trabalho;
Ao professor e orientador Edson Dalmonte, por ter acreditado na pesquisa e sido farol seguro no caminho.

RESUMO

Este trabalho investiga a relação entre mídia e movimentos sociais a partir da trajetória da campanha Ficha Limpa (2008-2010), que resultou na coleta de 1,3 milhão de assinaturas e aprovação de projeto de lei de iniciativa popular que tornou mais rígidos os critérios para postulação de candidatos em eleições no Brasil. Inicialmente apresenta-se uma proposta de abordagem comunicacional dos fenômenos sociais, a captá-los em processos de interação entre sujeitos em produção e interpretação de sentidos. Em seguida, recorrendo ao modelo deliberativo de democracia, discute-se aspectos da relação entre mídia e democracia. Argumenta-se, a despeito do reconhecimento do cenário de crise na comunicação pública contemporânea, pela manutenção do potencial da mídia de revigoramento do debate em esferas públicas diversas. Nesse sentido, considera-se o papel da internet e de novas mediações tecnológicas na reconfiguração das ações estratégicas de atores coletivos cívicos. À luz desse referencial, examina-se o papel da mídia na promoção de debates públicos ampliados, bem como características das relações entre meios de comunicação e movimentos sociais, analisados integralmente em suas dimensões de oportunidade política, mobilização de recursos e processos simbólicos. Recorre-se a uma visão integrada do conceito de enquadramento, em sua tradição na literatura da comunicação e dos movimentos sociais, para o estudo de discursos mobilizados durante a campanha. Descrito o panorama histórico da iniciativa, com ênfase nas estruturas de oportunidade política que envolveram seu surgimento e desenvolvimento, passa-se à análise empírica de como os temas da campanha Ficha Limpa foram acionados discursivamente em dois contextos de comunicação: 1) textos de divulgação do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral; 2) textos publicados nos jornais Folha de S.Paulo e O Estado de São Paulo. Empregam-se métodos qualitativos e quantitativos de análise de conteúdo, envolvendo os seguintes passos: codificação de componentes dos textos, descrição e cruzamento dos dados. Os achados do estudo podem ser reunidos em cinco eixos: 1) permanência da divisão entre públicos fracos e fortes no jogo da disputa pela visibilidade midiática durante processos de debate na esfera pública; 2) deliberatividade reduzida no discurso dos jornais sobre a campanha, fato que aparenta estar ligado ao alto nível de consenso adquirido pela iniciativa; 3) ressonância social na sociedade brasileira de enquadramentos de ação coletiva centrados na promoção da ética na política; 4) complexidade do cenário editorial brasileiro pós-redemocratização; e 5) influência crescente da mídia digital na reconfiguração da ação coletiva e na promoção de práticas de participação social.

Palavras-chave: Comunicação; Movimentos Sociais; Mídia; Enquadramento; Participação Política.

ABSTRACT

This dissertation undertakes a study on the relationship between media and social movements, analyzing the trajectory of the Clean Record campaign (2008-2010), which resulted in the collection of 1.3 million signatures and approval of a bill that established stricter criteria for candidates to postulate in elections in Brazil. First, it explores a communicational approach on social phenomena, read as processes of interaction between social subjects in the production and interpretation of meaning. Then, drawing from the model of deliberative democracy, it discusses aspects of the relationship between media and democracy. It is argued, despite the recognition of a crisis in contemporary public communication, that the potential of the media in the reinvigoration of debate in various public spheres is maintained. From this framework, it examines the role of media in promoting expanded public debate, as well as characteristics of the relationship between media and social movements, analyzed in their dimensions of political opportunity, resource mobilization and symbolical processes. We consider the role of the internet and new technological mediations in the reconfiguration of strategic actions by collective actors. Based on developments in framing theory in communication and social movement literature, it seeks to study the discourses mobilized during the campaign. It also presents the historical background of the initiative, with emphasis on the political opportunity structures involving its emergence and development. Its empirical analysis deals with the Clean Record in two main contexts of communication: 1) texts released to the media and on the internet by the MCCE, the social movement responsible for the campaign; and 2) texts published in the Folha de S. Paulo and O Estado de Sao Paulo newspapers. Employing qualitative and quantitative analysis, it does so by the following steps: encoding of the text components, description and data crossing. The findings of the study can be divided into five areas: a) the high social resonance in Brazilian society of collective action frames focused on the struggle for ethics in politics, b) the continuing division between weak and strong publics in the battle for visibility during the processes of debate in the public sphere, and 3) the low level of discourse deliberativeness in the newspapers texts about the campaign, with a predominance of opinions in perspective, a fact that appears to be linked to the high level of consensus acquired by initiative, 4) failure of certain media critics to describe the complexity of the editorial scenario in post-democratization Brazil and 5) the growing influence of the internet in promoting social participation and practices that help shaping public opinion.

Keywords: Communication; Social Movements; Media; Framing; Political Participation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição temporal dos releases e notícias divulgados pelo MCCE 119

Tabela 2: Autores dos releases divulgados pelo MCCE 119

Tabela 3: Principais autores das notícias divulgadas pelo MCCE 120

Tabela 4: Frequência dos assuntos nos textos do MCCE 120

Tabela 5: Classificação das fontes citadas nos textos do MCCE 121

Tabela 6: Incidência de declarações literais (aspas) em textos do MCCE 122

Tabela 7: Entidades do MCCE citadas em textos do movimento 122

Tabela 8: Incidência de metáforas em textos do MCCE 123

Tabela 9: Incidência de exemplos em textos do MCCE 123

Tabela 10: Incidência do emprego de números em textos do MCCE 124

Tabela 11: Incidência de definições de problema/soluções em textos do MCCE 124

Tabela 12: Incidência de citações de causas em textos do MCCE 125

Tabela 13: Incidência de julgamentos morais em textos do MCCE 125

Tabela 14: Incidência de chamados a ação em textos do MCCE 126

Tabela 15: Distribuição temporal dos textos na FSP 127

Tabela 16: Distribuição temporal dos textos em OESP 127

Tabela 17: Autores dos textos na FSP, por categoria 128

Tabela 18: Autores dos textos em OESP, por categoria 128

Tabela 19: Frequência dos assuntos nos textos da FSP 129

Tabela 20: Frequência dos assuntos nos textos de OESP 129

Tabela 21: Classificação das fontes citadas nos textos da FSP e de OESP 130

Tabela 22: Incidência de declarações literais (aspas) em textos da FSP e de OESP 131

Tabela 23: Entidades do MCCE citadas em textos da FSP e de OESP 131

Tabela 24: Incidência de confronto de posições em textos da FSP e OESP 132

Tabela 25: Incidência de metáforas em textos da FSP e de OESP 133

Tabela 26: Incidência de exemplos em textos da FSP e de OESP 133

Tabela 27: Incidência de imagens em textos em textos da FSP e de OESP 133

Tabela 28: Incidência de números em textos em textos da FSP e de OESP 134

Tabela 29: Incidência de definições de problema/soluções em textos da FSP e de OESP ...134

Tabela 30: Incidência de citações de causas em textos da FSP e de OESP 135

Tabela 31: Incidência de julgamentos morais em textos da FSP e de OESP 135

Tabela 32: Incidência de chamados a ação em textos da FSP e de OESP 136

LISTA DE SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

Ajufe – Associação dos Juízes Federais

AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros

ANPR – Associação Nacional dos Procuradores da República

CBJP – Comissão Brasileira de Justiça e Paz

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CUT – Central Única dos Trabalhadores

EOP – Estrutura de Oportunidade Política

Fenaj – Federação Nacional dos Jornalistas

Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OESP – O Estado de São Paulo

SE-MCCE – Secretaria Executiva do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral

STF – Supremo Tribunal Federal

MCCE – Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral

TMR – Teoria da Mobilização de Recursos

TNMS – Teoria dos Novos Movimentos Sociais

FSP – Folha de São Paulo

TPP – Teoria do Processo Político

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

CAPÍTULO 1. PERSPECTIVA TÉORICA 23

1.1. De comunicação e sociedade: diferenças, antinomias e oscilações 23
1.2. Apocalípticos e integrados 24
1.3. O retorno da mídia poderosa 26
1.4. A redescoberta do sentido 29
1.5. Por uma abordagem comunicacional dos fenômenos sociais 31
1.6. De mídia e democracia 32
1.6.1. Maniqueísmo e mal-estar midiático 33
1.6.2. A comunicação política em transformação 34
1.6.3. Reflexos e novos desafios 36
1.6.4. Mídia e deliberação 38
1.6.5. Internet e participação política 45
1.7. De mídia e movimentos sociais 48
1.8. De enquadramentos da mídia e de movimentos sociais 52
1.9. Enquadramentos de ação coletiva 55
1.10. Da busca pela síntese na teoria dos movimentos sociais 60
1.11. Enquadramentos da mídia 67
1.12. Metodologia, hipóteses e questões de pesquisa 74

CAPÍTULO 2. PANORAMA HISTÓRICO 81

2.1. EOP da redemocratização 83
2.2. EOP da Constituição de 1988 88
2.3. EOP pós-impeachment 92
2.4. A lei 9.840 e a criação do MCCE 98
2.5. A campanha Ficha Limpa 103
2.5.1. Mobilização de recursos 104

2.5.2. Construindo enquadramentos de ação coletiva 106
2.5.3. Histórico 110

CAPÍTULO 3. A CAMPANHA FICHA LIMPA: NEGOCIAÇÕES PELA VISIBILIDADE 118

3.1. 'Mande minha mensagem': o discurso do MCCE 118
3.2. 'Tragam-me notícias': o discurso dos jornais 126
3.3. Discursos em interação 136

CONCLUSÕES 154

REFERÊNCIAS 161

INTRODUÇÃO

Em meio a um dia de trabalho na redação de um grande portal de notícias, uma rápida navegação pelos principais *sites* jornalísticos brasileiros revelava um tema único nas manchetes daquela noite de 23 de setembro de 2010. Folha.com: "Placar no Supremo a favor da Ficha Limpa neste ano vai a 4 a 1". Estadão.com.br: "Lewandowski vota e abre 4 a 1 pela Ficha Limpa este ano". G1: "Placar no STF vai a 4 a 1 pela Lei da Ficha Limpa". iG: "Votação vai confirmando Ficha Limpa". R7: "STF retoma sessão que decide validade da lei Ficha Limpa". UOL: "Aplicação imediata de Ficha Limpa vai vencendo". Alguns desses portais transmitiam ao vivo a intrincada sessão no Supremo Tribunal Federal, com links para comentários em tempo real em redes sociais, recurso até então raramente empregado no ambiente midiático nacional. No dia seguinte, o assunto destacava-se nas páginas dos principais jornais impressos do país, como a Folha de São Paulo ("Impasse faz Supremo adiar decisão sobre Ficha Limpa") e O Estado de São Paulo ("Julgamento de validade de Lei da Ficha Limpa deixa Supremo dividido"). Telejornais também promoveriam ampla repercussão daquele julgamento sobre a validade da chamada Lei da Ficha Limpa para as eleições de 2010. A mobilização social que resultara na aprovação da lei parecia ali atingir o ápice de proeminência no discurso público. Entende-se aqui discurso público como o processo de comunicação pública sobre assuntos diversos, protagonizado por atores coletivos – órgãos executivos, partidos políticos e associações civis[1] que reivindiquem a representação de algum setor social ou causa – em torno de políticas públicas ou de interesses e valores subjacentes a essas políticas (FERREE et al., 2002). Naquele momento de cobertura midiática intensa, a presente dissertação ganhava seus primeiros contornos, na forma de indagações sobre o processo de comunicação pública que se instaurava em torno daquela nova regra eleitoral: como a iniciativa que resultou na lei adquirira tamanha repercussão? Qual foi o papel dos meios de comunicação tradicionais e da internet nesse processo? Como mídia, movimentos sociais, partidos políticos e demais atores coletivos se relacionaram em torno da proposta? Por

[1] Entende-se associações civis na formulação de Alexander (2006), como associações temáticas formadas para influenciar a opinião pública, envolvidas nos processos de comunicação simbólica que permeiam a sociedade civil. Podem ser, nessa acepção, desde grupos estabelecidos de lobby econômico e/ou político, como associações de comércio e órgãos ligados a sindicatos, a associações relativamente burocratizadas que representam grupos amplos de pessoas, como entidades de familiares de vítimas da violência, passando ainda por associações mais intimistas, voltadas a causas pontuais, como reunião de opositores de certo empreendimento, e grupos mais explicitamente voltados a causas públicas, como ONGs ambientalistas e antitributaristas.

meio de quais processos a ideia acabou suscitando amplo apoio popular, na contramão da documentada crise da representação política (GAVENTA, 2004; AVRITZER, 2012) e do declínio da participação cidadã em regimes democráticos pelo mundo? Emergia então o interesse por estudar como uma mobilização social construída a partir da periferia do sistema político[2] brasileiro lograva engendrar alterações significativas na legislação eleitoral, alçadas, por sua vez, à condição de tema onipresente na pauta do debate público do país nos últimos anos.

Examinar esses processos que partem da periferia do sistema político e alcançam proeminência na comunicação pública implicaria necessariamente em uma atenção especial a dois conceitos: sociedade civil e esfera pública, essenciais à compreensão das mediações construídas em diálogos entre margem e centro do sistema político. Sociedade civil, ou esfera civil, entendida aqui como o "conjunto de associações, grupos formais e informais e redes na sociedade, que existem fora da família [e das relações íntimas] e do Estado [e instituições a ele ligadas, como o exército, partidos políticos, parlamentos e instituições administrativas burocráticas]" (MAIA, 2011). Acepção do conceito que busca superar suas construções ideais-típicas de outros momentos históricos e ainda em circulação, como a forma pós-hobbesiana do final do século 17 marcada pelo tom ético e moral positivo em relação à sociedade de mercado, e sua formulação de extração marxista do século 19, em que a sociedade civil era concebida apenas como uma arena legal e política que camuflava a dominação capitalista (ALEXANDER, 2006). Tal conceito como aqui empregado abrange associações voluntárias, movimentos sociais e outras expressões de comunicação pública, como os próprios meios de comunicação. Comporta não apenas ambientes institucionais, mas o próprio domínio de uma consciência estruturada socialmente, de uma rede de interpretações que cria e alimenta estruturas de sentimento que perpassam a vida social, muitas vezes à margem de instituições e elites articuladas. Não deixamos de atentar também à porosidade que se verifica atualmente entre Estado, mercado e esfera civil, com o desenho de parcerias híbridas que por vezes tornam difícil a delimitação de fronteiras entre esses agentes. Olhar para a mobilização social na campanha Ficha Limpa é, portanto, analisar como as redes de associações civis envolvidas buscaram, em diferentes fóruns[3], traduzir suas demandas sociais

---

[2] Em linha com Gomes et al. (2012), tratamos sistema político pelos "campos e agentes profissionais encarregados da atividade crescentemente profissionalizada da política" (p. 7)

[3] Ferree et al. (2002) definem fóruns como os diversos espaços onde o discurso público se desenvolve, como meios da mídia de massa, parlamentos, partidos políticos, cortes judiciais, assembleias diversas e o próprio ambiente das ruas. Como um estádio, inclui uma *arena* onde atores individuais ou coletivos promovem atos públicos de fala, uma *galeria* ou audiência ativa acompanhando o que se passa na arena e um *backstage*, onde os potenciais candidatos ao debate trabalham ideias e estratégias de apresentação.

em argumentos políticos convincentes e persuasivos, articulando códigos da sociedade civil e confrontando o Estado com novas questões (ALEXANDER, 2006; HABERMAS, 2006).

Investigar tais processos de debate público gestados nas fronteiras do sistema político é tatear os contornos da esfera pública, compreendida como o conjunto desses fóruns de expressão sobre temas de interesse social (FERREE et al., 2002) e, na concepção mais precisa de Jürgen Habermas, como um sistema intermediário de comunicação envolvendo trocas de razões formais e informais, virtuais ou presenciais, em arenas localizadas tanto no centro quanto na periferia da política. Sistema esse ancorado em redes que viabilizam fluxos intensos de mensagens de diferentes gêneros, originadas de atores sociais diversos, selecionadas e moldadas majoritariamente pelos meios de comunicação de massa (HABERMAS, 2006, p. 415). Esfera pública não compreendida como coisa ou instituição social, mas como o espaço gerado em ações comunicativas por atores sociais específicos, expressão de dois fenômenos sociais interligados: a visibilidade e a discussão públicas. (HABERMAS, 1997, MAIA, 2007, GOMES, 2008). A chamada visibilidade pública comporta a dimensão da vida social que é disponibilizada ao conhecimento público, função dominada hoje pelos meios de comunicação, e a discussão é a esfera da argumentação, de decisões obtidas por processos abertos, transparentes e dialógicos de trocas de razões e justificativas em público. Abrange a visibilidade midiática, entendida como o "espaço do visível produzido pelos aparatos tecnológicos dos meios de comunicação, onde um imenso conjunto de formas simbólicas pode ser publicizado, publicado, compartilhado, tornando-se socialmente acessível" (MAIA, 2008, p. 94). A campanha Ficha Limpa foi tornada visível pela mídia e envolveu a articulação de argumentos e valores de atores coletivos na construção de parâmetros compartilhados e mensagens de suporte a políticas públicas que afetam a todos. Acreditamos que examiná-la pode ser, portanto, uma maneira profícua de investigar o funcionamento da democracia contemporânea, de como o sistema da mídia contribui para ligar a comunicação política na esfera pública com a sociedade civil e o centro do sistema político (HABERMAS, 2006; MAIA, 2009b).

Nosso interesse pelos processos de formação da opinião pública na sociedade civil e por meio da esfera pública nos aproxima do chamado modelo de democracia deliberativa, que emerge nos últimos 25 anos advogando por uma mudança de foco na teoria democrática (HELD, 2006): do olhar exclusivo a macro-instituições políticas e a processos instrumentais de escolha racional ao exame dos múltiplos contextos da sociedade civil que podem dificultar ou alimentar a deliberação, entendida como "atividade social conjunta, ancorada na ação social do diálogo – o oferecer e considerar razões" (BOHMAN, 1996, p.32). Com forte

componente normativo, o modelo, diante da decrescente percepção de legitimidade das democracias representativas (BARISIONE, 2012), passa a conferir papel chave aos procedimentos de formação das preferências na sociedade, e não só nas preferências como fim, manifestações agregadas de vontades individuais expressas em procedimentos eleitorais. Em resposta à preocupação com a chamada "perda de vitalidade" da democracia contemporânea, expressa no afastamento dos cidadãos das instituições representativas tradicionais e no predomínio da vontade de grupos de interesse (GAVENTA, 2004), o referencial da democracia deliberativa passa a buscar novas formas políticas para além da agregação eleitoral de opiniões (AVRITZER, 2012). A partir de resultados de estudos de pequena escala que corroboraram a influência positiva da deliberação em processos de formação da opinião pública, refletindo níveis mais aprimorados de informação, ampliação de perspectivas e maior precisão na definição de temas (HABERMAS, 2006; STROMER-GALLEY, 2007), assegura como uma importante fonte adicional de legitimação democrática o envolvimento cooperativo de cidadãos, em busca de respostas consideradas corretas para políticas públicas controversas, em experiências participativas e deliberativas. Tal modelo, devidamente despido de seus excessos idealistas e irrealistas, nos atrai por estar preocupado com o aprimoramento da democracia, destacando o papel da esfera pública na geração de debates ampliados e na renovação de práticas democráticas muitas vezes limitadas a elites políticas, bem como o de novos formatos institucionais alimentados pela sociedade civil (AVRITZER, 2012).

Tomando deliberação pública pelo "processo dialógico de troca de razões com objetivo de solucionar situações problemáticas que não podem ser resolvidas sem coordenação e cooperação interpessoal" (BOHMAN, 1996, p.27), este trabalho procura investigar se debates tornados públicos pela mídia podem proporcionar benefícios da deliberação, como a criação de uma base reflexiva que proporciona maior apuração de argumentos e entendimentos aprofundados dos assuntos. Estaremos prospectando, portanto, o terreno da deliberação mediada, conduzido pela dinâmica dos meios de comunicação em selecionar e moldar mensagens e no uso estratégico de poder político e social por atores coletivos para influenciar a agenda pública e a interpretação sobre temas de interesse amplo (HABERMAS, 2006). Nesse terreno, em que instituições da mídia operam de acordo com normas de produção, limites físicos e valores-notícia (MAIA, 2009b), os profissionais da mídia, sobretudo os jornalistas, exercem papel fundamental ao editar informações, selecionar manifestações de atores coletivos, classificar discursos de forma hierárquica e condensar temas em idéias centrais (GAMSON e MODIGLIANI, 1989; REESE, 2001; MAIA, 2008).

Ao lado dos jornalistas, políticos, como co-autores e destinatários das opiniões públicas, são atores chave no jogo da esfera pública política, em que também interagem atores como lobistas, defensores, especialistas, empreendedores morais e intelectuais[4] (HABERMAS, 2006). Participar da deliberação pública, seja ela mediada ou não, envolve enquadramento (GOFFMAN, 1974; BATESON, 1987; ENTMAN, 1993), processo discursivo em que atores coletivos manejam recursos simbólicos e estruturam significados coletivamente sobre temas de repercussão ampla, em torno dos quais eventuais deliberações se desdobram (HABERMAS apud PAN e KOSICKI, 2001, BARISIONE, 2012). Tais idéias organizadoras centrais (GAMSON e MODIGLIANI, 1989), ao sugerirem a essência do tema e definirem o problema em questão, relacionam-se com o nível de atenção que o assunto em questão desperta na sociedade. Problemas podem adquirir, com isso, mais ou menos peso simbólico, potência ou urgência (NISBET e HUGE, 2006). Consideramos, portanto, os enquadramentos como "ações estratégicas" (PAN e KOSICKI, 2001) no debate e deliberação públicas, mecanismos cuja análise conecta as proposições normativas do modelo de democracia deliberativa às questões empíricas acerca dos processos coletivos de tomada de decisões.

Reconhecer que as negociações entre política e comunicação de massa são conduzidas em grande parte por uma elite de representantes ilumina a importância empírica da investigação sobre como a mídia seleciona e articula falas de diferentes atores coletivos, podendo marginalizar certos pontos de vista e interpretações e privilegiar outros. Nosso enfoque sobre a deliberação mediada, desta maneira, estará no modo como a imprensa gerencia as fontes noticiosas e suas reivindicações (BENNETT et al., 2004) e sobre processos de deliberação pública que envolvem enquadramentos em disputa pelo apoio da opinião pública (MAIA, 2009b). Estaremos atentos a variáveis que condicionam a qualidade do debate público mediado, como acesso ao discurso da mídia, reconhecimento de interlocutores e presença de confronto de posições, considerando que a ideia normativa da democracia deliberativa vem se tornando um fenômeno empírico com o potencial de prover entendimentos mais amplos sobre o papel da mídia em debates públicos (PAN e KOSICKI, 2001; MAIA, 2009). Interessa-nos examinar também como o jornalismo contemporâneo, desenvolvido na interseção entre as indústrias da cultura, do entretenimento de massa e da informação (GOMES, 2005), em pleno momento de transição forçada pelo avanço da

[4] Habermas (2006, p.416) define lobistas como representantes de grupos específicos de interesse, defensores como representantes de grupos de interesse geral ou de setores marginalizados, especialistas como detentores de conhecimento científico ou profissional convocados a se manifestar, empreendedores morais como atores que buscam atenção para questões supostamente negligenciadas e intelectuais como cidadãos detentores de reputação pessoal em determinada área e que se engajam espontaneamente no discurso público.

comunicação digital, que abala as fundações do modelo de negócio secular calcado no papel da imprensa como ponte entre conteúdo, consumidores e anunciantes (FLETCHER e YOUNG, 2012), pode eventualmente atuar para promover e ampliar a participação política, fortalecer representantes da sociedade civil e revigorar a democracia. E, no mesmo diapasão, compreender as relações que se constroem entre profissionais do sistema da mídia e outros atores da sociedade civil que buscam visibilidade para suas causas e propostas, em meio ao panorama atual de dispersão sociocultural e desconexão entre a vida política organizada e o cotidiano dos cidadãos.

A chamada Lei da Ficha Limpa, ou Lei Complementar 135/2010, que entrou em vigor no Brasil em 7 de junho de 2010, é uma lei de iniciativa popular que tornou mais rígidas as condições para a postulação de candidatos em eleições. Vetou, por exemplo, a candidatura de condenados em decisão colegiada (mais de um juiz) por crimes considerados graves (como homicídio, racismo e desvio de verbas públicas) e de políticos que renunciam ao cargo para evitar punições. Reuniu 1,3 milhão de assinaturas, necessárias à validação do projeto de iniciativa popular, e teve na mídia e nos novos dispositivos de comunicação online atores essenciais à inclusão do tema na esfera de debate público. De menções esparsas em jornais no início da campanha, a campanha e a conseqüente lei passaram a uns dos principais temas das eleições de 2010 e de 2012 no Brasil. Da proposição do projeto à aprovação unânime pelas duas Casas do Congresso, passando pela própria popularização da expressão "ficha limpa" no léxico jornalístico, a mobilização incluiu constituição e cadastro de comitês voluntários pelo Brasil para coleta de assinaturas, parceria com a maior rede de televisão do país, que veiculou gratuitamente vinhetas sobre a iniciativa, apoio de ONG (organização não governamental) global de ativismo online, manifestações de rua e variadas ações voltadas à obtenção de visibilidade na mídia, uso intenso de mídias sociais e pressões no Congresso. A iniciativa obteve por fim ampla repercussão, sobretudo em sua fase de tramitação congressual e de discussão jurídica posterior sobre sua aplicabilidade, convertendo-se em exemplo de debate público mediado na história sociopolítica recente do Brasil, episódio em que um movimento social impulsiona um processo de especificação de novas premissas éticas para a esfera política institucional-formal, tendo o espaço de visibilidade oferecido pela mídia e por novas tecnologias de comunicação como meio para constituição de um fórum para a troca de razões sobre temas de interesse amplo. Acreditamos, portanto, tratar-se de caso profícuo para estudo das mudanças nas práticas de participação social – entendida como envolvimento direto ou influência dos cidadãos sobre processos governamentais (BUCY e GREGSON, 2001) – e na

própria esfera política, alterações intensificadas pelos novos dispositivos tecnológicos disponíveis à mediação de debates públicos.

Esse trabalho também é movido pela inquietação resultante do paradoxo vivenciado pelas democracias liberais de hoje: com o avanço da infraestrutura comunicacional, nunca houve tantas oportunidades de acesso, interpelação e questionamento a autoridades governamentais, mas, ao mesmo tempo, os sentimentos de frustração, cinismo, desconforto e desconfiança em relação a autoridades e instituições públicas atingem o nível mais alto das últimas décadas (DAHLGREN, 2009; MOISÉS e CARNEIRO, 2010; COLEMAN e BLUMLER, 2009, 2012). A questão do engajamento político e de como o déficit de participação nas democracias pode ser endereçado se encontra no centro da preocupação de acadêmicos, jornalistas, políticos e cidadãos, e tal debate sempre esteve relacionado ao papel dos meios de comunicação e agora, nas últimas décadas, das TICs (tecnologias de informação e comunicação), visto que a própria política formal se conforma cada vez mais como fenômeno indissociável da comunicação de massa. Sobre esse aspecto, partimos da premissa de que a mídia pode, sim, ensejar debates politicamente relevantes e transformações sociais positivas, garantindo visibilidade a causas, questões e reivindicações de outros atores da sociedade civil. Podendo promover, também, deliberação, processo que pressupõe "atividade conjunta de diálogo entre dois ou mais participantes, em que se oferecem e consideram razões, com o propósito de solucionar alguma situação problemática ou alguma controvérsia" (MAIA, 2008b, p. 16). Estaremos atentos, sobretudo, ao papel dos chamados "públicos críticos" (BOHMAN, 1996) da sociedade civil, que buscam influenciar o discurso público introduzindo novos temas e questões, chamando a atenção a problemas até então subestimados e disponibilizando interpretações que enquadram assuntos em novas roupagens, desafiando interpretações dominantes e chegando, em última instância, a reconfigurar práticas e instituições sociais. Não se trata, contudo, de idealizar a sociedade civil nem tampouco a mídia, reconhecendo que esses atores podem também servir à produção de conseqüências antidemocráticas (MAIA, 2011) em determinados contextos.

Nossa perspectiva advoga por uma forma específica de conceber a comunicação. Trata-se de tomar a campanha Ficha Limpa como prática comunicativa, buscando a circularidade do processo e a especificidade da abordagem que deve marcar o olhar do pesquisador da área. Coletar e descrever elementos da dinâmica relacional que coloca em cena interlocutores diversos (entidades da sociedade civil, voluntários, meios de comunicação tradicionais, audiências da mídia de massa, usuários da internet e de redes sociais, representantes políticos), constroi e faz circular sentidos em práticas discursivas diversas

dentro de um contexto sociocultural específico. Contexto político que, no caso brasileiro, mostra a sociedade ainda tentando aprofundar seus mecanismos democráticos de controle social sobre o Estado, diante do caráter estrutural da corrupção pública[5] no país. O trabalho também se alinha a uma acepção de esfera pública como prática social, que leva em conta a pluralidade dos meios de comunicação e dos demais atores da sociedade civil e a capacidade dos mesmos de transformação da sociedade, atribuição fortalecida por novas formas de mediação que conformam ações políticas, culturais e sociais. Procuramos, portanto, entender o processo de difusão e disseminação, por meio da mídia, de mensagens de determinados atores da sociedade civil – neste caso, o MCCE (Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral), movimento social[6] responsável pela campanha Ficha Limpa. Para a análise de como esses atores buscam agenciar sentidos e significados publicamente, desenvolvendo esquemas interpretativos e marcos referenciais, recorreremos ao conceito de enquadramento, útil à apreensão de como movimentos sociais acionam repertórios discursivos para disseminar entendimentos compartilhados do mundo e de si mesmos, motivando a ação coletiva, e de como os meios de comunicação "empacotam" as informações em torno de determinadas noções de modo a prover sentido a fatos e eventos em curso. Buscaremos, portanto, promover no ambiente acadêmico um ainda raro diálogo (DELLA PORTA, 2011) entre a literatura sobre movimentos sociais, comunicação de massa e democracia, atentos ao papel central das dimensões da cultura e da produção simbólica nas ações dos atores da sociedade civil. Com cuidado para não observar a mídia como sistema isolado, os movimentos sociais como simples resultados dos constrangimentos políticos e a democracia apenas pelo prisma da erosão da confiança na política tradicional, mas pelas possibilidades contemporâneas de transformação que abrem novas janelas ao revigoramento democrático.

O objetivo principal deste trabalho, portanto, é examinar a relação estabelecida entre movimento social e mídia durante a campanha Ficha Limpa, apreendida em sua especificidade histórica e cultural, por meio da análise do discurso da organização e de dois

---

[5] Adota-se aqui o conceito de corrupção pública tal como elaborado por Silva (2001, p.31), que o descreve como "relação social [de caráter pessoal, extramercado e ilegal] que se estabelece entre dois agentes ou dois grupos de agentes [corruptos e corruptores], cujo objetivo é a transferência de renda dentro da sociedade ou do fundo público para a realização de fins estritamente privados. Tal relação envolve a troca de favores entre os grupos de agentes e geralmente a remuneração dos corruptos com o uso da propina e de qualquer tipo de *pay-off* [prêmio, recompensa]".

[6] Compreende-se movimentos sociais como atores engajados em ações coletivas e envolvidos em relações com oponentes claramente identificados, unidos por redes informais e densas e que compartem uma identidade coletiva (DELLA PORTA e DIANI, 2006). Já o conceito de identidade coletiva é tomado na acepção de Melucci (1996), como uma definição interativa e compartilhada produzida por um número de indivíduos ou grupos, relativa às orientações de suas ações e ao campo de oportunidades e constrangimentos no qual essas ações se desdobram.

jornais de circulação nacional, mensurando e descrevendo a trajetória de mediação exercida pela mídia de massa na inserção da iniciativa na esfera de visibilidade pública, e analisando funções fundamentais dos meios de comunicação em democracias contemporâneas.

A pesquisa pretende ainda, reivindicando uma abordagem comunicativa do processo, alcançar os seguintes objetivos específicos: a) caracterizar o nível de qualidade democrática do debate estabelecido em torno da campanha nos jornais analisados, extraindo critérios da teoria deliberacionista da democracia sobre a qualidade desejável da discussão e aplicando-os na amostra, em tentativa de avançar na investigação sobre condições e limites da contribuição da mídia para a democracia; b) mapear a estratégia da campanha no ambiente virtual, descrevendo o uso de novas plataformas suplementares proporcionadas pela internet para participação política; c) investigar o modo como o MCCE, ator coletivo, se forma e se mantém, ou seja, o autoentendimento e as definições que produz no processo de interação com outros atores sociais.

Este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, apresentamos as principais ferramentas teóricas utilizadas. Expomos uma proposta de abordagem comunicacional dos fenômenos sociais, voltada a apreender processos de interação entre sujeitos em produção e interpretação de sentidos. À luz do modelo deliberativo de democracia, discute-se ainda temas da relação entre mídia e democracia, com argumentos a favor da manutenção do potencial da mídia de revigoramento do debate na esfera pública. O quadro teórico da deliberação é suscitado de modo a indicar a manutenção da possibilidade de argumentação na esfera pública contemporânea, fenômeno que pode ser examinado a partir de indicadores específicos de análise da deliberação mediada. Consideramos o papel da internet e de novas mediações tecnológicas na reconfiguração das ações estratégicas de atores coletivos cívicos e examinamos o papel da mídia na promoção de debates públicos ampliados, bem como características das relações entre meios de comunicação e movimentos sociais. Buscamos uma visão integrada do conceito de enquadramento, em sua tradição na literatura da comunicação e dos movimentos sociais, para o estudo de discursos mobilizados durante a campanha. O segundo capítulo descreve a trajetória da campanha Ficha Limpa, por meio de sua inserção no ambiente sociopolítico brasileiro recente, período marcado pelo crescimento do associativismo e pela institucionalização de novas formas de participação política, mas também por recorrentes escândalos de corrupção na esfera política formal. Busca-se ainda caracterizar o movimento social responsável pela iniciativa e suas principais ações e enquadramentos articulados na tentativa de ampliar a visibilidade pública da proposta e alcançar as mudanças legais desejadas. O terceiro capítulo apresenta os resultados da análise

dos textos do movimento social e da mídia, verificando a expressão de indicadores específicos para a análise do debate público mediado e da qualidade democrática das discussões.

CAPÍTULO 1 – PERSPECTIVA TÉORICA

1.1 De comunicação e sociedade: diferenças, antinomias e oscilações

A realidade comunicativa subverte a prática conceitual tradicional – e advoga a liberdade do olhar.
FRANÇA

A comunicação passou a se constituir como uma área especializada de pesquisa científica nas primeiras décadas do século XX, como consequência do avanço de uma nova prática comunicativa: a comunicação de massa, realizada por meios como a imprensa escrita de grande circulação, o rádio e a televisão, que permitiram suprimir tempo e distância no alcance de audiências expandidas (HALL, 1982). Desde então, o campo passou por oscilações que refletiram diferenças não apenas metodológicas e de procedimentos, mas também visões distintas sobre a sociedade e as formações sociais. Tal diversidade conceitual e metodológica atesta a inexistência de um paradigma[7] comunicativo único nos estudos da área, marcada também pela multiplicidade e pulverização de subáreas de análise.

Expõe ainda três pares antinômicos, relacionados ao objeto, à natureza da relação comunicativa e à natureza do processo comunicativo, e que pontuam pesquisas até hoje. Em relação ao objeto da comunicação, certos estudos concebem a comunicação como sistema isolado, analisado em elementos internos e descolado do contexto social mais amplo. No outro polo há relatos em que a comunicação apenas reflete a dinâmica global da sociedade, instrumentalizada por arranjos econômicos, políticos e culturais. No que se refere à relação comunicativa, o chamado paradigma clássico, ou informacional, toma a comunicação por

[7] Vera França (2002), ao desenvolver o tema dos paradigmas nos estudos de comunicação, definiu paradigma como "esquema organizador das teorias", "estrutura anterior, subjacente, matricial" que "direciona a apreensão e o tratamento das teorias", entendidas, por sua vez, como "sistematizações de conhecimentos" e "corpo organizado de ideias" (p.24).

transmissão e sequencia linear de elementos e papeis predeterminados. Ali o conceito subjacente de recepção é de um pólo passivo, de indivíduos não constituídos como sujeitos e que podem apenas dar sinais de entendimento/incompreensão ou satisfação/insatisfação por meio do *feedback*. Já o modelo dialógico considera a bilateralidade do processo, de polos que emitem e recebem em condições iguais, mas reservando pouco espaço à natureza das mensagens e aos sentidos produzidos (FRANÇA, 1994, 2002). Em relação ao processo de comunicação, enquanto certas abordagens compreenderam-no principalmente como transmissão de informações, outros estudos analisam a comunicação como processo de construção de significações e sentidos, de produção simbólica.

Antes de detalharmos o olhar comunicacional que buscaremos exercitar neste trabalho, faremos uma rápida revisão de momentos históricos da pesquisa em comunicação de massa, destacando seus modelos comunicativos implícitos, suas dimensões metodológicas e visões de sociedade. O objetivo será menos relacionar exaustivamente escolas e correntes de estudo do que pontuar expressões das oscilações antinômicas que buscaremos superar na defesa de uma visão global sobre produtos, meios e formas por meio dos quais se estabelecem trocas simbólicas em sociedade.

1.2 Apocalípticos e integrados

Os primeiros estudos da comunicação podem ser associados ao debate, basicamente de foco europeu, sobre a sociedade de massa/cultura de massa, que ofereceu especulativamente teses sobre o impacto da mídia nas sociedades industriais modernas. A premissa principal dessa linha de pesquisa é a transformação das sociedades capitalistas, após a segunda fase da revolução industrial e com a emergência do capitalismo monopolista, em sociedades de massa, nas quais a mídia é instrumento dessa evolução e também sintoma de suas tendências mais preocupantes (HALL, 1982). Aqui os efeitos da mídia são vistos como eminentemente negativos, seja na esfera cultural (trivialização da chamada alta cultura), política (vulnerabilidade das massas à propaganda política) ou social (quebra de laços tradicionais de comunidade).

A elaboração filosófica mais sofisticada nesse debate coube à chamada “teoria crítica” ou Escola de Frankfurt. Influenciados por acontecimentos históricos como a depressão

econômica e ascensão do fascismo no período entre guerras, expoentes como Horkheimer e Adorno (1985) apontaram corretamente que toda tentativa de se pensar o funcionamento das sociedades modernas deve prestar especial atenção ao desenvolvimento dos meios de informação e comunicação. Cunharam o termo "indústria cultural" para designar o processo de mercantilização das formas culturais ocasionadas pelo surgimento das indústrias de entretenimento na Europa e nos EUA ao final do século XIX e início do século XX. Descreveram a indústria cultural como parte intrínseca do crescimento da racionalização e da reificação nas sociedades modernas, processo que tornaria os indivíduos cada vez menos dotados de pensamento independente e mais dependentes de processos sociais sobre os quais possuem pouco ou nenhum controle. Nessa visão, o processo de desenvolvimento da ciência moderna (o projeto "iluminista"), que procurou dominar o mundo por meio da dominação técnica da natureza, resultou em uma totalidade social racionalizada e reificada, em que seres humanos são vítimas de consciência acorrentada por produtos da indústria cultural. Mas nessa tentativa de, em uma concepção teórica global da sociedade, fazer derivar dos próprios produtos as consequências dos produtos culturais, o debate da sociedade de massa/cultura de massa acabou se desvinculando de questões mais concretas da realidade comunicativa, perdendo em potencial explicativo (FRANÇA, 1994). Os receptores da comunicação acabam sendo concebidos como pouco mais do que consumidores potenciais, cujas necessidades e desejos podem, mediante estratégias adequadas, ser manipulados, estimulados e controlados. Há, portanto, uma análise deficiente dos processos comunicativos, que não são tratados muito além da esfera de transmissão de informações.

Em resposta ao viés frankfurtiano considerado sociologicamente ingênuo, por sua análise qualitativa e filosófica dos processos sociais, de dimensão metodológica praticamente ausente, pesquisadores norte-americanos, partindo de aportes da psicologia comportamental e da sociologia estrutural-funcionalista, buscaram destacar que embora houvesse sinais dos impactos da cultura de massa na sociedade, os efeitos da mídia não são diretos, mas mediados por processos sociais (MERTON, 1968; DE FLEUR, 1970; LAZARSFELD e MERTON; 2002). Assumia-se que tais efeitos, se existentes, se manifestariam empiricamente na forma de influências diretas sobre os indivíduos, a serem registradas por mudanças de atitude. Motivados por questões políticas e econômicas, dentro de um contexto histórico de aumento da produção industrial e surgimento de novos mercados consumidores, esses estudos recebem amplos financiamentos e passam a investir na elaboração de metodologias quantitativas para estudos de audiência, com foco em temas como técnicas de persuasão e mudanças de atitude.

Proliferaram testes experimentais na linha antes/depois, como os estudos sobre a influência de campanhas políticas sobre os votos das pessoas.

Tais pesquisas, que dominaram o panorama da investigação em comunicação ao menos até o final dos anos 1960, foram alvo de críticas por desconsiderarem mudanças históricas mais amplas, processos políticos e questões de poder. Após superar as impressões advindas das teorias da sociedade de massa e das teorias psicológicas da ação vigentes nas primeiras décadas do século XX, como o behaviorismo, em que o processo comunicativo era analisado como direto e eficaz em termos de manipulação, a chamada escola norte-americana passou a considerar os efeitos da comunicação como limitados, filtrados por variáveis psicológicas e sociais. Obra clássica desse período foi *"The People´s Choice"* (1944), de Paul Lazarsfeld, Bernard Berelson e Hazel Gaudet, cuja investigação concluiu que há poucas provas de que as pessoas modifiquem sua conduta política em razão da influência das mensagens emitidas pelos meios. O efeito das campanhas seria apenas o de trazer à tona disposições políticas pre-existentes. Embora o receptor começasse a "ganhar" certa dinâmica psicológica e um lugar social de origem, pressupunha-se ainda um modelo comunicativo simplificado, em que a mensagem era tida como uma espécie de "construto linguístico vazio" (HALL, 1982, p. 61, tradução nossa) a ser preenchido pelas intenções dos emissores.

1.3 O retorno da mídia poderosa

O campo de estudos viu ainda, a partir da década de 1970, a volta do conceito de "mídia poderosa", com a temática dos efeitos retomando a cena. Uma das tradições de estudo mais populares nesse sentido, com ampla difusão até os dias atuais, é a teoria do agendamento, ou *agenda-setting*, que em geral procura demonstrar a influência do noticiário da mídia na determinação da agenda pública, ou da audiência (TAKESHITA, 1997; McCOMBS, 2009). Desde o estudo seminal de McCombs e Shaw (1972), que investigou a função de agendamento da mídia na campanha presidencial norte-americana de 1968[8], sabe-se que o conhecimento e a percepção de importância das pessoas sobre temas públicos podem

[8] A pesquisa investigou a função de agendamento da mídia no contexto da campanha presidencial de 1968 nos EUA, por meio de estudo de caso de amostras locais usando correlações ranqueadas (percepção público versus cobertura da mídia) sobre temas variados. Resultados indicaram influência da mídia na atribuição de ênfases aos temas pelos eleitores.

ser determinados pela atenção que a mídia de massa confere a esses assuntos, ainda que as opiniões concretas não estejam diretamente relacionadas às mensagens dos meios (McCARTHY et al., 1996). Ao longo dos anos, mais de 400 estudos empíricos reivindicaram evidências da correspondência entre temas da agenda da mídia e o ranking desses mesmos temas na agenda pública (McCOMBS, 2009).

Elisabeth Noelle-Neumann (1974) abriu nova etapa de refinamentos de formulação e metodologia na temática dos efeitos com a hipótese da "espiral do silêncio", que se debruçou sobre a dinâmica de formação da opinião pública. Postulou que o temor do isolamento social é um fator importante de comportamento: indivíduos tendem a reforçar seu ego e se tornarem mais propícios a se expressar abertamente sem receio quando percebem concordar com a visão predominante sobre determinado tema. Por outro lado, quanto mais perceberem que suas opiniões estão perdendo terreno, setores minoritários ficarão menos dispostos a expressar suas opiniões. Daí a tendência a um processo de espiral que gradativamente estabelece uma posição como a que prevalece, e um conceito de opinião pública como a avaliação dominante que incita o cumprimento de atitude e um comportamento que ameaça o dissidente com isolamento e o político com a perda de apoio. Outra linha de pesquisa bastante desenvolvida é a da hipótese do "efeito de terceira pessoa" (DAVISON, 1983), que parte da premissa que uma pessoa exposta a uma mensagem persuasiva tende a avaliar os eventuais efeitos dessa mensagem como mais fortes nos outros do que em si própria. Correntes de estudos sociológicos sobre a mídia, como a dos Usos e Gratificações, buscaram fazer convergir a linha americana (influência dos meios no público) e a europeia (determinantes estruturais do pensamento) de pesquisa, ao se interessar pelas "satisfações dos usuários", apontando pela a autonomia dos receptores diante dos meios de massa (KATZ et al., 1985). A teoria, contudo, recebeu críticas por trabalhar com uma concepção de racionalidade individual ainda muito ligada a um viés positivista, por tratar desejos e escolhas pessoais como passíveis de objetivação (JANCOVICH, 1994).

Em maior ou menor grau, em todas essas abordagens e hipóteses ressoam ecos do modelo pluralista clássico[9] de poder que predominou nos estudos de ciência política nos EUA dos anos 1950 e 1960, e que tomou como ponto de partida a existência de uma multiplicidade de pontos de pressão e focos de decisão e, consequentemente, de distribuição de poder na sociedade. Tal modelo partia da premissa de que há um consenso na sociedade em torno de

[9] Referimo-nos ao termo "pluralismo" como linha de pensamento desenvolvida por seus téoricos originais, como David Truman e Robert Dahl, e tal como descrita posteriomente por Rousiley Maia (2004) e David Held (2006).

valores considerados fundamentais e possibilidades infinitas de barganha de grupos organizados em torno da questão da influência. Essa concepção de poder baseado na influência é descrita pelas linhas de um esquema "A influencia B para gerar decisão X, e a capacidade de ação de A depende dos recursos à disposição de A e, em particular, no balanço relativo de recursos entre A e B". (HELD, 2006, p.160, tradução nossa). A organização do poder é tida por policêntrica e a capacidade de influência, dispersa por associações, instituições e grupos políticos variados. Aplicada ao funcionamento da mídia, a premissa da distribuição de centros de pontos de pressão no sistema político conduz a uma concepção de autonomia relativa dos meios de comunicação diante dos poderes constituídos, relação diversa e orientada pela estruturação prévia do sistema. Ainda que trate superficialmente as relações de poder e ofereça poucos subsídios à compreensão plena dos processos de deliberação pública, a concepção pluralista da mídia ajuda a desconstruir perspectivas unidirecionais que entendem o papel da mídia como manipulação coordenada ou porta-voz exclusivo de interesses privados (MAIA, 2004). Partimos de seus aportes para, como exporemos na seção 1.6, nos alinharmos ao modelo de democracia deliberativa, que desloca o foco exclusivo em instituições representativas macro-políticas para contextos diversos da sociedade civil, propondo formas de aprimoramento democrático por meio da troca pública de razões e argumentos (HELD, 2006, AVRITZER, 2012).

Ainda que todas essas correntes e teorias de filiação norte-americana tenham contribuído e forneçam aportes à compreensão dos processos de formação da opinião pública e da comunicação de massa na contemporaneidade, tendo superado os vieses estímulo-resposta que haviam marcado suas primeiras construções (KOSICKI, 1993), em geral permanecem fieis a um enfoque positivista – partidário da existência de uma postura científica "correta" – que procura esquematizar o que não é esquematizável, reduzindo a conceitos estáticos o que é dinâmica atravessada por contradições. Sob o ponto de vista metodológico, isso se dá comumente por meio de esquemas lógicos de análise de variáveis, em que a forma de comunicação estudada é isolada como variável independente, identificando-se em seguida um determinado universo de pessoas e o tipo de comportamento derivado da exposição a essa forma de comunicação e apontando o resultado dessa influência, a chamada variável dependente. A tradição de pesquisas em *agenda-setting*, por exemplo, mostrou que os meios de comunicação se prestam a organizar os temas da agenda política, mas pouco avança na

descrição da luta entre grupos de interesse em torno da emergência de interpretações sobre esses mesmos temas[10] (PAN e KOSICKI, 2001; REESE, 2001).

Como Herbert Blumer já alertava em 1959, a natureza aberta e inconstante dos conteúdos da mídia de massa não favorece o isolamento de uma variável independente com características verdadeiras de homogeneidade e constância, bem como nem sempre as respostas das audiências estão intrinsecamente ligadas a categorias convencionais com gênero, religião, educação e classe socioeconômica. (BLUMER, 1998). São estudos, portanto, que reproduzem certa visão restrita da mídia e dos próprios fenômenos comunicativos. Um olhar "duro" sobre a vida social, associado a um modelo comunicativo ao final ainda simplificado, e que não leva em conta a dimensão relacional das práticas comunicativas. "É mais necessário considerar como a influência da mídia entra na experiência das pessoas do que se voltar imediatamente aos seus supostos efeitos". (BLUMER, 1998, p.193, tradução nossa).

1.4 A redescoberta do sentido

Nesse sentido, as primeiras trilhas de um caminho mais flexível tal como preconizado por Blumer foram marcadas pelo chamado "paradigma crítico" nos estudos da comunicação (HALL, 1982). Desenvolvido nos anos 1960 e 1970 como contraponto ao programa dos teóricos da "cultura de massa" e ao viés positivista da sociologia estrutural-funcionalista norte-americana, ele se formou em torno da redescoberta da dimensão ideológica presente nos processos de comunicação, em busca de um marxismo reinterpretado, que rejeitava o reducionismo das operações da metáfora economicista base/superestrutura, na qual o domínio das idéias e significados (gestado nas superestruturas) é tido como um produto da base (as relações sociais de trabalho).

Lançava-se também em oposição ao supracitado modelo pluralista de democracia da ciência política norte-americana, ao criticar uma visão de sociedade que toma o consenso como integral e orgânico. Reivindicava uma noção de poder que incorporava o elemento

[10] McCombs (2009) e seus seguidores buscaram, contudo, suprir essa lacuna por meio do refinamento da teoria dentro do que chamaram de segundo nível de agendamento, que envolve a proeminência dos atributos dos temas.

ideológico não como falsa consciência, mas como valores sociais e políticos que moldam e podem ser usados para moldar percepções, cognições e preferências. Ou seja, o poder perdia a dimensão unidimensional e comportamental dos estudos norte-americanos sobre mídia e sociedade, e passava a ser concebido em função do processo mais amplo de construção e entronização de significados sociais. A concepção de poder baseada na influência recebe formulação alternativa: "O poder também é exercido quando dedica suas energias a criar ou reforçar valores sociais e políticos e práticas institucionais que limitam o escopo do processo político à consideração pública de apenas questões comparativamente inócuas para A" (BACHRACH e BARATZ apud HELD, 2006, p.168, tradução nossa). Incorporando elementos de disciplinas diversas – como linguística, fenomenologia, semiótica e psicanálise –, procurou suprir lacunas encontradas nas análises frankfurtianas, como a ênfase exagerada na aniquilação da consciência individual pela indústria cultural e a simplificação dos processos envolvidos na recepção e apropriação desses produtos.

Ao reservar papel chave ao sujeito e à subjetividade, o paradigma almejou trazer à tona certa dimensão inconsciente da cultura que incide nas práticas sociais, fazendo a crônica da dialética das conexões entre essa dimensão inconsciente, as práticas sociais e o sistema como um todo. Demonstrando assim que valores, tendências, desejos e medos de uma sociedade em determinado momento atravessam e são atravessados pelos processos massivos de produção e circulação de informações.

O foco se centra na questão da significação, desde a premissa de que coisas e eventos do mundo real não contêm ou propõem seus próprios significados integrais, únicos e intrínsecos, que seriam assim apenas transferidos por meio da linguagem (CURRAN et al., 1988; HALL, 1988). Negava-se, portanto, uma noção puramente referencial da linguagem, que grosso modo predominara nas análises de efeitos da mídia associadas à chamada escola norte-americana. Significados e sentidos sociais surgiam agora como produções e práticas sociais. Isso conduziu à descrição da mídia como agenciadora social de produtos simbólicos, que envolvem mecanismos específicos de seleção e combinação, rumo à construção de significados e sentidos. Textos que circulam pelos meios de comunicação de massa podem ser vistos como campo de batalha entre diferentes grupos para definir, manter e conter o significado, e o processo comunicativo é permeado por contradições e porosidades, acolhendo diferenças que marcam a vida social. Ressalvadas análises de extração marxista que concebem a mídia como simples reprodutora de pontos de vista das instituições sociais dominantes e reduzem a explicação dos efeitos culturais e ideológicos a questões de economia

política, pesquisas levadas a cabo sob a égide desse paradigma ajudaram a sistematizar uma ruptura que buscou entender a comunicação não com referência às funções sociais ou aos efeitos de conduta, mas principalmente em relação aos sentidos sociais – matéria-prima da comunicação.

1.5 Por uma abordagem comunicacional dos fenômenos sociais

Esse referencial de construção teórica e análise comunicacional dialoga com uma perspectiva de estudo que considera a dimensão relacional da comunicação, tomando-a como processo de produção de compartilhamento de sentidos entre sujeitos interlocutores, que são atores sociais em interação e inseridos em contextos sociais e históricos específicos. "Estudar a comunicação é estudar a relação entre sujeitos interlocutores; a construção conjunta de sentidos no âmbito de trocas simbólicas medidas por diferentes dispositivos – uma prática viva que reconfigura seus elementos e o social" (MAIA e FRANÇA, 2003, p. 197). William Gamson (2011) exercitou o olhar neste caminho e ajudou a problematizar o paradigma informacional subjacente a muitos estudos de orientação quantitativa na tradição de pesquisa de efeitos. Analisando grupos de conversação sobre políticas públicas, expôs a complexidade do processo de produção de sentidos políticos por cidadãos comuns, articulações para as quais mobilizam não apenas discursos da mídia, mas também experiências pessoais e intuições decorrentes da sabedoria popular. O discurso da mídia é apenas uma das fontes de entendimentos cognitivos disponíveis aos indivíduos – pode influenciar o que as pessoas discutem, mas menos o modo exato como elas discutem.

A especificidade do olhar da comunicação se encontra não apenas na delimitação de seus objetos, mas também em uma forma específica de apreensão dos fenômenos sociais, que deve, segundo Vera França (2002), capturar a interseção de três dinâmicas básicas: o quadro relacional (relação dos interlocutores), a produção de sentidos (as práticas discursivas) e a situação sociocultural (o contexto). Esta análise inspira-se em modelagens da comunicação que relacionem o sentido, a racionalidade e a compreensão mútuas não apenas à subjetividade individual ou à objetividade da história, mas a uma produção e recepção conjuntas no espaço público, rumo a uma abordagem verdadeiramente comunicacional dos fenômenos sociais, na linha proposta por Louis Queré (1991).

Ainda que distante da tarefa de analisá-los de forma integral e de descrevê-los plenamente em interação, tomaremos conceitualmente os processos comunicativos instaurados pela campanha Ficha Limpa como momentos em que "cultura, valores, desejos e fragilidades que habitam a vida social e a existência concreta dos homens tomam formas, são recriados, modificados e, como representações, são reapoderados, convertem-se em modelos, retornam como novas imagens, refletem nos comportamentos e nos corpos, e assim sucessivamente" (FRANÇA, 2002, p. 28). Para tentar construir uma dimensão propriamente metodológica de análise comunicacional sobre esses fenômenos sociais, busca-se apoio no conceito de enquadramento, tanto em sua aplicação na teoria dos movimentos sociais como na pesquisa empírica em comunicação.

Recorreremos também, como arcabouço normativo na descrição de aspectos da relação entre mídia e democracia, a uma concepção contemporânea de democracia deliberativa, que joga luz sobre as possibilidades de participação cidadã na política e de promoção de debates públicos qualificados no ambiente da comunicação de massa. Janelas fundamentais ao cenário atual e amplamente documentado de déficit de participação nas democracias liberais contemporâneas, descrito, entre outros, em termos de crises da comunicação pública, do jornalismo e da falta de engajamento (BLUMLER e GUREVITCH, 1995, 2005; TRAQUINA, 2001; GOMES, 2005, 2005b, 2012; COLEMAN e BLUMLER, 2009). Tratados ou não como crise[11], os fenômenos despertam inquietação entre profissionais e estudiosos da mídia, mobilizando discussões urgentes sobre o papel da comunicação política nesse ambiente, debate para o qual este trabalho pretende contribuir.

1.6 De mídia e democracia

A mídia é um pré-requisito – embora de nenhuma maneira uma garantia – para moldar o caráter democrático da sociedade.

DAHLGREN

[11] Há quem se oponha ao emprego do termo "crise" para caracterização do problema da participação política nas democracias contemporâneas, por considerar que seu uso pressupõe a exaltação de um passado idealizado e de maior estabilidade. Jamil Marques (2009, p.44) prefere falar em "dificuldades" no aperfeiçoamento de regimes democráticos.

1.6.1 Maniqueísmo e mal-estar midiático

Uma abordagem no debate sobre mídia e democracia, predominante na literatura internacional e brasileira sobre comunicação política e democracia entre os anos 1980 e meados dos anos 1990, argumenta que os tradicionais meios de comunicação de massa em geral não oferecem possibilidades positivas de transformação da realidade política, seus procedimentos de governança e práticas cívicas. Modo de análise que não raro encontra eco na blogosfera política brasileira atual, seja em forma de relatos de "crítica progressista" da mídia ou elaborações inspiradas na economia política sobre "partidos da imprensa golpista"[12] supostamente em ação no país. A abordagem da *media malaise* ou *videomalaise*, estudos do mal-estar midiático, ganhou força no passado a ponto de configurar uma linha de pesquisa. Seus teóricos enumeraram achados a sustentar a hipótese segundo a qual pessoas que usam a mídia eletrônica de forma mais intensiva e a consideram uma fonte importante de informação possuem consequentemente percentuais mais baixos de confiança e mais altos de cinismo em relação à política (LEE apud HABERMAS, 2006). Promovendo elaborações frankfurtianas e sem dimensão metodológica precisa, associaram altos níveis de exposição à mídia de massa, sobretudo à televisão, a efeitos nocivos como desengajamento político da população, desconfiança em relação aos governos e ignorância e apatia da população diante de acontecimentos da vida (GERBNER e GROSS, 1976; PUTNAM, 1995; BOURDIEU, 1997; GERBNER, 1998; SARTORI, 1998)[13].

Nessa perspectiva, os meios de comunicação são tidos como fomentadores, entre os cidadãos, de atitudes de alienação, desinteresse e cinismo perante temas públicos. Enquanto certos estudos culpam o *mainstream* midiático e o jornalismo por cederem a pressões econômicas que reduzem a independência da indústria da informação, abrindo caminho à cultura do entretenimento, outros lançam críticas ao processo de profissionalização da política formal, conduzido por técnicas de marketing. Em geral, dividem a asserção que responsabiliza

---

[12] A expressão "partido da imprensa golpista", ou Pig (porco, em inglês), foi popularizada na segunda metade dos anos 2000 por jornalistas e blogueiros brasileiros de tendência situacionista federal, em referência a órgãos de imprensa e jornalistas de produção considerada por eles tendenciosa, por supostamente se valer do poder econômico e cultural de seus meios para prejudicar determinados grupos políticos.

[13] Os trabalhos de George Gerbner não se incluem *stricto sensu* na perspectiva da *media malaise*, mas são citados aqui por terem conformado, juntamente com o de outros colegas, a mais notável tradição de estudos a apontar o impacto negativo da mídia de massa (sobretudo seus gêneros de entretenimento) na formação de visões sociopolíticas do mundo. A chamada "teoria do cultivo" (*cultivation analysis*) tende a considerar a mídia como capaz de impor categorias - comumente errôneas - de percepção da realidade.

a comunicação, ao menos em parte, pelo declínio da conectividade social e do engajamento político. Tais pesquisas, reunidas em perspectiva, foram criticadas por produzirem generalizações que não comportam o cenário mais complexo e diverso de mundo mediado do século 21. Por simplificarem a relação entre mídia e sistema político e por tratarem tipos e efeitos de mídia de maneira homogeneizante, empobrecendo fenômenos comunicativos e desconsiderando a presença, em gêneros midiáticos mais ligados ao entretenimento, de conteúdo político relevante e motivador de conversações políticas (MAIA, 2006; GRAHAM e HAJRU, 2011; DELLI CARPINI, 2012).

1.6.2 A comunicação política em transformação

Otimistas ou pessimistas sobre o papel da mídia massiva na promoção da democracia, tema controverso e amplamente discutido, toma-se por unanimidade a premissa segundo a qual a mídia de massa se tornou a principal instituição cultural da contemporaneidade, ocupando posição chave na vida pública da maioria das sociedades. Em escala sem precedentes, a sociedade política e a sociedade civil na maior parte das democracias liberais contemporâneas necessitam da comunicação de massa para manter o jogo político em curso e ampliar o alcance do discurso público. Centenas de milhões de consumidores de notícias pelo mundo conformam uma sociedade civil que ainda depende fortemente de profissionais da comunicação para selecionar temas de debate, editar declarações de atores coletivos e construir discursos para circulação ampla. Grupos organizados da sociedade civil montam estratégias de convencimento para adentrar esse circuito e fazer circular suas mensagens e interpretações. A sociedade política demanda os meios de massa para apresentar propostas e angariar apoio civil, sobretudo durante os períodos eleitorais que favorecem a ocorrência picos de certos ciclos de atenção[14] na opinião pública (RYAN, 1991; GITLIN, 2003; MAIA, 2008, 2008b; FLETCHER e YOUNG, 2012).

E se as mudanças nas formas de comunicação – do início da imprensa escrita ao predomínio da televisão e da mídia digital – vêm alterando a natureza mesma do discurso público que sustenta as democracias liberais contemporâneas, o jornal e o jornalismo vêm

[14] Analisando a dinâmica da opinião pública norte-americana em relação à questão ambiental, Anthony Downs (1972) apontou a influência de um "ciclo de atenção temática" caracterizado pelo ganho súbito de proeminência do tema, permanência curta e eufórica do assunto no debate público e a consequente perda gradual de interesse público pelo tema, comumente motivada pelo reconhecimento do custo de implementação de soluções.

desde então sendo vistos como peças fundamentais na promoção de governos responsáveis e da troca de argumentos em público sobre temas de interesse amplo. Ao tomar o nível de conhecimento político como fator determinante da participação política, Henry Milner (2007) demonstrou relação positiva entre freqüência da leitura de jornais, conhecimento e engajamento político. A existência de uma imprensa ativa e livre também é amplamente associada ao desenvolvimento democrático de regimes políticos autoritários pelo mundo, com estudos de caso na antiga União Soviética, na Ásia e na África (SACHS, 2007; FLETCHER e YOUNG, 2012).

O reconhecimento da crescente imbricação entre mídia e política não deve, contudo, conduzir à atribuição, aos meios de comunicação, de todas as virtudes e deficiências verificadas nas relações contemporâneas entre cidadãos e representantes políticos. Teóricos da *media malaise* e certos ensaísticas de crítica da mídia passam ao largo da constatação de que a chamada "crise da comunicação pública" advém de conjunções amplas de forças sociais, políticas e econômicas: transformações no ambiente sociocultural, reações das instituições – mídia inclusa – a essas mudanças e desenvolvimentos próprios no ambiente midiático (BLUMLER e GUREVITCH, 1995; BLUMLER e KAVANAGH, 1999; DAHLGREN, 2005, 2009; COLEMAN e BLUMLER, 2009). Desde meados da década de 1990, pesquisadores identificam essas transformações no campo da comunicação política, que respondem a três grandes tendências de mudança sociocultural: modernização, individualização e secularização, todas em influência recíproca.

O conceito de modernização trata do fenômeno da fragmentação, pluralização e diferenciação de sociedades por cortes cada vez mais diversos: étnicos, classistas, de gênero, de consumo, estilos de vida. Paralelamente a esse fenômeno avança a individualização, ligada à globalização econômica e ao poder decrescente de instituições tradicionais como família, escola, igrejas e partidos na conformação de convicções dos indivíduos. Como conseqüência emerge a tendência de cidadãos assumirem orientações instrumentais diante da política, voltadas a gratificações imediatas e associadas ao universo do consumo, o que também dificulta o engajamento cívico. As transformações socioculturais incluem ainda um processo avançado de secularização, de redução do status de autoridades estabelecidas, cujas mensagens perdem credibilidade e aceitação no circuito dos discursos públicos.

1.6.3 Reflexos e novos desafios

Projetadas no ambiente da comunicação política, tais tendências impactam fortemente o sistema da mídia[15], impondo desafios econômicos complexos ao exercício do jornalismo efetivo de promoção democrática. Resultado da fragmentação cultural, da crescente individualização social e da proliferação de canais de comunicação na esteira da desregulamentação de mercados e da digitalização dos conteúdos, as audiências se tornam mais heterogêneas. Os dados de dispersão e queda de público estão presentes por quase todo o globo[16]. Nos EUA, o *share*[17] de audiência das principais redes de televisão decresceu (FLETCHER e YOUNG, 2012). Na Europa, canais públicos de TV que desfrutavam de 100% de *share* no início da década de 1990 ostentavam índices na casa de 20% a 40% dez anos depois (PICARD, 2002). Na Europa Ocidental e América do Norte a circulação de jornais impressos caiu 17% de 2007 a 2011. Na América Latina, cerca de 3%. A receita publicitária global em jornais caiu de US$ 128 bilhões para US$ 96 bilhões no período[18]. Dados do projeto Inter-Meios, que apura os investimentos publicitários em mídia no Brasil, mostram que os jornais detinham 26,3% do bolo publicitário em agosto de 1996 e passaram a receber 10,9% em agosto de 2012, uma queda de 58%[19]. Na TV brasileira, o primeiro programa jornalístico transmitido em rede nacional, líder absoluto de audiência no gênero, o "Jornal Nacional", da Rede Globo de Televisão, terminou 2010 com a menor audiência da história, queda de 24% em relação a 2000[20].

O acirrramento da concorrência entre os meios pela atenção desses públicos pulverizados abre caminho a enfoques populistas, ligados a processos de popularização ou "tabloidização" de mensagens (BLUMLER e KAVANAGH, 1999; DAHLGREN, 2005,

---

[15] A noção de sistema (ou subsistema) da mídia, proposta por Blumler e Gurevitch (2005) e desenvolvida por Maia (2006), pressupõe a globalidade dos processos de comunicação política, em que diferentes componentes - instituições e profissionais da mídia, instituições e representantes políticos, grupos de lobby e movimentos sociais, audiências que recebem os *outputs* dessas instituições e o ambiente sociopolítico ao redor desses componentes – interagem e se influenciam mutuamente, de modo que mudanças em um componente podem impelir mudanças adaptativas nos demais.

[16] Algumas potências em desenvolvimento, como China e Índia, são exceções a essa tendência, com registros de crescimento na circulação de jornais impressos.

[17] O *share* corresponde ao percentual de audiência de um canal ou programa relativamente à audiência total de televisão para o mesmo período.

[18] Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed711_meio_digital_e_caminho_sem_volta_para_jornais>. Acesso em: 20 nov. 2012.

[19] Disponível em: <http://www.projetointermeios.com.br/relatorios-de-investimento>. Acesso em: 13 set. 2012.

[20] Disponível em <http://portalimprensa.uol.com.br/portal/ultimas_noticias/2011/01/05/imprensa40041.shtml>. Acesso em: 20 nov. 2012.

2009). A conversão e a crescente proeminência da informação em formatos digitais multiplicaram os polos emissores e implodiram o modelo de negócio que sustentou o jornalismo durante todo o século 20, baseado no papel mediador da imprensa entre conteúdo, consumidores e anunciantes, que floresceu em um cenário de espectro de transmissão limitado e de poucos jogadores aptos a arcar com os custos de capital necessários às operações (DAHLGREN, 2009; DELLI CARPINI, 2012; FLETCHER e YOUNG, 2012; SHIRKY, 2012). Quedas expressivas nas receitas publicitárias colocam em questão a sobrevivência do papel da comunicação pública como vigilante e promotora de debates públicos qualificados, exercido quando a mídia dá publicidade a eventuais abusos do governo e de demais atores em posições de poder, como um dos "freios e contrapesos" inerentes à divisão dos poderes, quando fornece canais de expressão a partidos políticos e grupos de pressão, meios de divulgação de serviços e promoção de discussões sobre políticas e soluções de problemas públicos (CROTEAU e HOYNES, 1994; NORRIS, 2000; MAIA, 2004; FLETCHER e YOUNG, 2012).

Ainda que a mídia de massa se mantenha como principal instituição cultural da contemporaneidade, o avanço da comunicação digital vem reconfigurando o arcabouço que ate então sustentou o jornalismo como atividade econômica. Por todo o globo, empresas jornalísticas – sobretudo as do meio impresso, inicialmente mais afetado pela queda de receitas – vêm cortando gastos em busca da sobrevivência (PEW, 2008, 2012), tática que em alguns casos tem levado à diminuição de recursos disponíveis ao jornalismo independente. O crescimento acelerado do consumo de notícias em meio digital, renovado pelo advento da comunicação portátil em *smartphones* e *tablets,* por ora está longe de compensar a queda de receita nos carros-chefe dessas empresas – enquanto a fatia da publicidade nos impressos continua em queda, apenas 2,2% das receitas globais dos jornais vêm da internet[21]. Diante desse processo intenso e instável de rearranjos na comunicação política, torna-se mais urgente a questão: a mídia ainda pode contribuir para remediar o documentado déficit de participação política que atinge as democracias liberais contemporâneas ou está fadada a um papel cada vez mais marginal nesses processos? A indagação deve ser enfrentada de maneira equilibrada, reconhecendo a existência de duas forças contraditórias atuando sobre a indústria do jornalismo: tanto as significativas pressões financeiras que ameaçam sua sobrevivência como também as possibilidades que a *web* abre em termos de recursos narrativos e interface com o leitor (PEW, 2008).

---

[21]Disponível em: <http://propmark.uol.com.br/midia/41703:plataforma-digital-impulsiona-leitura-de-jornais>. Acesso em: 18 nov. 2012.

1.6.4 Mídia e deliberação

A esfera de visibilidade pública é como um mar de sargaços, com fragmentos de discurso de todos os tamanhos, às vezes com peças inteiras, que não compõem quadro ordenado, mas que o acaso fez conviver e, eventualmente, atritar aos caprichos das correntes marítimas.
GOMES

Apesar de todas as dificuldades e mudanças em curso no ambiente de funcionamento dos meios de comunicação, defendemos, em chave de otimismo contido, que a mídia, compreendida como instituições dotadas de relativa autonomia e em interação com outras instituições na vida cotidiana, pode, sim, reforçar a democracia. "A comunicação não é a perversão da democracia, mas condição de seu funcionamento." (WOLTON, 2007, p.151). Diante do papel consensual dos meios de comunicação na provisão de visibilidade à prática política formal, seja na forma de informações, análises e espaço para debates, deve-se tomá-los como pré-requisito, mas nunca garantia por si só, da democracia social e política.

O chamado modelo deliberativo de democracia fornece aportes normativos úteis à compreensão da relação entre mídia e política, ao reservar lugar importante aos processos de comunicação e troca racional de argumentos em público (MAIA, 2006). Não se trata aqui de ir ao polo oposto do debate para endossar relações deterministas entre o potencial comunicativo da mídia e a revitalização pública das instituições políticas, desconsiderando questões de poder que envolvem a produção midiática. Mas de considerar que arranjos sociais específicos podem ensejar momentos de troca de argumentos em público em que atores sociais são convocados a se posicionar diante de novas demandas e autoridades estatais são instadas, em processos de *accountability*[22] alimentados por públicos críticos, a prestar contas de suas ações publicamente, com ganhos para a democracia.

Espalhado hoje por um amplo espectro de abordagens, o foco do modelo, que emerge nos últimos 25 anos no debate acadêmico[23] e questiona pontos das teorias liberais e

[22] O conceito de *accountability*, ou responsabilização, é tomado aqui como o processo, em um estado democrático, verificado entre cidadãos e ocupantes de cargos públicos, em que os representantes oficiais exercem o dever de prestar contas sobre as próprias ações, dar satisfações ao público (MAIA, 2004).

[23] O termo democracia deliberativa foi proposto nos anos 1980 por Joseph Bessette e se popularizou nos anos 1990, mas suas idéias têm origens bem mais antigas. Segundo Mendonça (2009), elas remetem, entre outros, aos democratas gregos, ao papel do debate na teoria de John Stuart Mill, ao universalismo da Kant, às idéias de

republicanas do pensamento democrático, é que a fonte da legitimidade de uma sociedade e de racionalidade para tomada de decisões encontra-se menos na soma da vontade predeterminada dos indivíduos e mais no processo de formação dessa vontade, a deliberação (GOMES, 2006; MAIA, 2006; MANIN apud HELD, 2006). As concepções deliberativas destacam, em linguagem normativa, a importância de se prover razões para decisões tomadas, ou seja, o que será considerado "interesse comum" deve derivar de um processo de deliberação pública (MAIA, 2006; DALHGREN, 2009). Entende-se deliberação como um processo dialógico e cooperativo de troca pública de razões em que atores sociais apresentam e reformulam posicionamentos à luz dos constrangimentos impostos pela publicidade social (BOHMAN, 1996).

A ideia de deliberação pública aqui delineada advém do conceito de esfera pública, que sob Jürgen Habermas vai do viés cético de Mudança Estrutural da Esfera Pública (1984), em que é tomada apenas como o *locus* da representação pública de decisões formadas de forma não pública, para a perspectiva que aceita a existência de uma multiplicidade de esferas públicas e reserva espaço para a participação civil nos processos de produção de decisões políticas formais (HABERMAS, 1997). E vai além ao alinhar-se à perspectiva de autores que reconhecem que, embora a esfera pública constitua-se hoje basicamente de materiais fornecidos pelo conjunto das emissões dos meios de comunicação de massa, filtrado por lógicas econômicas e políticas específicas, ficam mantidas as possibilidades, nessa mesma esfera pública, de argumentação, debate de idéias e, portanto, deliberação e formação de opinião (GOMES, 2005).

Ao propor-nos a investigar certas ações de movimentos sociais e da mídia durante a campanha Ficha Limpa, baseamo-nos em um conceito de deliberação pública que destaca sua dimensão comunicacional. Dado o caráter essencial da mídia na difusão de informações a públicos ampliados, cabe investigar as circunstâncias e características dos processos em que os meios de comunicação contribuem para a constituição de um espaço de debate e troca de argumentos na esfera pública. Estrutura intermediária entre o sistema político e os setores privados do mundo da vida (HABERMAS, 1997), a esfera pública, ou publicidade social, é entendida em suas duas dimensões: 1) expositiva (visibilidade pública), de objetos e temas que se exibem ao público; e 2) argumentativa, de trocas de argumentos em público voltados ao entendimento mútuo. Atenta-se também às suas diferentes modalidades, nomeadas de

---

universalismo e participação em Rousseau, às noções de público e democracia de Dewey e ao legado de Hannah Arendt, com a ênfase na comunicação e no espaço público.

acordo com a densidade de seus fluxos comunicativos, complexidade organizacional e alcance. Habermas (1997) propõe uma tipologia que diferencia três modalidades de esfera pública: 1) episódica: associada ao fluxo informal de conversação diária, presencial, que embora nem sempre seja reflexivo, autoconsciente e voltado à resolução de problemas sociais, pode alimentar o processamento de temas em esferas públicas mais abrangentes (MAIA, 2007); 2) de presença organizada: em que a comunicação se desenvolve segundo certos procedimentos formais, como nos processos internos de discussão em associações civis e movimentos sociais e 3) abstrata: viabilizada pela mídia ao conectar indivíduos e públicos dispersos espacialmente. Cientes de que o conjunto de emissões da mídia não pode por si só ser compreendido como esfera pública, também não buscaremos associar deterministicamente as capacidades ampliadas das tecnologias comunicacionais hodiernas a uma espécie de revigoramento automático do debate público. Ou seja, nem tudo que é exibido pela mídia adquire nesse mesmo ato contornos de debate público. "Confundir ou identificar a cena pública com o debate público é um pecado conceitual grave." (GOMES, 2008, p.136).

Concebendo a deliberação pública como práticas de interpretação coletiva e cooperação dialógica em busca do convencimento pelo melhor argumento, teóricos destacam a importância da comunicação nesses processos baseados em reconhecimento da interdependência social e da possibilidade de entendimento mútuo (BOHMAN, 1996; HABERMAS, 1997; COLEMAN e BLUMLER, 2009; DELLA PORTA, 2011). A noção interessa a este estudo, portanto, por incorporar aportes da ciência política e perspectivas em comunicação, na ênfase em configurações e procedimentos de formação de preferências e conhecimentos dentro da sociedade política e da sociedade civil, processo em que o subsistema da mídia desempenha papel fundamental. A noção de democracia deliberativa nos será útil por deslocar a "sentidos e representações que orientam a ação social dos indivíduos e grupos na sociedade, sentidos que redefinem as fronteiras entre o político e o social, implicando a redefinição da relação Estado-sociedade e introduzindo no debate outras noções, como pluralidade, desigualdade, sociedade civil, esfera pública, racionalidade da ação, poder comunicativo." (GOHN, 2010, p. 54).

Wilson Gomes (2008) oferece aportes essenciais à compreensão da relação entre as dimensões de discussão e exibição da esfera pública. Primeiramente ao distinguir as diversas formas que a esfera pública pode assumir, considerada a variável em questão – assembleias presenciais ou remotas (modelo de representação), debates conduzidos por regras ou discussões circunstanciais (natureza), debates deliberativos ou apenas informativos

(resultado), debates de questões de interesse amplo ou restrito (alcance da questão em debate). Em segundo lugar, ao mostrar que as esferas públicas políticas nas democracias modernas, fóruns argumentativos de produção de decisões concernentes aos diversos públicos, se relacionam com a esfera de visibilidade pública, entendida como o grande meio de sociabilidade e expressão na contemporaneidade, de pelo menos três modos diferentes: 1) pode haver esfera pública fora da cena midiática, embora haja sempre fluxo circular de fornecimento de insumos entre ambas as dimensões; 2) pode haver esfera pública dentro da cena midiática, o que ocorre quando há discurso argumentativo e debate em materiais exibidos pelos meios; e 3) quando a cena midiática é editada como esfera pública, como no discurso jornalístico que tenta aplicar valores profissionais de objetividade e equilíbrio ao montar e colocar frente a frente – de forma inevitavelmente arbitrária – discursos dogmáticos e opiniões em perspectiva. O autor também distingue os conteúdos que conformam a esfera de visibilidade midiática, ou cena pública midiática, em materiais informativos, culturais e artísticos voltados ao entretenimento, publicitários e sintéticos, que reúnem mais de um desses tipos. Os materiais informativos, relacionados a relatos da realidade, como no jornalismo, fomentam o debate público e se dividem em: a) opiniões em perspectiva: posições particulares mais ou menos polêmicas, mas que não expõem razões para decisões e escolhas; b) discurso dogmático: espécie de fala autolegitimada, que se coloca como autorizada e dispensa a exposição de demonstrações e argumentações e; c) discurso argumentativo: em que os interlocutores negociam posições e alteram suas posições mutuamente, em processo de esclarecimento recíproco. Para Gomes, somente o discurso argumentativo gera esfera pública na cena pública midiática.

Reconhecendo as desigualdades estruturais e diversas formas de incompletude discursiva que perpassam os contextos reais de debate em sociedade, parte-se da premissa de que ao convocar diversos atores sociais – como jornalistas, políticos, juristas e representantes de movimentos sociais – para comentar e interpretar determinadas mensagens que entram na agenda pública, a mídia pode ajudar a promover experiências de debate ou ao menos de discussões circunstanciais em que atores constroem entendimentos partilhados e provisórios sobre os temas em pauta.

> O campo da comunicação tem o poder de seqüestrar os temas políticos, gerando com isso: a) uma discussão em público de tais temas por agentes políticos e pelos que têm lugar de fala na sociedade; b) a visibilidade de discussões que, de outro modo, aconteceriam em âmbito particular ou reservado; c) o fornecimento de inputs para

> muitas discussões com pouca visibilidade (mas com algum grau de eficácia) na sociedade civil. (GOMES, 2008, p.160).

Como citamos, tal poder de convocação, contudo, não está livre de condicionamentos ligados a desigualdades estruturais entre os atores envolvidos nesse jogo de discursos. Nancy Fraser (1990) delineou essa percepção ao distinguir os chamados públicos fracos (*weak publics*) dos públicos fortes (*strong publics*). Os públicos fracos, como movimentos sociais, são aqueles cujas práticas deliberativas envolvem apenas processos de formação da opinião pública, e não de tomada de decisões políticas. Sem acesso irrestrito ao discurso jornalístico, precisam criar fatos "noticiáveis", por meio de ações como manifestações e convocação de entrevistas coletivas, para atrair a atenção da imprensa. Os públicos fortes, como representantes do sistema político e das elites, estão aptos a realizar as duas práticas. "O quadro normativo da deliberação permite valorizar as contribuições dos atores da sociedade civil para 'desvelar' novas questões ou desencadear um debate público ampliado no espaço midiático de visibilidade, ainda que esses atores sofram sérias limitações de acesso à comunicação massiva." (MAIA, 2008, p. 194).

Em linha, portanto, com uma visão que reconhece a complexidade das relações entre mídia – entendida em sua heterogeneidade – e política, e evitando a atribuição de causalidades lineares nessas interações, interessa para nossos propósitos destacar três eventuais funções dos meios de comunicação como agentes em processos em que a sociedade se transforma e promove inovação em um sistema democrático[24]. São elas: 1) fórum de debates[25]; 2) pre-estruturação da esfera pública e 3) instauração de práticas de *accountability* (NORRIS, 2000; GAMSON, 2004; MAIA, 2006, 2008b; MENDONÇA, 2006; MENDONÇA e MAIA, 2008; DAHLGREN, 2009).

---

[24] Blumler e Gurevitch (1990) citam oito funções principais que a mídia deve exercer em um regime democrático constitucional: 1) vigilância do ambiente sociopolítico; 2) definição dos temas mais importantes em curso (*agenda-setting*) 3) plataforma de esclarecimento por parte de políticos e representantes da sociedade civil; 4) promoção do debate pluralista; 5) mecanismo de incentivo à prestação de contas pelo poder público; 6) incentivo para aprendizado, escolha e engajamento no processo político; 7) resistência a eventuais tentativas de subversão da independência e integridade dos meios; 8) respeito pelos membros da audiência.

[25] Remetemos aqui novamente à noção gamsoniana de fórum (2004), como expressão desses variados locais em que o discurso público se apresenta, e que inclui uma arena, onde atores coletivos ou individuais se engajam em atos públicos de fala; uma audiência ativa ou galeria observando o que ocorre nessa arena e um centro de produção de bastidores, em que os possíveis participantes da arena trabalham ideias, articulam alianças e estratégias.

Os meios de comunicação podem atuar como fórum para o debate ao darem voz, segundo seus critérios e rotinas profissionais, a diferentes tipos de discurso[26] de atores sociais de extrações diferenciadas, agenciando e editando os fluxos comunicativos e colocando esses mesmos atores em relação em um cenário ampliado em que "interlocutores podem se deparar com os discursos uns dos outros e reformular seus próprios proferimentos de forma a serem publicamente defensáveis" (MENDONÇA, 2006, p.15). Em sua trajetória na esfera de visibilidade midiática, a campanha Ficha Limpa ajudou a constituir debate em torno de uma questão política nova, a especificação de novas normas eleitorais e o debate jurídico em torno de aspectos constitucionais dessa nova legislação e ações de prestação de contas por parte de agentes políticos.

A noção de pre-estruturação da esfera pública remete ao papel dos meios na promoção de um diálogo público que não se esgota em suas emissões, mas é interpretado a partir de conhecimentos anteriores dos receptores e alimenta espaços de discussão não midiáticos. Reserva espaço para destacar a "interatividade difusa" promovida pelo discurso dos meios, voltado a um público disperso, não simultâneo e diversificado que se reapropria desses insumos e os utiliza de maneiras variadas em diferentes esferas públicas.

A mídia também exerce papel fundamental na promoção de práticas de responsabilização, que em regimes democráticos se desenvolvem entre cidadãos e integrantes do poder público e econômico. Maia (2008) afirma que o jornalismo induz a *accountability* política em duas dimensões. Ao expor publicamente transgressões de autoridades e agentes públicos, força o deslocamento dos posicionamentos dos indivíduos, eventualmente contribuindo ao aumento da responsabilidade de ocupantes de cargos públicos e órgãos de controle. A exposição de malversações no setor público também favorece a *accountability*, ao questionar a reputação e cobrar respostas, perante a opinião pública, de servidores flagrados em ações irregulares.

Concepções contemporâneas de deliberação democrática, que procuraram suprir lacunas do modelo habermasiano, levam em conta princípios nesses processos que não apenas a racionalidade e a justificação em níveis ideais e estritos, em busca dogmática por formatos e procedimentos da discussão pública perfeita. O próprio Habermas reconheceu recentemente que a "comunicação política mediada não precisa se ajustar ao padrão mais estrito de deliberação" (2006, p. 415), e que, portanto, a ausência de reciprocidade ou de interação face-

[26] A noção de discurso é aqui empregada em sentido amplo, como "maneira compartilhada de entender o mundo ancorada na linguagem, apresentando suposições intersubjetivas, julgamentos, dissensos e predisposições" (MAIA, 2006, p.172)

a-face entre participantes de uma discussão não inviabiliza a aplicabilidade do modelo de democracia deliberativa (MAIA, 2008). Rinke et al. (2012) sustentam, na mesma linha, que a deliberação mediada pode contribuir de forma positiva à vida democrática ainda que na ausência de consensos significativos ou de reversões públicas de opiniões, mas apresentando "dissensos justificados" entre interlocutores. A presença desses dissensos, afirmam, depende de critérios como a inclusão de participantes, a civilidade na condução dos discursos e a incidência de respostas mútuas e de apresentação de razões nos debates. Ademais os veículos da mídia não são "canais neutros" de informação, e fóruns de debates que podem eventualmente viabilizar não são de acesso irrestrito, mas organizados ativamente por jornalistas de instituições híbridas, regidas por rotinas editoriais, profissionais, logísticas, empresariais e industriais próprias. (MAIA, 2006, 2008c).

Atentos à necessidade de uma abordagem realista dos processos de deliberação pública, Stephen Coleman e Jay Blumler (2009) propuseram que exercícios deliberativos sigam pelo menos oito princípios básicos: acesso à informação equilibrada, agenda aberta à revisão ou expansão, tempo suficiente à consideração expandida dos temas, um arcabouço de regras predefinidas para o debate, participação de amostra significativa de cidadãos, espaço para interação livre entre interlocutores e repúdio ao preconceito entre os participantes. Reconhece-se aqui que textos da mídia ou de atores cívicos tomados isoladamente raramente contemplarão de forma sincrônica todos esses princípios – o conflito político e a contraposição de opiniões podem estar ausentes, o viés pode ser absolutamente descritivo, e o espaço textual propriamente dito, insuficiente para o desenvolvimento pleno desses direcionamentos. Por outro lado, existem processos em que esses procedimentos são levados a cabo, sejam aqueles em que a cena pública é editada como esfera pública e se oferece como fórum para debates ou os que refletem estritamente princípios de correção procedimental definidos em teoria e mensurados em estudos específicos. Acreditamos que qualquer esforço estruturado de identificação da distribuição de princípios normativos e elementos promotores da deliberação em textos da mídia e dos movimentos sociais constitua ao menos um caminho promissor ao estudo das relações entre esses atores sociais e de suas implicações para o arcabouço democrático de um país, por dizer do nível de legitimidade da pressão que a opinião pública exerce sobre o sistema político.

Nesse sentido, para investigar o processo de deliberação mediada na esfera pública, estaremos atentos a algumas qualidades descritas por autores de linhagem deliberacionista, a saber: acesso, reconhecimento/identificação, uso de comunicação crítica, responsividade/reciprocidade e reversibilidade/reflexividade de opiniões (BENNETT et al.

2004; MAIA, 2007, 2008, 2009b). Acesso, ou acessibilidade, é a medida da extensão em que determinados atores ganham espaço no discurso da mídia e dos movimentos, que diz do caráter mais inclusivo ou exclusivo dos responsáveis por esses discursos em relação a públicos fortes e fracos na esfera pública. Já indicadores de reconhecimento ou identificação procuram apontar, entre os atores sociais que ganham esse acesso, como eles são formalmente identificados e o espaço ou tempo obtêm nesses discursos. Uso da comunicação crítica refere-se à exposição de razões[27], como atores buscam expor e legitimar suas opiniões e princípios. A responsividade ou reciprocidade procura verificar se há confronto de posicionamentos entre representantes de opiniões e posicionamentos diferenciados, e a reversibilidade/reflexividade dá a dimensão da existência de reformulação de argumentos e consideração de novos pontos de vista por atores envolvidos no debate público.

Compartilhamos ainda da avaliação de que a noção de deliberação não pressupõe suprimir o conflito e as questões de poder, as conversações informais, as emoções e desigualdades que atravessam as práticas sociais (COLEMAN e BLUMLER, 2009; MENDONÇA, 2009; SAMPAIO, 2010). Logo, cabe atentar a desigualdades como o déficit de acesso aos meios de comunicação por determinados atores coletivos e também considerar a onipresença da conversação cotidiana e de seu caráter muitas vezes incompleto e emocional. Tais conversações abertas encontram terreno fértil na internet, que nas últimas duas décadas tem motivado estudos que, assim como em relação à mídia tradicional, procuram investigar se as tecnologias digitais se prestam a solucionar o problema da participação política, abrindo caminho a uma democracia mais deliberativa.

1.6.5 Internet e participação política

Se o tema da participação política já ocupava posição de destaque na agenda de pesquisa sobre a democracia desde os anos 1970, a emergência da internet nas últimas duas décadas, concomitantemente ao avanço da chamada crise da democracia, renovou o interesse pelo debate. Em geral, o advento da rede mundial de computadores contribuiu em um primeiro momento à promoção de entusiasmo e euforia em relação ao potencial democratizante das novas TICs. Muitas dessas expectativas de revitalização, contudo, não

[27] Habermas (1984) sustenta que uma expressão é racional se disponibiliza dados que possam ser empiricamente comprováveis ou descartados, ou se faz menção a entendimentos morais ou normativos compartilhados.

foram atendidas, sendo problematizadas posteriormente à luz de questões como a constatação do acesso desigual à infraestrutura de conexão (*digital divide*), a natureza autocentrada da expressão online, o risco da apologia da sociedade civil como veículo exclusivo de promoção da cidadania e a permanência, ainda entre populações com elevado nível de acesso à internet, de obstáculos tradicionais à participação, como falta de informação, apatia e desconexão entre os cidadãos (NORRIS, 2000; DONK et al., 2007; PAPACHARISSI, 2008; PEREIRA, 2010; MAIA, 2011). A agenda de pesquisa em muitos casos emulou o debate tradicional sobre mídia e participação, com a contraposição de visões utópicas e distópicas em relação ao potencial da participação política mediada por tecnologias digitais. Entusiastas celebravam supostas mudanças positivas no cotidiano das pessoas, como a possibilidade de ampliação de redes de contato e organização coletiva, pessimistas lamentavam o alegado declínio das interações face a face, o tempo despendido na rede em atividades alheias ao engajamento e os riscos do anonimato online (MAIA, 2011).

O debate se diversificou e passou a buscar enfoques mais equilibrados, que considerassem a internet de forma integrada a outras esferas da vida, como aporte às interações face a face e aos dispositivos *offline* tradicionais de comunicação de massa. O acúmulo de pesquisas acerca dos efeitos da participação política online também passou a ensejar formulações mais balanceadas. Em uma meta-análise da literatura na área, Shelley Boulianne (2009) confrontou 38 estudos realizados entre 1995 e 2005 e confirmou efeitos positivos, porém modestos, do impacto da internet sobre o engajamento cívico e político, e fortes evidências contrárias do suposto efeito negativo da internet em relação a essas práticas. Bimber (2012) sumarizou o estado dos achados empíricos na área até o momento em três frentes: 1) a disseminação do uso de tecnologias digitais para a prática política em países desenvolvidos, sobretudo os EUA; 2) a supracitada associação positiva, porém modesta, entre índices de participação e uso de mídias digitais; e 3) a dificuldade de acessar o grau exato de importância dessa associação.

A ampliação da discussão conduziu a enfoques diversificados dentro do panorama da relação entre mídia digital e cidadania, agrupados em cinco tópicos por Bruce Bimber (2012): 1) efeitos da mídia digital sobre a participação; 2) mídia digital e exposição a diferenças políticas; 3) diferenciações nos usos políticos da mídia digital; 4) mudanças na natureza da participação e do engajamento; e 5) oportunidades em transformação para a ação coletiva, sendo os dois primeiros associados à chamada web 1.0 e aos primórdios da agenda de pesquisa, e os três últimos relacionados ao período da web 2.0 e ou era das mídias sociais, que marca a recuperação econômica do setor após a explosão da bolha das ações de tecnologia nos

anos 2001-02 e a inflexão do setor rumo à recuperação mercadológica e às mídias sociais. Gomes (2012) também procurou organizar o debate ao diferenciar outras frentes de estudo, separando pesquisas que lidam com o problema da participação política tradicional versus participação online de outras que investigam as formas mesmas de participação, distinguindo usuários freqüentes (*heavy users)* e esporádicos (*light users*) da internet, e de trabalhos que se debruçam sobre a qualidade dessa participação ante a disseminação de novas plataformas de acesso e conectividade.

Embora a contribuição precisa da internet à participação política seja difícil de precisar, interessa-nos aqui, sobretudo, prospectar o potencial já comprovado da internet como propulsor da ação coletiva (de DONK et al., 2007; VAN LAER e VAN AELST, 2010; MAIA, 2011; BIMBER, 2012). Episódios emblemáticos como as ações do movimento zapatista no México na década de 1990, os protestos antiglobalização de Seattle (EUA) em 1999, as manifestações contra a guerra do Iraque em 2003, a campanha de Barack Obama à Presidência dos EUA em 2008 e as revoltas no mundo árabe em 2011 expuseram em escala global a força das tecnologias digitais para a organização e amplificação de demandas nos mundos *online* e *offline*. As mídias digitais reduzem o custo da participação, disponibilizam estruturas de comunicação horizontal e colaboram na manutenção de laços sociais prévios. Neste sentido, as chamadas mídias sociais (ou redes sociais), como Facebook e Twitter, têm permitido a cidadãos se reinventarem como produtores, e não apenas consumidores de conteúdo, abrindo novas possibilidades de participação política e desafiando a hegemonia da mídia tradicional na formação da opinião pública (DALMONTE, 2012). Tem-se também atentado ao poder da internet e das mídias digitais na organização de redes flexíveis, de vínculos fluidos e não hierarquizados, típicas do "individualismo em rede" que caracteriza os novos padrões de sociabilidade na contemporaneidade. Padrões em que organizações em rede ganham espaço como espaços de reconhecimento e adesão primária, em detrimento de instituições hierárquicas tradicionais (CASTELLS, 2001; BENNETT et al., 2012).

As estratégias de participação política online podem ser definidas basicamente como instrumentais (*internet-enhanced*) ou essenciais (*internet-based*) (VEGH, 2003; VAN LAER e VAN AELST, 2010; GOMES, 2012). Consideram-se instrumentais aquelas estratégias empregadas como reforço a técnicas tradicionais de ativismo, elevando canais de comunicação ou facilitando a coordenação de ações *offline*. Já as estratégias essenciais envolvem práticas exclusivamente realizadas pela internet, como as ações para derrubar a conexão de sites e ataques hackers. Vegh (2003) distingue três grandes categorias de ativismo online: 1) conscientização/advocacia, relacionada à disseminação e obtenção de informações,

em sites e listas de discussão específicas; 2) organização/mobilização, quando a internet é usada para incentivar ações *offline*, ações *offline* que podem ser realizadas online e ações exclusivas online; e 3) ação/reação, que são os ataques praticados por hackers. A ação online da campanha Ficha Limpa, a ser descrita no próximo capítulo, experimentou diferentes ênfases estratégicas e foco na disseminação de informações e mobilização.

Importante atentar ao fato de que as tecnologias digitais não oferecem soluções mágicas à formação de redes de ativismo, nem podem por si só substituir o trabalho de organizações, encontros e campanhas na construção de identidades coletivas e sentimentos de ação. A proliferação das possibilidades de ação política online tem ensejado práticas que foram caracterizadas sob o neologismo "*slacktivism*", ou "ativismo de teclado", ligado a dispositivos de plataformas de mídias sociais e criticados por expressarem mais anseios pessoais do que práticas efetivas de engajamento. O neologismo é formado pelas palavras *slacker* (preguiçoso, em inglês) e *activism* (ativismo), e é empregado pejorativamente para definir ações políticas e/ou cívicas realizadas no ambiente online e que estariam na verdade mais ligadas a atitudes de reforço do ego e de busca de bem-estar pessoal do que a esforços pessoais por mudanças. (BREUER e FAROOQ, 2012). Aspectos e ponderações que serão aqui levados em conta na descrição de como o MCCE e proponentes da campanha Ficha Limpa se valeram das TICs em suas interações com a mídia e demais atores sociais.

1.7 De mídia e movimentos sociais

> *A maior parte das conversas entre ativistas de movimentos sociais e jornalistas toma uma forma previsível: "Mande minha mensagem", dizem os ativistas; "Tragam-me notícias", afirmam os jornalistas.*
>
> *GAMSON / WOLFSFELD*

Como procuramos explicitar na seção anterior, a complexidade e a dimensão das sociedades contemporâneas fazem com que porção significativa dos processos de produção de visibilidade e deliberação pública se viabilize via meios de comunicação. As discussões públicas sobre temas que afetam diretamente a sociedade podem ocorrer em diversos fóruns, como tribunais, convenções partidárias, parlamentos, audiências públicas e congressos

científicos. No entanto, a velocidade e a eficiência do sistema da mídia na divulgação de informações o levam a ser considerado pelos próprios atores envolvidos no processo de comunicação política como a arena de maior penetração social. Daí decorre o fato de que o acesso à visibilidade midiática é hoje premissa essencial a praticamente todo processo de mobilização social (RYAN, 1991; GITLIN, 2003; GAMSON, 2004; DELLA PORTA e DIANI, 2006; RUCHT, 2007). Movimentos sociais lutam para obter a atenção da mídia e cobertura positiva, o que pode se revelar essencial para se alcançar adesões e, consequentemente, os objetivos buscados. Não apontamos causalidade direta entre eventual abordagem favorável na mídia e mudanças na opinião pública, visto que a relação entre o discurso da mídia e o discurso popular é complicada e indireta (GAMSON, 2011). Como indicam Gamson e Modigliani (1989), os sistemas estão em interação, e o discurso da mídia é apenas parte do processo por meio do qual audiências constroem significados e interpretações, e a opinião pública é também parte do processo em que jornalistas e outros formadores de opinião desenvolvem e eventualmente cristalizam significados públicos. Movimentos sociais e mídia não representam atores sociais unificados. As transações entre ambos são complexas, típicos de sistemas de entidades que possuem intrincadas e particulares relações internas (GAMSON e WOLFSFELD, 1993; RUCHT, 2007).

Certos veículos da mídia podem, por exemplo, ignorar ou manter contato apenas ocasional com movimentos sociais. Os veículos de massa podem atribuir importância pública a eventos organizados por movimentos ao noticiá-los com destaque e em meio a avaliações positivas manifestas em expressões e vozes convocadas a se manifestar nos textos. Podem também nivelá-los ao patamar dos acontecimentos rotineiros aos descrevê-los, entre múltiplos expedientes disponíveis para tal, de maneira reduzida, pouco contextualizada. Podem até decretar sua insignificância social, ao ignorá-los por completo em sua cobertura. O papel vai além: a mídia também pode influenciar a imagem do movimento, elevando líderes e/ou porta-vozes das organizações ao panteão das "personalidades reconhecíveis" ou mesmo do das "celebridades" (GITLIN, 2003). Pelo lado dos movimentos, Rucht (2007) afirma que entidades prioritariamente preocupadas em atingir novos membros ou adesões, buscando um tipo de mobilização mais qualitativa ou mais específica, tendem a apostar com maior frequência em contatos diretos, face-a-face, em detrimento da abordagem impessoal da comunicação de massa. Essa linha de atuação, como procuraremos expor na análise das ações de comunicação levadas a cabo pelo MCCE, se fez pronunciada no período pós-apresentação do projeto de lei da campanha Ficha Limpa, quando o movimento precisava acompanhar a

tramitação da proposta e reforçar ações de lobby parlamentar no Congresso para tentar manter a redação original do texto e acabou, por falta de pessoal suficiente e necessidade de alocação de recursos para essas demandas mais imediatas, reduzindo o envio de mensagens diretas a veículos da mídia de massa. Sabe-se, contudo, que a mídia é elemento efetivo a movimentos que precisam aumentar o número de adesões e fazer chegar suas mensagens a um grande número de pessoas para alcançar seus objetivos. Não foi diferente com o MCCE durante toda a campanha Ficha Limpa, iniciativa de todo indissociável da meta de reunião de assinaturas que atingiu.

William Gamson e Gadi Wolfsfeld (1993) enumeram três finalidades principais da mídia para os movimentos sociais: 1) mobilização, função pela qual o discurso da mídia atinge setores do público-alvo não alcançados por ações diretas do movimento; 2) validação, a legitimidade social que os movimentos ganham sob os holofotes da mídia, e 3) ampliação do escopo, o papel da mídia na atração de terceiros não relacionados diretamente à causa em questão. Klandermans (1992) e Klandermans e Goslinga (1996) destacam também esse último aspecto ao lembrar que a cobertura favorável da mídia pode ainda influenciar a relação entre movimentos, ao elevar as expectativas de sucesso da mobilização e motivar a ação de outros grupos, fornecendo suporte psicológico aos ativistas. Sidney Tarrow (1994) vê a percepção de sucesso de outros grupos como o principal mecanismo a motivar o surgimento de um ciclo de protesto[28].

No outro lado da moeda, os movimentos sociais também podem prover elementos de interesse da mídia, como ação, conflito, drama, personalização, espetáculo, surpresa, conflito, ação e imagem (GAMSON e WOLFSFELD, 1993; GITLIN, 2003; RUCHT, 2007; VLIEGENTHART e WALGRAVE, 2012). Podem, inclusive, por meio de suas ações, alterar o discurso público sobre determinados assuntos. Ryan (1991) estudou o impacto das ações de uma organização anti-intervencionista de poucos recursos, a delegação de New Bedford, que visitou a Nicarágua e conseguiu atrair a atenção e influenciar as interpretações da mídia local em relação à política externa dos EUA na América Central nos anos 1980. Para defender seu posicionamento diante do discurso dominante da Guerra Fria, o movimento enquadrou o tema de forma bem sucedida em torno do custo humano da guerra, evocando símbolos como

[28] Tarrow (1994) define o ciclo de protesto, ou ciclo de contenção, como uma fase de conflito acentuado dentro de um sistema social, com rápida difusão da ação coletiva de setores mais mobilizados a setores menos mobilizados.

imagens de crianças feridas e vítimas de tortura, suscitando o exemplo histórico do fracasso do país no Vietnã e fazendo apelos a princípios humanistas e pacifistas, entre outras táticas.

Trata-se, contudo, de uma relação assimétrica, em que os movimentos, públicos fracos por excelência, são mais dependentes da mídia para atingir seus objetivos do que o oposto. Ou seja, a maior parte dos movimentos precisa da mídia, mas a mídia raramente necessita dos movimentos. Estudos de ciências sociais que procuraram realizar relatos "etnográficos" do trabalho jornalístico, como os relatos seminais de Gaye Tuchman (1978) e Herbert Gans (1979), mostraram como regras e procedimentos administrativos da rotina de produção de informações, necessários à regularização do processo como atividade industrial, têm implicações sobre o que é considerado notícia, os chamados critérios de noticiabilidade. As decisões sobre cobrir um fato e conferir-lhe proeminência no noticiário são guiadas por tais padrões. A designação de repórteres para a cobertura de determinadas instituições e a dependência/preferência da mídia por fontes oficiais, por exemplo, ajudam a entender aspectos da gramática de interação entre movimentos sociais e veículos de comunicação. Em geral, os repórteres, por dependerem usualmente de relatos de segunda mão sobre os eventos, tendem a privilegiar fontes oficiais e institucionais, percebidas na perspectiva da mídia como mais confiáveis e importantes, e normalmente dotadas de estruturas próprias de comunicação que podem facilitar ou mesmo direcionar o trabalho dos repórteres (TURNER e KILLIAN, 1987). Daí a preferência por públicos fortes, fontes que fornecem a história "oficial", e que por serem detentoras de mandatos eletivos e de capacidade para alterar normas e regras que afetam a sociedade como um todo, geralmente são acionadas como pontos de partida das coberturas, tendo ainda maior potencial de fornecimento de "furos", informações exclusivas que preenchem outro critério de noticiabilidade. Ou seja, geralmente a maior parte das notícias aborda pessoas e instituições que já são proeminentes (RYAN, 1991; GAMSON, WOLFSFELD, 1993; CROTEAU e HOYNES, 1994; McCARTHY et al., 1996; SHOEMAKER e REESE, 1996; NORRIS, 2000; RUCHT, 2007; VLIEGENTHART e WALGRAVE, 2012). Tuchman (1978) aponta que atores sociais que detêm poder legítimo claramente ganham mais acesso às emissões da mídia do que aqueles não possuem. Gans (1979) sugere que o poder das fontes oficiais, associado à necessidade de eficiência em uma atividade pressionada por prazos, em última instância estrutura como as organizações jornalísticas decidem o que é notícia. Trata-se aqui, também, grosso modo, do reflexo de estruturas sociais externas às redações jornalísticas: são estruturas hierarquizadas que influenciam a extensão em que a informação estará disponível aos jornalistas. Portanto, como

atores "fracos" na esfera pública, associações civis e movimentos sociais normalmente precisam redobrar esforços para ganhar visibilidade em meios de grande audiência, pelo que passam a moldar suas ações a partir dos códigos das operações da mídia de massa. Lançam mão de ações que buscam se adaptar aos padrões jornalísticos de "valor-notícia" e atrair a programação editorial dos meios (GITLIN, 2003; TURNER e KILLIAN, 1987; RYAN, 1991; PAN e KOSICKI, 2001; MAIA, 2006, 2008c), como distribuição de *releases* (kits com textos e/ou imagens previamente preparados), organização de eventos midiáticos deliberadamente encenados para atrair a cobertura dos meios, promoção de entrevistas coletivas e disponibilização de fontes para contatos exclusivos. Shoemaker e Reese (1996) sugerem que quanto mais as fontes souberem se adaptar às rotinas jornalísticas, maiores serão as chances de obterem cobertura favorável dos meios. Esse processo de busca por visibilidade pública e espaço no fórum público de debates instaurado pela mídia alimenta, portanto, um esforço de profissionalização dos setores de relações públicas e assessoria de imprensa dos movimentos sociais.

Gitlin (2003) mostrou, em seu estudo da cobertura da mídia sobre o SDS (*Students for a Democratic Society*), braço estudantil do movimento da *New Left* norte-americana nos anos 1960, diferentes padrões de interação entre mídia e movimentos em um mesmo episódio, e em períodos relativamente curtos de tempo. Neste caso, primeiramente a mídia ignorou o movimento. Depois o descobriu, passou a cooperar e contribuir com suas atividades, para, finalmente, começar a explorar divisões internas e supostos pontos negativos do movimento. Retrato de uma relação de fronteiras fluidas, que pode ora ser simbiótica, ora antagonística.

1.8 De enquadramentos da mídia e dos movimentos sociais

Outro aspecto chave na relação entre mídia e movimentos sociais é a negociação de significados. Como destacam Gamson e Wolfsfeld (1993), movimentos e mídia estão no "ramo da interpretação de eventos", visto que ambos associam fatos e conjunturas sociais a narrativas mais amplas na disputa pela definição e configuração de questões públicas. Os estudos sobre enquadramento (*framing*) fornecem aportes fundamentais ao entendimento desse processo social de estruturação cognitiva e cultural dos sentidos, no qual nos interessam neste estudo as interpretações agenciadas por movimentos e pela mídia. Perspectiva que remete à investigação de psicólogos e sociólogos sobre os modos de conhecimento, a teoria

do *framing,* assim como o quadro teórico da deliberação, oferece importantes contribuições à investigação dos movimentos sociais e do papel dos meios de comunicação na produção de visibilidades e debates públicos estendidos – enquadrar, como veremos, é agir estrategicamente nas teias da deliberação pública. Com sua fundação relacionada ao desenvolvimento da corrente do interacionismo simbólico e da chamada sociologia interpretativa, que conferem atenção aos processos intersubjetivos de "definição da situação", a perspectiva incorpora contribuições da psicologia social de George H. Mead – traduzida em doutrina sociológica por seu discípulo Herbert Blumer –, da sociologia urbana da Escola de Chicago, da fenomenologia de Alfred Schutz e da etnometodologia de Harold Garfinkel rumo a uma acepção do sujeito como agente criador da realidade social, e não simples espectador (CUFF et al., 2006; SÁDABA, 2007). Com nome originado no argumento chave de George H. Mead, para quem a interação entre indivíduos é uma questão de comunicação por meio de símbolos (e a mente é um fenômeno natural, mas essencialmente social), a escola do interacionismo simbólico critica o cientificismo[29] da sociologia de base funcionalista que predominou nos meios acadêmicos até os anos 1950 e 1960. Procurou mostrar que muitas técnicas da sociologia, sobretudo as quantitativas, eram inapropriadas à natureza dos fenômenos que buscava compreender, e que não é possível reduzir a diversidade de formas de interação humana a uma forma essencial, composta por elementos que respondem a leis sociais e regularidades invariáveis. Considerado o "pai" do amálgama de perspectivas que ficou conhecido como interacionismo simbólico, Blumer argumenta que o retrato de expectativas compartilhadas e estáveis como base da ação social não se aplica a situações fluidas e em desenvolvimento que envolvem transformação e desaparecimento de episódios de ação coletiva[30] (CUFF et al., 2006). Trata-se de reconhecer que a ação social envolve interpretação, e que o curso dessa ação é "emergente", ou seja, irá surgir de maneira espontânea durante o próprio percurso da ação. São três premissas básicas do interacionismo simbólico, segundo Blumer (1998): 1) seres humanos agem diante das coisas baseados nos significados que as coisas têm para eles; 2) esses significados são derivados, ou surgem, da interação social que uma pessoa mantém com outras; e 3) significados são manipulados e modificados por meio de um processo interpretativo usado pelas pessoas para lidar com as coisas que encontram. A ênfase e a base do interacionismo simbólico, portanto, estão na

[29] Cientificismo é a tendência intelectual que preconiza a adoção do método científico, tal como é aplicado às ciências naturais, em todas as áreas do saber e da cultura (filosofia, ciências humanas, artes etc.).
[30] Entendemos ação coletiva tal como proposta por Tilly (1977): "Pessoas agindo juntas em busca em interesses comuns" (p.11)

interação, e na atribuição da centralidade da vida social à comunicação simbólica e aos significados compartilhados:

> Isso significa que a regularidade e a repetição em padrões sociais, regras, normas e valores devem ser entendidas como produzidas e implementadas por meio da ação e interação, que não devem ser tratadas como o produto mesmo de regras, normas e valores subjacentes. A produção de complexos duradouros e de larga escala de ações repetitivas não deve ser vista como surgindo automaticamente de ações conjuntas; em vez disso, elas são infinitamente construídas e reconstruídas, trabalhadas e retrabalhadas. (CUFF et al., 2006, p.132).

Inspirado nessa perspectiva, o conceito de enquadramento é cunhado inicialmente em 1955 por Gregory Bateson[31], que em estudo de psicologia cognitiva o associa à moldura (*frame*) de interpretação, um dispositivo de metacomunicação pelo qual pessoas se atêm a determinados aspectos da realidade e descartam outros durante processos de recepção das mensagens. "O *frame* está relacionado à avaliação das mensagens que carrega, ou o *frame* simplesmente auxilia a mente na compreensão do conteúdo das mensagens, lembrando o pensador que essas mensagens são mutuamente relevantes e que mensagens fora do *frame* podem ser ignoradas" (BATESON, 1987, p. 144). O conceito psicologista de Bateson é recuperado em chave sociológica por Erving Goffman, como a união entre "marcos sociais" e "esquemas mentais" que organizam a percepção e a interpretação das experiências. O *frame* em *Frame Analysis* de Goffman refere-se exatamente à dimensão relacional dos significados, introduzindo o âmbito social à compreensão do processo de *framing.* Goffman credita Bateson pelo uso do conceito e o associa a "princípios de organização que governam eventos e nosso envolvimento subjetivo neles. [...] *Frame* é o termo que uso para me referir a esses elementos que estou apto a identificar. Essa é minha definição de frame. Minha expressão '*frame analysis*' é um slogan que se refere ao exame desses termos na organização da experiência." (GOFFMAN, 1974, p.11). Para Goffman, portanto, os enquadramentos denotam esquemas de interpretação que permitem ao usuário "localizar, perceber, identificar e rotular um número aparentemente infinito de ocorrências concretas". (p.21) Gamson (1992) destaca o que chama de "necessária e desejável" (p.67) antinomia do conceito de *frame* em Goffman, que por envolver o encontro entre premissas estruturais e cognições promove uma ponte entre cognição e cultura. Assim, o conceito ajuda a operacionalizar o caráter dual da cultura (JASPER, 1997), ao focar significados que podem ser discernidos tanto na consciência de

[31] O conceito de *frame* de Bateson data de um artigo de 1955, publicado em livro em 1972 e em nova edição em 1987.

indivíduos, em suas ideias e interpretações expressas em conversações, como em artefatos, eventos e registros formais da sociedade.

Tal inserção do conceito nos processos sociais influiu fortemente em estudos voltados ao trabalho jornalístico e em investigações sociológicas dos movimentos sociais. Interessa-nos aqui destacar diferenças entre o conceito de *enquadramento de ação coletiva,* como esquemas de interpretação levados a cabo por movimentos sociais, e o de *enquadramento da mídia*, como partes do processo significativo das notícias. Os enquadramentos de ação coletiva atuam mediante criação de vocabulários específicos na atribuição de significados e interpretação de acontecimentos, enquanto os enquadramentos da mídia também o fazem, mas refletindo particularidades das instituições desse setor e surgindo como "parte de toda aproximação interpretativa à realidade e de uma série de circunstâncias profissionais que somam no jornalista um modo particular de ver a realidade" (SÁDABA, 2007, p.49). Diferentemente dos enquadramentos de ação coletiva, instrumentos de mobilização por excelência, os enquadramentos da mídia respondem também a uma dimensão ligada aos mecanismos particulares de construção da notícia, seus códigos éticos e profissionais. Ambas expressões, contudo, compartem a referência básica do conceito ao aludir a um "esquema de interpretação que simplifica e condensa o 'mundo lá fora' ao seletivamente pontuar e codificar objetos, situações, eventos, experiências e sequências de ações dentro do ambiente presente ou passado". (SNOW e BENFORD, 1992, p.137). Em suma, a análise de enquadramentos (*frame analysis*) examina a seleção e a saliência de aspectos de um tema por meio da exploração de imagens, estereótipos, metáforas, atores e mensagens, entre outros elementos (MATTHES, 2009).

1.9 Enquadramentos de ação coletiva

Movimentos [sociais] contemporâneos são profetas do presente. O que eles possuem não é a força dos aparatos, mas o poder da palavra.

MELUCCI

A perspectiva do *framing* no estudo dos movimentos sociais nasce de esforços de pesquisadores norte-americanos para analisar, combinando abordagens interacionistas e da teoria de mobilização de recursos, a relação entre cultura e movimentos, tentando assim superar, como procuraremos detalhar na próxima seção, a ênfase que consideravam excessiva nas redes e recursos materiais envolvidos nos processos de mobilização (JASPER, 1997). Seu início pode ser identificado em meados dos anos 1980, quando estudiosos do tema começam a problematizar o que até então era ignorado pelas pesquisas na área: o trabalho de significação e a luta em torno da produção de ideias e significados que conduzem à mobilização. Teóricos de movimentos sociais passaram, então, a partir do *Frame Analysis* de Goffman, a descrever esse fenômeno ativo e processual de construção de significados empregando o verbo *framing* (SNOW et al., 1986; SNOW e BENFORD, 1988, 1992; GAMSON e MODIGLIANI, 1989). E, por meio deste instrumental, começaram a analisar como os movimentos sociais constroem sentido sobre seus mundos sociais, as ferramentas que empregam na busca por seus objetivos e a relação entre fatores ideológicos – valores, crenças e significados – e os processos de identificação e participação em ações coletivas. O conceito de enquadramento passa a adquirir proeminência nos estudos sobre movimentos sociais e ações coletivas[32] e é considerado, ao lado de processos de mobilização de recursos e dos processos políticos, central à compreensão do caráter e do desenvolvimento dos movimentos sociais (BENFORD e SNOW, 2000).

Nas lutas de significados e ideias por mudanças nas políticas públicas, movimentos sociais têm como tarefa básica abordar problemas e injustiças sociais de modo a convencer uma audiência ampla da necessidade de ações coletivas para alterar o estado das coisas (McCARTHY et al., 1996). Tratam de interpretar eventos e situações relevantes de modo a mobilizar potenciais membros e simpatizantes, angariar apoio de terceiros e desmobilizar antagonistas, em representações discursivas da ação coletiva (SNOW e BENFORD, 1988; MELUCCI, 1996). Para isso lançam mão dos enquadramentos de ação coletiva, formas de consciência política que buscam conduzir ao ativismo coletivo ao propor modos de entendimento que sugerem a necessidade e a atratividade de alguma forma de ação (GAMSON, 2011). São arranjos de crenças e significados orientados à ação que inspiram e legitimam atividades e campanhas dos movimentos, que atuam como mecanismos de expressão da injustiça de uma situação social ou de redefinição como imoral e injusto do que

[32] Benford e Snow (2000) apontam, a partir de dados do *Sociological Abstracts,* que o número de artigos e capítulos que tratam de movimentos sociais sob a perspectiva do *framing* subiu de 1 em 1986 para 43 em 1998. Já as referências a artigos seminais da abordagem (Snow et al,.1986; Snow e Benford, 1988, 1992) passaram de sete em 1990 para 106 em 1998.

antes era visto como lamentável, porém tolerável (SNOW e BENFORD, 1992; BENFORD, SNOW, 2000). Ou, na definição de Gohn (2008), "quadros estruturais que dão suporte e sustentação às ações ao expressar os significados atribuídos àquelas ações coletivas por um movimento ou grupo social" (p.87). Com ênfase nas práticas interpretativas e no caráter construído dos significados que ativam a mobilização, o conceito desloca o conflito social para o plano da definição da realidade, apresentando disputas políticas como eminentemente simbólicas (ALONSO, 2009).

A partir da decomposição do conceito de ideologia feita por John Wilson (1973), Snow e Benford (1988) propuseram três funções principais dos enquadramentos de ação coletiva[33]: diagnóstica, prognóstica e motivacional. A função diagnóstica envolve a identificação do problema e atribuições de culpa ou causalidade. A função prognóstica trata da sugestão de soluções para o problema em questão e também da identificação de estratégias, táticas e alvos para superá-lo. A função motivacional dos enquadramentos de ação coletiva se expressa em chamados à ação e de lógicas que justificam o engajamento, que incluem a construção de vocabulários específicos neste sentido. Gamson (2011) também buscou decompor os enquadramentos de ação coletiva, destacando três componentes que podem ser extraídos dos discursos dos ativistas sociais: 1) injustiça; 2) ação e 3) identidade. O componente de injustiça, que se relaciona à função diagnóstica dos enquadramentos em Snow e Benford, envolve a indignação moral expressa nos significados propostos pelos movimentos sociais, premissa mesmo da ação coletiva. É, nos termos de psicologia cognitiva empregados pelo autor, uma "cognição quente", ligada à emoção, de "atores humanos motivados que carregam algum ônus por tratar de danos e sofrimento" (p.28, tradução nossa). Não se trata aqui de avaliações abstratas sobre a igualdade, mas de estratégias simbólicas que procuram oferecer janelas cognitivas para que as pessoas possam transformar problemas cotidianos em sentimentos compartilhados de injustiça. "Emoções diferentes podem ser estimuladas por desigualdades percebidas – cinismo, ironia sarcástica, resignação. Mas a injustiça focaliza a raiva justa, que gera revolta no íntimo dos indivíduos e atravessa a alma" (GAMSON, 2011, p.56). O componente de ação dos enquadramentos, ligado à função motivacional apontada por Snow e Benford, busca encorajar as pessoas à mobilização, sugerindo sentidos de eficácia coletiva e afirmando a possibilidade de mudança de situações indesejáveis. Já o componente

[33] Vale aqui destacar as diferenças entre conceitos de cultura, ideologia e enquadramentos, tal como propostas por Zald (1996). O autor define cultura como "crenças e entendimentos compartilhados, mediados e constituídos por símbolos e pela linguagem, de um grupo ou sociedade". Ideologia é caracterizada como "arranjo de crenças usado para justificar ou desafiar uma ordem política dada e usado para interpretar o mundo político", enquanto enquadramentos são definidos como "metáforas específicas, representações simbólicas e pistas cognitivas usadas para tornar ou lançar comportamentos e eventos em avaliação e sugerir modos alternativos de ação" (p.262).

de identidade[34] refere-se à elaboração de um sentimento de solidariedade de grupo, que implica também na definição de um opositor que será o alvo da ação coletiva, ou seja, a elaboração de um "nós" que se mantém em oposição ou conflito contra "eles", os responsáveis pelo cenário a ser alterado. Relaciona-se, nesse sentido, com as tarefas de atribuição de culpa e causalidade da função diagnóstica dos enquadramentos.

Autores que buscaram investigar os movimentos sociais sob a perspectiva do *framing* também trataram de isolar fatores que contribuem para a eficácia dos enquadramentos, sendo determinantes no sucesso ou fracasso das ações coletivas. Snow e Benford (1988, 2000) identificaram condicionantes que influenciam na chamada "ressonância" dos enquadramentos, seus atributos de credibilidade e proeminência (SNOW, 2004) que irão afetar seu potencial de mobilização. Quanto maior a ressonância do enquadramento, ou seja, quanto maior for sua capacidade de evocar narrativas familiares ao receptor, maior sua força e chance de sucesso. Dois grupos de fatores, portanto, influenciam tais níveis de ressonância: a credibilidade e a proeminência relativa dos enquadramentos. A credibilidade é função de três fatores: consistência, credibilidade empírica e credibilidade dos articuladores. A consistência está associada à percepção de coerência interna dos movimentos, à correspondência entre discurso e ação. Zuo e Benford (1995), por exemplo, concluíram que a rápida mobilização verificada entre cidadãos chineses em 1989 teve como uma das explicações a percepção, entre o público em geral, de consistência entre as falas dos ativistas estudantis e suas ações na praça da Paz Celestial (Tiananmen). A credibilidade empírica refere-se ao grau percebido de correspondência entre os enquadramentos e os eventos do mundo real, ou seja, até que ponto as demandas são passíveis de realização. Ainda no caso das revoltas estudantis chinesas de 1989, os autores supracitados mostram que as reformas ocorridas na União Soviética de Mikhail Gorbachev serviram ao público como provas da exeqüibilidade das mudanças defendidas pelos ativistas. Em relação à credibilidade dos articuladores, quão maior forem a percepção de status e o nível de conhecimento dos participantes dos movimentos, mais plausíveis e ressonantes provavelmente serão os enquadramentos. O outro grupo de fatores que explicam a ressonância dos movimentos refere-se à proeminência relativa dos enquadramentos, que se desdobra em três componentes: centralidade, mensurabilidade

[34]Atento ao caráter confuso que o termo identidade comumente adquiriu nas teorias dos movimentos sociais que passaram a reservar lugar mais nobre à cultura, conseqüência também da extensão excessiva da expressão, Jasper (1997) buscou decompô-la em três categorias: identidade individual, que é o senso do eu do indivíduo, formado por combinação de atributos, afinidades e identificação com coletividades; identidade coletiva, que para o autor são percepções de distinção de interesses e limites de grupos étnicos, sociais, nacionais, de vizinhança, de gênero, entre outros; e identidade de movimento, que emerge quando grupos e indivíduos se percebem (e são percebidos) como força ativa na busca por mudança social.

empírica e fidelidade narrativa. A centralidade é o nível de importância dos temas promovidos pelo movimento em relação à vida dos aderentes em potencial. Temas mais próximos do cotidiano do público-alvo, portanto, possuem maior potencial de mobilização. Os autores sugerem, por exemplo, que dificuldades encontradas pelo movimento pacifista norte-americano nos anos 1980 relacionam-se com a baixa saliência, naquele momento histórico da sociedade dos EUA, dos temas e valores patrocinados pelos ativistas. A mensurabilidade empírica é o grau de correspondência dos enquadramentos com experiências cotidianas dos possíveis aderentes, e a fidelidade narrativa mede a associação entre os significados promovidos pelos ativistas e as narrativas culturais mais amplas. Nesse sentido, Snow e Benford (1986) propõem o conceito de *frame alignment* (alinhamento de enquadramentos) para definir o esforço dos movimentos sociais em compatibilizar suas orientações cognitivas às dos indivíduos que buscam mobilizar, em tentativa de aproximar valores, interesses e crenças do público-alvo às interpretações e objetivos de seus membros. Gamson e Modigliani (1989) sugerem que pacotes interpretativos[35] são bem-sucedidos no discurso da mídia mediante a combinação certeira de ressonâncias culturais – entendidas como a conexão entre símbolos de determinado tópico e temas culturais de fundo –, de atividades dos grupos patrocinadores das causas e seu encaixe a normas e práticas do processo de produção de notícias.

Em defesa de uma abordagem socioconstrucionista dos movimentos sociais, Klandermans (1992) defende que a ação coletiva seja estudada tanto como variável dependente como variável independente, no sentido de que a ação coletiva é precedida e determinada pela construção social de sentidos, mas também influencia em seu curso esse processo de agenciamento. A partir dessa relação, sugere que o processo de construção de sentidos pode ser identificado em três níveis: 1) nível do discurso público; 2) nível da comunicação persuasiva durante campanhas de mobilização levadas a cabo pelos movimentos e 3) nível de crescimento da conscientização durante episódios de ações coletivas. Ao nos propormos a analisar as ações de comunicação do MCCE e a cobertura da mídia sobre a campanha Ficha Limpa, nossa atenção neste trabalho estará voltada, sobretudo, aos processos de construção de sentido engendrados nos dois primeiros níveis apontados pelo autor. Em uma revisão de estudos empíricos sobre enquadramentos de ação coletiva e processos de enquadramentos, produzidos entre 1993 e 2002, Snow (2004) encontrou diferentes métodos e

[35] O conceito refere-se a componentes do discurso da mídia que atribuem sentido a determinado tema. No núcleo desses pacotes estão os enquadramentos, idéias organizadoras centrais à produção de sentido. Tais pacotes interpretativos oferecem um arco de símbolos aglutinadores que sugerem o enquadramento central da questão e avança posicionamentos de antemão.

dados empregados na identificação e análise dos enquadramentos de ação coletiva, com predomínio de entrevistas de campo com participantes dos movimentos, pesquisa etnográfica, análise de documentos e peças de divulgação e de matérias jornalísticas. O autor conclui que embora os enquadramentos possam ser operacionalizados e estudados como estruturas cognitivas individuais, também podem ser localizados em registros, panfletos, cartazes e demais peças de divulgação dos movimentos sociais, caminho que buscaremos seguir adiante na análise dos enquadramentos de ação coletiva promovidos pelo MCCE durante a campanha Ficha Limpa.

1.10 Da busca pela síntese na teoria dos movimentos sociais

O reconhecimento do enraizamento da cultura nas ações coletivas dos movimentos sociais, expresso neste trabalho por meio do conceito de enquadramento de ação coletiva, veio após décadas de desenvolvimento nas teorias dos movimentos sociais, processo ainda em curso. Ao nos alinharmos a essa perspectiva, porém, trataremos de não negligenciar os contextos históricos, organizacionais e políticos que podem condicionar as ações dos movimentos, em um esforço de síntese que muitas vezes permanece em segundo plano no debate acadêmico sobre o comportamento coletivo. Refletindo velhas dicotomias da teoria sociológica – como a visão da sociedade como conflito ou consenso, ação ou estrutura, realidade objetiva versus realidade subjetiva –, o estudo dos movimentos sociais também enfrentou oscilações constantes, como um pêndulo entre extremos irreais em que cada nova teoria deliberadamente esquecia os aportes fornecidos por estudos antecedentes (JASPER, 1997). Posicionar-nos-emos nesse debate identificando potencialidades e fraquezas das principais abordagens voltadas à análise das diferentes dimensões do protesto, em breve descrição dos principais paradigmas das teorias dos movimentos sociais.

O período considerado como o da abordagem clássica dos movimentos sociais é comumente apontado como aquele que predominou ate os anos 1960 (GOHN, 2008). Embora não tenha sido homogêneo, sendo dividido por diferentes escolas, é conhecido como "abordagem da multidão" (JASPER, 1997), pelo tom que ecoava a obra de 1896 de Gustave Le Bon, "A Multidão" (*The Crowd*). Em Le Bon a adesão dos indivíduos aos movimentos é tida como irregular e irracional, resposta cega aos processos de mudanças trazidos pela

sociedade industrial. Nessa perspectiva, os integrantes da multidão que protesta perdem as consciências individuais e passam a integrar, do ponto de vista psicológico, uma espécie de mente coletiva com tendência instintiva ao comportamento impetuoso, violento e contagioso. "Pelo mero fato de integrar uma multidão organizada, um homem desce vários degraus na escada da civilização" (LE BON, 2001, p. 19). A tendência aqui é tratar a identidade dos integrantes dos movimentos, a partir de uma perspectiva psicopatológica, como manifestações de estruturas psicológicas inatas que produzem violência, revoltas e outros comportamentos antissociais (HUNT et al., 1994). Relatos que se seguiram à obra de Le Bon minimizaram o caráter de violência inata da ação coletiva, mas continuaram a reduzi-la ao processo psicológico de descarga de frustrações e descontentamentos. Ainda dentro do paradigma clássico, na linha teórica que ficou conhecida como comportamento coletivo, Turner e Killian (1987) evitaram a ênfase na irracionalidade patológica das massas e abriram lugar para a emergência, entre os atores sociais, de novos significados. A teoria apontou o comportamento coletivo como algo natural e criativo, mas ainda pouco ancorado nas estruturas políticas e tradições culturais (GUSFIELD, 1994; JASPER, 1997).

Um contraponto influente à abordagem da multidão e seus pressupostos de irracionalidade dos protestos veio com a teoria da escolha racional do economista Mancur Olson, que explicou a ação coletiva e os processos de mobilização por meio de pressupostos da microeconomia e seus cálculos de custos e benefícios, deixando em segundo plano as queixas e privações dos indivíduos (MUELLER, 1992). Olson (1965) desafiou o senso comum vigente ao afirmar que o indivíduo racional não atua espontaneamente para atingir benefícios coletivos porque pode "pegar carona" nos resultados sem ter que arcar com os custos da empreitada, visto que a atuação unitária de um indivíduo raramente afeta o resultado de uma ação coletiva. A formulação ficou conhecida como o problema ou paradoxo do "caroneiro" (*free-rider*). Ao destacar que injustiças e problemas sociais não se desdobram automaticamente em atividade dos movimentos sociais, ajudou a preparar o terreno para a teoria da mobilização de recursos (TMR), que se tornaria um dos paradigmas dominantes da área. A TMR se desenvolve a partir dos anos 1970, buscando responder ao paradoxo de Olson por meio da análise dos recursos disponíveis às organizações sociais. Considerou que descontentamentos e sentimentos generalizados preexistentes na sociedade explicam menos a emergência da ação coletiva do que a presença de recursos materiais (financeiros e infraestrutura), humanos (ativistas e apoiadores) e de organização (coordenação entre indivíduos) (McCARTHY e ZALD, 1977). Por ter se tornado um dos paradigmas

dominantes[36], a TMR passou também a ser alvo de críticas rasas, e suas explicações simplificadas como relatos reducionistas de distribuição de recursos (JASPER, 1997). O enfoque motivou a geração e comprovação de hipóteses concretas sobre o funcionamento dos movimentos, mostrando como a disponibilidade de determinados recursos condiciona a ação coletiva, mostrando, por exemplo, que organizações formais – como a igreja no caso do movimento pelos direitos civis nos EUA dos anos 1960 – fornecem base para a mobilização (McADAM, 1999). A teoria motivou todo um grupo de pesquisas focadas no exame dessas organizações formais e as variações em seus graus de profissionalização. Nesse sentido um achado consistente é o fato de que quanto mais formalizado for o movimento social, mais provavelmente terá divisões mais claras de trabalho, processos hierárquicos de tomada de decisão e critérios específicos de adesão. Por outro lado, movimentos sociais menos formalizados são comumente dirigidos por voluntários, possuem poucos procedimentos fixos e rotinas de tomada de decisão, são mais influenciados por líderes individuais e tendem a ter filiais autônomas (STAGGENBORG, 1988). Apesar dos aportes, ao privilegiar um enfoque objetivista sobre aspectos de racionalidade, organização e estratégia dos movimentos, a TMR reservou pouco espaço às dimensões da cultura e da biografia, sem explicar satisfatoriamente como crenças e processos simbólicos e cognitivos contribuem para moldar os processos de mobilização, reduzindo o espectro das motivações humanas basicamente a questões de poder (JASPER, 1997; ALONSO, 2009; MAIA, 2009).

A chamada teoria do processo político (TPP) foi trabalhada por alguns autores da própria TMR, mas com maior ênfase na política e no Estado[37], sobretudo nas oportunidades disponíveis aos movimentos sociais no contexto em que atuam e a permeabilidade das instituições políticas às suas reivindicações. O foco passa às explicações do sucesso ou fracasso dos movimentos, mais do que seus processos e estruturas (CANIGLIA e CARMIN, 2005). O principal nome dessa linha é Charles Tilly, que buscou relacionar os processos de mobilização ao contexto dos processos políticos e econômicos que marcaram a história do Ocidente desde o século 18, como urbanização, industrialização e nascimento dos Estados-

[36] Segundo Mueller (1992, p.3), 56% dos artigos sobre movimentos sociais e ação coletiva publicados nas quatro principais revistas norte-americanas de sociologia e ciência política durante os anos 1970 se basearam na teoria da mobilização de recursos, índice que chegou a 75% no início dos anos 1980.

[37] A TPP também pode ser entendida, como apontam alguns autores (GOHN, 2008; MAIA, 2009), como uma etapa diferenciada dentro do paradigma-norte americano notabilizado pela teoria da mobilização de recursos, daí também ser chamada de teoria da mobilização política. Tal morfologia foi proposta inicialmente por Cohen (apud ALONSO, 2009), que agrupou TMR e TPP no "paradigma da mobilização de recursos", de ênfase "objetivista" e utilitarista, com foco no caráter estratégico da ação coletiva, contrapondo-o ao "paradigma orientado para a identidade", linhagem européia de cunho "subjetivista", mais voltada a valores e identidades dos agentes da mobilização.

nação. A teoria reserva espaço para os recursos materiais e reativa o campo da cultura, enfocando processualmente elementos ideológicos e culturais – como crenças e insatisfações compartilhadas – na interpretação das ações coletivas (GOHN, 2008). Seu foco principal, contudo, está nos Estados e no grau de organização e de capacidade de resposta das elites (JASPER, 1997; ALONSO, 2009). Tilly (1977) decompõe seu modelo de mobilização em cinco variáveis quantitativas: interesses (perdas e ganhos resultantes da interação com outros grupos), organização (nível de identidade comum e estrutura unificadora), mobilização (disponibilidade de recursos em mãos dos movimentos), ação coletiva e oportunidades (relação entre os interesses do movimento e o do estado do mundo ao seu redor). Estudiosos como Doug McAdam (1999) e Sidney Tarrow (1989) partiram dos aportes de Tilly para propor o conceito de "estrutura de oportunidade política" (EOP), como tentativa de identificar as propriedades dos ambientes externos aos movimentos que incentivam ou constrangem a estruturação da ação coletiva. A abordagem foi bem-sucedida na ampliação do entendimento das relações entre movimentos sociais e formas menos institucionalizadas de ação coletiva, de um lado, e do sistema político institucionalizado, do outro. Mas como no caso da metáfora dos recursos na TMR, o conceito de estrutura de oportunidade política passou a ser usado para caracterizar um número muito grande de variáveis, perdendo em especificidade e poder explicativo. Conflitos sociais passam a ser associados a protestos dentro de processos eminentemente políticos, e por consequência as análises se concentram mais no sistema político do que na sociedade civil (MELUCCI, 1989). A TPP chegou a reservar mais espaço para a cultura na explicação da ação coletiva do que a TMR, mas em escala ainda ocasional, com elementos pressupostos na própria teoria, como a formação de "interesses coletivos", sem desenvolvimento suficiente (JASPER, 1997; DELLA PORTA e DIANI, 2006; ALONSO, 2009; MAIA, 2009). "Cada grande paradigma tendeu a se concentrar em uma única e potente metáfora – psicologia de massas, racionalidade estratégica, recursos materiais, oportunidades políticas – associada a uma dimensão do protesto, deixando as outras dimensões na sombra." (JASPER, 1997, locação 600, tradução nossa).

Enquanto a TMR e a TPP avançavam no meio acadêmico norte-americano nos anos 1970 como forma de entender os movimentos que haviam surgido nos EUA desde a década anterior (movimento pelos direitos civis, estudantil, feminista, contra a guerra do Vietnã), pesquisadores europeus reagiram aos movimentos semelhantes que surgiam no Velho Continente (estudantis, feministas, pacifistas, ambientalistas) a partir de um modelo cujo enfoque reservou lugar chave à cultura. Estudiosos associados à chamada teoria dos novos movimentos sociais (TNMS) contribuíram de forma decisiva à análise das inovações das

formas e conteúdos dos movimentos sociais contemporâneos, fazendo tanto uma crítica ao marxismo ortodoxo como às teorias que enfatizavam a lógica racional e estratégica dos movimentos sociais (DELLA PORTA e DIANI, 2006; GOHN, 2008). Partem da constatação da emergência de uma "sociedade pós-industrial" (TOURAINE, 1981), resultante de mudança macroestrutural que desloca a natureza do capitalismo, cujo centro deixa de ser a produção industrial e o trabalho (ALONSO, 2009). Nessa nova sociedade sob a égide da TNMS, a importância crescente do conhecimento e da manipulação de símbolos nos processos industriais favorece a interpenetração entre técnica e cultura, fazendo com que conflitos antes restritos ao plano econômico cedam lugar à articulação de novos grupos em torno de questões não materiais e outrora restritas ao mundo privado (família e sexo, por exemplo). O olhar é conduzido, portanto, a novas características dos movimentos, que diferem da base classista clara dos movimentos operários tradicionais. As lutas passam a se articular em torno de outros eixos, como significados culturais e espaços autônomos, e não mais somente em torno da distribuição dos recursos econômicos. Em comparação com os marxistas e a ênfase na ideologia como falsa representação do real, os teóricos da TNMS colocam o ator social novamente no centro do cenário e destacam a heterogeneidade dos movimentos, negando a cultura como arranjo fixo de valores e normas (DELLA PORTA e DIANI, 2006; GOHN, 2008). Nesse sentido, os atores sociais são analisados principalmente por meio de suas ações coletivas e pela identidade coletiva construída no processo. Assume-se que os interesses coletivos não são dados de antemão, mas sim construídos intersubjetivamente pelos grupos em interação.

> Diferentemente da teoria de mobilização de recursos que tende a adotar a perspectiva do observador – e detecta, no ambiente político, as condições favoráveis ou não à ação do ator–, adota-se, aqui, uma perspectiva hermenêutica, que busca compreender o modo pelo qual os atores coletivos produzem o autoentendimento e as definições que constroem em interação com outros atores sociais, numa teia de relações, dentro de contextos socio históricos específicos. (MAIA, 2009, p.76).

A TNMS, porém, foi criticada por tomar como características constitutivas dos chamados novos movimentos sociais traços que não são necessariamente novos nem generalizáveis, como a extração de classe média dos participantes e laços organizacionais frouxos – bem como por certo entusiasmo normativo que imputa aos membros dos movimentos significados criados pelos próprios estudiosos. (GAMSON, 1992; JASPER, 1997; DELLA PORTA e DIANI, 2006). Os teóricos da TNMS foram alvo de objeções, portanto, por generalizar suas afirmações a partir da observação de apenas um grupo

específico de movimentos progressistas da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, e ainda pela tendência a associar a identidade dos integrantes dos movimentos ao resultado direto de arranjos macrossociais, ou seja, mudanças nas sociedades industriais teriam resultado automaticamente em novas identidades (GAMSON, 1992; HUNT et al., 1994). Com todos os avanços nos paradigmas dos dois lados do Atlântico, ainda permanecia um forte dualismo entre teorias com foco na ação (micro) e teorias estruturais, que acabaram por marcar o debate dos anos 1970 a meados dos anos 1990. "A linguagem dos recursos e do processo político nunca se conectou com aquela da cultura e da identidade cultural. Os europeus atentaram pouco a estudos empíricos, enquanto os americanos frequentemente descartaram como filosofia especulativa questões sobre os significados mais amplos do protesto" (JASPER, 1997, tradução nossa).

A partir dos anos 1990, no entanto, a análise dos movimentos sociais tende a privilegiar a busca pela integração de abordagens de enfoque macro e microssocial, com a ajuda de conceitos que procuram articular ação e estrutura. O argumento passa a ser pela síntese, e não pela polêmica:

> Da mesma forma que não se fala mais da análise das estruturas desconsiderando-se o papel das conjunturas, a tendência é articular diferentes disciplinas: economia, política, sociologia, antropologia, psicologia, psicanálise, filosofia e comunicação. (GOHN, 2008, p.337).

Como destacamos na seção anterior, a própria perspectiva do *framing* na teoria dos movimentos sociais nasce desse esforço de síntese, neste caso de pesquisadores norte-americanos que tentaram fazer dialogar elementos da TMR, entendida na acepção mais ampla que inclui a TPP, e a TNMS, incorporando também aportes do interacionismo simbólico. Ao analisar o uso dos enquadramentos como ferramenta de mobilização em um processo ativo por onde movimentos sociais formulam sentidos e constroem realidades políticas por meio da elaboração de problemas, causas, culpas e soluções, a escola dos enquadramentos de ação coletiva reavivou o interesse em dinâmicas cognitivas e sua relação com a mobilização, procurando endereçar questões culturais dentro do quadro mais amplo do paradigma da mobilização – recursos, organização formal, táticas e oportunidades políticas (MUELLER, 1992; ALONSO, 2009). A perspectiva obteve larga difusão entre os estudiosos de movimentos sociais, mas foi criticada por ainda manter certa visão instrumental e estratégica da cultura, onde as crenças acabam sendo reduzidas ao seu papel em processos de

recrutamento, bem como por uma ampliação excessiva de sua metáfora principal para cobrir quase toda forma de cultura (JASPER, 1997). Atentos a essas ressalvas, defendemos aqui que a perspectiva do enquadramento pode operar como um quadro teórico integrado na análise dos movimentos sociais, desde que considere aportes complementares suscitados por outras linhas e tradições de análise. Nesse sentido, em esforço de integração entre as diversas teorias, e no caminho proposto por Doug McAdam et al. (1996), defendemos uma perspectiva analítica que destaque simultaneamente características interativas das oportunidades políticas (aberturas e restrições disponíveis aos movimentos), dos recursos e estruturas de mobilização (veículos formais e informais de organização coletiva por meio dos quais os indivíduos se mobilizam e se engajam em ação coletiva) e dos processos de enquadramento (processos coletivos de interpretação, atribuição e construção social que medeiam entre oportunidade e ação).

A tentativa de articular a macroanálise do social e o estudo das microtransformações ganha sentido no cenário da sociedade contemporânea, em que o caráter de rede das relações sociais se torna cada vez mais central a todos os domínios da vida (CASTELLS, 2001). E como parte desses domínios, os movimentos sociais também passam se estruturar cada vez mais em redes, como a própria teoria já reconheceu (MIDLEJ, 2011; SCHERER-WARREN, 2011). Pesquisadores notaram, avançando desde o legado da TNMS, que os movimentos sociais nas sociedades atuais não devem ser mais vistos como personagens – grupos estáveis e definidos por uma condição social e cultura específicos, unificados e significativos em si próprios – envolvidos em lutas distributivas com o Estado, mas como redes de movimentos sociais, terrenos de articulação entre organizações e de negociação e formatação de identidades coletivas (MELUCCI, 1989, 1996). Os conflitos nas sociedades complexas, portanto, são conduzidos por atores temporários e fragmentados, que se envolvem em lutas para chamar a atenção a problemas e dilemas da sociedade ao mesmo tempo em que buscam negociar a própria unidade por meio de significados compartilhados. E o potencial para ação nessas lutas para construir problemas de forma convincente e enviar demandas às arenas políticas institucionalizadas depende não mais apenas dos recursos materiais ou das formas de organização social, mas da habilidade dos movimentos e redes de movimentos de produzirem e disseminarem informação (MELUCCI, 1996; MAIA, 2002). Nesse sentido, as redes cívicas[38] espalhadas pela sociedade tratam cada vez mais, como destacamos acima, de se

[38] Segundo Gohn (2010), os principais atores sociais que protagonizam ações coletivas são redes associativas estruturadas em movimentos sociais, ONGs, associações de bairro e comunitárias, entidades assistenciais,

apoderar dos meios de comunicação e das tecnologias da informação para produzir e difundir enquadramentos, criando processos comunicativos que se constituem como arenas discursivas temáticas (MAIA, 2002), eixos de contestação e deliberação que pre-estruturam a esfera pública e alimentam e tematizam as arenas políticas institucionais. Beneficiam-se ainda das possibilidades abertas pela internet para tornar a comunicação política mais simples (DELLA PORTA e MOSCA, 2005), ainda que haja constatações divergentes sobre o potencial democratizante das novas TICs (PEREIRA, 2010). Nosso olhar sobre a campanha Ficha Limpa, fenômeno entendido também como rede cívica estruturada em movimento social, não pretende esgotar a análise desse episódio histórico, mas contribuir à sua compreensão por meio da investigação do território simbólico que ajudou a constituir e do qual se alimentou. Daí a opção por um modelo mais integrado de análise, ancorado em apropriações do conceito de enquadramento que na investigação tanto dos movimentos sociais como dos meios de comunicação evitaram radicalizar uma visão construtivista que toma a realidade por resultado do discurso. Para isso consideraremos também o papel das estruturas de oportunidade política, dos recursos materiais e discursos de identidade disponíveis às redes e movimentos que atuaram como interlocutores ativos nesse processo de formulação, encaminhamento e circulação de novas demandas e posicionamentos na esfera pública.

1.11 Enquadramentos da mídia

Diferentemente da perspectiva que investigou os enquadramentos de ação coletiva estratégicos dos movimentos sociais, que já dava os primeiros passos na década de 1970, o emprego do conceito de *framing* nos estudos de mídia e jornalismo ganharia terreno na literatura especializada apenas nos anos 1980, com avanço expressivo a partir a década de 1990. Seu desenvolvimento nos estudos de comunicação política suscitou e ainda promove críticas semelhantes àquelas verificadas na literatura sobre enquadramentos dos movimentos sociais, dada a repetida variedade de entendimentos teóricos e operacionais do conceito, consequência de um alargamento excessivo e muitas vezes inconsistente no emprego da

---

organizações de fomento à responsabilidade social mantidas por empresas, fóruns e conselhos de gestão pública compartilhada.

expressão (TANKARD, 2001; de VRESSE, 2005; MATTHES, 2009; D'ANGELO e KUYPERS, 2010)[39].

A noção de enquadramento foi introduzida na pesquisa em comunicação por Tuchman (1978) e Gitlin (2003), que partem de aportes de Goffman (1974). Tuchman procurou analisar a construção social das notícias, examinadas como elementos que contribuem a constituir a sociedade como um fenômeno social compartilhado. Empregou a noção de enquadramento goffminiana como "princípio organizador" que se alimenta e também reflete estruturas sociais mais amplas – no caso das notícias, as hierarquias políticas e a própria organização do trabalho jornalístico. Gitlin (2003) é um autor que por ter estudado pioneiramente, por meio do quadro teórico do enquadramento, a interação entre mídia e movimentos sociais, é responsável por uma das definições de enquadramentos da mídia mais recorrentes na literatura sobre o tema. Definiu-os como "padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, por meio dos quais manipuladores de símbolos rotineiramente organizam o discurso, seja ele verbal ou visual" (p.7). Outra definição muito influente[40], proveniente da tradição sociológica do *framing*, é a de Gamson e Modigliani (1987, 1989) que descreveram enquadramento como "ideia organizadora central" que sugere a essência do tema em questão e se situa no centro de um "pacote interpretativo" que provê sentido aos eventos em curso. Em outra definição pioneira, posteriormente criticada por genérica, Iyengar (1991) sustenta que o conceito se refere a "alterações sutis na afirmação ou apresentação de questões envolvendo julgamentos e escolhas". A definição clássica mais lembrada é a de Entman (1993), precisa em relação às funções dos enquadramentos: "Enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e torná-los mais proeminentes em um texto comunicativo, de modo a promover uma definição particular de problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento" (p.52). Acepções contemporâneas do conceito buscaram explicitar o que o diferencia de mensagens persuasivas e afirmações comuns. Entman et al. (2009), por exemplo, afirmam que "um enquadramento invoca repetidamente os mesmos objetos e traços, usando palavras idênticas ou sinônimas em uma série de comunicações similares concentradas no tempo" (p.177).

Enquadramentos podem ser localizados na comunicação estratégica de atores políticos e sociais (partidos políticos, movimentos sociais, ONGs), na estrutura cognitiva de jornalistas,

---

[39] Como apontaram D´Angelo e Kuypers (2010), o próprio conceito de *framing* já foi classificado não apenas como conceito, mas como abordagem, teoria, classe de efeitos da mídia, técnica analítica e programa de pesquisa multiparadigmático.

[40] Matthes (2009) analisou 131 artigos sobre estudos de enquadramentos da mídia publicados de 1990 a 2005 e identificou como mais influentes as definições de Entman (1993), presentes em 28,7% da amostra; de Gamson e Modigliani (1987, 1989), em 20,2%; de Gitlin (2003), em 11,8%; e de Iyengar (1991), em 6,2%.

no conteúdo da mídia e nas mentes dos cidadãos. Como veremos adiante, este trabalho se debruçará principalmente sobre o primeiro e o terceiro desses espaços, com incursões pontuais pelos demais. Após expormos a fundamentação teórica da comunicação estratégica de atores coletivos na seção 4.1, cabe aqui explicitar diferenças entre o conceito de enquadramento como estrutura cognitiva de jornalistas e como conteúdo da mídia. Um enquadramento jornalístico profissional é uma "estrutura específica de conhecimento ativada por certo estímulo e empregada por um jornalista na construção de matérias" (DUNWOODY apud ENTMAN et al., 2009, p. 179). Descritos primeiramente por Tuchman (1978), apresentam-se como espécies de guias práticos da profissão a orientar a rotina de construção das matérias. Podem existir em um nível individual (como um enquadramento construído individualmente por um) ou em nível organizacional (como enquadramentos compartilhados por jornalista de uma mesma redação).

Já a investigação dos enquadramentos das mentes dos cidadãos, ou pesquisa dos efeitos dos enquadramentos (*frame effects*) ganhou espaço e deu origem a uma extensa metodologia na pesquisa em comunicação. Suas origens remetem aos estudos de psicologia cognitiva de Kahneman e Tversky (1984) que atestaram o poder dos enquadramentos e de seus mecanismos de seleção, ênfase e omissão de determinados aspectos da realidade (FERREE, 1992; ENTMAN, 1993). Confrontados com cenários simples e equivalentes de tomada de decisão, porém distintos na manipulação dos enquadramentos, os indivíduos nesses experimentos demonstraram preferências diversas[41]. Ao demonstrar o poder de descrição seletiva dos enquadramentos, a pesquisa influenciou fortemente os estudos de efeitos dos enquadramentos. Uma vez provado que os enquadramentos podem influenciar a opinião pública em temas diversos (IYENGAR, 1991; SCHUCK e de VREESE, 2006), pesquisadores refinaram exames de variáveis individuais e contextuais que podem amplificar, limitar ou mesmo barrar os efeitos de enquadramento (DRUCKMAN, 2001). Esses estudos investigam a existência de relações causais entre os enquadramentos da mídia, conjunto de palavras, expressões e estilos de apresentação usados por um emissor ao disponibilizar informações sobre um tema a uma audiência, e os enquadramentos individuais (SCHEUFELE, 1999; CHONG e DRUCKMAN, 2007), entendimentos cognitivos dos indivíduos sobre temas em questão.

[41] A apresentação de um problema de saúde pública mostrou como um efeito de formulação/enquadramento no qual a mudança de expressão de "vidas salvas" para "vidas perdidas" induziu uma mudança significativa de preferência, da aversão ao risco (*risk aversion*) à procura do risco (*risk seeking*).

Sofisticando-se metodologicamente, a discussão teórica nessa linha passou a investigar mecanismos cognitivos implicados nos processos de ativação dos efeitos de exposição aos enquadramentos da mídia. Opôs conceitos como o da "aplicabilidade" de uma mensagem ao conhecimento prévio do indivíduo (PRICE e TEWKSBURY, 1997) ao mecanismo mais inconsciente da "acessibilidade" (D'ANGELO, 2012). Estabeleceram-se diferenças de graus de abstração dos enquadramentos, estudos que se dedicam a descrever enquadramentos específicos a um assunto (*issue-specific frames*) e outros que discutem enquadramentos genéricos (*generic frames*) (de VREESE, 2005; MATTHES, 2009). Enquadramentos específicos a um assunto são pertinentes a certos assuntos ou eventos, enquanto enquadramentos genéricos podem ser identificados e aplicados a diferentes tópicos, em diferentes períodos e sociedades. Um exemplo clássico são os dos enquadramentos "temáticos" e "episódicos" propostos por Iyengar (1991). O enquadramento episódico toma a forma de um estudo de caso, de uma narrativa voltada a um evento específico, sem explicações mais amplas, enquanto o enquadramento temático relaciona o fato ao seu contexto histórico e procura discutir seus desdobramentos. Valkenburg et al. (1999) e Semetko e Valkenburg (2000) desenvolveram uma influente tipologia de enquadramentos genéricos, ao apontar cinco modalidades mais comuns de enquadramentos empregados pela mídia: 1) conflito; 2) interesse humano; 3) atribuição de responsabilidade; 4) moralidade e 5) consequências econômicas. O enquadramento de conflito enfatiza disputas entre indivíduos, grupos, instituições ou países. É associado ao enquadramento "estratégico" proposto por Cappella e Jamieson (1997) como dominante na cobertura jornalística da política nos EUA, e associado a notícias que enfatizam o jogo de perde e ganha (*horse race*) da política, com emprego de linguagem bélica e lúdica, foco no estilo de performance dos candidatos e em resultados de pesquisas de opinião pública. O enquadramento de interesse humano se foca normalmente em uma história individual ou um ângulo emocional na apresentação do tema. O enquadramento de atribuição de responsabilidade procura apresentar o tema de forma a responsabilizar um indivíduo, grupo ou instituição por causar ou resolver um problema. O enquadramento de moralidade interpreta o tema em termos de dogmas religiosos ou prescrições morais, e o enquadramento de consequências econômicas, como o nome denota, enfatiza a questão em termos das implicações econômicas para indivíduos, grupos e sociedades. A tipologia dos enquadramentos relaciona-se ao modo de identificação e extração dos mesmos. A abordagem indutiva pressupõe que os enquadramentos são extraídos como resultado da análise, ou seja, não são definidos teoricamente de antemão, procedimento afeito a análises que apontam enquadramentos específicos a um assunto. Já a abordagem dedutiva

investiga enquadramentos que são definidos e operacionalizados antes da investigação, e relaciona-se com o processo de apontamento de enquadramentos genéricos.

Estudos de conteúdo da mídia inspirados na perspectiva do enquadramento também trabalham com o conceito de valência, de atribuição de valores possíveis (positivo, negativo ou neutro) das matérias em relação a determinado objeto de análise (NEVES, 2008). Um texto de valência positiva teria abordagem favorável em relação ao objeto, reproduzindo seus argumentos e selecionando dados favoráveis sem grandes contrapontos. A valência negativa é aquela que prioriza enquadramentos concorrenciais, destacando informações desfavoráveis a uma determinada linha de interpretação. Já a valência neutra reflete um relato mais objetivo, sem avaliações de caráter moral ou pessoal.

Em uma meta-análise dos principais estudos de enquadramentos da mídia publicados de 1990 a 2005, Matthes (2009) trouxe à tona o ponto em que a falta de diálogo conduziu a pesquisa nesta área, com importantes diferenças conceituais e metodológicas em aspectos como definições, tipologia, uso da teoria e métodos de análise. Há definições que não oferecem caminho de operacionalização e outras que especificam as funções dos enquadramentos. Enquanto estudos extraem um enquadramento por unidade de discurso (que também pode ser uma notícia, um trecho da notícia ou uma imagem, por exemplo), outros detectam múltiplos. Pesquisas formulam hipóteses sobre estrutura e natureza dos enquadramentos, outras formulam questões de pesquisa voltadas à descrição de conteúdo midiático. Métodos de extração de enquadramentos focados ora em textos, ora em números; ora de maneira indutiva, ora dedutiva; ora são feitos manualmente, ora por computador.

Tal dispersão conceitual fez com que hoje seja lugar comum a defesa de uma abordagem integral do processo de enquadramento (SCHEUFELE, 1999; de VREESE, 2005), dissociado em ao menos três etapas: 1) construção (*frame building*), referente aos fatores que influenciam os aspectos estruturais dos enquadramentos da mídia, resultantes da interação entre jornalistas, elites políticas e econômicas movimentos sociais e outros atores sociais; 2) fixação (*frame setting*), referente à interação entre enquadramentos da mídia e predisposições e conhecimentos dos indivíduos, e 3) consequências (*frame effects*), que são os efeitos sociais e individuais do processo de fixação dos enquadramentos. Métodos e mensurações são usados para observar enquadramentos e seus elementos em textos e contextos de produção, na mente dos produtores e dos receptores. (D'ANGELO, 2012).

Esta pesquisa não se pretende capaz de descrever integralmente os processos comunicativos agenciados pela campanha Ficha Limpa, tampouco de construir pontes definitivas e seguras entre o discurso dos movimentos, da mídia, das elites políticas e do

público. Interessa-nos aqui examinar, ainda que parcialmente, a constituição do debate em espaços determinados da esfera de visibilidade pública, por tratar-se de "terrenos com características próprias que merecem ser investigados independentemente dos 'efeitos' que as mensagens possam causar na opinião pública" (MAIA, 2008, p.94). Nosso olhar estará voltado principalmente a processos de construção dos enquadramentos (*frame building*), fluxos de interação entre jornalistas, elites (GANS, 1979; TUCHMAN, 1978) e movimentos sociais que comportam, em maior ou menor grau, registros de ações estratégicas na esfera pública, esforços de ampliação da visibilidade de posicionamentos e de moldagem da opinião pública a esses enquadramentos (PAN e KOSICKI, 2001; MATTHES, 2009)[42]. O foco estará no jogo de *inputs* e *outputs* entre a comunicação estratégica dos movimentos e os enquadramentos da mídia, descrito ainda nos termos das oportunidades políticas e das estruturas de mobilização que se impõem e são processadas cognitivamente pelos atores cívicos.

A análise conjunta dos processos de *frame setting* e *frame effects* demanda a definição de desenhos metodológicos complexos de análise de recepção que fogem ao escopo deste trabalho. A defesa de uma abordagem integral, ademais, não poderia se confundir com a defesa cega de uma padronização de conceitos e definições operacionais alheia ao fato de que a perspectiva do enquadramento, tanto em sua tradição sociológica como na perspectiva comunicacional, nasceu na interdisciplinaridade e vem permitindo, ainda que o trabalho esteja longe de ser concluído, a evolução de seus conceitos e ferramentas metodológicas. No trabalho prático, parece sensata a defesa de uma análise integral, mas de abordagem "agregadora" (*fit-into)* (D'ANGELO, 2012), que celebra o conhecimento acumulado na área e acredita que a pesquisa em enquadramentos avança na práxis calcada no conhecimento sólido das tradições que irrigam o pensamento em comunicação.

Interessa-nos a idéia chave da teoria que coloca atores sociais, jornalistas e audiências não como reflexos ou transmissores de realidades políticas e sociais fixas, mas em construção de diferentes instáveis combinações de seleção e interpretação de experiências (MATTHES, 2012). Nesse sentido, o diagrama de análise de enquadramentos que Matthes (2012) propõe como projeto interdisciplinar de pesquisa ajuda a visualizar o circuito dos enquadramentos na esfera pública. Trata-se de um tripé entre atores políticos (ou cívicos), atores da mídia e

[42] Os autores consideram a análise de enquadramentos como uma conexão entre as proposições normativas do modelo de democracia deliberativa e as questões empíricas que envolvem os processos de tomada coletiva de decisões.

cidadãos como atores. Cada pólo sujeito a decisões e processos internos, mas em relação permanente de retroalimentação.

A análise das interações entre atores políticos e da mídia se dá pela comparação entre os enquadramentos promovidos pelos "patrocinadores" das mensagens (*input*) e os formados no discurso dos meios de comunicação (*output*). A análise das interações entre atores da mídia e a audiência é operacionalizada por avaliações de uso e efeito dos meios, e o estudo das relações entre cidadãos e atores políticos/cívicos deve investigar seus efeitos diretos e indiretos sobre os processos de decisão política. De modo a fazer dialogar esse diagrama com o referencial teórico da democracia deliberativa, incluímos, no centro desse tripé, a prática mesma da deliberação pública, entendida como processo de construção coletiva de significados sobre assuntos de interesse público.

Consideradas mensagens estruturadas estrategicamente por movimentos sociais, que costumam conjugar componentes diagnósticos, prognósticos e motivacionais em busca de adesões e visibilidade na esfera pública, os enquadramentos da mídia nem sempre se constituem dessa maneira. Seja por condicionantes industriais como limitação de tempo e espaço, ou certas rotinas profissionais, tais quais normas internas de padronização e estilo, preferências por fontes institucionais e padrões de edição, textos da mídia podem ser meramente descritivos ou expressarem não apenas um, porém mais de um enquadramento, não raro ambíguos e de fronteiras movediças entre si. Shaw et al. (2010) criticam a prática de análise que atribui apenas um enquadramento por texto, pois consideram improvável a identificação de texto noticioso que possa ser classificado como apresentação de uma visão única sobre determinado tema. Recorrente também é a questão se o enquadramento constitui de fato ou não uma característica observável empregada por jornalistas e suas organizações ou se é apenas uma ferramenta heurística criada e imposta pelo pesquisador à análise daquela mensagem específica.

Este trabalho está menos interessado na extração de enquadramentos genéricos ou específicos – e todo o aparato multimetodológico acumulado em torno da pesquisa de *frame effects* – do que na decomposição e análise de mecanismos desses enquadramentos, parte de uma abordagem "agregadora" densa que tente trazer à tona e fazer dialogar elementos históricos e condicionamentos políticos contextuais, fragmentos de narrativas pessoais, descrições comparativas de ações estratégicas de comunicação e de discursos midiáticos expressos na esfera de visibilidade pública. Trata-se do desafio primordial desse trabalho, para o qual lançaremos mão do desenho indicado na seção seguinte.

1.12 Metodologia, hipóteses e questões de pesquisa

Diversas em seus métodos de extração, realizadas isoladamente ou a partir da decomposição de seus elementos, análises de enquadramentos investigam a seleção e a saliência de aspectos de temas públicos, por meio de imagens, metáforas e atores em interação nesses processos. Entman et al. (2009) tomaram a profusão de operacionalizações e arriscaram uma classificação desses métodos de extração, ainda que provisória, em quatro grandes abordagens: manual-holística, cluster-manual, assistida por computador e qualitativa.

Pesquisas da linha manual holística geram enquadramentos dedutivamente a partir de uma análise inicial qualitativa de textos da mídia, posteriormente codificados como variáveis holísticas em análises manuais de conteúdo. Exemplo dessa medição, segundo os autores, está no estudo clássico de Iyengar (1991). Pesquisas de abordagem cluster-manual codificam variáveis de elementos de enquadramentos em análises padrão de conteúdo. Ou seja, não são os enquadramentos que são codificados, mas seus elementos, para posterior análise estatística revelar os enquadramentos. Abordagens assistidas por computador radicalizam essa proposta ao excluir o elemento humano da codificação, investindo na programação de softwares que agrupam palavras e comparam regras sintáticas para tentar extrair significados. Sem desconsiderar de antemão nenhuma dessas abordagens, nem o eventual uso integrado desses métodos, ainda assim acreditamos que tomados isoladamente eles não se coadunam com a liberdade do olhar necessária à análise comunicacional dos fenômenos sociais. Optamos por uma aproximação à abordagem qualitativa citadas pelos autores, onde enquadramentos são sugeridos a partir da seleção, uso e estruturação de palavras e sentenças específicas em um texto, elementos tomados como espécies de pedaços construtores (*building blocks*) de possíveis enquadramentos (ENTMAN, 1993; ENTMAN et al., 2009). Cada texto dá origem a uma matriz de dados específica, a partir da qual seus elementos são agrupados e analisados comparativamente. Mas diferentemente da tradição dessa abordagem, que costumou olvidar relatos quantitativos na descrição em profundidade dos enquadramentos, recorreremos aos números e índices para estabelecer frequências dos componentes dos enquadramentos e comparar os padrões dessas mensagens voltadas à competição de discursos na esfera pública. Para além de identificar elementos que possam denotar a presença de determinados enquadramentos, estaremos procurando extrair desses textos características que possam dizer da qualidade democrática dos processos de debate público ali eventualmente ensejados, como

a identificação dos atores convocados a ser manifestar, os diferentes níveis de acesso e o grau de diálogo entre esses atores nas falas editadas pelos meios de comunicação analisados.

Aspectos chave da análise de enquadramentos, os componentes dos *frames* constituem as peças básicas dessas construções teóricas. Enquanto algumas definições de enquadramento são genéricas e fornecem poucos elementos para a operacionalização do conceito, outras são mais precisas nesse sentido. Entman (1993), por exemplo, que em sua já aqui citada construção distinguiu definições de problema, interpretações causais, avaliações morais e recomendações como itens dos enquadramentos, buscou avançar ao defender que os mesmos podem ser examinados mediante a presença de palavras-chave, slogans, imagens estereotipadas e fontes de informação que reforcem fatos e julgamentos. Gamson e Lasch (1981) e Gamson e Modigliani (1989) também contribuíram para a operacionalização do conceito ao desenvolverem as noções de "dispositivos de enquadramento" (*framing devices*), responsáveis por condensar a informação e como pensar sobre o tema em questão, e os "dispositivos de raciocínio" (*reasoning devices*), conectados às funções dos enquadramentos de definir problemas, atribuir responsabilidades, tecer julgamentos morais e atingir soluções possíveis. Os cinco mecanismos de enquadramento propostos são metáforas, exemplos (como exemplos históricos), frases de efeito (slogans), representações e imagens visuais (como ícones). Os três mecanismos de raciocínio seriam as raízes (como análises causais), consequências e apelos a princípios. Tankard (2001) propôs 11 mecanismos ou pontos focais para a análise empírica dos enquadramentos da mídia nos textos jornalísticos: títulos, subtítulos, fotos, legendas de fotos, leads (parágrafos iniciais), seleção de fontes, seleção de declarações, *pull quotes* (declarações enfatizadas na diagramação), logotipos (identificação gráfica de determinada série de notícias), gráficos, estatísticas e declarações ou parágrafos finais. Vimieiro e Dantas (2009) revisaram a literatura da área e propuseram a seguinte relação de elementos dos enquadramentos: metáforas, exemplos, slogans, imagens, scripts (regras padronizadas de processamento da informação empregadas por jornalistas), definição do problema, causas, soluções e julgamentos morais. A partir dessa noção de que os enquadramentos se manifestam em elementos dos textos (CAPPELLA e JAMIESON, 1997), que por sua vez podem ser estudados isoladamente (MATTHES e KOHRING, 2008 apud VIMIEIRO e DANTAS, 2009), adaptamos ativamente esse referencial na construção do aparato metodológico empregado na descrição de momentos desses fluxos comunicativos instaurados pela campanha em análise.

Neste sentido, este estudo exercita uma abordagem qualitativa, mas que procura integrar procedimentos qualitativos em sua análise. Em viés qualitativo, procura-se identificar

elementos de enquadramentos por meio da construção de relatos interpretativos acerca de uma amostra de textos (ENTMAN et al., 2009). Essa amostra deve ser calculada de modo a abranger e espelhar o discurso sobre o tema ou evento em questão. Em busca de um enfoque integrado, também empregam-se procedimentos de caráter quantitativo, como contagem de ocorrências textuais e comparação de porcentagens de ocorrências codificadas. Com foco nos processos de construção de enquadramentos (*frame building*) e nas interações entre atores políticos ou da sociedade civil e atores da mídia, o presente recorte empírico contempla ações discursivas do MCCE, movimento proponente da campanha Ficha Limpa, e dos jornais Folha de São Paulo (FSP) e O Estado de São Paulo (OESP), escolhidos pela circulação e representatividade no cenário da mídia impressa nacional[43]. O lapso temporal, 25 meses entre 1º de maio de 2008 e 6 de junho de 2010, representa o período exato da campanha Ficha Limpa, do mês de lançamento da coleta de assinaturas ao dia posterior à sanção presidencial. Foram analisados ao todo 514 textos, sendo 122 divulgados pelo MCCE (30 releases e 92 notícias publicadas no site da entidade[44]), 198 pela FSP e 194 por OESP. Os releases foram fornecidos pela SE-MCCE em outubro de 2011, em resposta a pedido de encaminhamento de todas as peças de divulgação enviadas à imprensa durante o período. As notícias foram publicadas no site do MCCE e extraídas da internet de julho a outubro de 2011. Obteve-se o corpo de textos da FSP e de OESP a partir de buscas no acervo eletrônico das publicações, para os parâmetros de pesquisa "ficha limpa", "fichas-sujas", "ficha suja" e "vida pregressa"+"projeto". O último parâmetro de pesquisa foi incluído para contemplar a expressão "projeto de lei sobre a vida pregressa dos candidatos", também usada pelo MCCE, sobretudo no início da campanha, para caracterizar a iniciativa. Optou-se pela inclusão das expressões "fichas-sujas" e "ficha suja" para que a análise não fizesse escapar textos da mídia que as tenham usado, e não "ficha limpa", em referência à campanha ou ao projeto. As inclusões também permitiram incluir na análise a "temperatura" da cobertura dos jornais sobre temas paralelos à campanha Ficha Limpa, mas que por vezes se cruzavam e se sobrepunham, como a divulgação, pela AMB, da lista de candidatos "fichas-sujas" nas eleições municipais de 2008. Após a coleta das matérias, os textos foram organizados em

[43] Segundo o IVC (Instituto Verificador de Circulação), a Folha de S.Paulo terminou 2011 como o maior jornal de prestígio (não popular) em circulação no país, com 297 mil exemplares diários. O Estado de São Paulo vem em terceiro lugar, com 254 mil exemplares. Disponível em:<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/24086-folha-lidera-na-edicao-impressa-e-na-digital.shtml>. Acesso em: 3 dez.2012.

[44] Em algumas categorias de análise optou-se pela tabulação independente dos releases e das notícias, visto que os primeiros eram integralmente produzidos pelo MCCE, enquanto as notícias publicadas no site comumente eram adaptações de materiais enviados por entidades parceiras ou de próprio conteúdo midiático, e só passaram a ser publicadas no site a partir de meados de 2009.

ordem cronológica em um caderno, para facilitar a leitura repetida e a observação dos itens da grade analítica.

Todos os textos foram tabulados manualmente em relação a 17 itens: data de publicação, título, autor, assunto, *lead,* fontes citadas, presença de aspas (discurso direto) de fontes, entidades do MCCE citadas no texto, exemplos, imagens, números, presença de diálogo/confronto de posições, metáforas, definição do problema, causas, julgamentos morais e chamados a ação. No caso das peças de divulgação do MCCE, incluiu-se o item slogans, e a classificação das matérias abrangeu outros dois tópicos: seção de publicação e presença na primeira[45]. São 19 itens divididos em quatro grupos: indicadores descritivos, pontos focais, indicadores de qualidade democrática e elementos de enquadramento.

Os indicadores descritivos situam os textos no tempo e no espaço das publicações: "data", "seção" e "presença na primeira página". Os dois últimos itens aqui são exclusivos dos jornais. Prestam-se, respectivamente, à consideração da distribuição dos textos pelas editorias e à avaliação de proeminência do tema nas publicações. Pela comparação entre as frequências mensais das datas de publicação verificar-se-á eventual presença de padrões semelhantes de distribuição, buscando responder à seguinte questão de pesquisa:

QP1: Os períodos com registro de maior distribuição de releases e notícias pelo MCCE coincidem com os picos quantitativos da cobertura do tema na FSP e em OESP?

Recursos típicos da linguagem jornalística, os pontos focais analisados – "títulos" e "*leads"* – são peças chave do trabalho de síntese e hierarquização das informações. Servirão aqui à análise qualitativa dos textos, enquanto títulos também foram tabulados conforme a presença de expressões chave da campanha ("ficha limpa", "ficha suja" e "fichas sujas"), de modo a construir indicativo do nível de uso do slogan pelo MCCE e da ressonância das expressões nesses espaços nobres do discurso midiático. Dados os fundamentos persuasivos dos enquadramentos de ação coletiva, construídos como ferramentas de mobilização, e em

[45] A análise dos textos da mídia prescindiu do item slogans por se tratar de elemento de presença nula na amostra analisada. Os textos do MCCE não contemplaram divisão por seções e presença em primeira página, características em geral associadas aos enquadramentos jornalísticos profissionais. Em nossa amostra, o elemento "definição do problema" apresentou-se quase sempre acoplado a propostas de soluções, daí a fusão dos itens, procedimento também adotado por Entman et al. (2009). Por limitações técnicas dos mecanismos de busca no acervo eletrônico dos jornais, não foi possível incluir na tabulação as *pull quotes* ou "olhos" (declarações destacadas na declaração), bem como realizar análise detalhada de imagens e infográficos, classificados somente quanto à presença ou ausência na amostra.

possível contraste com a suposta preferência dos atores da mídia por fontes ligadas aos centros de poder e por descrições "equilibradas" dos fatos, hipotetiza-se sobre o emprego dessas expressões-chave nos títulos dos textos analisados:

H1: Os textos do MCCE analisados apresentarão, em relação aos textos da mídia, maior índice de presença, em títulos, de expressões chave da campanha Ficha Limpa.

Certas qualidades dos processos de deliberação mediada, como acesso, reconhecimento/identificação e responsividade/reciprocidade de opiniões, são aqui convocadas de modo a operacionalizar a eventual aproximação dos textos analisados a princípios normativos da deliberação. Por meio da análise dos indicadores "autor"[46], "assunto"[47], "fontes"[48], "aspas"[49], "entidades do MCCE" e "presença de dialogo/confronto de posições", buscaremos responder a perguntas como: quem é selecionado pelo MCCE e pelos meios impressos analisados a se manifestar sobre a campanha? Até que ponto o movimento social proponente da campanha, em tese um representante de público fraco na esfera pública, é considerado um interlocutor legítimo pelo discurso jornalístico? Quais são os atores sociais mais presentes e de que maneira suas vozes são expressas (discurso direto ou indireto)? Há diálogo ou confronto de posições entre os atores que ganham visibilidade nesses discursos? Atentos, sob o ponto de vista qualitativo, a outras qualidades do debate mediado, como o uso

[46] A categoria autor refere-se aos profissionais responsáveis pelos textos, divididos em a) repórteres: membros do estafe fixo das publicações, sem espaço predefinido de publicação; b) colunistas: profissionais do estafe fixo das publicações, titulares ou suplentes de espaços fixos nos periódicos; c) articulistas: autores convidados para fornecer artigos de opinião ou especialistas responsáveis por análises, convocados mediante pagamento ou não; d) leitores: missivistas ou internautas que encaminham voluntariamente mensagens para publicação nos jornais; e) assessores de imprensa/políticos: profissionais citados quando em resposta em seção de cartas; nesse sentido, sendo o critério de classificação a seção de publicação, um político que escreveu artigo em espaço de opinião do jornal, por exemplo, foi computado como articulista; e f) sem autor definido: textos referenciados somente quanto à origem da produção, feita por redatores e repórteres, no caso do noticiário comum, ou por editorialistas, no caso dos editoriais.

[47] Os assuntos são subtópicos relacionados ao tema da campanha Ficha Limpa, diretamente ou de forma parcialmente direta. Foram divididos em a) campanha Ficha Limpa: mobilização e coleta de assinaturas; b) campanha Ficha Limpa: discussão jurídica; c) campanha Ficha Limpa: tramitação no Congresso; d) "lista suja" AMB e afins; e) outros; f) pendências judiciais e/ou administrativas de agentes públicos e g) reforma política e/ou eleitoral.

[48] Fontes foram tomadas exclusivamente como pessoas físicas as quais os textos analisados atribuíram informações, em forma de discurso direto ou indireto.

[49] Aspas são aqui consideradas como recurso da prática jornalística usado para introduzir excertos de discurso direto de entrevistados, reproduzindo declarações literalmente a partir de gravações ou em sínteses fidedignas da expressão do entrevistado.

de comunicação crítica e racional e a reflexividade/reversibilidade de posicionamentos, procuraremos responder e verificar as seguintes hipóteses e questões de pesquisa:

QP2: Quais são as categorias de autores mais frequentes nos textos selecionados do MCCE, FSP e OESP?

QP3: Quais são os assuntos mais frequentes nos textos selecionados do MCCE, FSP e OESP?

QP4: Qual é o índice de diálogo/confronto de posições nos textos da FSP e de OESP?

H2: A presença de fontes do MCCE será mais expressiva nos textos do movimento, enquanto fontes institucionais (poder Executivo, Legislativo ou Judiciário) apresentarão maior índice de participação nos textos da FSP e de OESP.

H3: A presença de aspas (discurso direto) será maior nos textos da FSP e de OESP do que nos textos do MCCE.

H4: Os textos do MCCE terão maior índice de entidades do movimento citadas do que os textos de FSP e OESP.

Os elementos de enquadramento sintetizam dados, tornam aspectos dos argumentos mais salientes e promovem justificativas. Nesse sentido, os textos foram tabulados mediante presença ou ausência de metáforas, exemplos, slogans, imagens e números (*framing devices*) e de definições do problema, causas, julgamentos morais e chamados a ação (*reasoning devices*)[50]. De modo geral, buscou-se responder à seguinte pergunta:

[50] Os elementos dos enquadramentos foram operacionalizados da seguinte maneira: a) exemplos: menções a ações de coleta/mobilização/lobby pelo MCCE ou entidades parceiras, a ações de apoio de entidade ou setor, a exemplo de político cassado e/ou sob ameaça de cassação ou incluído em lista de ficha suja e a ações de mobilização virtual; b) definição do problema/soluções: o que é a campanha e a proposta de alteração, objetivo (s) da campanha e da mobilização; c) causas: origens históricas da campanha, citações de corrupção e impunidade e/ou de brechas na legislação eleitoral como motivador da campanha; d) metáforas: designação de um objeto ou qualidade mediante uma palavra que designa outro objeto ou qualidade que tem com o primeiro uma relação de semelhança; e) julgamentos morais: afirmações que relacionem a campanha e seus objetivos a

QP5: Quais foram os elementos de enquadramento mais comuns nos textos produzidos e divulgados pelo MCCE e pelos jornais FSP e OESP durante a campanha Ficha Limpa?

A considerar características próprias do discurso e dos enquadramentos promovidos pelos movimentos sociais, formulou-se ainda a seguinte hipótese sobre a presença de determinados elementos de enquadramentos nos textos:

H5: Textos do MCCE apresentarão maior frequência de elementos de enquadramento associados a funções específicas dos discursos dos movimentos sociais, tais como os julgamentos morais e chamados a ação.

Em esforço para ampliar a análise para além dos limites dos registros textuais do discurso público, avançando rumo a domínios como as percepções de oportunidade política e de recursos para a mobilização disponíveis às redes e a formulação de reivindicações de identidade coletiva, a pesquisa também promoveu entrevistas semiestruturadas com protagonistas da campanha, como jornalistas envolvidos na cobertura e integrantes do MCCE e entidades associadas. Ao todo foram realizadas 12 entrevistas semiestruturadas, entre outubro de 2011 e dezembro de 2012. Recorremos a esses dados posteriormente na descrição e discussão dos resultados da pesquisa e, a seguir, na construção da memória histórica da campanha.

---

bons costumes, boa conduta, preceitos socialmente estabelecidos pela sociedade, justiça, honestidade e correção; f) chamados a ação: descrição de como colaborar e ou engajar-se na campanha.

CAPÍTULO 2 – PANORAMA HISTÓRICO

O MCCE e a campanha Ficha Limpa surgem em um momento específico da história brasileira, o da Nova República (1985-), mas suas origens remetem à conjuntura imediatamente anterior, a do regime militar (1964-1985). Naquele período, entidades representativas da sociedade civil que encabeçariam a campanha Ficha Limpa no final da primeira década do século 21, como CNBB e OAB, se firmaram como foco de oposição, denúncia ao autoritarismo e defesa do Estado Democrático de Direito, ganhando visibilidade na esfera pública e representatividade no panorama associativo renovado que o país passava a experimentar (WAMPLER e AVRITZER, 2004; AVRITZER, 2009). Como a tradição da teoria do processo político procurou destacar, movimentos sociais e processos de mobilização se conformam em amplos arranjos de constrangimentos específicos ao contexto em que se situam (McADAM et al., 1996). Essa tradição evidenciou a relação entre as mudanças nas estruturas de oportunidades políticas, ou seja, nas dimensões formais e informais do ambiente político (ALONSO et al., 2007), e as possibilidades para grupos sociais se mobilizarem e expressarem seus descontentamentos e reivindicações. O conceito em geral vem sendo bem sucedido na definição de propriedades do ambiente externo relevantes ao desenvolvimento dos movimentos sociais. Expoentes dessa própria linha de pesquisa, contudo, diante da discussão que se desenvolveu no campo de estudos do comportamento coletivo, atentaram para o perigo de se conceder abrangência exagerada ao conceito de estrutura de oportunidade política, metáfora-raiz da maior parte das teorias do processo político (JASPER, 1997; DELLA PORTA e DIANI, 2006), tornando-o vago ao ponto de uma "esponja" a absorver todo facilitador da atividade dos movimentos sociais (GAMSON e MEYER, 1996; McADAM, 1996). Daí a necessidade de especificar e limitar as dimensões do conceito de oportunidade política, de modo a evitar estender em demasia seu poder de explanação, reconhecendo que as oportunidades políticas se constituem, também, como produto da interação dos movimentos com o ambiente (GOHN, 2008). São construídas culturalmente, no compasso dos significados e discursos construídos pelos atores sociais.

Ao fazer dialogar aportes oriundos dos principais paradigmas das teorias dos movimentos sociais, pode-se entender que tais ciclos de protesto históricos existem e devem ser analisados, mas atentando, com Jasper (1997), ao fato de que a oportunidade política

também é vivenciada intersubjetivamente na cultura, por meio de dispositivos compartilhados como habilidades, premissas, emoções, imagens, know-how, expectativas e retórica. No caminho aberto por clássicos como Charles Tilly (1977), cujo olhar para o protesto localiza as atividades de mobilização em contextos mais amplos da urbanização, industrialização e desenvolvimento do Estado moderno, percebe-se que mudanças recentes em aspectos relativamente fixos do sistema político brasileiro, como constituições, leis, sistemas eleitorais e fronteiras administrativas, ajudam a explicar a trajetória da campanha Ficha Limpa, mas sem com isso conferir predominância à racionalidade instrumental, sobrepondo-a a dimensões autônomas como a da cultura e a da biografia.[51]

Refinando o conceito, Kriesi (1995) e McAdam (1996) sintetizaram dimensões da oportunidade política que contemplam tanto a estrutura legal e institucional do campo político como a estrutura informal das relações de poder. São elas: 1) abertura ou fechamento relativo do regime político/aumento da permeabilidade das instituições políticas e administrativas às reivindicações da sociedade civil; 2) presença ou ausência de aliados de elite, como partidos políticos com alta representação executiva e legislativa e instituições de Estado; 3) presença de aliados potenciais, como movimentos sociais, mídia e entidades de classe; 4) mudanças no estilo de interações políticas entre Estado e movimentos sociais/capacidade e propensão do Estado à repressão. Jasper (1997), por sua vez, prefere restringir o termo a instituições político-administrativas relativamente fixas, como sistemas eleitorais e divisões constitucionais de poder.

No caso brasileiro, o MCCE e a campanha Ficha Limpa são resultado de mudanças registradas ao longo de três estruturas de oportunidades políticas da história recente do país: os processos da redemocratização, da Constituição de 1988 e o que chamaremos aqui de "pós-impeachment", caracterizado pelo ambiente sociopolítico que se desdobra no Brasil desde os acontecimentos que motivaram a saída do poder, em 1992, do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992). Se a redemocratização e o processo constituinte trouxeram maior possibilidade de êxito aos movimentos sociais, a consolidação democrática viu também o

[51] Referimo-nos aqui às quatro dimensões do protesto propostas por Jasper (1997): recursos, estratégias, cultura e biografia. O autor relaciona a dimensão dos recursos à ação instrumental habermasiana, de tecnologias físicas, dinheiro e capacidades postas em ação. As estratégias são "escolhas feitas por indivíduos e organizações em suas interações com outros atores, especialmente opositores". A cultura, que perpassa todas as outras dimensões da ação social, é o âmbito dos "entendimentos morais, emocionais e cognitivos compartilhados e suas corporificações", relacionado ao mundo intersubjetivo da ação comunicativa habermasiana. Já a dimensão da biografia corresponde ao mundo subjetivo das "constelações individuais de significações culturais, personalidades e egos derivados de experiências pessoais".

avanço da desconfiança política e do descrédito da representatividade. O fenômeno está documentado em nível mundial ao menos desde os anos 1980, mas passou a ganhar terreno no Brasil na década seguinte (MOISÉS e CARNEIRO, 2009), impulsionado pela maior tematização pública de experiências de corrupção na administração, pelo engessamento e profissionalização do sistema de partidos políticos, entre outros déficits de desempenho institucional. Mas se o Brasil reflete esses sinais de perda de vitalidade da democracia, expressos, por exemplo, em escândalos na administração pública que alimentam a percepção de corrupção como um dos principais problemas nacionais (BIGNOTTO, 2011), também se destaca como laboratório de significativos experimentos de aprofundamento democrático, propiciados por reformas constitucionais e inovações políticas no âmbito da sociedade civil que garantiram ao país um espaço de destaque internacional no cenário do debate sobre a renovação da democracia (COELHO e NOBRE, 2004; GAVENTA, 2004). Debate que, como procuraremos expor, encontraria um elo empírico importante na mobilização popular engendrada pela campanha Ficha Limpa.

2.1 EOP da Redemocratização

O processo de redemocratização no Brasil, a partir da segunda metade dos anos 1970, refletiu e alimentou mudanças na estrutura de oportunidades políticas que favoreceram o crescimento das formas de organização da sociedade civil, avanço que se deu paralelamente ao estabelecimento de novas estratégias políticas e valores culturais que impulsionariam rearranjos institucionais significativos nos anos seguintes, a partir da descentralização de poder promovida pela Constituição de 1988 (WAMPLER e AVRITZER, 2004; ALONSO, 2007; AVRITZER, 2009a). Até aquele momento, durante a maior parte do século 20, o país vivera sob um sistema político instável, registrando períodos curtos de experiências democráticas com formas autoritárias de corporativismo e ou experiências de populismo ameaçadas ocasionalmente por arroubos antidemocráticos. O Brasil era uma nação cujas sociedades política e civil estavam marcadas pela escassa organização e participação cívicas, o que favorecera a perpetuação de práticas clientelistas e patrimonialistas no seio do Estado (WAMPLER e AVRITZER, 2004; AVRITZER, 2009b). O golpe de 1964 instaurou a ditadura militar e apenas nos anos 1970 o país daria os primeiros passos rumo à consolidação democrática. As crises econômicas mundiais resultantes dos choques do petróleo de 1973 e

1979 ajudariam a expor fragilidades – como a piora na distribuição de renda da população – decorrentes da estratégia de desenvolvimento econômico baseada na substituição de importações. Com o consequente avanço do descrédito popular diante do "milagre" do desenvolvimento brasileiro, o regime abre-se gradativamente à sociedade. Setores de classe média que haviam apoiado o golpe militar, sob influência da retórica conservadora catolicista das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, afastaram-se do governo à medida que os crimes da repressão tornavam-se evidentes. A vitória da oposição nas eleições de 1974 e em 1978, a extinção do AI-5 (ato institucional 5) e a recuperação da liberdade de expressão nesse mesmo ano, a anistia, o fim do bipartidarismo e as greves do ABC paulista em 1979 são exemplos de maior permeabilidade do Estado a demandas da sociedade civil (MORAES, 2006), o que abria caminho ao surgimento de novas lideranças, partidos políticos e movimentos sociais. Na fase final do regime militar (1977-1985), associações civis buscavam novos repertórios de envolvimento cívico, a partir de interações políticas mais transparentes, como reuniões abertas e deliberações públicas, no sentido de ultrapassar a herança patrimonialista, corrupta e clientelista dos chamados anos de chumbo. Sem idealizar de maneira ingênua o funcionamento dessas associações, consideramos que seus processos internos não estavam e não permanecem, em seus desdobramentos atuais, isentos de problemas como formas clientelísticas de representação e dificuldades na obtenção de consensos. Longe, portanto, de identificar um potencial democratizante e racionalizador inerente a essas associações, reconhecemos e conectamos historicamente nosso objeto de estudo ao contexto de renovação da vida pública que se verificou em centros urbanos no Brasil durante os anos 1970, em que surgiam novas formas de participação calcadas em processos de deliberação episódica e de presença organizada, em torno de novas questões de interesse, como as chamadas demandas pós-materiais, articulada em torno da percepção de situações recorrentes de violação de direitos ambientais, políticos e humanos (WAMPLER e AVRITZER, 2004).

Historiadores convergem na constatação da emergência do discurso dos direitos humanos na opinião pública como um dos fatores que aceleraram o processo de perda de legitimidade da ditadura militar e de retorno da sociedade civil brasileira à cena política. Um dos marcos dessa emergência foi a reação pública à morte, no DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna), do jornalista Vladimir Herzog, em outubro de 1975. CNBB e da OAB, duas das entidades mais conhecidas na oposição ao regime, estiveram entre as associações da sociedade civil que protestaram contra

o assassinato à época. No caso da CNBB, a atuação era condizente com o rumo que parte do catolicismo brasileiro tomara desde o final dos anos 1950 e início dos 1960, com maior compromisso social e insistência no conhecimento da realidade (DELGADO e PASSOS, 2003)[52]. A CNBB havia sido criada em 1952, como organismo oficial do catolicismo brasileiro, coordenando ações do episcopado e como ponte para as dioceses (DELGADO e PASSOS, 2003). A partir dos anos 1960, escrevem os autores, a preocupação com as desigualdades sociais é reforçada na militância católica e nas articulações da CNBB, na memória de episódios como o Concílio Vaticano II (1962-1965) e a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín, em 1968, que lançaram olhar renovado para a justiça social e os direitos básicos do homem. Com a ditadura, sobretudo após a publicação do AI-5, que recrudesceu a repressão e a censura no país, o catolicismo, notadamente sua ala progressista, entra em rota de colisão com o Estado brasileiro, marcando posição como setor estimulador do processo de revigoramento da participação democrática. A prisão em 1970, pelo regime, de dom Aloísio Lorscheider, secretário-geral da CNBB, trouxe apoio de prelados mais conservadores e reforçou a união da hierarquia católica em torno de ataques dos militares, problemas sociais graves e violações aos direitos humanos (DELGADO e PASSOS, 2003). Em maio de 1970, documento produzido pela XI Assembleia Geral da CNBB denunciava violações ao "exercício da Justiça" e ao "regime de incomunicabilidade das pessoas", citando a "carência do fundamental direito de defesa". Paróquias apoiadas por pastorais ligadas à Teologia da Libertação serviam de espaço de ressonância dos problemas do dia-a-dia e ajudavam a articular movimentos populares como clubes de mães, comissões de saúde, grupos operários e de direitos humanos, movimentos de custo de vida, associações de bairro (MORAES, 2006).

Criada em 1930, a OAB também elevou o tom das contestações ao regime desde o abalo às liberdades fundamentais instituído pelo AI-5. Entre 1968 e 1970, lançou mão de medidas como protestos por ofício ao governo ou registrados em ata contra a prisão de diversos advogados e pareceres contra a edição de portaria e decreto que instituíram a pena de morte (1969) e a censura prévia de livros e periódicos (1970)[53]. No episódio da morte de Vladimir Herzog, atestada oficialmente como suicídio, a OAB pôs-se à disposição da esposa

[52] Como fatores que aproximaram o catolicismo brasileiro da luta pelos direitos humanos e sociais, os autores citam a influência do pensamento de Jacques Maritain e de teólogos europeus como Henri de Lubac, M. D. Chenu e Yves Congar, do movimento de Economia e Humanismo do padre Lebret, a nomeação do futuro bispo Hélder Câmara como assistente nacional da Ação Católica (braço da cúpula da Igreja no Brasil, instituída em 1935) e o avanço do trabalhismo no segundo governo Vargas (1950-1954).

[53] Disponível em: <www.oab.org.br/historiaoab/estado_excecao.htm>. Acesso em: 5 jun. 2012.

do jornalista para responsabilizar o Estado pelo fato. Na gestão do jurista e historiador Raymundo Faoro à frente da OAB (1977-1979), ao lado de associações da sociedade civil como a ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e a CNBB, a entidade passa a ser uma das instituições mais presentes na discussão sobre o processo de abertura política no país. Em agosto de 1980, a funcionária da OAB Lyda Monteiro morre em um atentado a bomba, artefato que chegara como correspondência endereçada ao então presidente do Conselho Federal da OAB, Eduardo Fagundes, no momento em que a entidade insistia na identificação de agentes do regime envolvidos no atentado sofrido pelo jurista Dalmo Dallari. O episódio marcou a instituição e reforçou sua atuação da denúncia dos crimes de Estado cometidos à época. Em 1982, a Comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ produziria relação de 333 "mortos e desaparecidos" políticos no período 1964-1981.

O Brasil começava a desenvolver uma sociedade civil autônoma, e o período compreendido entre o final dos anos 1970 e a primeira metade dos anos 1980 registra aumento expressivo das associações civis, sobretudo as comunitárias e profissionais[54], com atuação marcada pela defesa das idéias de direitos humanos, cidadania e autonomia organizacional frente ao Estado (WAMPLER e AVRITZER, 2004; AVRITZER, 2004, 2009a). Organizações como CNBB e OAB passam a se legitimar como novos atores políticos, que buscavam a retomada da democracia e aprendiam nesse percurso a deliberar, negociar e desenvolver críticas à ação do Estado. Paralelamente e como parte desse processo, o partido de oposição à época, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), registrou vitórias em eleições para o Legislativo, prefeituras e governos de Estados em 1974, 1978 e 1982. Nesse ano houve ainda as primeiras eleições diretas para governador desde 1965, com a consagração de dez nomes de oposição. Os resultados nas urnas incentivaram mobilizações de setores diversos da sociedade civil – operários, jornalistas, outros profissionais liberais de classe média, funcionários públicos, grupos da periferia de grandes centros urbanos – e constituíram, nos termos de Tarrow (1994), um ciclo de protesto (ALONSO, 2007)[55] dentro da nova estrutura de oportunidade política. Na fase final da abertura a mobilização popular cresceria em torno do movimento Diretas Já!, em defesa das eleições diretas, e já em rompimento com

[54] Segundo dados compilados por Avritzer (2004b), as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte registraram respectivamente aumento de 786%, 1.288% e 1.230% no número de associações entre as décadas de 40 e 80 do século 20. Wampler e Avritzer (2004) mostram que apenas nos anos 1980 o número de associações voluntarias triplicou em Belo Horizonte, dobrou no Rio de Janeiro e avançou em um terço em São Paulo.

[55] Tarrow (1994) define o conceito como uma fase de conflito acentuado no sistema social, com rápida difusão de ação coletiva dos setores mais mobilizados aos menos mobilizados, ritmo acelerado na inovação de formas de contenção empregadas, criação de novos enquadramentos de ação coletiva, combinação de participação organizada e desorganizada e sequências de trocas de informação e interação entre movimentos e autoridades.

a abertura limitada e pactuada (SILVA, 2003) que o regime levava a cabo. A campanha organizou as maiores manifestações de massa no país desde as marchas religiosas que haviam precedido o golpe militar de 1964, atos que passaram a receber ampla cobertura da mídia, amplificando seu alcance social. Como apontaram Gamson e Meyer (1996), o próprio grau de abertura do sistema da mídia aos movimentos sociais é por si só um elemento relevante de oportunidade política, e esse período histórico brasileiro passaria a registrar significativas mudanças nesse sentido. Importante destacar ainda o papel-chave das eleições e da participação política e eleitoral na construção da própria idéia de democracia no país no período pós-1985, como mostraram estudos sobre a cultura política brasileira na redemocratização (MENEGUELLO, 2011).

Propomos ao menos quatro dimensões dessa nova estrutura de oportunidades políticas para entender o processo de emergência de protestos sociais em um país que até os anos 1980 foi uma nação com baixa propensão à participação. Quadro esse relacionado a formas verticais de organização da sociabilidade política, como concentração de poder na posse da terra e difusão do clientelismo no interior do sistema político (AVRITZER, 2009). Mudanças que ajudariam a delinear o caminho por onde seguiriam atores sociais que viriam a compor o MCCE. São elas: 1) recuo da repressão estatal a setores da sociedade civil com a abertura política, permitindo a criação de novas formas de participação; 2) maior receptividade das instituições políticas e administrativas aos pleitos da sociedade civil; 3) maior visibilidade pública e possibilidade de alianças para segmentos mais atuantes da sociedade civil no período (SILVA, 2003), como ABI, OAB, CNBB e universidades; e 4) associação, no mapa de valores democráticos do público brasileiro, entre engajamento cívico e participação eleitoral.

Com a derrota no Congresso, em abril de 1984, da emenda Dante de Oliveira, que restabelecia o pleito direto para Presidência da República, a campanha Diretas Já! foi substituída pela condução partidária das ações pró-eleição indireta de Tancredo Neves. O processo culminaria no início da Nova República em 1985 e, no ano seguinte, nas eleições gerais para uma Assembleia Nacional Constituinte, responsável pela elaboração da Constituição de 1988, cujo processo de aprovação e vigência impactariam de modo incisivo a estrutura de oportunidades políticas em que operavam os movimentos sociais brasileiros (AVRITZER, 2009), configurando a segunda estrutura de oportunidades políticas da qual derivam as histórias do MCCE e da campanha Ficha Limpa.

2.2 EOP da Constituição de 1988

O pleito pela convocação de uma Constituinte foi parte da mesma linha de denúncia da ilegitimidade do regime que marcara muitas ações de grupos de oposição ao governo de exceção. A demanda já estava presente, por exemplo, na Carta de Recife de 1971, elaborada em reunião do MDB e que foi o primeiro registro formal da reivindicação durante a ditadura na crise de 1977 que levou o MDB a oficializar a designação da Constituinte como prioridade da oposição partidária; na decisão da OAB de assumir a questão como prioritária e convocar um congresso nacional de advogados sobre a Constituinte, em 1981, e no surgimento de organizações específicas pela Constituinte, como os "plenários", "comitês" e "fóruns" com destaque ao papel ativo exercido pela CNBB e outras entidades nacionais como OAB, ABI e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (VERSIANI, 2008; COELHO, 2009). Tancredo Neves, que demonstrava cautela sobre a convocação de uma constituinte nas primeiras semanas de candidatura, mas incluiu compromisso sobre o tema (COELHO, 2009) na convenção do PMDB de agosto de 1984 que o oficializou candidato e consolidou a Aliança Democrática, coalizão entre o PMDB e o então Movimento da Frente Liberal (futuro PFL)[56]. A partir do momento em que a demanda adentra a esfera política formal, uma nova estrutura de oportunidades políticas passa a se configurar, em que movimentos sociais precisam criar ou se apropriar de recursos e meios de interlocução para sua expressão coletiva. Desta necessidade avançaram iniciativas de articulação entre a sociedade e o movimento pró-Constituinte, com função específica de incentivar a participação popular no processo (ALONSO, 2007; VERSIANI, 2010). Marco dessa mobilização foi o lançamento, em janeiro de 1985, do Movimento Nacional pela Participação Popular na Constituinte, em um ato pela criação de núcleos municipais pró-participação na Constituinte que reuniu cerca de 7.000 pessoas em Duque de Caxias (RJ), com a presença de representantes da hierarquia católica brasileira e da OAB. Poucos dias depois, em São Paulo, era estabelecido o Plenário Pró-Participação Popular, favorável a criação de instrumentos de participação popular no processo de elaboração da nova Carta Constitucional e que motivou o nascimento de plenários regionais pelo país[57].

---

[56] Afirmou Tancredo Neves na ocasião: "Assumo, diante de nosso povo, o compromisso de promover, com a força política que a Presidência da República confere a seu ocupante, a convocação de poder constituinte para, com a urgência necessária, discutir e aprovar nova Carta Constitucional".

[57] Versiani (2010) cita a criação, entre 1985 e 1986, do Movimento Gaucho Pró-Constituinte, do Movimento Paranaense Pro-Participação Popular na Constituinte, do Comitê Pró-Participação Popular na Constituinte em

O primeiro debate na esfera pública a impactar o processo se voltou à definição do tipo de corpo constituinte a ser eleito. Organizações como a OAB defendiam o modelo da "Constituinte exclusiva", de membros eleitos especificamente para aquele fim (COELHO, 2009). O presidente José Sarney, que assumira a Presidência da República após a morte de Tancredo Neves, envia e aprova no Congresso Nacional proposta de instalação de uma "Constituinte congressual", em que o Congresso eleito em 1986 acumularia as funções legislativas ordinária e constituinte. Com a frustração da proposição pela "Constituinte exclusiva", a mobilização se volta à implementação de instrumentos jurídicos formais para participação direta da sociedade na elaboração da Constituição (WHITAKER, 2009; VERSIANI, 2010). Cartazes espalhados nas ruas ecoavam slogans como "Constituinte sem povo não cria nada de novo", "Participe da Constituinte" e "Fale por nós agora, ou cale-se para sempre" (VERSIANI, 2010). Dentro desse processo de embate, a instituição de formas participativas diretas foi aprovada por meio do instrumento das "emendas populares", que garantiam a possibilidade de qualquer eleitor apresentar emendas ao projeto de Constituição, sem a mediação de um congressista, desde que assinadas por ao menos 30 mil cidadãos brasileiros e com responsabilidade de três entidades da sociedade civil.

A oportunidade de participar de uma iniciativa popular foi assumida por setores da população, e a institucionalização das emendas populares teve grande impacto no crescimento da participação da sociedade na Constituinte, abrindo portas de influência para movimentos sociais e grupos de interesse. Tomava lugar um momento de inflexão e de nova fase dos movimentos sociais no país, em que experiências de reivindicação "de rua" do período anterior foram sistematizadas em propostas políticas mais elaboradas e transmitidas por canais institucionais (CARVALHO, 1998). O processo constituinte registrou cerca de 12.265.854 assinaturas, subscrevendo 122 emendas populares, das quais 88 cumpriram os dispositivos regimentais (ALONSO, 2007; VERSIANI, 2009; COELHO, 2009). A mobilização para a coleta de assinaturas envolveu ações como criação de slogans, cartilhas e vídeos e o emprego de espaços como ruas, praças, sindicatos, paróquias e associações para a circulação de coletas de assinaturas (MICHILLES et al., 1989). A inclusão das emendas populares no Regimento Interno da ANC, ao lado de outras três possibilidades de participação da sociedade e dos cidadãos não constituintes[58], dava impulso à mobilização social e força a interpretações

---

Minas Gerais, da Assembleia Municipal Pró-Constituinte no Espírito Santo e do Movimento Povo na Constituinte em Pernambuco.

[58] Coelho (2009) enumera quatro possibilidades de participação da sociedade civil instituídas no Regimento Interno da ANC: as sugestões iniciais, as audiências públicas, as emendas populares e a defesa de emendas populares perante a Comissão de Sistematização.

individuais de confiança em relação ao mundo da política e do governo, revertendo a desmobilização de setores da população diante de derrotas recentes, como a rejeição das eleições diretas para a Presidência, a doença e morte de Tancredo Neves e o caráter não exclusivo do corpo constituinte (COELHO, 2009). Versiani (2010) analisou um acervo de cartas assinadas e enviadas a governantes por cidadãos individuais entre 1985 e 1988, com sugestões para a nova Constituição e solicitações[59]. Atentou ao fato de que valores presentes nas campanhas pró-participação popular na Constituinte apareciam em profusão nos discursos pessoais de cidadãos supostamente não-militantes. O material colhido pela autora exemplifica como a oportunidade política não é apenas uma entidade fixa e exterior aos indivíduos, personificando-se também nas cognições e nos conhecimentos da dimensão da biografia.

As audiências públicas foram outra possibilidade regimental de participação da sociedade civil organizada no processo da Constituinte. Estenderam-se por cerca de um mês, na fase inicial dos trabalhos das Subcomissões, cuja estrutura descentralizada proporcionou visibilidade a pressões e a organizações de diversos grupos sociais (ALONSO, 2007; COELHO, 2010)[60]. Vale destacar aqui a participação de CBJP (Comissão Brasileira de Justiça e Paz) em apresentação em 20 de abril de 1987 sobre "instrumentos de participação direta e de iniciativas populares como garantia da cidadania", durante a 12ª audiência pública da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais. Na ocasião, o jurista José Geraldo de Souza Júnior, vice-presidente da CBJP, entidade que viria a compor o MCCE, analisava o histórico recente das lutas populares no país para destacar que:

> Nos últimos anos, pode-se observar que a novidade dessas lutas se localiza em dois registros principais. Por um lado, no registro político, a luta não é pela tomada do poder identificado com o poder do Estado, mas a luta pelo direito de se organizar politicamente e de participar das decisões, rompendo a verticalidade hierárquica do poder autoritário. (BARROS, 2009, p.107)

A Subcomissão de Garantias da Constituição, Reformas e Emendas, que colheu depoimentos de representantes da OAB e CNBB, também propôs mecanismos de participação

---

[59] Segundo Versiani (2010), o acervo da Coleção Memória da Constituinte contém mais de 5.000 cartas escritas por indivíduos e grupos da sociedade brasileira, com pedidos e sugestões para o texto constitucional. Destas, mais de 3.000 são cartas pessoais, escritas por pessoas que não se apresentaram como porta-vozes de entidade ou grupo maior.

[60] Cf. Coelho (2009), entre instituições, entidades e movimentos sociais que se mobilizaram para acompanhar trabalhos e promover lobbies na Constituinte estão ministérios, Forças Armadas, Judiciário, Ministério Público, empresas, corporações profissionais (advogados, engenheiros, médicos, arquitetos), centrais sindicais, movimentos de apoio a causas infantis, da mulher, da educação, de raça, de gênero, de ambiente, entre outros.

popular que hoje estão vigentes, como iniciativa popular, referendo, plebiscito e mandado de segurança coletivo (COELHO, 2009). Em geral, o debate na ANC acabou sendo bem-sucedido na inclusão, no corpo da Constituição, de mecanismos de participação semelhantes às emendas populares. Em seu artigo 14, sobre os direitos políticos, a Constituição de 1988 assegurou que "[a] soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: plebiscito; referendo [e] iniciativa popular". Os artigos 61, 27 e 29 atribuíram competência ao eleitor para a proposição de leis complementares e ordinárias nos três níveis de governo. O mesmo artigo 61 fixou que a iniciativa popular poderia ser exercida "pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles". Introduzia-se no ordenamento jurídico nacional um procedimento de democracia semidireta, diferente de mecanismos por meio dos quais as leis se qualificam automaticamente ao escrutínio popular uma vez atingida a meta de subscrições necessárias. No exemplo brasileiro, as decisões sobre aprovação, rejeição ou modificações ao projeto de lei de iniciativa popular são, em última instância, do Congresso, o que de certo modo torna a ação mobilizadora de grupos da sociedade civil dependente dos desígnios dos parlamentares.

Outra ressalva importante é que a lei infraconstitucional que regulou a iniciativa popular, a Lei 9.709/98, só seria aprovada dez anos após a promulgação da Constituição Federal, e ainda assim sem especificar procedimentos para a realização do processo – fixou apenas que o projeto deveria se circunscrever a apenas um assunto e não poderia ser rejeitado por vício de forma. Como na prática o Congresso Nacional não dispõe de estrutura para verificação das assinaturas necessárias à validação dos projetos – que teriam que ser remetidas aos cartórios eleitorais de origem –, os raros projetos de iniciativa popular de lei que chegaram ao Legislativo acabaram sendo convertidos em iniciativa parlamentar, sendo apensados a outras propostas, para obterem validação (SOUSA, 2010).

Em resumo, o ciclo de protestos da Constituinte delineou uma nova estrutura de oportunidades políticas que teve desdobramentos essenciais para os processos de articulação dos movimentos sociais brasileiros, de proposição de iniciativas populares de lei e, de modo geral, de desenvolvimento de uma cultura de democracia participativa no país (ALONSO, 2007; COELHO, 2009). Falando das audiências públicas, mas em afirmação que pode ser estendida às demais instâncias de participação da sociedade na ANC, Coelho (2009) afirmou que o debate "deu à participação perante ela [ANC] um caráter mais vigoroso, marcou definitivamente os seus trabalhos nas fases seguintes e contribuiu para criar uma cultura de

democracia participativa que impregna o texto constitucional, os hábitos nacionais e diversas legislações posteriores". (p.30). Os esforços de setores organizados da sociedade civil pela ampliação da participação cidadã resultariam na institucionalização de novas formas participativas e deliberativas de acesso ao processo de produção de decisões públicas no país, como conselhos, orçamento público, conferências e a própria possibilidade de legislação de iniciativa popular, inserida no cerne de nosso objeto de estudo.

Entre as transformações na EOP que influenciariam o desenvolvimento posterior, no âmbito da sociedade civil, de iniciativas cívicas como a campanha Ficha Limpa, podemos enumerar: 1) abertura de canais formais de influência para movimentos sociais e grupos de interesse (ALONSO, 2007); 2) maior visibilidade pública da atividade parlamentar e permeabilidade da classe política a pressões da sociedade civil; 3) assimilação crescente, por parte da população, da noção de participação eleitoral como elemento de direito, identidade e engajamento cívico dos cidadãos (VERSIANI, 2010; MENEGUELLO, 2011), com reflexos positivos sobre o nível de confiança na representação política formal; 4) adoção, pelo ordenamento constitucional brasileiro, de mecanismos participativos como a iniciativa popular de leis.

2.3 EOP pós-impeachment

Enquanto as EOPs da Redemocratização e da Constituição de 1988 abriram à sociedade civil brasileira novas possibilidades de operação no sistema político (ALONSO, 2007; AVRITZER, 2011), denúncias graves de malversação de recursos públicos nos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal) ganhariam maior visibilidade pública nas décadas posteriores, o que elevou a corrupção à condição de tema frequente da vida pública nacional e parâmetro crítico da opinião pública na análise das instituições políticas formais e da situação da democracia[61]. Em 2009, 73% da população brasileira consideraram a corrupção no país como problema muito grave, associando-a diretamente a práticas observáveis na esfera político-administrativa estatal (BIGNOTTO, 2011). Meneguello (2011) aponta que a maioria dos brasileiros

[61] Levantamento da versão da revista Veja em junho de 2012 enumerou 61 escândalos de corrupção no Brasil desde a redemocratização: três no governo José Sarney (1985-1990), dois no governo Fernando Collor de Mello (1990-1992), três na gestão Itamar Franco (1992-1994), 16 no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), 28 na gestão Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010) e nove no governo Dilma Rousseff (2011-). Disponível em: <http://veja.abril.com.br/infograficos/rede-escandalos/>. Acesso em: 27 ago. 2011.

identifica o aumento da corrupção no tempo e sua presença na agenda pública, considera a gravidade do fenômeno e expressa juízo negativo sobre práticas de corrupção associadas à administração pública.

Podemos associar essas tendências da opinião pública brasileira a um cenário mais amplo de crise do modelo de democracia representativa verificada a partir da segunda metade do século 20 em diferentes regimes políticos pelo globo, expresso em baixos níveis de participação popular (DAHLGREN, 2009). Moisés e Carneiro (2010) analisaram a literatura recente sobre a desconfiança política no mundo e destacaram *surveys* que denotam a complexidade do fenômeno. Democracias mais antigas (EUA, Inglaterra, França, Suécia e Canadá) mostraram redução drástica da confiança nas instituições democráticas nos últimos 30 anos, revertendo tendência verificada no período de prosperidade econômica e estabilidade política do pós-guerra. Democracias consolidadas em meados do século XX (Itália, Japão e Alemanha) registraram atitudes de cinismo, indiferença e desconforto com o funcionamento das instituições públicas. Democracias recentes latino-americanas (Brasil México, Chile) reproduzem associações entre desconfiança das instituições democráticas e sentimentos de apatia e impotência política.

Dahlgren (2009) defende que o déficit de participação cívica contemporâneo deva ser entendido a partir de características estruturais do sistema político, mas também do cotidiano do cidadão contemporâneo: a insegurança econômica que afeta hoje grande parte da população e inibe o desenvolvimento de atividades que não estejam ligadas às tarefas de sobrevivência; a reconfiguração ideológica que prioriza os critérios econômicos sobre outros modos de racionalidade e exclui princípios democráticos como justiça e igualdade; a crescente homogeneização dos partidos políticos, que passam a ser mais orientados ao voto do que aos filiados; a fragmentação cultural que diferencia as sociedades por inúmeras clivagens étnicas, de estilo de vida e padrões de consumo, dificultando o estabelecimento de horizontes políticos comuns. Gomes (2008), a partir da contribuição de outros autores, elenca elementos que seriam ao mesmo tempo resultado e sintoma dessa crise do modelo de democracia representativa ou liberal: apatia dos eleitores, ausência de efetividade (possibilidade de produzir efeitos na esfera de decisão política) da cidadania, desinteresse público na vida política, informação pública distorcida ou excessivamente dependente de meios de massa, baixo capital político da esfera civil, desconexão entre sociedade política e esfera civil, ausência do sentido de soberania popular e desconfiança generalizada em relação à sociedade política.

No caso brasileiro, passada a euforia cívica decorrente da retomada dos direitos políticos, tornou-se claro à opinião pública que somente o processo eleitoral não moveria sozinho engrenagens fundamentais a um regime democrático, como a da fiscalização dos governos e as do respeito à lei, à probidade administrativa e aos direitos dos cidadãos. *Surveys* realizados em 1989, 1990, 1993 e 2006 apontaram altos índices de insatisfação popular com o funcionamento prático da democracia (MOISÉS e CARNEIRO, 2010). A corrupção e os sentimentos de desconfiança política que dela decorrem avançaram na esteira das fragilidades no desempenho institucional dos regimes políticos. Avritzer (2011) identifica a origem do problema da corrupção no Brasil em distorções da organização eleitoral sedimentadas ainda durante o regime autoritário e que levaram a uma lógica de financiamento político mantida sem modificações pela Carta de 1988. Problemas como desproporcionalidade na representação dos Estados na Câmara dos Deputados, aumento do número de congressistas e prevalência de critérios políticos na divisão de recursos orçamentários, aliados à dependência legislativa do Executivo que caracteriza o "presidencialismo de coalizão" brasileiro[62], alimentam práticas de corrupção – como o financiamento irregular e o "caixa dois" de processos eleitorais – na esfera política formal. Poder político por excelência[63], o Legislativo, notadamente o federal, tem protagonizado episódios de corrupção que se refletem na avaliação negativa da instituição perante a opinião pública (CINNANTI, 2011). Em pesquisa do Centro de Referência do Interesse Público/Vox Populi de julho de 2009, Câmara dos Deputados e Senado Federal foram as instituições ou grupos de pessoas apontados como mais corruptas (AVRITZER, 2011; BIGNOTTO, 2011). Para Breuer e Farooq (2012), parte dessa má reputação do Congresso Nacional pode ser atribuída ao "extraordinário nível de imunidade" concedido pela legislação brasileira aos membros do Parlamento e à aversão histórica das Casas a uma reforma política profunda. Silva (2001) associa o fenômeno da corrupção política e pública em geral a características da democracia brasileira, como a baixa escolaridade e o escasso acesso à informação por grande parte do eleitorado, que dificultam a evolução do controle de desvios, além de práticas herdadas de "décadas de centralismo e

[62] Avritzer e Anastasia (2006) definem presidencialismo de coalizão como o arranjo institucional tipicamente brasileiro em que o presidente se elege por maioria absoluta, mas seu partido raramente obtém bancada com mais de 20% das cadeiras na Câmara dos Deputados, tendo que organizar coalizões políticas com parceiros com os quais mantém poucas afinidades ideológicas e programáticas. Moisés (2010) vê o presidencialismo de coalizão como o eixo do sistema político institucionalizado pela Constituição de 1988, caracterizado pela baixa qualidade institucional decorrente da representação proporcional com lista aberta de candidatos e de um sistema partidário pulverizado, indisciplinado, frágil e avesso a mudanças na dinâmica eleitoral.

[63] Cinnanti (2011) sustenta que as questões políticas interferem em menor intensidade no Executivo e no Judiciário por serem ambientes mais técnicos. Já o Poder Legislativo, aponta a autora, é mais flexível e permeável a elementos da política.

obscurantismo" (p.99), em referência ao regime militar que marcou a segunda metade do século 20 no país.

O governo Sarney, primeiro da Nova República brasileira, registrou denúncias de corrupção de visibilidade pública ampliada, como a CPI da Corrupção e o escândalo da Ferrovia Norte-Sul, apenas para citar dois exemplos[64], mas o episódio que motivaria as maiores manifestações políticas de massa da história recente brasileira e marcaria a percepção da corrupção estatal no país ocorreria no período seguinte, justamente o primeiro após a restituição das eleições diretas, com o escândalo político que resultou no impedimento do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992). Com menos de um ano de mandato o governo Collor acumulou frentes de desgaste na sociedade, que impactaram os índices de aprovação da gestão[65]. O bloqueio da poupança, o agravamento da situação econômica, exposto na recessão, no aumento do desemprego, no achatamento salarial, na alta de juros e na retomada da inflação, aliados às reformas desnacionalizantes, indispunham a gestão entre setores populares, de classe média e segmentos da elite política e empresarial. Nesse momento começa-se a forjar no Brasil uma identidade coletiva em torno do repúdio à corrupção política. Entidades da sociedade civil promoveriam o Movimento pela Ética na Política, originado em reunião no Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos) em junho de 1992 em que se organizou um diálogo na CNBB sobre a situação do país, entre 26 parlamentares e 23 entidades representativas da sociedade civil, como Inesc, CNBB, OAB e Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), atores que viriam a integrar o MCCE[66]. O movimento promoveu uma "vigília ética" no Senado no acompanhamento de denúncias de corrupção contra o governo e tinha como um de seus porta-vozes o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. O avanço da visibilidade midiática das denúncias contra o governo, na imprensa e na CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do PC Farias, alimentou um ciclo de protestos que se agravaria até setembro de 1992, e cujas imagens históricas remetem aos protestos de rua dos estudantes. Como as revelações da CPI tornariam insustentável a situação

---

[64] A CPI da Corrupção (1988) motivou a queda do ministro do Planejamento à época, envolveu denúncia contra o genro do presidente José Sarney, acusado de intermediar de forma ilegal verbas federais para o Maranhão, base eleitoral da família Sarney. Na ocasião o presidente da CNBB chegou a divulgar nota de repúdio à corrupção no governo. O escândalo da Ferrovia Norte-Sul (1987) referiu-se à revelação, pelo jornal "Folha de S. Paulo", de acerto prévio na licitação da obra de estimados US$ 2,4 bilhões.

[65] O principal escândalo de corrupção no governo Collor de Mello tornou-se público em maio de 1992. Denúncias envolviam o economista Paulo César Farias, o PC Farias, ex-tesoureiro da campanha de Collor à Presidência. PC foi acusado de receber propina de empresários interessados em negociar com o governo, ficar com 30% do dinheiro arrecadado e repassar o restante ao presidente.

[66] Disponível em: <www.oab.org.br/historiaoab/defesa_estado.html#jornada>. Acesso em: 13 maio 2012.

do governo, OAB e ABI, a pedido de congressistas, propuseram à Câmara dos Deputados a petição inicial do pedido de impeachment do presidente, subscrito por 20 mil cidadãos.

Condenado pela opinião pública e no julgamento político da Câmara[67], Collor de Mello perdeu o posto e deu lugar ao vice Itamar Franco, que cumpriu mandato-tampão e passou o cargo após a eleição de seu ex-ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, reeleito presidente antes de transmitir a faixa presidencial ao opositor Luiz Inácio Lula da Silva. A despeito da alternância partidária no poder e da estabilidade democrática registrada desde então, a permanência de episódios de corrupção de agentes políticos nos anos seguintes continuaria a expor fraquezas institucionais do país e a precariedade no controle de comportamentos não republicanos. Em novembro de 1992, dois meses após o afastamento de Collor, outro escândalo de corrupção irromperia na esfera pública: o chamado escândalo do Orçamento, em que parlamentares atuavam em conluio com empreiteiras para garantir a inclusão de emendas na Lei Orçamentária que envolviam transferência de renda para grupos a eles ligados. O caso Collor e o escândalo dos "anões do Orçamento", referência aos deputados envolvidos, motivaram a aprovação da Lei 8.666, de 1993, a chamada Lei de Licitações, reforma institucional que permitiu maior controle sobre as contratações públicas no país (SILVA, 2001). Em geral, o tema da corrupção eleitoral[68] continuaria a ganhar relevância, sobretudo após a aprovação, em 1997, da emenda constitucional que permitiu a recondução, por um mandato, de prefeitos, governadores de Estado e do presidente da República, pois candidatos no poder passaram a poder dispor da máquina administrativa em campanha (SOUZA, 2010).

No campo teórico, o debate democrático na América Latina assistiria nos anos 1990 ao avanço de teorias da sociedade civil e de movimentos sociais, interessadas na análise de ações estratégicas de atores coletivos voltadas ao aperfeiçoamento do sistema político. Teorias que, buscando superar as limitações de abordagens institucionalistas na promoção da conexão entre sociedade política e sociedade civil, passam a centrar o olhar na formação de novas identidades e formas de ação coletiva nos meios urbanos (WAMPLER e AVRITZER, 2004). Relacionam-se, nesse sentido, com as mudanças sintetizadas aqui em torno do conceito de

[67] Embora tenha sofrido impeachment, Fernando Collor de Mello foi absolvido em dezembro de 1994 pelo STF (Supremo Tribunal Federal) no processo penal que investigou denúncias de corrupção em seu governo.

[68] No campo jurídico, a expressão corrupção eleitoral é usada para designar o delito previsto no artigo 299 do Código Eleitoral do país: "Dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita". Souza (2010) aponta duas formas principais de corrupção eleitoral: compra de votos e uso da máquina administrativa.

EOP "pós-impeachment". EOP que se constituiu como tal ao sedimentar o tema da corrupção na esfera pública brasileira, motivando condições para o aprimoramento dos mecanismos de governança e responsabilização e para a organização de movimentos sociais voltados ao monitoramento da classe política, bem como a construção de enquadramentos de ação coletiva centrados no combate à corrupção eleitoral. A EOP se insere, portanto, em um cenário de novidades no panorama das ações coletivas no Brasil a partir da década de 90, no qual avança a estruturação do Estado brasileiro em torno das chamadas instituições híbridas, que envolvem divisão de poder em processos de deliberação e decisórios entre atores estatais e da sociedade civil (GOMES et al., 2012). Fortalecem-se ainda redes e estruturas nacionais de movimentos sociais e o plano da moral ganha espaço como eixo articulador de fatores que explicam a emergência das lutas sociais, que também passariam a se apresentar mais na forma de campanhas do que como movimentos sociais propriamente ditos. Como expôs Gohn (2008, p.309):

> A indignação diante da ausência de ética na política e a agressão a certos valores consensuais da sociedade em relação à gestão da coisa pública foram fatores que levaram à eclosão de movimentos sociais de base pluriclassicista, liderados pelas camadas médias [...]. Muitos desses movimentos deram lugar a lutas cívicas, verdadeiras cruzadas nacionais com articulações difusas em termos de classes sociais, interesses locais e nacionais, espaços públicos e privados.

Cabe, assim, destacar as seguintes alterações nas EOPs relevantes ao desenvolvimento do MCCE e da campanha Ficha Limpa: 1) crescimento da desconfiança relativa às instituições responsáveis pela estruturação das intermediações políticas, como partidos políticos e Congresso (MENEGUELLO, 2011); 2) emergência de demandas sociais pautadas pela defesa da ética na política e da observância de princípios constitucionais na administração pública, como moralidade e impessoalidade; 3) reavaliação da corrupção no sistema de valores culturais, com maior percepção e menor tolerância a práticas corruptas no campo do Estado, com fortalecimento de instituições de controle como Ministério Público, Justiça Eleitoral, Tribunal de Contas da União e Controladoria Geral da União (AVRITZER, 2011). Cabe ressaltar novamente, com McAdam (1999), que aqui as mudanças estruturais não são tomadas por si só como responsáveis pela ação coletiva, mas como estímulos aos processos interpretativos que fortalecem sentimentos de pertencimento e de viabilidade da mobilização social.

2.4 A lei 9.840 e a criação do MCCE

O antecedente direto da campanha Ficha Limpa, como iniciativa legislativa popular contra a corrupção eleitoral, foi a mobilização que resultou na aprovação, em 1999, da lei 9.840, posteriormente conhecida como Lei da Compra de Votos. Como em uma espécie de ensaio institucional, tornado possível pelas mudanças nas EOPs que conformaram novas interações no cenário sociopolítico, atores sociais coletaram assinaturas, desenvolveram discussões e enquadramentos de ação coletiva, promoveram pressão junto ao Congresso, buscaram e obtiveram visibilidade midiática, experimentaram o aumento da repercussão em decorrência de escândalos políticos em curso e lograram aprovar, em tramitação célere, a proposta em pauta. Foi o primeiro caso na história brasileira de aprovação, pelo Congresso Nacional, de um projeto de lei de iniciativa popular[69]. A iniciativa partiu da CBJP, braço da CNBB, com apoio de 40 entidades nacionais, das quais dez integrariam a campanha Ficha Limpa cerca de dez anos depois[70].

A proposição do projeto era a terceira fase de estratégia preparada pela CBJP como forma de implementar idéias que haviam circulado na Campanha da Fraternidade de 1996 da CNBB, que teve "Fraternidade e Política" como tema, e que, por sua vez, já era um desdobramento da Campanha da Fraternidade do ano anterior, sobre os excluídos[71]. As discussões haviam apontado o processo de compra de votos como problema grave do regime

---

[69] O primeiro projeto de lei de iniciativa popular no país foi apresentado em 1991 pelo Movimento Nacional de Moradia, visando criar um Fundo Nacional de Habitação. Com a dificuldade, pelo Congresso, de verificar a autenticidade das assinaturas, passou a tramitar como iniciativa parlamentar após um deputado (Nilmário Miranda, PT-MG) assumir a autoria da proposta, que seria transformada em lei apenas em 2005. Em 1993, um segundo projeto de iniciativa popular foi enviado ao Legislativo federal, após mobilização de familiares de vítimas da violência liderada pela escritora Gloria Perez. O projeto propunha que o homicídio qualificado passasse a ser considerado crime hediondo. Como o projeto, aprovado em 1994, foi assumido pelo Executivo, não é considerado oficialmente como o primeiro projeto de lei de iniciativa popular aprovado no país. Em 1999, um terceiro projeto de lei de iniciativa popular foi apresentado pelos pais de Ives Ota, menino de oito anos assassinado em 1997, em São Paulo, com objetivo de instituir a prisão perpétua agrícola no país. O projeto foi entregue ao Congresso em 1999, com mais de dois milhões de assinaturas, mas permanece sem aprovação. (SOUSA, 2010)

[70] O fac-símile da folha de coleta de assinaturas para o projeto de lei de iniciativa popular que originou a lei 9.840 incluía apoios de 40 entidades, registrados até 10 de maio de 1998. As dez entidades comuns que participaram das duas campanhas são: Abong (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais), AJD (Associação Juízes para a Democracia), Cáritas Brasileira, CBJP, CNBB, CUT (Central Única dos Trabalhadores), Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), Inesc (Instituto de Estudos Socio-Econômicos), MPD (Ministério Público Democrático) e OAB.

[71] Segundo Sousa (2010), a primeira Campanha da Fraternidade da CNBB foi organizada em 1961, como forma de arrecadar fundos para atividades promocionais e promover a fraternidade mediante colaboração, em torno de um tema específico, a pessoas fragilizadas socialmente. Hoje é avaliada pela CNBB como a maior campanha anual de evangelização católica da América Latina, que repercute na mídia nacional, em maior ou menor visibilidade a depender do tema em destaque.

de democracia representativa que se estabelecera no país desde o fim da ditadura militar. O projeto "Combatendo a Corrupção Eleitoral" foi lançado em fevereiro de 1997 pela CBJP e apresentado dois meses depois na 35ª Assembleia Geral da CNBB, atraindo cobertura da imprensa. O projeto começaria a ser posto em prática ainda naquele mês, com a contratação de pesquisa nacional sobre a percepção popular da incidência do crime de compra e venda de votos. Optou-se por um modelo de "pesquisa participativa", com objetivo de ser também instrumento de conscientização (SOUSA, 2010). A pesquisa foi realizada pela Universidade Candido Mendes (RJ) e foi enviada a todas as dioceses e regionais da CNBB pelo país. Houve devolução de 300 questionários, que representaram amostra da disseminação da prática pelo país. Os primeiros resultados da pesquisa foram apresentados na 36ª Assembleia Geral da CNBB, em abril de 1998, juntamente com o anteprojeto de lei elaborado por um grupo de trabalho montado pela CBJP e que foi presidido pelo jurista Aristides Junqueira, ex-procurador-geral da República[72], pelo ex-juiz eleitoral em São Paulo Dyrceu Aguiar Cintra Júnior e pelo procurador regional eleitoral no Ceará José Gerim Cavalcanti. O projeto modificava a Lei Eleitoral 9.504/97 ao conferir ao crime já previsto da compra de votos a condição de infração eleitoral, o que permitiria punição imediata pela Justiça Eleitoral. Também fixava como punição a cassação do registro do candidato, sem prejuízo de eventuais ações criminais. Paralelamente a esse processo a CBJP e entidades parceiras vinham organizando desde novembro de 1997 audiências públicas pelo país para discussão do problema da corrupção eleitoral, e também para, a partir do lançamento nacional da campanha, em maio de 1998, lançar coleta de assinaturas nessas cidades[73].

A coleta avançava lentamente – a principal dificuldade era a necessidade de apresentação dos dados do título de eleitor para validação das assinaturas[74]. Entidades ligadas à Igreja Católica, como a Arquidiocese de Belo Horizonte e redes católicas de comunicação, ajudavam na difusão da iniciativa. CNBB e OAB convocaram a imprensa em setembro de 1998 para lançar uma "Semana Nacional de Coleta de Assinaturas", tática que se repetiria na campanha Ficha Limpa. A campanha precisava reunir 1 milhão de assinaturas para validar o projeto, e estimava alcançar esse patamar ao final de 1998, o que não ocorreu. Em abril de 1999 a mobilização somava 500 mil assinaturas, número expressivo mas ainda aquém do que

[72] Aristides Junqueira foi procurador-geral da República de junho de 1989 a junho de 1995. No cargo, foi responsável pela denúncia penal contra o presidente Fernando Collor de Mello, que resultou na ação penal 307, na qual Collor acabou absolvido, em dezembro de 1994, da acusação de corrupção passiva por participação em suposto esquema montado por PC Farias, seu tesoureiro de campanha eleitoral.

[73] Segundo o MCCE, houve nove audiências nas cidades de São Paulo, Petrolina (PE), Belém (PA), Fortaleza (CE), Curitiba (PR), Goiânia (GO) e Santos (SP).

[74] Em média, apenas uma em cada cinco pessoas que se dispunham a assinar portava o título de eleitor (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1999).

parecia necessário para apresentação, aprovação e sanção antes de 1º de outubro, data limite para vigência nas eleições do ano seguinte. Foi a partir desse momento que, segundo o MCCE, o papel da imprensa e a força da visibilidade midiática alcançada pelo tema da corrupção foram fundamentais ao avanço da coleta. Um escândalo de corrupção nas administrações regionais da cidade de São Paulo, conhecido como "Máfia dos Fiscais", ganhou grande visibilidade na mídia, o que, segundo o MCCE, ajudou a impulsionar a proposta. A Rede Globo da Televisão, maior conglomerado de mídia do país, encampou o projeto em vinheta institucional de responsabilidade social em que fornecia para informações o telefone da Cúria Metropolitana de São Paulo. O resultado, no relato do MCCE, foi que:

> Centenas de chamadas congestionaram imediatamente esse telefone. Foi necessário organizar rapidamente a coleta de assinaturas em todas as paróquias da Arquidiocese. Num crescendo de motivação, outras emissoras de TV e várias entidades tomaram iniciativas similares, ampliando de forma massiva a divulgação da iniciativa popular.[75]

Em edição de 8 de junho de 1999, a Rede Globo veicularia reportagem sobre a campanha no "Jornal Nacional", o telejornal da maior audiência do país[76], o que teria efeito positivo sobre a mobilização – a página da CBJP na internet registrou 5.000 visitas no dia seguinte à veiculação da reportagem, ante média anterior de cinco visitas diárias. Ao slogan da campanha, "Voto não tem preço, tem consequências"[77], somou-se a mensagem "Vamos conseguir o meio milhão que faltam", e a coleta foi intensificada por dioceses, centrais sindicais, seccionais da OAB e outras entidades. O mínimo exigido de assinaturas foi atingido e o projeto, apresentado ao Congresso Nacional em agosto de 1999, em ato simbólico em que representantes de mais de 30 entidades conduziram carrinhos com folhas de assinaturas até um salão da Câmara onde aguardavam parlamentares, jornalistas e convidados. Discursaram no ato representantes da CBJP, CNBB, Força Sindical, CUT (Central Única dos Trabalhadores), OAB e MST (Movimento de Trabalhadores Sem Terra), além do jurista Aristides Junqueira e de Michel Temer, presidente da Câmara dos Deputados. O projeto acabou passando por deliberação de apenas 35 dias, uma das mais rápidas da história do

---

[75] Disponível em: <http://www.mcce.org.br/node/6>. Acesso em: 19 jun. 2012.

[76] Gomes (2005) destaca que o "Jornal Nacional", no ar desde setembro de 1969, é o telejornal de maior audiência no Brasil e modelo de referência para o telejornalismo nacional.

[77] O slogan seria usado em todas as peças de divulgação futuras do MCCE, inclusive durante a campanha Ficha Limpa.

Legislativo federal (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1999). Aprovado pela Câmara dos Deputados em 21 de setembro de 1998 e pelo Senado Federal dois dias depois, o projeto de lei foi sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 28 de setembro de 1999 e publicado em 29 de setembro de 1999, um dia antes do limite para vigência no pleito de 2000. Pelo papel chave da Igreja e da CNBB em sua tramitação, ficou conhecida em Brasília como "lei dos bispos".[78]

As ações de mobilização da campanha, desde a pesquisa inicial à coleta de assinaturas, ensejaram a constituição de novas formas de organização, e grupos informais surgiram espontaneamente como meio de fiscalização da nova lei (SOUSA, 2010). Nasciam, assim, os comitês 9.840, com objetivo de fiscalizar a lei, mas também acompanhar a atuação dos políticos eleitos. São "redes informais, sem personalidade jurídica própria, formada por representantes locais das organizações que participaram da mobilização para a aprovação da Lei 9.840/99" (SOUSA, 2010). Entidades como pastorais, sindicatos, associações e ONGs passaram a se reunir e formar redes locais caracterizadas pela informalidade, com ações voltadas a atividades educativas, de difusão de informações sobre o processo eleitoral, e de identificação e comprovação de atos de corrupção eleitoral. Abria-se assim um meio de diálogo entre cidadãos e a Justiça Eleitoral (WHITAKER, 2009), na forma de estruturas de mobilização essenciais à organização e à ação coletiva. Do amadurecimento desses grupos seria criado o MCCE, no processo eleitoral de 2002. O movimento, lançado em julho de 2002 em ato na sede da OAB em Brasília, surge da necessidade de ajudar na aplicação da lei 9.840, reforçando e dinamizando a rede de comitês 9.840 pelo país. Como explica o diretor do MCCE Osiris Barbosa:

> Esse movimento de entidades, de forma voluntária e informal, que na época constituiu e pensou a lei 9.840, agora se organiza de uma forma jurídica. Até mesmo para poder ter mais corpo, ter mais consistência, organicidade. Aí criaram um movimento, que é o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, o MCCE. Nesse momento nasce o MCCE. Por quê? Precisávamos avançar ainda mais na busca de soluções para a questão do sistema político, especialmente no que diz respeito á corrupção eleitoral.[79]

Nas eleições de 2002, quando a lei 9.840 seria aplicada pela segunda vez, havia 130 comitês 9.840 pelo país, em 17 Estados e envolvendo o trabalho de aproximadamente 1.600 pessoas. Nas eleições de 2004 o trabalho continuou com a formação de novos comitês e a

---

[78] SCHERER, O. P. Será bom para a política. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 8 maio 2010. Espaço Aberto. p.a2.

[79] Entrevista ao autor, outubro de 2011.

produção de materiais educativos de divulgação. Em 2006 seria criada a SE-MCCE (Secretaria Executiva do Comitê Nacional do MCCE), como forma de garantir caráter mais permanente à representação do movimento, inclusive em ações de lobby parlamentar[80]. O movimento sustenta que, embora a Secretaria Executiva do movimento tenha personalidade jurídica de uma ONG, trata-se apenas de uma necessidade administrativa, e que a "a criação da ONG não representa a institucionalização do MCCE, que continua atuando como uma rede informal de entidades".[81]

Ainda em 2006, o MCCE começa a divulgar o número de políticos cassados com base na Lei 9.840, iniciativa que ficou conhecida como "Mapa das Cassações". Em setembro de 2006, uma coletiva de imprensa na CNBB informava à imprensa e à sociedade que até então, naquele ano, 419 políticos haviam tido o mandato cassado com base na lei de 1999. Conforme relato de Suylan Midlej, secretária-executiva do MCCE de julho de 2006 ao início de 2009, a iniciativa traria, pela primeira vez, maior atenção da mídia ao MCCE[82]. Em 2007, ano em que a Secretaria Executiva do MCCE (SE-MCCE) seria oficializada como organização não governamental, o "Mapa das Cassações" é divulgado com mais detalhes, como número de cassados por cargo, Estado e partido.

Com sede na capital federal, o Comitê Nacional é formado hoje por 50 entidades da sociedade civil, entre elas a CNBB, CUT, Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) e entidades de classe ligadas ao subsistema jurídico, como AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), Ajufe (Associação dos Juízes Federais) e ANPR (Associação Nacional dos Procuradores da República). O Comitê Nacional responde pelo acompanhamento de ações do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), principal corte eleitoral do país, e também por contatos com "responsáveis pela adoção de medidas que favoreçam a lisura do processo eleitoral em todo o Brasil"[83]. Outra atribuição é a criação e manutenção dos Comitês Estaduais do MCCE, os chamados "comitês 9.840", definidos pelo próprio movimento como "instâncias regionais de organização e articulação da rede de entidades e movimentos contra a prática da corrupção eleitoral". São 306 comitês nos 26 Estados do Brasil e no Distrito Federal.

Com o objetivo de caracterizar a atual configuração do MCCE, submeteu-se um questionário de 26 itens à SE-MCCE, baseados em pesquisa sobre organizações da sociedade

---

[80] Naquele ano, conforme relato sobre a história da lei 9.840 produzido pelo MCCE, um projeto de lei na Câmara propôs reduzir o número de 60 para cinco o número de dias previstos para o protocolo de representações por corrupção eleitoral. O movimento então precisou reforçar ações junto ao Congresso para evitar a aprovação da proposta, no que foi bem-sucedido.
[81] Disponível em: <http://www.mcce.org.br/node/53>. Acesso em: 12 jun. 2011.
[82] Entrevista ao autor, maio de 2012.
[83] Disponível em: <http://www.mcce.org.br/node/9>. Acesso em: 23 maio 2011.

civil coordenada por Teixeira (2008) e dos quais destacamos aqui os principais elementos. Das respostas depreendem-se dados do funcionamento e da autoimagem (OLIVEIRA e FERREIRA, 2007) do movimento. Em relação aos objetivos do movimento, foram citados a busca de melhorias e conscientização da sociedade, promoção da cidadania e defesa de interesses coletivos. Trata-se de entidade que se relaciona com outras organizações, entre elas Igreja Católica e setores evangélicos, organizações de governo e da sociedade civil. A SE-MCCE possui registro no CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) e o movimento conta com funcionários voluntários e contratados. Divulga informações sobre uso dos recursos, atividades, programas e projetos desenvolvidos. Os principais meios empregados na divulgação de informações são reuniões, cartazes, pessoas chave da comunidade, boletins, folders, vídeos institucionais e releases para imprensa. Obtém informações por meio de boletins e jornais de outras organizações, televisão, jornais, internet e assessorias. Suas fontes de recursos são contribuições de filiados, sócios e projetos de organismos internacionais. Seu orçamento anual é superior a R$ 50 mil[84] e a infraestrutura se resume a computadores, telefones e fax – o MCCE nacional funciona em uma sala cedida pela OAB em Brasília. O movimento se considera apartidário, e diz buscar apoio de legendas políticas apenas na busca pela adoção de "medidas que favoreçam a lisura do processo eleitoral" pelo país. Nas eleições, o movimento atua na fiscalização para coibir fraudes e na captação de denúncias de compra de votos ou uso da máquina administrativa pelos candidatos. Entre ações coletivas desenvolvidas o movimento enumera a organização e conscientização da sociedade, mobilizações, representação e defesa de interesses e captação de recursos para organização. Suas ações no campo da participação política são cobrança e acompanhamento de ações pelos agentes públicos e a supracitada participação no processo eleitoral. O mecanismo institucional de ação coletiva empregado pelo grupo é a coleta de assinaturas.

2.5 A campanha Ficha Limpa

[84] Segundo planilha publicada pelo MCCE em seu site na internet, a SE-MCCE teve receitas de R$ 116.070,73 e despesas de R$ 117.425,82 em 2010.

O MCCE decidiu lançar a campanha Ficha Limpa em dezembro de 2007, em reunião sobre reforma política realizada no Conselho Federal da OAB, em Brasília[85]. A primeira versão do projeto havia sido preparada por um grupo de juristas nos meses anteriores, a partir de minuta elaborada pela União dos Juristas Católicos do Rio de Janeiro[86] após sugestão feita ao MCCE pelo então secretário-geral da CNBB, dom Dimas Lara Barbosa. O projeto propunha alterações à Lei Complementar 64, de 1990, conhecida como Lei das Inelegibilidades, responsável por determinar prazos de cessação (proibição de candidaturas) e outras providências relativas a condições de postulação em processos eleitorais no Brasil. A proposta de lei "sobre a vida pregressa dos candidatos", outra denominação cunhada pelo movimento, fixava novos critérios para quem não pode se candidatar no país: 1) aumento de três para oito anos no prazo de inelegibilidade do cidadão que incorresse em condutas determinadas na lei; 2) elevação do número de situações que podem impedir o registro de uma candidatura; e 3) proibição da candidatura em caso de condenação passada do postulante em primeira instância judicial, e não apenas mediante trânsito em julgado do respectivo processo (quando não cabem mais recursos). Pelo projeto original, estariam proibidos de se candidatar por oito anos aqueles condenados por uma série de crimes até então não previstos como fator de inelegibilidade, como crime contra a economia popular, a administração pública, o patrimônio público, o meio ambiente, a saúde pública, o mercado financeiro, tráfico de entorpecentes, crimes dolosos contra a vida, abuso de autoridade, lavagem ou ocultação de bens, exploração sexual de crianças e adolescentes e utilização de trabalho análogo à escravidão. Em clara referência aos episódios recentes no país, o texto também previa a proibição de candidatura de detentores de cargos eletivos que houvessem renunciado ao cargo para evitar a abertura de processo por quebra de decoro parlamentar ou por desrespeito à Constituição e os que tivessem sido condenados em representações por compra de votos ou uso eleitoral da máquina administrativa.

2.5.1 Mobilização de recursos

[85] Exceto quando indicado, o relato aqui apresentado da campanha Ficha Limpa se baseia em entrevistas semi-estruturadas realizadas pelo autor com integrantes do MCCE e em Reis (2010) e em Assunção e Assunção (2010).

[86] TERR, Waldemar. Juiz Márlon Reis garante que a lei da ficha limpa veio para expurgar os políticos corruptos. **Jornal Pequeno**, São Luís, abr. 2012. Geral. Disponível em: <http://www.jornalpequeno.com.br/2012/4/15/juiz-marlon-reis-garante-que-a-lei-da-ficha-limpa-veio-para-expurgar-os-politicos-193966.htm>. Acesso em: 18 jun. 2012.

A busca dos proponentes da campanha Ficha Limpa por iniciar um debate público sobre o tema e vencer a barreira da visibilidade apostou desde o início em estratégias tradicionais de assessoria de imprensa, voltadas a grandes veículos de mídia tradicional (rádio, TV, jornais e revistas). Jornalistas profissionais já estavam anteriormente e se mantiveram à frente de funções chave no MCCE durante todo o período da iniciativa. Suylan Midlej, secretária-executiva do movimento de julho de 2006 ao início de 2009, por exemplo, é graduada em Comunicação Social e chegou ao movimento por meio da Cáritas, entidade ligada à CNBB, onde exercia a coordenação de comunicação. Passou a representar a Cáritas em reuniões do comitê nacional do MCCE e acabou convidada a assumir a tarefa de montar a SE-MCCE. Função para a qual impôs como condição de aceitação a contratação de um jornalista, conforme relato:

> Condicionei minha continuidade à contratação de um jornalista. Tivemos então desde o começo uma jornalista, que cuidava dessa parte de publicação, atendimento à mídia, e sempre com o olhar de comunicação para a mobilização social.[87]

A sucessora de Suylan Midlej na SE-MMCE veio a ser a então assessora de imprensa do movimento, Cristiane Vasconcelos, também jornalista de formação e contratada em junho de 2008 após abertura de seleção externa. Outra preocupação do MCCE relacionada à mobilização de recursos nos anos que antecederam a campanha foi a ampliação da base do movimento, por meio de contatos pessoais com elos da rede que naquele momento mantinham baixo nível de atuação. Os chamados comitês 9.840, que não ultrapassavam o número de 40 unidades ativas em 2006, chegaram a 273 no início de 2009, com a campanha já nas ruas[88]. Iniciada a campanha, havia um foco claro em veículos da chamada grande imprensa e no uso instrumental da internet para divulgação de informações e ações relacionadas à campanha:

> Tentei, no ano em que fiquei como assessora, organizar minimamente um mailing [relação de endereços eletrônicos de contatos de veículos de imprensa]. A gente tinha um mailing nacional que era bem focado nas grandes mídias mesmo. Selecionávamos por Estado o que tinha de jornal impresso, rádio e TV. [...] Às vezes

[87] Suylan Midlej, entrevista ao autor, abril de 2012.
[88] Idem.

> a gente só soltava para Estados ou regiões específicas, mas o foco era a grande mídia.[89]

Como a estrutura de comunicação do MCCE se reduzia a um profissional, o movimento procurava também apoio nas assessorias de imprensa das entidades filiadas ao movimento, que comumente replicavam os materiais de divulgação da campanha, muito embora pouco produzissem material por iniciativa própria[90]. Os comitês 9.840 nos municípios colaboravam com a interiorização das mensagens ao encaminhar, por exemplo, os materiais para rádios locais, que passaram também a ser um importante foco de propagação da campanha.

Mas se a estrutura em rede do movimento foi funcional à difusão das mensagens, havia dificuldades permanentes relacionadas à captação de recursos financeiros, necessários a ações como envio de material pelo correio, produção e impressão de peças gráficas e viagens de integrantes do movimento para participação em eventos. A arrecadação demandava um esforço de barganha da SE-MCCE junto às entidades filiadas à ONG, conforme relato:

> A questão financeira sempre pesou muito, sempre foi difícil. Nas reuniões, em termos de pensamento, do que fazer, a gente sempre acabava fechando os encaminhamentos, mas quando eram os passos seguintes, que às vezes precisavam de recursos, a gente tinha que correr atrás, pedir, suar bastante para conseguir de alguma entidade recursos para produção de material gráfico, para fazer alguma ação. Era muito difícil.[91]

A falta de orçamento para as ações planejadas era também contornada com parcerias, como a colaboração com a Rede Globo e com a rede de ativismo online Avaaz, que resultaram nas peças de comunicação mais efetivas da campanha, em termos de audiência e na avaliação retrospectiva dos próprios integrantes do movimento.

2.5.2 Construindo enquadramentos de ação coletiva

---

[89] Cristiane Vasconcelos, entrevista ao autor, outubro de 2012.
[90] Idem.
[91] Idem.

Do conteúdo das peças de divulgação da campanha Ficha Limpa, de materiais gráficos e vídeos disponibilizados na internet aos releases enviados à imprensa, pode-se depreender as estratégias discursivas empregadas pelo MCCE na batalha pela consolidação de significados que inspirassem e legitimassem a ação coletiva. Em geral, o componente diagnóstico, de identificação do problema e atribuições de responsabilidade, se expressava em dois eixos. Um deles foi o apontamento da existência de uma "lacuna" no ordenamento jurídico brasileiro: a edição de uma lei complementar, prevista na Constituição, que incluísse novos casos de inelegibilidade. Como em panfleto distribuído por ocasião da primeira mobilização nacional da campanha, em setembro de 2008:

> Sabemos que a Constituição Federal exige a edição de uma lei complementar incluindo novos casos de inelegibilidade. Mas até hoje o Congresso Nacional não regulamentou a matéria. Essa lacuna levou o MCCE a propor o projeto de lei de iniciativa popular para votação na Câmara Federal.[92]

O segundo eixo diagnóstico dos enquadramentos promovidos pelo movimento partiu da questão da corrupção eleitoral, tema de elevada ressonância na cultura política brasileira, tratado de modo a identificar prontamente os antagonistas, os alvos a serem combatidos pela campanha, a saber, os políticos com problemas com a Justiça[93]. Exemplo nesse sentido pode ser encontrado em vídeo distribuído pela campanha na internet em agosto de 2009, nas palavras do ator Milton Gonçalves, apresentador da peça:

> A campanha foi motivada pelo elevado número de denúncias contra políticos, tanto nos meios de comunicação quanto no dia-a-dia dos cidadãos. A corrupção eleitoral provoca indignação e desperta nos cidadãos o sentimento de que algo deve mudar na política brasileira. Mas a mudança deve começar pela história de vida dos nossos futuros governantes, seja nas cidades, no Estado ou mesmo no país.[94]

---

[92] MCCE. **Folder Campanha Ficha Limpa**. 2008. 636 Kb. Formato PDF. Disponível em: <http://www.mcce.org.br/site/pdf/FOLDER_MCCE_Campanha_Ficha_Limpa.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2011.

[93] O recurso à identificação de antagonistas fica explícito ainda na letra de um dos jingles do movimento: "Candidato ficha limpa, homem bom trabalhador, mulher séria e competente, gente honesta de valor. Candidato ficha suja, passado comprometedor, quem já fez fará de novo, nunca vote em quem roubou".

[94] VÍDEO campanha Ficha Limpa: baixe, assista e divulgue. Produção de MCCE. Brasília, 2009. 9min21seg. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=Irs8X_h6REg>. Acesso em: 10 jun.2011.

Percebe-se aqui também nesse argumento de suporte um marcado componente de injustiça, um apelo moral a definir ao público a permanência de uma situação injusta, imoral e aética por parte de autoridades constituídas, que de alguma forma viola princípios sociais básicos e precisa ser remediada. O diagnóstico engendrado pelo movimento recorria também a justificativas morais que remetiam ao caráter "preventivo" da proposta, meio de evitar problemas futuros, como em intervenção do diretor do MCCE Carlos Moura no supracitado vídeo:

> Mas a construção de uma política mais honesta não depende só do número de cassações. É preciso moralizar o perfil daqueles que se candidatam ao poder. Ao agir assim estamos prevenindo cassações futuras.[95]

Os componentes prognósticos, de proposições de soluções e "planos de ataque" para os problemas apresentados, estavam presentes em praticamente todas as peças de divulgação do MCCE, na forma de explicações sobre as mudanças propostas pelo projeto de lei, comumente sintetizadas nos termos encontrados no supracitado panfleto da primeira mobilização nacional:

> O projeto de lei de iniciativa popular sobre a vida pregressa dos Candidatos, elaborado pelo MCCE, pretende: aumentar as situações que impeçam o registro de uma candidatura [...], estender o período que impede a candidatura, que passaria a ser de oito anos e tornar mais rápidos os processos judiciais sobre abuso de poder nas eleições.[96]

Os componentes motivacionais, que suscitam a eficácia da ação coletiva e impelem à ação, eram também articulados a partir da história do movimento. Nesse sentido, a campanha que levou à aprovação da lei 9.840 era muitas vezes citada como exemplo precursor bem-sucedido de mobilização. As peças também traziam instruções sobre como agir para aderir à campanha e chamados específicos a ação. Declarações do juiz Márlon Reis em vídeo divulgado pelo movimento na internet em março de 2009 exemplificam esse tipo de construção:

---

[95] VÍDEO campanha Ficha Limpa: baixe, assista e divulgue. Produção de MCCE. Brasília, 2009. 9min21seg. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=Irs8X_h6REg>. Acesso em: 10 jun.2011.

[96] MCCE. **Folder Campanha Ficha Limpa**. 2008. 636 Kb. Formato PDF. Disponível em: <http://www.mcce.org.br/site/pdf/FOLDER_MCCE_Campanha_Ficha_Limpa.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2011.

> A campanha Ficha Limpa ela traz uma mensagem positiva para o Brasil, de que o Brasil que nós queremos é possível e que cada eleitor e cada eleitora podem dar uma contribuição que pode parecer pequena para essa transformação acontecer, mas que é fundamental. Assinar um projeto de lei de iniciativa popular como esse é muito mais que simplesmente pôr a sua assinatura num papel, é tornar possível que se cobre do Congresso Nacional a construção de um poder político que cumpra de fato o seu papel constitucional.[97]

Chong e Druckman (2011) apontaram a importância, na competição pela opinião pública, do sucesso no desenvolvimento de respostas efetivas a enquadramentos opositores[98]. O desenvolvimento de contra-argumentos eficientes esteve no centro das preocupações do MCCE desde os primeiros momentos da campanha. O embate nesse aspecto se dava, sobretudo, em torno da constitucionalidade do projeto de lei, e o movimento procurava mapear críticas em circulação na esfera pública nesse sentido para poder prontamente contrapô-las, em expressão de responsividade conferida ao debate pelo MCCE, conforme descrito por uma integrante:

> A questão da inconstitucionalidade da lei foi o ponto mais crucial para a gente, [ao] que tínhamos que ficar mais atentos. Sempre que a gente via qualquer notícia ou pessoa falando que a lei era inconstitucional a gente tinha a preocupação de explicar que não era, de explicar juridicamente que não era. O próprio dr. Márlon estava sempre trabalhando nisso. A gente tentava fazer artigos específicos, ligava para jornais e tentava negociar a publicação desses artigos de opinião. Se fosse o caso responder aquilo ali através do nosso site ou ligando para o veiculo pedindo algum espaço, alguma coisa para resposta, mas a gente sempre tentava combater e esclarecer.[99]

Para compreender o papel central da cultura e da produção simbólica nas formas de ação engendradas pelo MCCE, cabe ainda mapear alguns dos eixos dos processos de construção de identidade coletiva verificados entre seus membros. Suas definições interativas e compartilhadas, entrelaçadas a sistemas de relações e representações e que garantem a permanência temporal do movimento, os limites de seus membros com o ambiente social, requisitos para adesão e critérios de reconhecimento. Em entrevistas com integrantes do

---

[97] VÍDEO Ficha Limpa – Márlon Reis. Produção de Comitê 9.840-SP. São Paulo, 2009. 4min44seg. Disponível em: < http://www.youtube.com/watch?v=lQUIIaTHpNo>. Acesso em: 15 jun.2011.

[98] Os autores definem enquadramento opositor (*counter-framing*) como um enquadramento que apresenta argumentos que se contrapõem aos de outro enquadramento efetivo em circulação.

[99] Cristiane Vasconcelos, entrevista ao autor, outubro de 2012.

MCCE, as definições comumente passavam pela exaltação de valores como a busca da justiça social e o apartidarismo[100]:

> Nós nos orientamos pela busca de uma sociedade melhor. Se o cara é da extrema direita ou da extrema esquerda, isso não é um grupo partidário, tanto que a filiação partidária as pessoas são livres para ter. Há algum tempo venho dando como indicação [ao movimento] de quem exercer coordenação não seja filiado[101].

Um integrante do MCCE que durante a campanha se legitima não apenas como fonte do movimento na mídia, mas também como referência identitária no discurso dos próprios membros do grupo, é o juiz eleitoral Márlon Reis, cuja história pessoal não raro é suscitada como exemplo a ser seguido:

> Márlon era a pessoa que nós confiávamos para falar. A história do Márlon também é muito bonita. Alguém que veio de baixo, que começou também a militar nos movimentos sociais muito cedo, movimento político muito cedo, vem de uma história e de uma formação socialista. Então o Márlon tinha desenvoltura além para falar sobre o campo político, para falar também no campo jurídico, então ele é o nosso guia nesse sentido.[102]

2.5.3 Histórico

Um episódio crucial que impulsionou a ideia de preparar o projeto ocorreu em setembro de 2006, quando o TSE autorizou o dirigente de futebol Eurico Miranda, envolvido em acusações de corrupção, a concorrer a deputado federal nas eleições daquele ano, apesar de decisão contrária do TRE-RJ (Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro), que negara seu registro de candidatura baseado em sua situação de réu em vários processos criminais. Inspirada pelo que o MCCE interpretava como inexistência de meios para restringir as "candidaturas de risco" (REIS, 2010), a coleta de assinaturas foi deflagrada em maio de 2008, após aprovação da campanha por unanimidade, no mês anterior, na Assembleia Geral da

---

[100]Ainda que os membros entrevistados do MCCE tenham definido em suas falas o apartidarismo como característica da identidade do movimento, na prática verificou-se, entre os integrantes consultados, maior afinidade política ou mesmo filiação formal a partidos de esquerda ou centro-esquerda, como o PT.
[101] Marlon Lélis, entrevista ao autor, março de 2012.
[102] Osiris Barbosa, entrevista ao autor, outubro de 2011.

CNBB. Paralelamente, setores da Justiça Eleitoral – manifestos na figura do presidente do TRE-RJ à época, Roberto Wider – reforçavam decisões e posicionamentos públicos em defesa da análise da vida pregressa dos candidatos como critério de inelegibilidade. Em reunião em março de 2008, por exemplo, realizada em Natal (RN), presidentes de TREs (Tribunais Regionais Eleitorais) haviam decidido recomendar aos juízes eleitorais rigor na apreciação da vida pregressa dos candidatos quando da análise dos pedidos de registro de candidaturas. Em junho do mesmo ano, em outra reunião do Colégio dos Presidentes dos TREs, o mesmo Wider recomendou que juízes de registro enviassem relação de candidatos com pendências judiciais à AMB, para fins de divulgação. A despeito da decisão do TSE de 2006, o desembargador indicava que recusaria o registro de candidatos com ficha criminal. "A exigência da ficha limpa é uma forma de colaborarmos para a melhoria do padrão ético-político de nossa sociedade", afirmou à época[103]. Cabe destacar nesse sentido também que um dos principais articuladores da campanha Ficha Limpa, e um dos redatores da minuta do projeto, foi o juiz eleitoral do Maranhão Márlon Jacinto Reis, integrante do MCCE e que posteriormente viria a se tornar um dos principais porta-vozes do movimento durante a mobilização.

Enquanto a coleta dava os primeiros passos, com ações de voluntários promovidas em igrejas, universidades e locais de grande circulação, uma iniciativa da AMB ajudou a dar visibilidade ao tema. A entidade, que congrega 36 associações regionais de juízes no país e é uma das vozes institucionais mais ativas dentro do meio jurídico nacional, promovia desde 2006, como resposta aos escândalos político-policiais recentes no Brasil, a chamada "operação Eleições Limpas", que incluía a distribuição de 100 mil cartilhas sobre normas do processo eleitoral. Em 2008, ano de eleições municipais, lançou a segunda etapa da operação e alcançou grande repercussão pública ao divulgar, no site da entidade, lista com os nomes de candidatos classificados como "ficha suja", por responderem a processo por ação penal, de improbidade administrativa ou eleitoral. Na semana da divulgação da lista, em apenas dois dias o site da associação registrou recorde histórico de 224 mil acessos[104]. Nesse mesmo período, a AMB chegou a propor ação ao STF (Supremo Tribunal Federal) para que fosse

[103] A trajetória do desembargador Wider seria posteriormente maculada perante à opinião pública pela acusação de favorecimento a um amigo na indicação de titulares de cartórios extrajudiciais no Rio de Janeiro. Wider acabou aposentado compulsoriamente pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) em 2012 como forma de punição. Disponível em: <www.cnj.jus.br/noticias/cnj/18179-ex-corregedor-do-rio-e-punido-com-aposentadoria-compulsoria>. Acesso em: 13. nov. 2012.

[104] GUERREIRO, G.; GIRARDI, R. Site da AMB bate recorde de acesso com divulgação de candidatos com ficha suja. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, jul. 2008. Brasil. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u426135.shtml>. Acesso em: 20 jun. 2012.

concedido poder aos juízes eleitorais para vetar candidaturas de políticos com condenações judiciais, ainda que em primeira instância, baseado apenas em princípios constitucionais como o da moralidade e probidade administrativa. A chamada APDF (Ação por Descumprimento de Preceito Fundamental) 144 acabou rejeitada pelo STF em agosto de 2008, mas a iniciativa deu visibilidade ao tema e ajudou a popularizar as palavras-chave "ficha suja" e "ficha limpa" na pauta de discussões na esfera pública. Ainda que tais expressões já circulassem pelo léxico político e social brasileiro, a divulgação feita pela AMB, entidade integrante do MCCE, foi o antecedente imediato a sedimentá-las perante a opinião pública.

A repercussão da iniciativa da AMB também motivou uma "correção de rumos" dentro da estratégia do próprio MCCE, que já estava com a campanha nas ruas, mas ainda sem a ênfase na expressão "ficha limpa" – a definição mais empregada até então era "projeto de lei sobre a vida pregressa dos candidatos". O próprio movimento reajusta sua estratégia ao longo do primeiro ano da campanha, passando a enfatizar a expressão de cunho positivo:

> Começou como ficha suja. Mas aí depois começaram a imaginar: ao invés de ficha suja, vamos pensar em valorizar aqueles que têm ficha limpa. Então foi nesse sentido que houve essa mudança de foco. Ao invés de se ter ficha suja, vamos valorizar a ficha limpa.[105]

Em julho de 2008 o projeto somava 110 mil assinaturas, número ainda distante do 1,3 milhão necessário à proposição da iniciativa popular. No final daquele mês, em demonstração da ressonância social do tema naquele momento e dos apoios que suscitava entre amplos setores da comunidade jurídica, a Justiça Eleitoral enfatizou questão da biografia dos candidatos em sua campanha nacional de esclarecimento sobre as eleições daquele ano. Em pronunciamento em rede nacional de rádio e televisão em 31 de julho, o então presidente do TSE, Carlos Ayres Britto, faria a defesa dos candidatos de "vida moralmente limpa", citando "compradores de votos" da Lei 9.840 e ecoando a principal metáfora da campanha que naquele momento ainda dava os primeiros passos:

> Votar com todo entusiasmo, toda alegria, toda liberdade, toda atenção, dando um chega para lá nos compradores de votos e buscando o máximo de informação quanto ao candidato mais democrático. Mais democrático e de vida moralmente limpa, além

[105] Osiris Barbosa, entrevista ao autor, outubro de 2011.

> de comprovadamente capaz de conduzir os destinos do seu município, isso porque o futuro do seu município, eleitor, será o seu próprio futuro.[106]

Naquele mês a campanha passaria a conhecer ainda seu momento de maior difusão, que foram as vinhetas veiculadas entre 2008 e 2010 na programação da Rede Globo de Televisão. Resultado de uma negociação feita por meio da CNBB, após contato inicial entre o então secretário-geral, d. Dimas Lara Barbosa, e um diretor da emissora, em que o dirigente da CNBB introduziu o tema e o executivo se dispôs a ajudar. A conversa ensejou reunião posterior na emissora no Rio onde ficou acertado que a TV iria incorporar o apoio como uma ação de publicidade social, de veiculação gratuita de campanhas de entidades sem fins lucrativos, sociedades médicas e entidades diversas[107]. A TV produziria e cederia a vinheta, enviando-a para aprovação da ONG, que pediu poucos ajustes e aprovou o produto final. Uma animação de 30 segundos que mostra, em estética derivada das histórias em quadrinhos e caráter lúdico, um eleitor recebendo o título de eleitor em uma seção eleitoral e se dirigindo com um sorriso a uma urna eletrônica. Ele hesita antes de apertar os botões para votar, que acionam rapidamente um cenário de filme de terror: grades que cedem do alto e uma espécie de cela-masmorra, de onde lentamente saem zumbis engravatados em direção a uma porta que atravessam rumo a um dia ensolado no exterior. Os *letterings* (inserções textuais) apresentam as expressões "título de eleitor", "já chegamos a 150 mil assinaturas", "já chegamos a 1.000.000 assinaturas", "campanha na reta final: a sua assinatura pode ser decisiva", "campanha Ficha Limpa", a sigla, o endereço eletrônico e os telefones do MCCE, e por fim os logotipos da CNBB, do MCCE e da campanha. O texto é todo construído em torno de chamados a ação, com sete verbos imperativos reunidos em três sentenças:

> Eleitor, o seu voto não pode servir aos interesses de pessoas corruptas. O Movimento de Combate á Corrupção Eleitoral está coletando assinaturas para impedir a candidatura de políticos em débito com a Justiça. Coloque seu nome nesse abaixo assinado. Informe-se, acesse nosso site ou ligue. Participe, assine e mobilize a sua comunidade. Cidadania, a gente vê por aqui.[108]

---

[106] Disponível em: <http://agencia.tse.jus.br/sadAdmAgencia/noticiaSearch.do?acao=get&id=1073400>. Acesso em: 16 dez. 2011.

[107] Segundo o balanço de ações sociais da Rede Globo de 2009, foram mais de 270 mil inserções de publicidade social na programação da rede naquele ano, equivalentes à época a R$ 219 milhões em investimento publicitário. Em 2010, informa a empresa no balanço anual, o apoio perfez 453 mil inserções, correspondentes a R$ 310 milhões em investimento publicitário.

[108] CAMPANHA Ficha Limpa. Produção Rede Globo de Televisão. Rio de Janeiro, 2008. 30seg. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=OWVEVbI_bzQ>. Acesso em: 22 jul.2011.

Segundo informações prestadas pela Rede Globo, duas peças de 30 segundos da campanha Ficha Limpa foram veiculadas na programação da emissora em 2008, em um total de 6.425 exibições. Em 2009, duas peças de 30 segundos, por 3.071 vezes. Em 2010, houve veiculação de uma peça de 15 segundos por 6.458 vezes. Em 2008 e em 2009, tratou-se da peça descrita acima, tendo apenas como diferença a inserção de selo com a expressão "já chegamos a x assinaturas", sendo x o número de assinaturas coletadas até o momento de publicação. Não foi possível localizar a peça veiculada em 2010. Ao todo, foram 106 horas de exibição em rede nacional. Em investimento publicitário, considerados os valores publicados nos balanços sociais da emissora, o MCCE gastaria em torno de R$ 2,4 milhões em 2009 e R$ 4,4 milhões em 2010 caso quisesse adquirir aquele tempo de veiculação. Todos os integrantes do MCCE consultados para este trabalho relacionaram fortemente a exibição dos materiais a um aumento nos índices de mobilização e adesão à campanha, conforme relato:

> Aquela vinheta foi **a** (grifo nosso) mudança de rumo, não de rumos. Tenho a campanha antes e depois daquela vinheta. Quando a vinheta circulou, em uma semana, o numero de gente que ligava, que procurava, que mandava e-mail, o número de assinaturas que começou a chegar era inacreditável. Era só estando lá para perceber como foi a mudança na reação da sociedade.[109]

Após o inicio da circulação dos spots na Globo, o MCCE começa, a partir de setembro de 2008, a organizar "mobilizações nacionais" com o objetivo de intensificar a coleta de assinaturas. Foram momentos em que voluntários e os comitês regionais do MCCE se organizaram em mutirão, aumentando o número de pontos de coleta por pontos estratégicos pelo país como feiras livres, escolas, universidades e órgãos públicos. De setembro a dezembro de 2008 foram quatro mobilizações nacionais, agendadas em datas simbólicas como a semana da independência do Brasil e o Dia Internacional de Combate à Corrupção, comemorado em 9 de dezembro. Todas essas ações de mobilização eram divulgadas pelo MCCE à imprensa, por meio de notas que buscavam explorar o avanço da coleta de assinaturas. O movimento também crescia por meio de ações espontâneas, de pessoas que imprimiam os formulários de coleta disponibilizados no site do MCCE, obtinham de 10 a 15 assinaturas e enviavam o material à sede do movimento em Brasília. Em novembro de 2008 o

[109] Cristiane Vasconcelos, entrevista ao autor, outubro de 2012.

MCCE contabilizava 500 mil assinaturas, número que chegou a 700 mil em maio de 2009. Dentro do movimento, a avaliação é que o chamado "escândalo do castelo", que ganhou visibilidade em fevereiro de 2009, também estimulou a participação popular na campanha naquele período.[110]

O ano de 2009 foi também o ano em que a campanha reforçou sua presença virtual. Um primeiro grupo de suporte à mobilização no Facebook foi lançado em junho, e a partir daí a iniciativa se estendeu a outros canais de mídias sociais, como Twitter e You Tube. Um primeiro grupo de suporte à campanha foi lançado no Facebook em junho de 2009 – contaria um ano depois com 30 mil seguidores, além de 10 mil assinantes no Twitter (BREUER e FAROOQ, 2012). O tramo final da fase de coleta de assinaturas marcou um ponto de inflexão na estratégia da campanha, que ganhou presença na internet a partir de ações como a reformulação do site do MCCE para inclusão de informações e material de campanha (spots de áudio, banners, cartazes e cartilhas) para *download*, construção e manutenção de perfis em redes sociais e transmissão online de votações. Atores e músicos gravaram depoimentos pró-campanha, divulgados no site do MCCE. Vídeos sobre a campanha no You Tube são baixados por cerca de 50 mil usuários. Ainda nessa fase, a campanha recebeu dois significativos aportes. Um deles foi o apoio voluntário da Avaaz, comunidade transnacional de apoio online a mobilizações que promoveria coletas virtuais de assinaturas, empregadas como elemento de pressão sobre o Legislativo, mediante envio de mensagens para gabinetes dos deputados. Houve, portanto, ações tanto instrumentais (*internet-enhanced*), de reforço a métodos tradicionais de ativismo, como essenciais (*internet-based*), como os abaixo-assinados promovidos exclusivamente no ambiente virtual.

Com as vinhetas em veiculação na Rede Globo desde julho de 2008, quando somava pouco mais de 100 mil assinaturas, a campanha chegou a agosto de 2009 com 1 milhão de assinaturas, e lançou uma ação intensiva para buscar, em um mês, as 300 mil adesões restantes, que recebeu a denominação de "300 em 30". A meta foi alcançada e as assinaturas foram entregues à Câmara dos Deputados em 29 de setembro de 2009, um ano e cinco meses após o lançamento da campanha, em ato simbólico com a presença de juristas e representantes das entidades do MCCE, programado para o dia em que se comemorava o décimo aniversário

[110] O chamado "escândalo do castelo" envolveu denúncias contra o deputado Edmar Moreira (DEM-MG). Eleito corregedor da Câmara dos Deputados pelos pares, ele foi acusado de apropriação ilegal de contribuições previdenciárias e de não declarar à Justiça Eleitoral um imóvel em forma de castelo estimado em US$ 25 milhões. À época um deputado declarou estar "se lixando" para a opinião pública no caso de tentativa de cassação do colega, afirmação amplamente divulgada pela mídia.

da promulgação da primeira lei de iniciativa popular aprovada pelo Legislativo nacional, a lei 9.840.

Passada a fase de coleta de adesões, as ações do MCCE se concentraram no acompanhamento da tramitação legislativa do projeto e no diálogo com parlamentares. Diante da impossibilidade prática de checagem da validade das assinaturas, o projeto de lei, que recebeu o número 518/09, foi apensado a outro projeto sobre o tema que já tramitava na Câmara, o 168/93, como forma de apressar a análise. Em dezembro de 2009, o MCCE entregou mais 200 mil assinaturas ao Congresso, como forma de manter a pressão pela aprovação. Nesse período, outro escândalo político, desta vez envolvendo o governo do Distrito Federal, passaria a ganhar visibilidade pública, o que ajudaria a manter o tema da corrupção e a própria campanha Ficha Limpa na pauta da imprensa nos meses seguintes[111]. Mas ainda não havia acordo para votar a proposta, que só seria retomada em fevereiro de 2010, após o recesso parlamentar. O projeto começa a tramitar efetivamente na Câmara em março de 2010, com as atividades de um grupo de trabalho designado para elaborar um texto consensual. Os embates para aprovação se intensificaram em abril de 2010. Nesse mês, uma petição online promovida pela Avaaz defendendo a aprovação da lei obteve mais de 2 milhões de adesões. Mais de 40 mil pessoas responderam a um chamado da mesma organização para que apoiadores da campanha enviassem e-mails e mensagens de voz aos deputados pedindo a aprovação do projeto (BREUER e FAROOQ, 2012). A análise do grupo de trabalho introduziu mudanças ao texto original que foram aceitas pelo MCCE, como a definição de que ficariam inelegíveis apenas pessoas condenadas por órgãos colegiados (mais de um juiz), uma forma de evitar eventuais arbitrariedades de decisões monocráticas de juízes de primeira instância. Por decisão dos líderes da Câmara, após essa etapa, o projeto acabou sendo enviado à CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Casa, o que motivou forte reação pública do MCCE, que via nesse encaminhamento a possibilidade de desfiguração da proposta, pois não havia necessidade regimental desse trâmite e um texto supostamente consensual já havia sido acordado. O substitutivo apresentado pelo relator do projeto na CCJ acabou sendo bem recebido pelo MCCE, que considerou que a essência da proposta havia sido mantida[112]. O texto-base do projeto foi aprovado na Câmara em 5 de maio, com votos favoráveis de 388 dos

[111] O chamado "escândalo do mensalão do DEM" se conectou factualmente com a campanha Ficha Limpa porque um dos então pré-candidatos ao governo do Distrito Federal, ocupado por interinos desde a prisão do governador José Roberto Arruda, possuía condenações anteriores e desistiu da candidatura pelo risco de ser barrado pela Lei da Ficha Limpa.

[112] A nova versão criou, por exemplo, o chamado "efeito suspensivo", que permite ao candidato pedir a suspensão da inelegibilidade em instância superior até a sentença final.

389 deputados presentes – o autor do único voto contrário pediu desculpas públicas e disse que havia se equivocado ao apertar os botões da votação. Outras modificações (destaques) propostas ao texto foram derrubadas na semana seguinte, no dia 11, após acordo de líderes. O projeto chegaria ao Senado no mesmo dia e seria aprovado por unanimidade no dia 19 de maio, em meio à pressão popular. No dia 4 de junho, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei sem nenhum veto, e as novas regras passaram a ter vigência imediata.[113]

[113] Embora este trabalho tenha como proposta analisar apenas o período compreendido entre o lançamento da campanha e a sanção da lei, cabe registrar aqui os desdobramentos jurídicos da entrada em vigor da lei. Ainda em junho de 2010, o TSE, dirimindo uma dúvida que surgira a partir de emenda de redação introduzida no texto da lei pelo Senado, decidiu que a lei se aplicava aos condenados antes da sanção, e não apenas para candidatos condenados posteriormente. As novas regras impactaram fortemente o cenário das eleições de 2010 no país, com centenas de candidatos sendo barrados, mas em março de 2011 o STF decidiu pela inaplicabilidade da lei nas eleições do ano anterior. A decisão definitiva veio em fevereiro de 2012, quando o STF decidiu pela constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa, que passou a vigorar de fato pela primeira vez no pleito de 2012.

CAPÍTULO 3 – A CAMPANHA FICHA LIMPA: NEGOCIAÇÕES PELA VISIBILIDADE

Delineados o histórico da campanha Ficha Limpa e estratégias empregadas pelo movimento social para expressar significados, apresentar argumentos e buscar visibilidade na esfera pública durante a iniciativa, passa-se à descrição dos resultados da análise dos textos produzidos pelo MCCE, que constituem as principais peças informativas direcionadas à competição discursiva na esfera pública, e dos textos publicados sobre o tema nos jornais Folha de S.Paulo e O Estado de S.Paulo, que fornecem indicações sobre como setores da mídia impressa nacional construíram seus enquadramentos acerca do tema.

3.1 'Mande minha mensagem': o discurso do MCCE

Em relação à **data** de divulgação dos 30 releases produzidos e divulgados à imprensa pelo MCCE durante a campanha Ficha Limpa, verificou-se uma maior concentração em 2009, com 16 textos, com picos de divulgação nos meses de setembro e dezembro daquele ano, que registraram três textos cada um. O ano de 2008 teve 11 releases e o de 2010, três. O mês com o maior número de releases divulgados foi julho de 2008, com quatro peças. Já as notícias, que começam a ser publicadas no site do MCCE em agosto de 2009, registram nesse ano e mês seus picos de freqüência, com, respectivamente, 60 e 17 textos. O ano de 2010 teve 32 notícias publicadas, com pico no mês de janeiro – 14 textos, conforme tabela:

Tabela 1: Distribuição temporal dos releases e notícias divulgados pelo MCCE

Releases / mês	jan	fev	mar	abr	maio	jun	Jul	ago	set	out	Nov	dez	**Total**	**%**
2008	-	-	-	-	1	1	4	0	2	1	1	1	**11**	**36,66 %**
2009	1	1	0	1	1	1	2	1	3	2	0	3	**16**	**53,33 %**

2010	0	0	1	1	0	1	-	-	-	-	-	-	**3**	**10%**
Notícias / mês														
2009	-	-	-		-	-	-	17	12	11	10	10	**60**	**65,21 %**
2010	14	7	4	4	3	0	-	-	-	-	-	-	**32**	**34,78 %**

Quanto aos **títulos** dos releases produzidos pelo movimento, 56,6% apresentaram palavra-chave da campanha, ante 43,3% que não utilizaram esse recurso. Distribuição percentual semelhante foi encontrada em relação às notícias, com 52,1% de peças com palavras-chave em título e 47,8% sem o recurso.

Em relação aos releases do MCCE, os **autores** mais citados foram assessores de imprensa[114] do movimento, responsáveis por 83,2% do total dos textos. A assessora Edma Cristina de Góis apareceu como autora de 50% dos textos, seguida por Cristiane Vasconcelos (23,3%), Débora Pinheiro (3,3%) e os autores não especificados contatos assessoria de comunicação (3,3%) e assessoria de comunicação – comitê nacional MCCE (3,3%). O percentual de releases sem autor identificado foi de 16,6%:

Tabela 2: Autores dos releases divulgados pelo MCCE

Autor/ano	**R 08**	**R 09**	**R 10**	**Total**	**Total (%)**
Assessoria de Comunicação – Comitê Nacional MCCE	0	1	0	1	**3,30%**
Contatos Assessoria de Comunicação	1	0	0	1	**3,30%**
Cristiane Vasconcelos - Ascom MCCE	5	2	0	7	**23,30%**
Débora Pinheiro - Assessoria de Comunicação - Comitê Nacional	1	0	0	1	**3,30%**
Edma Cristina de Gois	0	13	2	15	**50,00%**
Sem autor identificado	4	0	1	5	**16,60%**

As notícias divulgadas pelo movimento, basicamente adaptações de materiais de terceiros, apresentaram uma pulverização de autores, 46 ao todo. Os autores mais citados

[114] Exercida principalmente por profissionais de jornalismo e relações públicas, a assessoria de imprensa envolve um "serviço prestado a instituições públicas e privadas, que se concentra no envio freqüente de informações jornalísticas, dessas organizações, para os veículos de comunicação em geral". O objetivo é "criar um vínculo de confiança com os veículos de comunicação e sedimentar sua imagem de forma positiva na sociedade." (FENAJ, 2007).

foram assessoria de comunicação SE-MCCE, com 27,1% das menções, e Edma Cristina de Góis, com 3,26%. As notícias sem autor identificado perfizeram 16% dos textos, conforme tabela:

Tabela 3: Principais autores das notícias divulgadas pelo MCCE

Autor/ano	**N 09**	**N 10**	**Total**	**Total (%)**
Assessoria de Comunicação SE-MCCE com dados do Congresso em Foco	2	1	2	**2,17%**
Assessoria de Comunicação SE-MCCE com dados do portal Terra	2	0	2	**2,17%**
Assessoria de Comunicação SE-MCCE	16	9	25	**27,10%**
Assessoria de Comunicação SE-MCCE e site TSE	0	2	2	**2,17%**
Comitê 9840 de Imperatriz e Assessoria de Comunicação SE-MCCE	2	0	2	**2,17%**
Edma Cristina de Góis	3	0	3	**3,26%**
Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral	1	1	2	**2,17%**
Sem autor citado	7	8	15	**16,00%**

Os **assuntos** mais freqüentes nos releases e notícias produzidos pelo MCCE foram as ações de mobilização e coleta de assinaturas da campanha (incidência de 54,91%) e a tramitação do projeto de lei no Congresso (18,85%). Em seguida aparecem casos de políticos, juízes ou administradores com pendências judiciais e outros assuntos (8,91% cada um). Os temas da reforma política/eleitoral (4,91%), discussão jurídica sobre o projeto de lei (4,09%) e a "lista suja" da AMB/discussão sobre divulgação de pendências judiciais de candidatos/ação AMB no STF (0,81%), conforme a seguinte distribuição:

Tabela 4: Frequência dos assuntos nos textos do MCCE

Assunto/ano	**R 08**	**R 09**	**R 10**	**N 09**	**N 10**	**Total**	**Total (%)**
CFL: ações mobilização e coleta	9	10	1	33	14	67	**54,91%**
CFL: discussão jurídica	1	0	0	3	1	5	**4,09%**
CFL: tramitação projeto Congresso	0	3	1	10	9	23	**18,85%**
Escândalos de corrupção	0	0	0	0	0	0	**0,00%**
Lista suja AMB e afins	1	0	0	0	0	1	**0,81%**
Outros	0	0	1	4	5	10	**8,19%**
Pendências judiciais de políticos	0	1	0	8	1	10	**8,19%**
Reforma política/eleitoral	0	2	0	2	2	6	**4,91%**
Total	**11**	**16**	**3**	**60**	**32**	**122**	

Outro indicador chave de qualidade democrática são as **fontes**, as vozes que o movimento convocou a se manifestar em seus textos. Os releases e notícias do MCCE, contudo, 50,81% não tinham fontes citadas, ante 27,04% de textos com uma fonte e 22,13% com mais de uma fonte citada. A classificação das fontes[115] revelou uma predominância de políticos (43,26% do total de citações), seguidos por membros do MCCE ou da rede do MCCE (41,33%), outros (5,76%), integrantes do Judiciário (4,8%) e integrantes do Ministério Público (4,8%).

As fontes mais citadas foram o juiz Márlon Reis, integrante do MCCE (11,52%), seguido pelo então deputado federal pelo PMDB-SP e presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (9,61%), pela assessora de imprensa e posteriormente secretária-executiva do SE-MCCE, Cristiane Vasconcelos (7,69%), pelo deputado federal pelo DEM-RJ Índio da Costa (4,8%) e pela integrante do MCCE Jovita Rosa (4,8%).

Tabela 5: Classificação das fontes citadas nos textos do MCCE

Tipo de fonte	**Citações**	**Total (%)**
Membro MCCE ou rede MCCE	43	**41,33%**
Membros do Judiciário	5	**4,80%**
Membros do Ministério Público	5	**4,80%**
Outros	6	**5,76%**
Políticos	45	**43,26%**
Total	104	

Quanto ao emprego de **aspas**, discurso direto das fontes citadas, apenas 26,66% dos releases do MCCE utilizaram o recurso, contra 73,33% de textos sem aspas. Os índices se alteram em relação às notícias, com 43,47% de textos com uso de aspas e 56,52% sem o recurso.

[115] No caso de fontes que poderiam ser classificadas em mais de uma categoria, como, por exemplo, um membro do MCCE que também integrasse a CNBB, a tabulação privilegiou a função principal, tal qual expressa nos textos.

Tabela 6: Incidência de declarações literais (aspas) em textos do MCCE

Releases/ano	**Com aspas**	**Sem aspas**	**Total**
2008	2	9	11
2009	6	10	16
2010	0	3	3
Total	8	22	30
Total (%)	**26,66%**	**73,33%**	
Notícias/ano			
2009	25	35	60
2010	15	17	32
Total	40	52	92
Total (%)	**43,47%**	**56,52%**	

Os padrões de citação das **entidades do MCCE** nos textos produzidos pelo movimento apresentaram a seguinte distribuição: 14,75% do total de releases e notícias não citaram entidades, 48,36% citaram uma entidade do movimento e 36,88% mencionaram mais de uma entidade. Verificou-se ainda a distribuição por entidade:

Tabela 7: Entidades do MCCE citadas em textos do movimento

Entidade/ano	**R 08**	**R 09**	**R 10**	**N 09**	**N 10**	**Total**	**Total (%)**
MCCE	7	11	3	36	15	72	**43,37%**
CNBB	3	4	0	3	2	12	**7,22%**
OAB	3	0	1	5	0	9	**5,42%**
Abramppe	1	1	0	0	3	5	**3,01%**
CBJP	1	1	1	1	0	4	**2,40%**
Conamp	1	0	0	0	0	1	**0,60%**
ANPR	1	0	0	0	0	1	**0,60%**
AMB	1	0	0	1	0	4	**2,40%**
Bahá'i	3	0	0	1	0	1	**0,60%**
Confea	0	0	0	0	1	1	**0,60%**
IFC	0	0	0	0	1	1	**0,60%**
Outros	0	0	0	50	4	54	**32,53%**
Total						**166**	

As **metáforas**, parte dos chamados dispositivos de enquadramento (*framing devices*) estiveram presentes em 13,33% dos releases do MCCE e em 11,95% das noticias. Como, por exemplo, em notícia divulgada pelo movimento em 3 de dezembro de 2009: "Sabemos que *a*

prática da corrupção, seja ela eleitoral ou dentro do exercício de um mandato, *é verdadeira praga enraizada* em diversos segmentos do país". A distribuição foi verificada conforme tabela:

Tabela 8: Incidência de metáforas em textos do MCCE

Releases/ano	**Com metáforas**	**Sem metáforas**	**Total**
2008	1	10	11
2009	3	13	16
2010	0	3	3
Total	4	26	30
Total (%)	**13,33%**	**86,66%**	
Notícias/ano			
2009	6	54	60
2010	5	27	32
Total	11	81	92
Total (%)	**11,95%**	**88,04%**	

Já o índice de uso de **exemplos** foi de 40% para os releases e de 60,86% para as notícias. Um exemplo de emprego do recurso está em release distribuído em outubro de 2008, que citava uma ação particular de coleta de assinaturas: "No Distrito Federal, estão confirmados postos de coleta em pontos de justificativas no Shopping Pátio Brasil, na Escola Classe 316 (Asa Norte) e no Centro Educacional 1 (Núcleo Bandeirantes). Haverá coleta em São Paulo, na capital e em municípios do interior. Os Comitês de Campina Grande e Pará também realizarão coleta no domingo, 26/10". A distribuição se deu de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 9: Incidência de exemplos em textos do MCCE

Releases/ano	**Com exemplos**	**Sem exemplos**	**Total**
2008	4	7	11
2009	6	10	16
2010	2	1	3
Total	12	18	30
Total (%)	**40%**	**60%**	
Notícias/ano			
2009	42	18	60
2010	14	18	32
Total	56	36	92
Total (%)	**60,86%**	**39,13%**	

O **slogan** "Voto não tem preço, tem consequências" apareceu na totalidade dos releases distribuídos pelo movimento, por estarem contemplados em um *template* (moldura) padrão usado em todas as peças. Já as notícias eram divulgadas em formato de texto simples, sem o *template* dos releases, e não empregaram slogans. As **imagens** estiveram 100% ausentes tanto dos releases como das notícias.

O emprego de **números** foi disseminado por quase todos os releases do MCCE, com incidência de 90%, índice que chegou a 61,95% no caso das notícias:

Tabela 10: Incidência do emprego de números em textos do MCCE

Releases/ano	**Com números**	**Sem números**	**Total**
2008	9	2	11
2009	15	1	16
2010	3	0	3
Total	27	3	30
Total (%)	**90%**	**10%**	
Notícias/ano			
2009	44	16	60
2010	13	19	32
Total	57	35	92
Total (%)	**61,95%**	**38,04%**	

No campo dos chamados dispositivos de raciocínio (*reasoning devices*), as **definições do problema/proposição de soluções** foram empregadas em 90% dos releases do movimento, percentual que alcançou apenas 25% nas notícias. Um exemplo de emprego recorrente do recurso durante o ano de 2009: "Iniciada em abril de 2008, a Campanha Ficha Limpa quer criar critérios mais rígidos para que alguém possa se candidatar. Na prática, o PL terá um papel preventivo, garantindo assim candidaturas idôneas no processo eleitoral".

Tabela 11: Incidência de definições de problema/soluções em textos do MCCE

Releases/ano	**Com definições problema/soluções**	**Sem definições problema/soluções**	**Total**
2008	9	2	11
2009	15	1	16
2010	3	0	3
Total	27	3	30
Total (%)	**90%**	**10%**	
Notícias/ano			

2009	22	38	60
2010	1	31	32
Total	23	69	92
Total (%)	**25%**	**75%**	

Causas da campanha Ficha Limpa foram citadas em 23,33% dos releases, e em somente 4,34% das notícias divulgadas pelo MCCE Como em release divulgado em setembro de 2009: "A idéia de lançar a Campanha Ficha Limpa foi uma demanda que partiu da própria sociedade, a partir dos Comitês 9840 do MCCE nos estados e municípios. Após dez anos da Lei 9.840, a sociedade percebeu que não basta só denunciar e cassar políticos corruptos, seria importante ir mais além e impedir que políticos com perfis inadequados participassem do processo eleitoral". A distribuição seguiu o seguinte padrão:

Tabela 12: Incidência de citações de causas em textos do MCCE

Releases/ano	**Com causas**	**Sem causas**	**Total**
2008	3	8	11
2009	6	10	16
2010	0	3	3
Total	9	21	30
Total (%)	**30%**	**70%**	
Notícias/ano			
2009	4	56	60
2010	0	32	32
Total	4	88	92
Total (%)	**4,34%**	**95,65%**	

Os **julgamentos morais** foram dispositivos empregados pelo MCCE em 56,66% dos releases, e em 39,13% das notícias, como neste exemplo de maio de 2010: "Dois anos depois, o MCCE acredita que a sociedade brasileira conseguiu entender a importância de se considerar a vida pregressa dos candidatos como forma de melhorar o cenário eleitoral e político do país. Além de ter sido a força maior que levou à aprovação deste projeto no Congresso":

Tabela 13: Incidência de julgamentos morais em textos do MCCE

Releases/ano	Com julgamentos morais	Sem julgamentos morais	Total
2008	4	7	11
2009	12	4	16
2010	1	2	3
Total	17	13	30
Total (%)	**56,66%**	**43,33%**	
Notícias/ano			
2009	24	36	60
2010	12	20	32
Total	36	56	92
Total (%)	**39,13%**	**60,86%**	

Já os **chamados a ação** foram empregados em 70% dos releases (como em "Para conhecer mais o projeto e aderir à campanha, basta visitar o site da iniciativa www.mcce.org.br", de dezembro de 2009) e em 48,91% das notícias:

Tabela 14: Incidência de chamados a ação em textos do MCCE

Releases/ano	Com chamados a ação	Sem chamados a ação	Total
2008	8	3	11
2009	13	3	16
2010	0	3	3
Total	21	9	30
Total (%)	**70%**	**30%**	
Notícias/ano			
2009	32	28	60
2010	13	19	32
Total	45	47	92
Total (%)	**48,91%**	**51,08%**	

3.2 'Tragam-me notícias': o discurso dos jornais

Quanto à **data** de publicação de textos relacionados ao tema da campanha Ficha Limpa nos jornais analisados, verificou-se uma distribuição anual semelhante entre os veículos, com predominância de matérias no ano de 2010, período em que o projeto de lei já tramitava no Congresso. O ano de 2008 concentrou 35,85% dos textos na FSP e 26,80% em OESP, enquanto 2009 respondeu por 13,13% dos textos da amostra da FSP e 15,97% em OESP, e 2010 teve 51,01% das matérias da FSP e 57,21% das de OESP. Na FSP os textos

foram publicados em 111 dias diferentes, e em OESP, em 112 dias diferentes, o que perfaz uma média de um texto a cada 6,9 dias na FSP e de um texto por 6,83 dias em OESP. Os meses com maior número de reportagens na FSP foram julho de 2008 (37) e maio de 2010 (53). Em OESP, foram maio (64) e abril (31) de 2010, conforme tabelas:

Tabela 15: Distribuição temporal dos textos na FSP

Textos / mês	jan	fev	mar	abr	maio	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	**Total**	**%**
2008	-	-	-	-	0	12	37	12	6	4	0	0	**71**	**35,85%**
2009	5	0	0	0	0	0	0	0	6	5	4	6	**26**	**13,13%**
2010	1	10	11	21	53	5	-	-	-	-	-	-	**101**	**51,01%**

Tabela 16: Distribuição temporal dos textos em OESP

Textos / mês	jan	fev	mar	abr	maio	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	**Total**	**%**
2008	-	-	-	-	3	14	14	14	7	0	0	0	**52**	**26,80%**
2009	1	1	0	0	1	0	1	2	9	7	5	4	**31**	**15,97%**
2010	3	3	7	31	64	3	-	-	-	-	-	-	**111**	**57,21%**

A **seção** de publicação dos textos também apresentou distribuição semelhante entre os veículos, com 67,01% das matérias do Estado veiculadas na editoria "Nacional" e 62,61% das reportagens da Folha aparecendo em sua seção correlata, "Brasil" e "Poder"[116]. Em ambos os jornais, a editoria que aparece em segundo lugar é a das cartas de leitores, intitulada "Painel do Leitor" na FSP (18,18%) e "Fórum dos Leitores" em OESP (18,04%).

A **presença na primeira página** dos textos relacionados à campanha, indicador de proeminência e visibilidade do tema, atingiu 13,5% na FSP, com incidências de 15 textos (12 chamadas de capa e 3 manchetes) em 111 edições; e 19,6% em OESP, com 22 textos (20 chamadas de capa e 2 manchetes) em 112 edições.

Quanto aos **títulos** dos textos publicados pela FSP, 43,43% apresentaram palavra-chave da campanha, ante 56,56% que não empregaram o recurso. Verificou-se distribuição percentual semelhante em OESP, com 45,36% de peças com palavras-chave em título e 54,63%% sem as mesmas.

[116] A editoria "Brasil" da Folha de São Paulo foi rebatizada como "Poder" em 2010. O percentual citado inclui textos tabulados na coluna "Painel", publicada na seção "Brasil" e "Poder".

Na FSP, os **autores**[117] mais frequentes dos textos publicados foram repórteres, que responderam por 34,22% do total de citações autorais, seguidos por colunistas, com 21,77%. Leitores foram autores de 17,33% das matérias, conforme tabela:

Tabela 17: Autores dos textos na FSP, por categoria

Categoria autor/textos	**Total (%)**
Repórteres	**34,22%**
Colunistas	**21,77%**
Articulistas	**5,33%**
Leitores	**17,33%**
Assessores de imprensa/políticos	**4,00%**
Sem autor identificado	**17,33%**

Individualmente, os autores mais presentes na cobertura foram a colunista Renata Lo Prete, do "Painel", com 13,77% do total de citações, seguidos pelos repórteres da sucursal de Brasília Maria Clara Cabral (6,22%) e Felipe Seligman (4,88%). Ao todo, foram 97 autores citados.

Em OESP, a participação dos repórteres na autoria das matérias chegou a 45,02%, com leitores (28,76%) e textos sem autor identificado (11,29%) em seguida:

Tabela 18: Autores dos textos em OESP, por categoria

Categoria autor/textos	**Total (%)**
Repórteres	**45,02%**
Colunistas	**10,83%**
Articulistas	**2,91%**
Leitores	**28,76%**
Assessores de imprensa/políticos	**0,41%**
Sem autor identificado	**11,29%**

[117] Na classificação da mídia impressa, a categorização dos autores levou em conta os itens "repórteres", para repórteres e redatores da equipe dos jornais; "colunistas", para profissionais com espaço fixo nas publicações; "articulistas", para autores de artigos eventuais que não integram a equipe das publicações; "leitores", para autores de mensagens publicadas em seções reservadas ao leitorado, e "assessores de imprensa/políticos", para textos publicados em seção de leitores e assinados por representantes de outrem ou políticos, em resposta a matérias anteriores dos jornais.

A repórter Eugênia Lopes, da sucursal de Brasília, assinou 7,53% dos textos, seguida em incidência pelo repórter baseado em São Paulo Moacir Assunção, com 6,69% das citações. Em seguida apareceram a colunista Dora Kramer (6,27%) e os repórteres Roberto Almeida, de São Paulo (4,60%) e Felipe Recondo, de Brasília (4,60%). Houve 103 autores ao todo.

O **assunto** relacionado ao tema Ficha Limpa mais recorrente na cobertura da FSP foi a tramitação do projeto de lei no Congresso (incidência de 29,79%), seguido pela "lista suja" da AMB/discussão sobre divulgação de pendências judiciais de candidatos/ação AMB no STF (19,69%), conforme a seguinte distribuição:

Tabela 19: Frequência dos assuntos nos textos da FSP

Assunto/ano	**2008**	**2009**	**2010**	**Total**	**Total (%)**
CFL: ações mobilização e coleta	1	6	2	9	**4,54%**
CFL: discussão jurídica	8	3	16	27	**13,63%**
CFL: tramitação projeto Congresso	2	7	50	59	**29,79%**
Escândalos de corrupção	2	3	4	9	**4,54%**
Lista suja AMB e afins	39	0	0	39	**19,69%**
Outros	3	3	18	24	**12,12%**
Pendências judiciais de políticos	9	2	11	22	**11,11%**
Reforma política/eleitoral	7	2	0	9	**4,54%**
Total	**71**	**26**	**101**	**198**	

Em OESP o assunto mais freqüente foi o item "outros", referente a temas diversos relacionados à campanha (27,31%), seguido pela tramitação do projeto no Congresso, com 20,10% de incidência:

Tabela 20: Frequência dos assuntos nos textos de OESP

Assunto/ano	2008	2009	2010	Total	Total (%)
CFL: ações mobilização e coleta	3	7	25	35	**18,04%**
CFL: discussão jurídica	0	5	16	21	**10,82%**
CFL: tramitação projeto Congresso	0	2	37	39	**20,10%**
Escândalos de corrupção	1	1	1	3	**1,54%**
Lista suja AMB e afins	19	1	0	20	**10,30%**
Outros	16	12	25	53	**27,31%**
Pendências judiciais de políticos	9	1	5	15	**7,73%**
Reforma política/eleitoral	4	2	2	8	**4,12%**
Total	**52**	**31**	**111**	**194**	

Quanto às **fontes** utilizadas pelos jornais, outro indicador de qualidade democrática da cobertura, 47,47% dos textos na FSP não mencionaram fontes, enquanto 29,29% apresentaram uma fonte e 23,23%, mais de uma fonte citada. Em OESP esses percentuais foram, respectivamente, de 42,26%, de 27,31% e de 30,41%. Os políticos predominaram como fontes em ambos os jornais (46,87% na FSP e 48,52% em OESP), enquanto o percentual de membros do MCCE citados como fonte foi maior em OESP (24,05%) do que na FSP (14,58%), conforme tabela:

Tabela 21: Classificação das fontes citadas nos textos da FSP e de OESP

Tipo de fonte	Citações FSP	Total FSP (%)	Citações OESP	Total OESP (%)
Membro MCCE ou rede MCCE	28	**14,58%**	57	**24,05%**
Membros do Judiciário	34	**17,10%**	21	**8,86%**
Membros do Ministério Público	7	**3,64%**	10	**4,21%**
Outros	33	**17,18%**	34	**14,34%**
Políticos	90	**46,87%**	115	**48,52%**
Total	**192**		**237**	

Individualmente, as fontes mais citadas na FSP foram todas as da cúpula do Congresso ou do Judiciário: Carlos Ayres Britto, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (6,25% das citações), Michel Temer (PMDB-SP), deputado federal e presidente da Câmara dos Deputados (3,64%), Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal (3,64%) e Romero Jucá (PMDB-AP), senador e líder do governo no Senado. Em OESP, o mais citado foi o juiz Márlon Reis, dirigente do MCCE (4,64%), seguido por Michel Temer (4,21%), por

Flávio Dino, deputado federal (PC do B-MA), com 3,37%, e por Carlos Ayres Britto (2,95%), também no mesmo percentual do senador Romero Jucá (2,95%).

Em relação ao emprego de **aspas**, apenas 42,92% dos textos da FSP lançaram mão do recurso, índice que alcançou 60,31% em OESP, conforme tabela:

Tabela 22: Incidência de declarações literais (aspas) em textos da FSP e de OESP

Textos FSP/ano	**Com aspas**	**Sem aspas**	**Total**
2008	39	32	71
2009	8	18	26
2010	38	63	101
Total	85	113	198
Total (%)	**42,92%**	**57,07%**	
Textos OESP/ano			
2008	35	17	52
2009	17	14	31
2010	65	46	111
Total	117	77	194
Total (%)	**60,31%**	**39,69%**	

A dinâmica de citação das **entidades do MCCE** nos textos dos periódicos analisados seguiu a seguinte distribuição: 67,17% do total de notícias da FSP não citaram entidades, contra 57,21% em OESP. Textos que citaram uma entidade do movimento alcançaram 25,75% na FSP e 28,35% no Estado; e 7,07% dos textos da FSP mencionaram mais de uma entidade, índice que chegou a 14,43% em OESP. Verificaram-se ainda as seguintes distribuições por entidade:

Tabela 23: Entidades do MCCE citadas em textos da FSP e de OESP

Entidade/ano	**Total FSP**	**Total FSP (%)**	**Total OESP**	**Total OESP (%)**
Abramppe	1	**1,23%**	6	**4,61%**
AJD	0	**0**	1	**0,76%**
Ajufe	0	**0**	2	**1,53%**
Amarribo	0	**0**	3	**2,30%**

AMB	38	**46,91%**	28	**21,53%**
ANPR	0	**0**	0	**0**
Bahá'i	0	**0**	0	**0**
CBJP	2	**2,46%**	0	**0**
CNBB	12	**14,81%**	16	**12,30%**
Conamp	*0*	**0**	1	**0,76%**
Confia	0	**0**	0	**0**
IFC	0	**0**	0	**0**
MCCE	20	**24,69%**	46	**35,38%**
OAB	8	**9,87%**	21	**16,15%**
Outros	0	**0**	0	**0**
Voto Consciente	0	**0**	6	**4,61%**
Total	**81**		**130**	

Verificou-se ainda a incidência relativa de **confronto de posições** nos textos analisados, indicador codificado quando houve diálogo ou respostas mútuas entre fontes com diferentes reivindicações ou posicionamentos sobre as questões em pauta, editados pelo discurso jornalístico de forma a compor uma espécie de debate virtual. Os índices verificados foram semelhantes, com 29,79% de textos com confronto de posições na FSP e 24,74% em OESP:

Tabela 24: Incidência de confronto de posições em textos da FSP e de OESP

Textos FSP/ano	**Com confronto de posições**	**Sem confronto de posições**	**Total**
2008	23	48	71
2009	7	19	26
2010	29	72	101
Total	59	139	194
Total (%)	**29,79%**	**70,20%**	
Textos OESP/ano			
2008	13	39	52
2009	8	23	31
2010	27	84	111
Total	48	146	194
Total (%)	**24,74%**	**73,73%**	

Quanto aos dispositivos de enquadramento (*framing devices*), as **metáforas** foram empregadas em 30,80% dos textos da FSP e em 35,56% em OESP, conforme tabela:

Tabela 25: Incidência de metáforas em textos da FSP e de OESP

Textos FSP/ano	Com metáforas	Sem metáforas	Total
2008	27	44	71
2009	7	19	26
2010	27	74	101
Total	61	137	194
Total (%)	**30,80%**	**69,19%**	
Textos OESP/ano			
2008	20	32	52
2009	12	19	31
2010	37	74	111
Total	69	125	194
Total (%)	**35,56%**	**64,43%**	

Os **exemplos** apresentaram incidência de 20,20% na Folha de São Paulo e de 28,35% em OESP:

Tabela 26: Incidência de exemplos em textos da FSP e de OESP

Textos FSP/ano	Com exemplos	Sem exemplos	Total
2008	19	52	71
2009	10	16	26
2010	11	90	101
Total	40	158	198
Total (%)	**20,20%**	**79,79%**	
Textos OESP/ano			
2008	17	35	52
2009	12	19	31
2010	26	85	111
Total	55	139	194
Total (%)	**28,35%**	**71,64%**	

O índice de uso de **imagens**[118], categoria que inclui fotos, infográficos ou ilustrações a acompanhar os textos, foi de 20,70% na FSP e de 44,35% em OESP:

Tabela 27: Incidência de imagens em textos da FSP e de OESP

Textos FSP/ano	Com imagens	Sem imagens	Sem dados	Total

[118] No caso específico da amostra da Folha de São Paulo, não foi possível verificar a presença de imagens em alguns textos (tabulados como "sem dados") em razão da indisponibilidade da cópia eletrônica das edições em questão.

2008	11	56	4	71
2009	6	19	1	26
2010	24	69	8	101
Total	41	144	13	198
Total (%)	**20,70%**	**72,72%**	6,56%	
Textos OESP/ano				
2008	25	27	0	52
2009	15	16	0	31
2010	46	65	0	111
Total	86	108	0	198
Total (%)	**44,35%**	**55,67%**		

O percentual de textos com **números** foi praticamente igual nas duas publicações analisadas: 34,34% na FSP e 34,02% em OESP:

Tabela 28: Incidência de números em textos da FSP e de OESP

Textos FSP/ano	**Com números**	**Sem números**	**Total**
2008	22	49	71
2009	16	10	26
2010	30	71	101
Total	68	130	198
Total (%)	**34,34%**	**65,65%**	
Textos OESP/ano			
2008	12	40	52
2009	18	13	31
2010	36	75	111
Total	66	128	194
Total (%)	**34,02%**	**65,97%**	

Entre os chamados dispositivos de raciocínio (*reasoning devices*), as **definições do problema/proposição de soluções** foram usadas em 30,80% dos textos da FSP. Em OESP, o percentual foi de 34,02%:

Tabela 29: Incidência de definições de problema/proposição de soluções em textos da FSP e de OESP

Textos FSP/ano	**Com definições problema/soluções**	**Sem definições problema/soluções**	**Total**
2008	5	66	71
2009	17	9	26
2010	39	62	101
Total	61	137	198

Total (%)	**30,80%**	**69,19%**	
Textos OESP/ano			
2008	8	44	52
2009	15	16	31
2010	43	68	111
Total	66	128	194
Total (%)	**34,02%**	**65,97%**	

As **causas**, citações a origens históricas da campanha e ao problema da corrupção, da impunidade e da falta de cumprimento da previsão constitucional de adendos à Lei das Inelegibilidades como propulsores da iniciativa, registraram baixa incidência nos dois jornais: 9,59% na FSP e 5,67% em OESP:

Tabela 30: Incidência de citações de causas em textos da FSP e de OESP

Textos FSP/ano	**Com causas**	**Sem causas**	**Total**
2008	3	68	71
2009	1	25	26
2010	15	86	101
Total	19	179	198
Total (%)	**9,59%**	**90,40%**	
Textos OESP/ano			
2008	3	49	52
2009	7	24	31
2010	1	110	111
Total	11	183	194
Total (%)	**5,67%**	**94,32%**	

Os chamados **julgamentos morais** predominaram nos textos das duas publicações, com incidência de 52,52% na FSP e de 56,70% em OESP:

Tabela 31: Incidência de julgamentos morais em textos da FSP e de OESP

Textos FSP/ano	**Com julgamentos morais**	**Sem julgamentos morais**	**Total**
2008	33	38	71
2009	15	11	26
2010	56	45	101
Total	104	94	198
Total (%)	**52,52%**	**47,47%**	
Textos OESP/ano			

2008	36	16	52
2009	16	15	31
2010	58	53	111
Total	110	84	194
Total (%)	**56,70%**	**43,29%**	

Por fim, os **chamados a ação** tiveram incidência quase insignificante na FSP (1,01%) e apenas um pouco maior em OESP (6,18%):

Tabela 32: Incidência de chamados a ação em textos da FSP e de OESP

Textos FSP/ano	**Com chamados a ação**	**Sem chamados a ação**	**Total**
2008	1	70	71
2009	1	25	26
2010	0	101	101
Total	2	196	198
Total (%)	**1,01%**	**98,99%**	
Textos OESP/ano			
2008	2	50	52
2009	3	28	31
2010	7	104	111
Total	12	182	194
Total (%)	**6,18%**	**93,81%**	

3.3 Discursos em interação

Descritas as ações discursivas do MCCE e dos periódicos analisados, passa-se a cotejar os *inputs* do movimento e os *outputs* dos jornais de forma a discutir as hipóteses e questões de pesquisa. A primeira questão de pesquisa busca verificar eventual paralelismo temporal entre as agendas propostas pelo movimento e a pauta dos jornais. Em geral, não se verificou coincidência significativa entre os meses de maior distribuição de releases e notícias pelo MCCE e os picos quantitativos da cobertura do tema nos diários. Enquanto 2009 foi o ano em que houve maior divulgação de peças pelo movimento, com 53,33% dos releases e

65,21% das noticias, foi também o ano de cobertura mais escassa nos periódicos analisados, respondendo por apenas 13,13% dos textos na FSP e 15,97% em OESP. O pico de cobertura dos jornais deu-se em 2010 (51,01% para FSP e 57,21% para OESP), justamente o ano em que o projeto de lei passou a tramitar efetivamente no Congresso. Enquanto o movimento social centrou essas ações em 2009, ano fundamental à mobilização para coleta de assinaturas, os jornais em geral debruçaram-se com maior intensidade ao tema apenas quando a campanha encerrou a fase de coleta de assinaturas e adentrou a esfera institucional. Pode-se associar esses resultados a critérios de noticiabilidade da mídia que priorizam fontes institucionais, previamente reconhecidas como interlocutores "legítimos", em detrimento de públicos "fracos" como movimentos sociais (TUCHMAN, 1978; RYAN, 1991; GAMSON e WOLSFELD, 1993). A partir do momento em que a iniciativa é protocolada no Legislativo, altera-se a percepção dos próprios profissionais envolvidos na produção noticiosa, conforme depoimento de um dos repórteres envolvidos na cobertura em OESP.

> Eu já conhecia o pessoal do MCCE porque tinha acompanhado na ocasião a lei 9.840. Estava insistindo já há tempo que o Estadão desse alguma coisa, e não saía nada. Saía muita pouca coisa, de Brasília. Insisti bastante e meu chefe falou assim: 'Acho que não vai avançar essa história'. Na época tinha 100 mil assinaturas. [...] No primeiro momento foi difícil dar matéria porque havia uma descrença de que a coisa pudesse avançar.[119]

Notamos aqui como a credibilidade empírica dos enquadramentos, ou seja, o nível percebido de correspondência entre as mensagens que apresenta e os eventos do mundo real, influencia a ressonância dos mesmos na sociedade. No caso dos jornais analisados, a atenção das instituições da mídia à campanha cresceu quando as demandas do movimento social começaram a ser interpretadas pelos jornalistas como passíveis de realização. Um depoimento de repórter da FSP envolvido na cobertura também corrobora a percepção de preferência por fontes oficiais e ajuda a entender os critérios que nortearam a construção do discurso do jornal sobre a iniciativa:

> Vou admitir: eu era muito cético em relação a isso [aprovação da iniciativa popular]. Porque depois de o STF ter analisado [e negado a ação da AMB em 2008], pensei: 'tudo bem, os caras [MCCE] vão aprovar isso a lei vai chegar ao STF e o STF vai derrubar'. É um misto do ceticismo que não era só meu, mas generalizado entre quem cobria Brasília, setoristas dos outros órgãos, a própria chefia do jornal. E um pouco também, e aí a gente faz um *mea culpa*, o desinteresse do jornal e que os jornais de uma certa forma têm por assuntos que estão sendo debatidos por setores

[119] Moacir Assunção, entrevista ao autor, dezembro de 2012.

> da sociedade civil que não são institucionalizados. Os jornais cobrem muito mal isso. Era visto como mais um factóide, não vai dar em nada. Não sei se era eu que influenciava [a cobertura escassa durante a coleta] ou era uma posição do jornal.[120]

Quanto à presença de palavras-chave relacionadas ao tema da campanha em títulos dos textos, verificou-se, como previsto, uma maior incidência do recurso nos textos de divulgação do movimento – 56,60% para releases e 52,10% para notícias, ante um percentual de 43,43% na FSP e de 45,36% em OESP. Mas a despeito da popularização da expressão no ambiente midiático, expressa sobretudo durante a fase de trâmite legislativo do projeto, a expressão "ficha limpa" tardou a se tornar recorrente na cobertura dos jornais analisados. Predominou inicialmente a expressão "ficha suja", provavelmente em razão da ampla circulação das palavras, em 2008, em torno da divulgação, pela AMB, de relação de candidatos a mandatos eletivos com pendências judiciais. Após episódio ocorrido durante um evento desenvolvido pelo MCCE para atrair a atenção da mídia, a audiência em que o movimento entregaria o projeto de lei ao presidente do TSE, decide-se internamente enfatizar o emprego da expressão "ficha limpa", em detrimento da expressão "ficha suja". Exemplo de como o fenômeno da campanha Ficha Limpa, como prática social que alimenta e é alimentada pelas diferentes esferas públicas em que circula, se constitui também na interação, na percepção de ação e na conversação com outros atores sociais envolvidos, como pode se depreender de relato da secretária-executiva do MCCE à época:

> Fomos em uma [entrevista] coletiva no TSE com o presidente do TSE] Ayres Britto. Quando estávamos entregando os releases, holofotes, aquela simbologia toda, uma jornalista perguntou: 'Presidente, vai sair mesmo a lei do ficha-suja?' Aí a mídia só deu isso [expressão 'ficha-suja'] no dia seguinte. Isso fez com que o tema fosse tratado em reunião na CNBB e começamos a discutir que nossa intenção não era falar dos fichas-sujas, mas dos candidatos que tivessem ficha limpa, daí surgiu a idéia de massificar a expressão ficha limpa.[121]

E, de fato, a expressão se massificou, impulsionada pela visibilidade auxiliada por sua natureza intuitiva, que remete a valores éticos facilmente assimiláveis e acessíveis cognitivamente. A denominação apresenta um símbolo expressivo, que evoca imagens ressonantes no imaginário político recente do país. De uma só vez, inseriu a discussão em um quadro de moralidade versus corrupção, definiu os antagonistas da iniciativa – os "fichas-

[120] Felipe Seligman, entrevista ao autor, setembro de 2012.
[121] Suylan Midlej, entrevista ao autor, abril de 2012.

sujas", políticos com condenações passadas e que buscam novos cargos – e apontou uma injustiça a ser corrigida, a "sujeira" na política. Imagem potente que ajudou o movimento a prover simbolismo e a catalisar suas propostas. Na FSP, a expressão "ficha limpa" só iria aparecer em títulos de texto pela primeira vez em 16 de setembro de 2009, quando a iniciativa atingiu o número regulamentar de assinaturas[122]. Em OESP, a primeira menção em título ocorreu em 2 de setembro de 2009[123], na forma de nota sobre um ato que o movimento organizaria naquele dia em Brasília como parte da reta final de coleta de assinaturas, e que havia sido previamente divulgado pela assessoria de comunicação do MCCE nos dias anteriores[124]. As primeiras menções gerais ao projeto e à campanha, contudo, se dão em 2008 nas duas publicações. Na FSP, motivada pela cobertura da audiência de integrantes do MCCE com o presidente do TSE para entrega do projeto, encontro previamente divulgado pela assessoria de comunicação do MCCE[125]. A propósito, a cobertura, nos dois diários, desse que foi o primeiro "evento" criado pelo MCCE durante a campanha para atrair a atenção dos meios, expôs diferenças de abordagem que de alguma forma se manteriam entre as publicações nos dois anos seguintes. Enquanto a FSP optou por construir um texto em torno de declarações do presidente do TSE sobre a possível divulgação pelo tribunal, nas eleições daquele ano, de informações sobre candidatos com pendências judiciais, citando a iniciativa popular de forma apenas tangencial, OESP priorizou editorialmente a iniciativa do movimento social, introduzindo apenas no quinto parágrafo o tema eleito como central pela reportagem da FSP[126]. Ademais a campanha já havia aparecido pela primeira vez em OESP um mês antes, em artigo de dom Odilo Scherer que marca a apresentação formal da iniciativa e também constitui um dos textos da amostra em que o enquadramento de ação coletiva padrão da campanha nos é apresentado em sua plenitude, pontuando e balizando o eixo discursivo que continuou a ser desenvolvido pelos integrantes de entidades ligadas à campanha. O texto assinado pelo cardeal-arcebispo de São Paulo, então a principal autoridade eclesiástica da maior cidade do Brasil, inicia citando a campanha pela aprovação da lei 9.840 como continuidade histórica da Ficha Limpa. Lembra que aquela campanha combatera a "corrupção eleitoral" tendo CNBB e OAB à frente e estimulara o povo brasileiro a "assumir

---

[122] FLOR, A. Projeto popular de "ficha limpa" recolhe 1,3 milhão de assinaturas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 set. 2009. Brasil, p. a6.
[123] CAMPANHA Ficha Limpa faz ato hoje. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 2 set. 2009, Nacional, p. a8.
[124] GÓIS, E.C de. Ato público manifesta apoio a Campanha Ficha Limpa nesta quarta-feira (02/09) na Praça dos Três Poderes. Brasília, set. 2008. 2p.
[125] SELIGMAN, F. TSE quer tornar públicas 'fichas-sujas' de candidatos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 jun. 2008. Brasil, p. a8.
[126] SCINOCCA, A.P. Grupo propõe 'lei da ficha suja' para triar candidatos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 jun. 2008. Nacional, p. a6.

seu papel de sujeito político e fiscalizador daqueles que se apresentam para exercer mandatos públicos". O religioso cita a gênese do MCCE como fiscalizador da lei 9.840 e números de mandatos cassados até então por força da nova lei, promovendo a conexão histórica entre as ideias e destacando em julgamentos morais a necessidade de um novo esforço para a manutenção e aprimoramento da mobilização original:

> A lei [9.840] já tem um grande efeito moralizador na vida brasileira. Mas será possível proteger a moralidade no exercício do mandato e assegurar a probidade administrativa? Certamente, sim, na medida em que houver uma mobilização da população para isso. E já está em andamento uma nova iniciativa popular para conseguir isso.[127]

Dom Odilo também destacaria o "apoio firme" de CNBB, OAB e Abramppe à proposta e lançava argumentos contra eventuais atribuições de restrição a direitos básicos, como a presunção de inocência, antecipando parte da discussão jurídica que se daria em torno do texto original do projeto. Em linha com pesquisadores dos movimentos sociais que apontaram como um movimento é indissociavel de certo senso vital de que algo vai mal e precisa ser remediado (TURNER e KILLIAN, 1987; GAMSON, 2011), defende uma forma de consciência política que instiga a ação ao diagnosticar o cenário das regras de elegibilidade como precário e injusto, apelando a sentimentos coletivos de indignação moral:

> É constatável, e não raro, que em campanhas eleitorais passadas se apresentaram candidatos com ficha criminal a seu desfavor; por vezes, mesmo com processos por homicídio, tráfico de drogas, violência sexual e desvio de recursos públicos. A legislação atual não impede tais candidaturas e só ficam impedidos de disputar eleições aqueles que já tiveram condenação definitiva. Uma vez eleitos, os mandatários adquirem foro privilegiado e se põem praticamente a salvo de qualquer condenação.[128]

O texto se encerra oferecendo julgamentos morais sobre o caráter preventivo da proposta, descrevendo a motivação da campanha ("melhorar ulteriormente a vida política brasileira") e promovendo chamados a ação e reivindicações de solidariedade de grupo.

---

[127] SCHERER, O. P. Credibilidade política. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 10 maio 2008. Espaço aberto. p.a2.
[128] Idem.

> Por meio do apoio da CNBB à nova proposta de lei, a Igreja Católica, somando esforços com um grande número de organizações da sociedade civil, deseja fazer sua parte para a reabilitação da ética na política. Existem soluções para os lamentáveis fatos de corrupção no desempenho de cargos políticos, desvio de recursos e apropriação indevida do patrimônio público: a triagem conscienciosa dos candidatos nas urnas, depois de um processo eleitoral livre e participativo, e a constante vigilância da cidadania sobre aqueles que exercem cargos públicos.[129]

O texto de dom Odilo no OESP de maio de 2008 foi um dos momentos em que os enquadramentos de ação coletiva da campanha Ficha Limpa se manifestaram de modo mais completo nos excertos de discurso da mídia analisados. Tratou-se, contudo, de uma exceção. Em ambas as publicações estudadas, a campanha só viria a ganhar visibilidade de fato após reunir o número de adesões necessárias ao protocolo do projeto de lei.

Em relação à autoria dos textos, predominam no MCCE, como citado no capítulo 3, os assessores de imprensa – 83,2% dos releases e cerca de 70% das notícias, essas quase sempre adaptadas de materiais de entidades parceiras ou da própria mídia. Os percentuais refletem a opção do movimento pela profissionalização do contato com a imprensa e a importância atribuída à mídia pelo MCCE em sua busca por mobilização, legitimação e ampliação do escopo de protesto. No caso dos jornais analisados, a verificação de autoria dos textos é útil à compreensão do perfil das publicações e de diferenciações que se conformaram na cobertura dos dois veículos.

Na FSP, produto editorial que prioriza os colunistas[130], esses profissionais responderam por 21,77% dos textos, percentual quase dez pontos superior ao verificado em OESP, de 10,83%. Mas a maior participação dos colunistas na FSP não implicou necessariamente em textos de forte teor opinativo em relação à campanha, como poderia prever-se em decorrência de características próprias desse gênero jornalístico. A alta participação dos colunistas na FSP foi impulsionada pela coluna Painel, assinada no período por Renata Lo Prete, que sozinha respondeu por 13,77% do total de citações em textos. A coluna de bastidores da política, constituída basicamente por notas (textos curtos) de informação, possui característica de *hard news*, de textos puramente descritivos ou

---

[129] SCHERER, O. P. Credibilidade política. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 10 maio 2008. Espaço aberto. p. a2.

[130] Com as plataformas digital e impressa integradas nas duas publicações, a Folha de São Paulo registrava 124 colunistas em dezembro de 2012, e o Estado de São Paulo, 57.

eventualmente interpretativos, mas com espaço restrito para a opinião. Por apenas seis ocasiões, por exemplo, nos 31 textos (19% do total) da coluna que integram a amostra, as matérias expressaram, por si próprias ou por meio de terceiros chamados a se manifestar, um julgamento moral acerca de assuntos que envolvessem a campanha. Isso ocorreu, por exemplo, quando a coluna deu voz ao então deputado de oposição Índio da Costa (DEM-RJ), para que ele afirmasse que "o PT está contra [o projeto de lei da Ficha Limpa] para proteger o pessoal do mensalão".[131] Ou quando selecionou declaração do senador Pedro Simon (PMDB-RS), da chamada ala independente do PMDB, sobre o "resto de prestígio do Senado" estar em jogo na votação do projeto[132]. O primeiro texto de colunista a expressar claramente um enquadramento favorável à campanha só iria aparecer em outubro de 2009, já com o projeto de iniciativa popular protocolado no Congresso, e na seção Ilustrada, setor incomum no jornal para os temas da campanha. Ali o poeta Ferreira Gullar definiu a iniciativa como ação de um "grupo de instituições e pessoas que ainda acreditam no país" e falou em "traição à confiança do eleitor e à ética" ao comentar resistências verificadas ao projeto no Congresso à época[133]. Em geral, colunistas da FSP se manifestaram sobre a campanha em artigos pontuais ao longo de 2010, sempre em chave favorável e comumente citando o papel da "opinião pública" na aprovação da iniciativa. Como o texto "Vitória moral", de Eliane Cantanhêde, publicado em maio de 2010, após a vitória do projeto no Senado, que cita o "efeito moral" do desfecho da campanha e o "peso" da opinião pública no Parlamento "sobretudo em ano eleitoral"[134]. O tom cauteloso expresso nesse texto – que emprestaria o título a um editorial do jornal no dia seguinte – ao classificar a aprovação do projeto como "avanço ainda insuficiente para gerar resultados consistentes" se repetiria nos três editoriais da FSP que abordaram diretamente o tema. O primeiro, de dezembro de 2009 e intitulado "Cinismo hediondo", julgava a campanha como "intuito louvável", porém "controverso" quanto a aspectos constitucionais[135]. O próprio supracitado editorial "Vitória moral", ao expressar a opinião institucional do veículo sobre o tema, falava em "vitória moral de quem se sente inconformado com o espetáculo do oportunismo, da fraude e criminalidade pura e simples na vida política brasileira", contudo sem antes destacar a permanência de "largo espaço para discussões quanto à

[131] Painel. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 fev. 2010. Brasil, p. a4.
[132] Painel. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 maio 2010. Brasil, p. a4.
[133] GULLAR, F. Ficha suja. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 out. 2009. Ilustrada, p. e14.
[134] CANTANHÊDE, E. Vitória moral. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p.a2, 20 maio 2010.
[135] Cinismo hediondo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. a2, 14 dez. 2009.

constitucionalidade da lei"[136]. O editorial também destacou o "peso da mobilização popular" na aprovação da lei e a influência do ano eleitoral como fator de *accountability*:

> Mesmo eliminados os pontos mais draconianos do projeto, permanece a surpresa de sua aprovação. Explica-se, sobretudo, pelo interesse, pelo respaldo de opinião e pela publicidade – no bom sentido – que cercaram a iniciativa, tornando insustentável para os próprios políticos, ainda mais num ano eleitoral, que se inclinassem a dar ao processo algum outro desfecho.[137]

Semelhante argumento sobre os questionamentos quanto à constitucionalidade do projeto empregou-se no editorial "Voto facultativo", de maio de 2010, sobre "duvidosas implicações e conseqüências" da nova lei, embora o aspecto positivo "animador e inequívoco" resultante da aprovação também tenha sido mencionado[138]. Já os textos assinados pelos repórteres da FSP, categoria mais freqüente, com 34,22% do total de textos da publicação, pouco expressaram elementos de enquadramentos de ação coletiva promovidos pelo MCCE, adotando tom basicamente descritivo. Uma exceção foi a reportagem "Proposta contra ficha suja ganha fôlego", de Malu Delgado, que definia a campanha como "rara articulação social" e assumia como condição favorável à aprovação da proposta o "desgaste extremo da classe política", avaliação frequentemente empregada pelo MCCE em narrativas sobre a origem da mobilização[139].

Em OESP, os repórteres foram os autores mais freqüentes, com 45,02% dos textos. E diferentemente da ênfase descritiva verificada nos textos assinados por repórteres na FSP, observou-se na amostragem do jornal concorrente um viés opinativo mais pronunciado na cobertura, que, como na FSP, foi predominantemente pró-campanha, ainda que em matizes e intensidades diferentes. Textos incorporaram de forma nítida elementos de enquadramento replicados pelo MCCE, como na reportagem "Movimento orienta como montar comitê para fiscalizar campanha", de Moacir Assunção, que localiza as origens da campanha na aprovação da lei 9.840, cita exemplos de adesões pelo país, convoca integrantes do movimento a se manifestar e ainda promove chamados a ação, sem dedicar espaço a enquadramentos opositores[140]. Ou no texto "Um 'buraco negro' que resiste há 21 anos", que ao empregar já no

---

[136] Vitória moral. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. a2, 21 maio 2009.
[137] Idem.
[138] Voto facultativo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. a2, 31 maio 2010.
[139] DELGADO, M. Proposta contra ficha suja ganha fôlego. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 fev. 2010. Brasil, p. a7.
[140] ASSUNÇÂO, M. Movimento orienta sobre como montar comitê para fiscalizar campanha. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 1º maio 2010. Nacional, p. a10.

titulo tal metáfora para descrever supostas incompletudes da Lei de Inelegibilidades repete o argumento usado pelo MCCE para legitimar as causas da campanha[141]. Outro exemplo de título de texto noticioso que remete aos enquadramentos do MCCE se deu em "O esforço final por Ficha Limpa já", de março de 2010[142]. O jornal também chegou a promover debates que resultaram em textos elogiosos ao projeto de lei. A reportagem "ONGs reforçam pressão por ficha limpa", por exemplo, relatava resultado de discussão em que os oito convidados, quatro deles integrantes de entidades ligadas ao MCCE, eram favoráveis à proposta, citada no texto como "marco no combate pela transparência e pela criminalização da política"[143]. A localização dos repórteres mais acionados para a cobertura nos jornais também diz das diferenças verificadas entre os discursos das publicações. Na FSP, apenas repórteres sediados em Brasília e a colunista do Painel (cuja equipe também conta com repórteres na capital federal) apareceram entre os que mais publicaram sobre o tema, o que reflete a ênfase geral da cobertura nos aspectos formais da tramitação do projeto. Em OESP dois repórteres sediados em São Paulo figuraram entre os cinco profissionais mais envolvidos na cobertura. E se os colunistas de OESP tiveram menor participação proporcional na cobertura do que na FSP, a profissional que mais tratou do tema da campanha em OESP, Dora Kramer (6,27% do total de citações de autor), acompanhou o assunto de forma quase sistemática, com textos periódicos manifestadamente favoráveis à mobilização, padrão de frequencia diverso daquele do quadro de colunistas da FSP, que viriam a tratar do assunto, sobretudo, na reta final de sua tramitação congressual.

Os leitores, segunda categoria de autor mais freqüente na cobertura de OESP (28,76%), quase sempre foram convocados pelo jornal de modo a expressar apoio à campanha. As manifestações quase invariavelmente incorriam em opiniões em perspectiva e discursos dogmáticos de repúdio ao comportamento dos políticos no país. Um texto de leitor que fugiu à regra e expressou certo confronto argumentativo foi "Confusão", de maio de 2010. Prognosticava "mais confusões no Judiciário" como conseqüências da aprovação do novo projeto[144]. As cartas de leitores selecionadas para publicação na FSP também em geral exaltavam a proposta expressando indignação contra a classe política, como em mensagem atribuída a Antonio D'Agrella, de maio de 2010, que descrevia o clamor da "voz do povo" à

[141] LOPES, E. Um 'buraco negro' que resiste há 21 anos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 set. 2009. Nacional, p. a4.
[142] MACEDO, F. O esforço final por Ficha Limpa já. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 9 mar. 2010. Nacional, p. a8.
[143] ASSUNÇÃO, M. ONGs reforçam pressão por ficha limpa. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 abr. 2010. Nacional, p. a10.
[144] Fórum dos leitores. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. a2, 23 maio 2010.

Justiça Eleitoral para reconhecimento da validade do projeto[145]. Os editoriais de OESP, textos em que os jornais se posicionam como instituições no debate público de idéias e emitem suas opiniões acerca dos temas, que somaram quatro no período analisado, adotam um posicionamento intransigente de defesa da Lei da Ficha Limpa, diferentemente dos argumentos matizados da FSP. Em "O veto aos fichas-sujas", por exemplo, veiculado poucos dias após o protocolo do projeto no Congresso, o jornal promove defesa da versão original da proposta, que previa a inelegibilidade de políticos com condenações em primeira instância judicial e acabou não prevalecendo[146]. O texto define a campanha como "desdobramento da batalha pela ética na política", emprega o verbo "infestar" em referência à suposta disseminação de políticos fichas-sujas pelo país e ecoa a argumentação histórica do MCCE ao mencionar "brechas" na Lei de Inelegibilidades, também referida como "legislação capenga". O projeto aprovado no Senado é classificado no editorial "Um avanço notável" como "passo memorável para a moralização dos costumes políticos brasileiros". A redação final do projeto de lei é descrita como "aperfeiçoamento da iniciativa popular".[147]

Entre os articulistas, convidados que figuram na cobertura, assinam artigos, porém não possuem espaços fixos nos periódicos, a participação foi escassa em ambos os jornais (5,33% na FSP e 2,91% em OESP). Não obstante cabe destacar que, dos cinco integrantes de entidades do MCCE convocados pelos jornais a emitir seus próprios enunciados nesses espaços privilegiados, quatro eram ligados à Igreja Católica, em amostra da inclinação dos veículos do *mainstream* midiático a fontes associadas ao poder das instituições. Textos que refletiram em grande medida os enquadramentos de ação coletiva patrocinados pelo movimento social. Como no supracitado "Será bom para a política", assinado pelo então cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Odilo Scherer[148]. Tal como os releases do movimento, o texto recupera a memória histórica da iniciativa e exalta números da campanha em busca de legitimação social para a ação, tratada como "tradução da vontade do povo". Ou nas palavras de dom Tomas Balduíno, da Comissão Pastoral da Terra, braço agrário da Igreja Católica no Brasil, em artigo na FSP em que criticava o ritmo de tramitação da proposta no Legislativo federal, em tom de condenação moral explícita bem acima do habitual da comunicação da campanha. Tratou-se de exemplo de situação em que representantes de movimentos sociais

---

[145] Painel do leitor. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. a3, 20 maio 2010.
[146] O veto aos fichas-sujas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 1º out. 2010**.** Notas e informações. p. a3.
[147] Um avanço notável. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 maio 2010**.** Notas e informações. p. a3.
[148] SCHERER, O. P. Será bom para a política. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 8 maio 2010. Espaço aberto. p.a2.

vêm a público expor supostas operações ocultas de poder ou uso ilegítimo da autoridade por outros atores (MAIA, 2008):

> A gente se pergunta: a quem, afinal, esse Congresso representa? Qual a relação que esses nobres deputados têm com a sociedade civil organizada para que uma mobilização popular séria, prevista na Constituição, como a que ofereceu à nação um número tão expressivo de assinaturas, acabe, na Câmara, num leviano joguete de interesses escusos de senhores votando em causa própria? [...] A Ficha Limpa é um passo de suma importância para salvar a democracia e para garantir a credibilidade do processo eleitoral. Mas não é tudo, pois uma análise mais profunda do nosso processo eleitoral nos leva à melancólica conclusão de que ele é estruturalmente corrupto.[149]

A identificação dos assuntos facilita a compreensão das diferenciações entre as estratégias discursivas do MCCE e as elaborações dos diários. Enquanto 77,85% dos textos (releases e notícias) trataram da campanha propriamente dita, em seus aspectos de mobilização, tramitação legislativa ou de discussão jurídica, na FSP esses assuntos somaram apenas 47,86% dos textos, e 48,96% em OESP. Observou-se maior ênfase da FSP no tema da "lista suja" da AMB e do debate acerca da pertinência da divulgação de relações de candidatos com pendências judiciais ou administrativas, assunto correlato à campanha que predominou em 19,69% dos textos do jornal e em 10,30% das matérias de OESP.

A incidência de diálogo ou confronto de posições nos textos dos jornais analisados, objeto da quarta questão de pesquisa, não atingiu um terço do total das amostras da FSP (29,79%) e também de OESP (24,74%). Um exemplo claro da presença desse recurso, por exemplo, esteve na edição de 7 de abril de 2010 de OESP, quando uma reportagem principal sobre um possível retrocesso no ritmo da tramitação do projeto na Câmara foi acompanhada na mesma página por duas entrevistas de espaço igual com um defensor (juiz Márlon Reis, identificado como coordenador do MCCE) e um opositor (Alberto Rollo, apresentado como especialista em direito eleitoral) da proposta, ambos respondendo às mesmas quatro questões. Enquanto a voz do movimento construía um discurso em torno da questão do tempo para destacar a necessidade de urgência na aprovação do projeto ("A sociedade não pode mais esperar [...] O tempo favorece ilícitos eleitorais [...] O projeto transforma o tempo em

[149] BALDUÍNO, T. Ficha limpa na gaveta. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 fev. 2010. Tendências e debates, p. a3.

adversário de quem tem pendências com a Justiça")[150], o advogado convocado pelo jornal centrava críticas no texto original da proposta, que tramitava naquele momento, pela possibilidade de veto a candidaturas por condenações em primeira instância ("Mas também acho que passando por um só tribunal é regime militar puro [...] Não me agrada a ideia de um processo seletivo realizado por autoridades")[151]. Embora não tenha sido um indicador de deliberação mediada codificado e quantificado na amostra, sendo verificado apenas qualitativamente, identificou-se também aqui uma manifestação, rara na amostra, de reflexividade/revisibilidade de opiniões, quando um ator do debate expõe o caráter provisório e passível de mudança de seus posicionamentos, expressão da seguinte afirmação de Rollo: "Até chegar ao colegiado e o colegiado condenar, admito a hipótese [de inelegibilidade]".[152] Exemplo claro de manifestações na cena pública editadas como esfera pública e enquadradas estrategicamente por profissionais da mídia responsáveis pelo agenciamento dos discursos. Também foram codificados positivamente em relação à presença desse indicador textos em que o confronto de discursos se dava se maneira mais tangencial, como na reportagem da FSP sobre a aprovação do texto principal do projeto na Câmara dos Deputados. Ali, apresentou-se de forma sintética e indireta, sem uso de aspas, opiniões contrárias de dois deputados, de situação e de oposição, sobre a possibilidade de vigência da nova legislação ainda naquele ano. A fonte convocada para "mediar" a discussão foi o então presidente da Câmara, Michel Temer, que tem declarações registradas sobre a polêmica ("Essa não é mais uma dúvida política, e sim jurídica") e também é instado a se prestar contas sobre "críticas sobre a demora na provação da proposta"[153].

A segunda hipótese, que em sua primeira parte supôs maior incidência de fontes ligadas ao MCCE nos textos do movimento do que nas matérias dos jornais, provou-se verdadeira pelos percentuais verificados – 41,33% para o movimento, 14,58% para FSP e 24,05% para OESP. O segundo tramo da hipótese também se revelou procedente, visto que as fontes institucionais – membros da esfera política formal (Executivo ou Legislativo), do Poder Judiciário e do Ministério Público – perfizeram 52,86% das fontes arroladas pelo MCCE, diante de percentuais de 67,61% para FSP e 61,59% para OESP. Imperioso citar neste ponto, em relação aos atores chamados a expressar seus pontos de vista em textos do MCCE,

---

[150]ALMEIDA, R. 'O Congresso não pode perder a chance de limpar sua imagem'/'Não adianta querer tirar do povo o direito de escolher candidatos'. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 4 abr. 2010. Nacional, p.a4.
[151] Idem.
[152] Idem.
[153] DUTRA, N.; CABRAL, M.C. Texto que veta "ficha-suja" é aprovado. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 maio 2010. Brasil, p. a7.

a predominância de fontes institucionais em detrimento de integrantes do próprio movimento, o que pode ser interpretado como manifestação da incorporação, pelos setores de divulgação dos movimentos sociais, de valores-notícia e rotinas de produção ligadas às estratégias de comunicação da mídia tradicional, ou mesmo como falhas nas estratégias do movimento, por minimizarem a exposição de seus próprios representantes. Sobre este ponto pode-se dizer que o padrão de apresentação dos integrantes do MCCE nas peças de comunicação do movimento foi por vezes errático, dada, por exemplo, a variedade de modos em que um membro do grupo era apresentado à mídia. O juiz Márlon Reis, principal voz do movimento na esfera pública, foi citado de cinco maneiras diferentes na amostra analisada de textos do MCCE[154]. Possível problema que não impediu, contudo, que o juiz figurasse como a fonte mais recorrente nos textos de OESP, com 11 citações (4,64% do total), menções acompanhadas em alguns casos por edição destacada, com fotos do magistrado e entrevistas em formato pergunta-resposta (*ping-pong*). Em outubro de 2009, texto intitulado "Presunção de inocência é para o direito penal" franqueou ao juiz amplo espaço para defesa de sua tese da constitucionalidade da proposta então recém-protocolada no Congresso, e para consequente difusão de enquadramentos agenciados pelo movimento:

> Se o princípio [da presunção de inocência] fosse aplicado ao direito do trabalho, por exemplo, um empregado que tentasse matar o patrão não poderia ser demitido por justa causa antes que se julgasse a sentença penal condenatória.[155]

Em contraste com a cobertura por vezes até engajada de OESP, na FSP Márlon Reis é voz praticamente ausente, com uma citação em todo o período analisado no diário, que ademais não o relaciona com o MCCE – o juiz é mencionado como presidente da Abramppe. Se por um lado o juiz do interior do Maranhão começava a se projetar como personalidade reconhecível nas páginas de um jornal, continuava anônimo em outro, a despeito também de sua crescente influência como referência para os integrantes do próprio MCCE.

A terceira hipótese previu maior incidência de declarações entre aspas nos textos dos jornais, o que foi parcialmente comprovado. Com um índice de 26,66% de emprego do mecanismo nos releases e de 43,47% das notícias, os patamares ficaram abaixo dos 60,31%

---

[154] O referido integrante foi citado como "presidente da Abramppe", "juiz eleitoral e membro do MCCE", "representante da Abramppe no movimento e membro do MCCE", "membro do MCCE e jurista" e "presidente da Abramppe e membro da comissão de juristas que acompanham o trabalho do GT [Grupo de Trabalho] da Ficha Limpa".

[155] BRAMATTI, D. 'Presunção de inocência é para o direito penal'. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 12 out. 2009. Nacional. p. a6.

de OESP. No caso da FSP, verificou-se índice de uso do recurso (42,92%) superior ao encontrado nos releases do MCCE, mas abaixo do percentual de declarações entre aspas nas notícias do movimento. Ressalva-se o fato de as notícias divulgadas pelo movimento serem majoritariamente adaptações de peças de comunicação da mídia massiva, de entidades ligadas ao próprio movimento e de órgãos oficiais dos três Poderes e do Ministério Público. Nos releases, apenas um texto da amostra empregou o recurso das aspas para promover argumento mais complexo em torno das propostas da campanha. Quase 90% dos releases que utilizaram aspas o fizeram para expressar chamados genéricos à ação. A única ocasião em que essa peça de divulgação escalou algum de seus integrantes para defender argumentos em público foi em maio de 2008, e justamente no primeiro release divulgado pelo movimento durante a campanha. Intitulado "Nota de esclarecimento sobre a nova iniciativa popular do MCCE", contestava reportagem do jornal "O Globo" de 11 de maio daquele ano, nominada "Cerco aos candidatos fichados", sobre a existência de uma união, no âmbito da Justiça Eleitoral, visando "barrar a candidatura de políticos com a ficha suja". Dizia ainda que a intenção contrariava a legislação brasileira, que só proibiria a candidatura de condenados com trânsito em julgado. O release assinado pela assessora de comunicação Débora Pinheiro rebateu o texto do jornal, citando a emenda constitucional de 1994 que incorporou à Carta Magna a necessidade de lei complementar que fixasse novos casos de inelegibilidades – a formulação de justificativa histórica e causal primordial da campanha. Descreveu o cenário em termos da existência de "dois movimentos distintos para suprir a omissão do legislador" – a própria campanha Ficha Limpa e um "movimento no interior da Justiça Eleitoral, de juristas que entendem que a demora do Congresso Nacional autoriza o Judiciário a julgar de acordo com os princípios constitucionais". Citou a reunião do colégio de presidentes de TREs daquele semestre em Natal e a recomendação que expediu de maior rigor na análise da vida pregressa dos candidatos quando do julgamento de pedidos de registro de candidatura. Por fim, antes de apresentar o movimento em dois parágrafos, recorreu às declarações literais do juiz Márlon, apresentado como presidente da Abramppe, para defender, no âmbito do direito eleitoral, a prevalência do princípio da prevenção social sobre o princípio de presunção de inocência[156]. Esse padrão de emprego de aspas como elemento constituinte de enquadramentos de ação coletiva foi, contudo, raro nos releases distribuídos pelo movimento.

A tabulação dos dados comprovou também a hipótese sobre a maior incidência de citações a entidades do MCCE em textos do próprio movimento. Enquanto apenas 14,75%

[156] PINHEIRO, D. Nota de esclarecimento sobre a nova iniciativa popular do MCCE. Brasília, 13 maio 2008, 2p.

dos textos distribuídos pelo movimento não citavam entidades da rede, o percentual de matérias sem entidades citadas chegou a 67,17% na FSP e a 57,21% em OESP. Como "entidade-mãe", o MCCE prevaleceu nas citações do próprio movimento, com 43,37% de incidência, seguido por CNBB (7,22%), OAB (5,42%) e AMB (2,40%), além da categoria "outros" (32,53%), que incluiu basicamente menções a comitês 9.840 e a igrejas pelo país. O MCCE também prevaleceu nas citações de entidades nos textos analisados de OESP, com 35,38% das menções, mas ficou atrás do caso da FSP, com apenas 24,69% das menções relativas, percentual inferior no diário ao das referências à AMB, que chegaram a 46,91%. Outra demonstração do maior peso relativo conferido pelos veículos de imprensa às maiores entidades integrantes do MCCE, a despeito do esforço do movimento para se legitimar como interlocutor no debate da campanha. Nos dois jornais analisados, a soma das citações a CNBB, OAB e AMB nos textos afins a temas da campanha Ficha Limpa superou largamente às menções ao MCCE (50,98% ante 35,38% em OESP e 61,59% ante 24,69% na FSP).

Outra questão de pesquisa procurou verificar a incidência relativa dos elementos de enquadramentos no material analisado. Nos materiais do MCCE, os releases exploraram mais os números e as definições de problema/soluções, elementos presentes em 90% dos textos analisados. Os números foram suscitados para explicitar, sobretudo, cinco eixos de informação: 1) a meta de coleta de assinaturas do movimento (1,3 milhão); 2) as entidades integrantes do MCCE (35 no início da campanha, 44 ao final); 3) o balanço de assinaturas coletadas conforme o momento da campanha; 4) o balanço geral de cassações de mandatos políticos por compra de votos (lei 9.840) e na eleição de 2008; 5) pesquisas de opinião. Um excerto de texto divulgado à imprensa em julho de 2008 exemplifica a importância que os números exerceram na construção discursiva do movimento:

> Em apenas três meses de campanha, o MCCE já superou 100 mil assinaturas coletadas em todo o Brasil. No primeiro balanço oficial do movimento, **114.302 cidadãos e cidadãs já assinaram o projeto de lei** (grifo no original) em todas as regiões do país. Para aumentar ainda mais esse número, que cresce a cada semana, o MCCE realizará a 1ª Mobilização Nacional para coleta de assinaturas durante a Semana da Pátria, de 1 a 7 de setembro, na qual serão instalados pontos de coleta nos estados e municípios brasileiros. [...] O Paraná foi o Estado que enviou o maior número de assinaturas: 32.500. Seguido de São Paulo, com 24.797, e do Espírito Santo, que coletou 16.774 até o momento. Contando com esses locais, o MCCE já recebeu assinaturas coletadas em 22 estados e no Distrito Federal. O movimento precisa de 1,3 milhão de assinaturas, o equivalente a 1% do eleitorado brasileiro, para enviar o projeto de lei de iniciativa popular sobre a vida pregressa dos candidatos à Câmara dos Deputados. A campanha Ficha Limpa ganha força pelo

> Brasil. Hoje já são mais de 200 "comitês 9.840", do MCCE, em Estados e municípios brasileiros.[157]

Sobre o uso de definições do problema pelo MCCE, cabe destacar uma mudança de ênfase verificada nas peças entre 2008 e 2009. No primeiro ano da campanha, os objetivos da iniciativa eram descritos em termos jurídicos, que perdem espaço ao longo da mobilização. Em julho de 2008, por exemplo, no registro da apresentação do projeto ao presidente do TSE, o objetivo da iniciativa era exposto como "alterar alguns pontos na Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, chamada Lei de Inelegibilidades[158]." Em 2009, a definição predominante passa a ser outra, mais simplificada, como no excerto: "Iniciada em abril de 2008, a campanha Ficha Limpa quer criar critérios mais rígidos para que alguém possa se candidatar[159]."

No discurso da mídia que compôs a amostragem prevaleceram os julgamentos morais como elementos de enquadramento mais frequentes (56,70% em OESP e 52,52% na FSP). Ressalte-se que, embora não se tenha realizado, por limitações técnicas, a codificação desse aspecto na amostra, é possível dizer que a ampla maioria dos casos de julgamentos morais os componentes assumiram valência positiva ou neutra, com rara incidência de componentes de valência negativa, a conformar argumentos de oposição aos da campanha Ficha Limpa. Ou seja, quando o componente moral apareceu, quase sempre foi convocado de modo a construir enquadramentos pró-campanha. O elemento julgamentos morais foi o único em que o percentual de presença na amostra dos jornais superou o de ausência entre todos os dispositivos de enquadramento analisados nos periódicos amostrados, o que dá a medida da ênfase dos enquadramentos midiáticos no componente da injustiça, em detrimento de outros componentes mais afetos ao discurso dos movimentos sociais, como os de identidade e ação. As imagens, no caso de OESP (44,33%), e os números (34,34%), na FSP, registraram, após os julgamentos morais, a maior incidência relativa nos textos analisados. E verificou-se parcialmente a maior prevalência, em textos do MCCE, de julgamentos morais e chamados a ação, elementos de enquadramento comumente associados à comunicação para a mobilização social. Isso porque foi identificado um índice praticamente igual de presença daqueles elementos nos releases do MCCE (56,66%) e nos textos de OESP (56,70%), enquanto o

---

[157] MCCE, A. de C. Campanha Ficha Limpa ultrapassa 110 mil assinaturas pela proibição da candidatura de políticos em débito com a Justiça. Brasília, jul. 2008, 1p.
[158] MCCE, C. N. MCCE entrega projeto de lei de iniciativa popular ao presidente do TSE. Brasília, jul. 2008, 1p.
[159] SE-MCCE, Assessoria de Comunicação. Projeto de iniciativa popular será entregue hoje, 29/09, no Congresso Nacional. Brasília, set. 2009, 2p.

índice da FSP ficou próximo (52,52%). Se tomarmos separadamente apenas as notícias divulgadas pelo MCCE, o percentual de incidência de julgamentos morais nos textos é ainda menor, mais de dez pontos percentuais inferior aos de OESP e FSP.

A verificação da prevalência de chamados a ação nos textos comprovou a hipótese de que se trata de um elemento mais presente em enquadramentos de ação coletiva, e não nos enquadramentos da mídia. Enquanto a utilização do recurso chegou a 70% nos releases e a 48,91% nas notícias do MCCE da amostra, os percentuais observados foram irrisórios em OESP (6,18%) e na FSP (1,01%).

Em geral, podemos sintetizar a caracterização dos textos do MCCE em alguns pontos: 1) concentração temporal da divulgação do material na fase de coleta de assinaturas; 2) textos escritos por assessores de imprensa (releases) e entidades parceiras (notícias); 3) foco temático em ações de mobilização e coleta de assinaturas; 4) emprego de fontes que reflete padrões verificados na mídia tradicional, com maior presença de atores ligados à esfera política formal; emprego reduzido de discurso direto; 5) busca pelo reforço da imagem do MCCE em detrimento de entidades integrantes do movimento; 6) ênfase no emprego de números e exemplos como dispositivos de enquadramento; 7) ênfase nas definições de problema/soluções e de chamados a ação como dispositivos de raciocínio; e 8) confronto de posições ausente.

No caso da cobertura dos jornais analisados, destacamos os seguintes tópicos: 1) concentração temporal dos textos no ano de tramitação legislativa do projeto; 2) penetração de palavras-chave da campanha no discurso jornalístico; 3) maior incidência proporcional de colunistas nos textos da FSP e de leitores em OESP; 4) ênfase da cobertura dos jornais na fase pós-coleta da campanha; 5) predomínio de fontes oficiais em ambas publicações e maior presença do MCCE em OESP; 6) emprego reduzido de dispositivos de enquadramento nos textos, com maior uso de imagens e números; 7) emprego reduzido de dispositivos de raciocínio, com exceção dos julgamentos morais, cuja incidência superou 50% na amostra das duas publicações; e 8) presença de confrontos de posição em cerca de um quarto a um terço das amostras. Associamos a proeminência dos julgamentos morais no discurso jornalístico à fidelidade narrativa dos enquadramentos de ação coletiva oferecidos pelo MCCE, que foram bem-sucedidos em promover associação entre interpretações sobre a necessidade de avanço no combate à corrupção eleitoral no Brasil e narrativas culturais amplamente disseminadas na sociedade brasileira desde a redemocratização. Quanto aos níveis de qualidade democrática e deliberatividade verificados no discurso jornalístico, conclui-se que a cobertura, analisada isoladamente em seus textos, não se caracterizou na maior parte dos exemplos como

deliberação no sentido estrito. O acesso dos interlocutores mais próximos à causa foi desigual, o movimento social proponente demorou a ser aceito como voz legítima no debate, a responsividade esteve ausente de mais da metade dos textos. Mas não se trata aqui de sobrecarregar o papel da deliberação na esfera pública. Acreditamos que o conjunto das emissões jornalísticas analisadas, ainda que não tenham a todo o tempo expresso deliberação no sentido formal, possuem relevância política. Mesmo que não tenham cumprido os requerimentos estritos do modelo deliberacionista, a visibilidade alcançada pela campanha nos meios de comunicação foi útil à promoção da conversa política cotidiana, pré-estruturando a esfera pública e oferecendo fórum para debates em arenas diversas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação procurou explorar os modos pelos quais atores coletivos da sociedade civil podem se valer do espaço de visibilidade midiática para influenciar agendas públicas e engendrar mudanças no ordenamento legal e institucional. A proposta era promover um diálogo entre a literatura sobre mídia, movimentos sociais e democracia, dentro de uma visão relacional e construtivista da comunicação e dos fenômenos sociais, para investigar as interações entre os discursos da mídia e dos movimentos sociais na campanha Ficha Limpa, uma mobilização por novas regulamentações e normas legais em eleições no Brasil. Para isso, analisaram-se percepções de jornalistas envolvidos na cobertura da iniciativa e de integrantes da organização responsável pela campanha, e principalmente textos de divulgação do movimento e matérias publicadas sobre o assunto ao longo dos dois anos da campanha (2008-2010) em dois jornais de circulação nacional: Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo.

O caminho teve início no capítulo 1, com a revisão de aspectos centrais de correntes de estudo que compõem o campo da pesquisa em comunicação, em busca de um viés propriamente comunicacional de apreensão dos fenômenos sociais, caracterizado pela busca do cruzamento entre a relação dos interlocutores, a produção de significados e o contexto sociocultural. Exploramos em seguida o debate sobre a relação entre mídia e democracia, em chave que considera a onipresença dos meios de comunicação na vida pública, mas evita tratar seus efeitos de maneira homogênea e determinista. Abordamos as mudanças no campo da comunicação política, relacionando-as a tendências de transformação sociocultural e problematizando a possibilidade de a mídia e o jornalismo servirem ao aprimoramento democrático em meio a um cenário de intensas pressões econômicas sobre setores da imprensa. Guiados por interpretação que reconhece o papel democrático da mídia, recorremos ao modelo deliberativo de democracia para análise de processos em que os meios de comunicação podem contribuir para a constituição de debates e trocas de argumentos na esfera pública, entendida em suas dimensões expositiva e argumentativa. Apresentamos funções eventuais dos meios na promoção de transformações e inovações em sistemas democráticos, consideradas as distinções entre públicos fortes e fracos no jogo de discursos na cena pública. Apontamos, também, o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação na abertura de oportunidades para a ação coletiva. Procuramos ainda apresentar características das transações entre movimentos sociais e mídia, assinalando o caráter

assimétrico e desigualdades deliberativas presentes na relação. Defendemos, para estudo dessas relações, o emprego de mecanismos de análise de enquadramentos, tanto em sua filiação na teoria dos movimentos sociais quanto na pesquisa em comunicação, como aparato metodológico que permite endereçar questões culturais e cognitivas relacionadas ao território simbólico do objeto da pesquisa. Exploramos os recursos oferecidos pelo aparato conceitual para a investigação da construção de significados por movimentos sociais. Promovemos uma revisão das teorias dos movimentos sociais para delimitarmos a defesa de uma abordagem integrada, que busque superar dicotomias da teoria sociológica e conceber os movimentos em suas dimensões de oportunidade política, mobilização de recursos e processos de construção de identidade. O percurso proposto convidou a conceber as ações dos movimentos sociais não apenas como voltadas à esfera política, mas também à sociedade civil, em embates éticos em torno da construção de identidades e da reivindicação de bens para si ou para o coletivo. Apresentamos o desenho da pesquisa e justificamos a opção por uma abordagem mista de coleta e interpretação dos dados, que incorpora elementos qualitativos e quantitativos, construindo relatos interpretativos sobre os textos da amostra a partir dos resultados da contagem de ocorrências textuais e da comparação de percentagens de ocorrências codificadas.

No capítulo 2, recorremos ao conceito de estrutura de oportunidade política para explorar os antecedentes da constituição do movimento social responsável pela campanha Ficha Limpa, em síntese necessária à interpretação do processo histórico posterior. Assinalamos como mudanças no ambiente sociopolítico verificadas no país desde a década de 1970 ensejaram o crescimento de formas de organização da sociedade civil, período em que as associações civis responsáveis pela iniciativa começaram a se legitimar como interlocutores da sociedade diante das estruturas formais de poder. Descrevemos a variedade de recursos mobilizados pelo movimento e a construção de significados em enquadramentos de ação coletiva presentes em peças de divulgação da iniciativa.

Apresentamos os resultados da investigação empírica no capítulo 3, em descrição da incidência dos itens da grade analítica nas peças informativas do MCCE e nas matérias dos jornais analisados. Reunimos os achados em cinco grandes eixos. No primeiro, corroborou-se a permanência de dificuldades de acesso de atores coletivos da sociedade civil, representantes dos chamados públicos fracos, aos meios de comunicação. A conclusão foi baseada em resultados que apontaram a ausência de coincidência temporal entre os picos de divulgação do movimento social e a publicação de matérias nos jornais, além da baixa incidência relativa, no

discurso jornalístico, de fontes ligadas à campanha, preteridas por vozes de atores institucionais, ligados ao aparato estatal. A cobertura jornalística da iniciativa, notadamente após a apresentação do projeto de iniciativa popular, seguiu o calendário do Legislativo, endossando estudos que apontam que eventos atrelados a agendas governamentais tendem a obter maior visibilidade na mídia por se adequarem à rotina de produção dos meios. Em achado relacionado à primeira constatação, observou-se também que o discurso midiático sobre a campanha apresentou baixo nível de deliberatividade, ou qualidade democrática, com menor incidência proporcional na amostra de textos com confronto de posições e trocas argumentativas de razões em público. Em geral, as publicações privilegiaram, para além do discurso descritivo predominante, discursos dogmáticos e opiniões em perspectiva favoráveis à campanha. Tal achado foi ainda corroborado por resultados como o índice reduzido (abaixo de 30% nas duas publicações) de confronto de posições nos textos publicados sobre a campanha. Acreditamos que tal característica esteja relacionada ao alto consenso social alcançado pela proposta geral da iniciativa, a despeito de eventuais discordâncias quanto a aspectos jurídicos do projeto. Decerto houve momentos de discurso argumentativo nas emissões da mídia sobre a campanha, sobretudo quando a proposta inicial do projeto, que previa a inelegibilidade de candidatos com condenações em primeira instância, foi suavizada durante a tramitação legislativa. Naquele momento representantes políticos foram convocados pelos meios a se manifestar, bem como integrantes do movimento posteriormente alteraram suas posições publicamente e reconheceram que a mudança aperfeiçoava a ideia original. Apesar desses momentos isolados, pode-se dizer que a maior parte das negociações e deliberações em torno do conteúdo do projeto se deu em fórum político fechado, fora da comunicação de massa, comprovando a afirmação de que a esfera pública contemporânea, como esfera argumentativa, efetua-se em grande parte distante da visibilidade proporcionada pelos meios. Cabe ressaltar, contudo, com Gomes (2008), que as mensagens não são alheias às condições de recepção, e que o próprio consumidor do discurso da mídia pode editar e experimentar a esfera de visibilidade pública como esfera pública argumentativa autêntica, recorrendo a insumos e posicionamentos presentes na mídia para alimentar debates em outras instâncias discursivas. E, neste sentido, é inegável que o MCCE, a despeito das dificuldades estruturais de acesso e de falhas eventuais na estratégia de comunicação, foi, em geral, bem-sucedido na tarefa de ensejar visibilidade pública de massa às suas propostas, levando-as à cena pública e iniciando um debate em torno do tema da corrupção política e da necessidade de aperfeiçoamento da Lei de Inelegibilidades. Os meios, por sua vez, garantiram fórum para discussão, ajudaram a pré-estruturar a esfera pública – na medida em que forneceram material

sobre o projeto que fomentou a discussão sobre o tema em arenas informais de conversação – e potencializaram processos de *accountability*, tematizando a opinião pública em torno da discussão sobre antecedentes dos candidatos e de casos de políticos com pendências judiciais. Mais do que apreender os efeitos da cobertura sobre indivíduos particulares, tarefa que demandaria a condução de uma pesquisa específica, interessou-nos destacar o papel da mídia ao proporcionar, mediante enquadramentos específicos, visibilidade a discussões que, de outra forma, permaneceriam recônditas ou limitadas a grupos restritos. Decisões judiciais posteriores à sanção do projeto e que transferiam sua aplicação para 2012 mostraram que a comunicação para a mobilização é tarefa difícil, para a qual se deve sempre suscitar a avaliação dedicada de experiências anteriores.

O consenso social em torno da campanha Ficha Limpa se reporta a outro achado da pesquisa, que foi a constatação da ressonância cultural, na sociedade brasileira atual, de enquadramentos de ação coletiva centrados na promoção da ética na política e em seus componentes de injustiça e indignação moral. Quando os enquadramentos se apresentavam de maneira mais completa nos textos analisados, verificou-se em geral alinhamento entre o discurso do MCCE e o dos jornais. Tal alinhamento pôde ser observado tanto do ponto de vista quantitativo – predominaram reportagens, análises, artigos de opinião, cartas de leitores e editoriais que endossaram as idéias centrais do MCCE – como sob o viés qualitativo, captado na reprodução, nesses discursos, de elementos-chave do enquadramento produzido pelo movimento social, como a defesa da moralidade e da ética na política. O alinhamento foi exposto, sobretudo, em editoriais sobre a campanha ou em artigos de opinião assinados por integrantes do movimento, momentos em que o discurso do MCCE ganhou acesso ao ambiente midiático pela "porta da frente", para citar a caracterização de Maia (2008) desse gênero jornalístico. Verificamos ainda, em O Estado de São Paulo, uma cobertura que reproduziu, mais fortemente do que o concorrente, elementos-chave dos enquadramentos construídos pelo movimento social.

Diferenças observadas na cobertura dos jornais remetem ao quarto achado da pesquisa, sobre a complexidade do cenário editorial brasileiro pós-redemocratização e a limitação de relatos unidirecionais acerca do funcionamento dos grandes grupos de imprensa no Brasil, que nessas acepções estariam exclusivamente a serviço das grandes estruturas de poder econômico e político. Ainda que tenha comprovado a inclinação do *mainstream* midiático por fontes institucionais, a análise da cobertura dos jornais revelou a construção majoritária de narrativas de apoio à campanha, a despeito de diferenças entre os discursos das publicações, com viés descritivo predominante na Folha de São Paulo e uma tendência pró-campanha mais

pronunciada em O Estado de São Paulo. Reconhecemos que os meios de comunicação não são provedores neutros de informação, sendo "instituições híbridas, ao mesmo tempo políticas, econômicas e cultural-profissionais, que estabelecem relações tensas e conflituosas com outros atores sociais". (MAIA, 2008, p.95). Consideramos ainda que a o resultado final das coberturas seja também função de escolhas independentes de profissionais envolvidos no processo de produção noticiosa, que agem segundo padrões de princípios éticos, rotinas práticas e critérios internos caros ao jornalismo. O exemplo do repórter Moacir Assunção, responsável por parte significativa das matérias sobre a campanha em O Estado de São Paulo e que se engajou pessoalmente na iniciativa, mostra como valores e visões de mundo pessoais se fundem a rotinas práticas na lógica jornalística de construção dos enquadramentos profissionais, para além de avaliações conspiratórias e impressionistas que tomam por manipulação coordenada o funcionamento da chamada grande mídia, negligenciando a autonomia relativa dessas instituições.

Consideramos, por fim, que a análise apresentada ao longo desta dissertação permite alguns *insights* sobre as formas como o uso da mídia digital pode alterar as estruturas de oportunidade política para atores da sociedade civil, bem como o próprio caráter das ações coletivas. Julgamos que, no caso analisado, a internet funcionou mais como meio complementar à comunicação de massa do que um meio alternativo à mídia comercial massiva, elevando a capacidade concorrencial da cidadania frente a outros atores envolvidos na disputa por influência sobre o sistema político. Ou seja, comprovou-se, em linha com estudos sobre os impactos da comunicação digital sobre o ativismo político, que o MCCE se beneficiou da internet e de outras mídias digitais para a veiculação direta de material informativo (como nos releases e notícias que compuseram o *corpus* empírico deste trabalho), para a redução de custos de comunicação, para a mobilização de novos membros, para pressão direta sobre a esfera política formal. Mas as práticas de comunicação digital do movimento não se constituíram apartadas do campo mais amplo da mídia massiva, servindo antes como complementos à estratégia principal: obter visibilidade nos meios de comunicação de massa tradicionais. O resultado da análise confirma que a internet vem exercendo um papel significativo na política, embora não a altere por si só. Reforça ainda o contraponto a relatos que concebem a comunicação digital como "mídia alternativa", separada do sistema mais amplo da mídia, quando a internet deve ser compreendida em integração com outras esferas da vida e o próprio domínio da mídia tradicional de massa (DAHLGREN, 2009; DELLA PORTA, 2011; MAIA, 2011). E sem incorrer no determinismo tecnológico típico do início do

debate sobre comunicação digital e ativismo político, reconhecemos que a configuração em rede do MCCE, uma coalizão flexível e horizontal de atores da sociedade civil, sem vínculos hierárquicos e ideológicos densos, é hoje indissociável da estrutura organizacional e operacional das redes digitais. Nesse sentido, acreditamos que a campanha Ficha Limpa colocou em cena uma nova visão de ação coletiva (BIMBER, 2012), levada a cabo por cidadãos incorporados a redes sociais e a ambientes organizacionais complexos, dotados de capacidade de comunicação permanente e que se movem facilmente entre causas políticas e sociais, sem necessariamente nutrir sentimentos de pertencimento a organizações formais e informais às quais estão expostos.

Este trabalho também tem limitações. Por ter enfatizado as interações entre movimentos sociais e mídia, debruçando-se sobre o jogo dos discursos e sentidos emergentes na superfície da visibilidade midiática, não empreendeu análise sobre como membros individuais da audiência apreendem as mensagens em circulação e as processam conformes mapas cognitivos e referências culturais específicas. A própria compreensão do processo de constituição do MCCE como movimento social, a associação de seus militantes a arranjos específicos de crenças, valores, símbolos e sentimentos de pertencimento, pode ainda ser aprofundada em investigações de cunho etnográfico que escaparam ao escopo deste trabalho. Acreditamos, contudo, que o esforço aqui empreendido seja válido, independentemente da aferição de efeitos individuais da cobertura, tarefa que se abre a estudos futuros. Novas pesquisas deverão também investigar novos recortes da trajetória da campanha Ficha Limpa na esfera de visibilidade midiática, contemplando a discussão pós-sanção do projeto e a cobertura engendrada por outros meios de comunicação *offline* e online, de modo a comparar alinhamentos, porosidades e afastamentos entre os discursos. A riqueza desse episódio histórico, a cuja compreensão buscamos contribuir por meio da análise do território simbólico em que se desenvolveu, ainda está longe de ser esgotada.

Iniciamos esta dissertação com um relato pessoal sobre como a campanha Ficha Limpa despertou nossa atenção em meio ao fluxo ininterrupto de imagens e textos dos meios de comunicação. Durante seu desenvolvimento, destacamos como a trajetória da iniciativa na mídia ensejou a supracitada sinergia entre ressonâncias culturais, atividades estratégicas de atores cívicos em busca de projetos para endereçar problemas sociais e práticas jornalísticas do processo de produção noticiosa, comumente associada ao sucesso de enquadramentos de ação coletiva no discurso midiático. Ancorada no apelo a temas proeminentes no ambiente sociopolítico brasileiro recente, marcado por escândalos de corrupção e descrédito crônico da

classe política entre a população, e motivada pela mensagem clara e intuitiva contida em sua expressão chave, a mobilização se alimentou da funcionalidade de seus enquadramentos na promoção de sentimentos de repúdio a indignidades cotidianas da política. Constituiu-se, assim, em um já histórico episódio de experimentação de significados e dificuldades inerentes a um processo de aprofundamento democrático na sociedade brasileira. Chegando, portanto, ao final desta dissertação, recorro novamente a uma inquietação pessoal, agora expressa em indagação: quando conseguirá o país, como na campanha Ficha Limpa, mobilizar tantos atores sociais e avançar na discussão e na construção de enquadramentos de ação coletiva, mas desta vez em torno de temas mais complexos da urgente agenda da reforma política, entendida como reorganização ampla das regras eleitorais e do próprio sistema político brasileiro? Em que medida movimentos sociais e a mídia podem continuar a contribuir com o aperfeiçoamento da ordem democrática no Brasil, com reflexos positivos sobre o comportamento dos atores envolvidos? São questões ainda em aberto que o presente trabalho espera ter colaborado a endereçar.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALEXANDER, Jeffrey C. *The civil sphere*. New York: Oxford University Press, 2006.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, v. 76, p. 49-86, 2009.

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. *Revista Novos Estudos*, São Paulo: Cebrap, n. 79, p. 151-167, nov. 2007.

ASSUNÇÃO, Moacir; ASSUNÇÃO, Marcondes P. *Ficha Limpa – a lei da cidadania* – manual para brasileiros conscientes. Santos: Realejo Livros e Edições, 2010.

AVRITZER, Leonardo. *Sociedade civil e participação social no Brasil*. Texto preparado para a coordenação social do projeto Brasil Três Tempos, 2004.

AVRITZER, Leonardo. *A participação em São Paulo*. São Paulo: Unesp, 2004b.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. In: AVRITZER. Leonardo. (Org.) *Experiências nacionais de participação social*. São Paulo: Cortez, 2009. p. 27-54.

AVRITZER, Leonardo. Modelos de deliberação democrática: uma análise do Orçamento Participativo no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de S. (Org.) *Democratizar a democracia* – os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009b. p. 561-598.

AVRITZER, Leonardo. Governabilidade, sistema político e corrupção no Brasil. In: AVRITZER, Leonardo. FILGUEIRAS, Fernando (Org.) *Corrupção e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 43-62.

AVRITZER, Leonardo. Democracy beyond aggregation: the participatory dimension of public deliberation. *Journal of Public Deliberation*, v.8, n.2, 2012.

AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima. Introdução. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Org.) *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 11-14.

BARISIONE, Mauro. Framing a deliberation - deliberative democracy and the challenge of framing processes. *Journal of Public Deliberation*, v. 8, n. 1, 2012.

BATESON, Gregory. *Steps to an ecology of mind* – collected essays in anthropology, psychiatry, evolution and epistemology. Northvale: Jason Aronson, 1987.

BENFORD, Robert D; SNOW, David A. Framing processes and social movements: an overview and assessment. *Annual Review of Sociology*, v. 26, p. 611-639, ago. 2000.

BENNETT, Walter L. et al. Managing the public sphere: journalistic construction of the great globalization debate. *Journal of Communication*, v. 54, n. 3, p. 437-454, 2004.

BENNETT, Walter L. et al. Digital media and youth engagement. In: SEMETKO, Holli A; SCAMMEL, Margaret (Ed.) *The SAGE Handbook of Political Communication*. New Delhi: SAGE, 2012. p. 127-140.

BIGNOTTO, Newton. Corrupção e opinião pública. In: AVRITZER, Leonardo. FILGUEIRAS, Fernando (Org.) *Corrupção e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 15-42.

BIMBER, Bruce. Digital media and citizenship. In: SEMETKO, Holli A; SCAMMEL, Margaret (Ed.). *The SAGE Handbook of Political Communication*. New Delhi: SAGE, 2012. p. 115-126.

BLUMER, Herbert. *Symbolic interactionism*: perspective and method. Berkeley: University of California Press, 1998.

BLUMLER, Jay G.; GUREVITCH, Michael. Rethinking the study of political communication. In: CURRAN, James; GUREVITCH, Michael (Ed.) *Mass media and society*. 4. ed. London: Hodder Education, 2005. p.104-121.

BLUMLER, Jay G.; GUREVITCH, Michael. *The crisis of public communication*. New York: Routledge, 1995.

BLUMLER, Jay G.; KAVANAGH, Dennis. The third age of political communication: influences and features. *Political Communication*, n. 16, p. 209-230, 1999.

BOHMAN, James. *Public deliberation*: pluralism, complexity and democracy. Cambridge: MIT Press, 1996.

BOULIANNE, Shirley. Does internet use affect engagement? A meta-analysis of research. *Political Communication*, v. 26, p.193-211, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BREUER, Anita; FAROOQ, Bilal. *Online political participation: slacktivism or efficiency increased activism?* Evidence from the brazilian Ficha Limpa campaign. Paper preparado para apresentação na convenção anual da ISA. San Diego, abr. 2012.

BUCY, Erik P.; GREGSON, Kimberly S. Media participation - a legitimizing mechanism of mass democracy. *New Media & Society*, v. 3. n. 3, p. 357-380, 2001.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Combatendo a corrupção eleitoral* – tramitação do primeiro projeto de lei de iniciativa popular aprovado pelo Congresso Nacional. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1999.

CANIGLIA, Beth S.; CARMIN, Joann. Scholarship on social movement organizations: classic views and emerging trends. *Mobilization*, v. 10, n. 2, p. 201-212, 2005.

CAPELLA, Joseph N; JAMIESON, Kathleen H. *Spiral of cynicism*: the press and the public good. New York: Oxford University Press, 1997.

CARVALHO, Maria do Carmo A. A. *Participação social no Brasil hoje*. Pólis Papers, 2. São Paulo: Pólis, 1998. 59 p.

CASTELLS, Manuel. *The internet galaxy: reflections on the internet, business, and society*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

CHONG, Dennis; DRUCKMAN, James N. A theory of framing and opinion formation in competitive elite environments. *Journal of Communication*. v. 1, n. 57, p. 99-118, 2007.

CINNANTI, Cristina J. J. A (des) confiança do cidadão no Poder Legislativo e a qualidade da democracia no Brasil. *E-Legis*, n. 6, 2011.

COELHO, J. G. L. Processo constituinte, audiências públicas e o nascimento de uma nova ordem. In: BACKES, A. L; AZEVEDO, D. B; ARAÚJO, J. C (orgs.) *Audiências públicas na Assembleia Nacional Constituinte*: a sociedade na tribuna. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009. p. 21-47.

COELHO, Vera S. P.; NOBRE, Marcos. Apresentação. In: COELHO, Vera S. P.; NOBRE, Marcos (Org.) *Participação e deliberação* – teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Ed.34, 2004. p. 11-18.

COLEMAN, Stephen; BLUMER, Jay G. *The internet and democratic citizenship*: theory, practice and policy. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

COLEMAN, Stephen; BLUMER, Jay G. The internet and citizenship: democratic opportunity or more of the same? In: SEMETKO, Holli A; SCAMMEL, Margaret (Ed.). *The SAGE Handbook of Political Communication*. New Delhi: SAGE, 2012. p. 141-152.

CROTEAU, David R.; HOYNES, William. *By invitation only*: how the media limit political debate. Monroe: Colmon Courage Press, 1994.

CUFF, E.C. et al. *Perspectives in sociology*. London and New York: Routledge, 2006.

CURRAN, James; GUREVITCH, Michael; WOOLLACOTT, Janet. The study of the media: theoretical approaches. In: GUREVITCH, Michael et al. (Org.) *Culture, Society and the Media*. 3. ed. London: Routledge, 1988. p. 11-29.

D'ANGELO, Paul. KUYPERS, Jim. Introduction: doing news framing analysis. In: D'ANGELO, Paul. KUYPERS, Jim (Ed.) *Doing news framing analysis*: empirical and theoretical perspectives. New York: Routledge, 2010.

D'ANGELO, Paul. Studying framing in politicam communication with an integrative approach. *American Behavioral Scientist*, v. 56, n. 3, p. 353-364, 2012.

DAHLGREN, Peter. *Media and political engagement*: citizens, communication and democracy. New York: Cambridge University Press, 2009.

DAHLGREN, Peter. The internet, public spheres and political communication: dispersion and deliberation. *Political Communication*, v. 22, n. 2, p. 147-162, 2005.

DALMONTE, Edson. Discurso e mobilização social no contexto das tecnologias interativas: a emergência de múltiplas esferas argumentativas. *Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 13-31, maio 2012.

DAVISON, William P. The third-person effect in communication. *Public Opinion Quartely*, v. 47, 1983, p. 1-15.

DE FLEUR, Melvin L. *Theories of Mass Communication*. New York: McKay, 1970.

DE VREESE, Claes H. News framing theory and typhology. *Information Design Journal + Document Design, v. 13,* n. 1, p. 51-62, 2005.

DE VREESE, Claes. H. The effects of journalistic news frames. In: D'ANGELO, Paul. KUYPERS, Jim (Ed.) *Doing news framing analysis*: empirical and theoretical perspectives. New York: Routledge, 2010.

DELGADO, Lucília A. N; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge L.; DELGADO, Lucília A. N. (Org.) *O Brasil republicano* – o tempo da ditadura – regime militar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 93-134.

DELLA PORTA, Donatella. Communication in movement. *Information, Communication and Society*. v. 14, n. 6, p. 800-819, 2011.

DELLA PORTA, Donatella; MOSCA, Lorenzo. Global-net for global movements? A network of networks for a movement of movements. *Journal of Public Policy*. v. 25, n. 1, p. 165-190, 2005.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. *Social movements: an introduction*. Malden: Blackwell, 2006.

DELLI CARPINI, Michael X. Entertainment media and the political engagement of citizens. In: SEMETKO, Holli A; SCAMMEL, Margaret (Ed.). *The SAGE Handbook of Political Communication*. New Delhi: SAGE, 2012. p. 9-21.

DONK, Win V de. et al. Introduction: social movements and ICTs. In: DONK, Win. V de et al. (Ed.) *Cyberprotest*. New media, citizens and social movements. London: Routledge, 2007. p. 1-26.

DOWNS, Anthony. Up and down with ecology: the "issue-attention cycle". *The Public Interest*, Washington, v. 28, p. 38-50, 1972.

DRUCKMAN, James N. Evaluating framing effects. *Journal of Economic Psychology*, v. 22, p. 91-201, 2001.

ENTMAN, Robert M.; MATTHES, Jörg; PELLICANO, Lynn. Nature, sources and effects of news framing. In: WAHL-JORGENSON, Karin; HANITZSCH, Thomas (Ed.) *Handbook of Journalism Studies*. New York: Routledge, 2009. p. 175-190.

ENTMAN, Robert. Framing: toward a clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, Oxford, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

FERREE, Myra M. The political context of rationality: rational choice theory and resource mobilization. In: MORRIS, Aldon D.; MUELLER, Carol M. (Ed.) *Frontiers in social movement theory*. New Haven: Yale University Press, 1992. p. 29-52.

FERREE, Myra M. et al. *Shaping abortion discourse* – democracy and the public sphere in Germany and the United States. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

FLETCHER, Fred; YOUNG, Mary L. Political communication in a changing media environment. In: SEMETKO, Holli A; SCAMMEL, Margaret (Ed.). *The SAGE Handbook of Political Communication*. New Delhi: SAGE, 2012. p. 36-48.

FRANÇA, Vera R. V. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? In: MOTTA, Luiz. G; WEBER, Maria. H; PAIVA, Raquel (Org.). *Estratégias e culturas da comunicação.* Brasília: UnB, 2002. p. 13-29.

FRANÇA, Vera. R. V. Teoria (s) da comunicação: busca de identidade e de caminhos. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p.138-152. jul./dez. 1994.

GAMSON, William. Bystanders, public opinion and the media. In: SNOW, David A. et al. (Ed.) *The Blackwell companion to social movements.* Oxford: Blackwell, 2004. p. 242-261.

GAMSON, William. *Falando de política*. Tradução de Ângela Cristina Salgueiro Marques. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GAMSON, William. The social psychology of collective action. In: MORRIS, Aldon D.; MUELLER, Carol M. (Ed.) *Frontiers in social movement theory*. New Haven: Yale University Press, 1992. p.53-76.

GAMSON, William; LASCH, Kathryn E. *The political culture of social welfare policy*. Ann Arbor: University of Michigan, Center for Research on Social Organization Working Paper 242, 1981.

GAMSON, William; MEYER, David S. Framing political opportunity. In: McADAM, Doug; McCARTHY, John. D.; ZALD, Mayer. N. (Ed.) *Comparative perspectives on social movements* – political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 275-290.

GAMSON, William; MODIGLIANI, Andre. Media discourse and public opinion on nuclear

power: a constructionist approach. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 95, n. 1, p. 1-37, jul. 1989.

GAMSON, William; MODIGLIANI, Andre. The changing culture of affirmative action. In: BRAUNGART, Richard G; BRAUNGART, Margaret M. (Ed.) *Research in political sociology*. v. 3, Greenwich: JAI Press, 1987.

GAMSON, William; WOLFSFELD, Gadi. Movements and media as interacting systems. In: DALTON, Russell (Ed.) Citizens, protest and democracy. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*. v. 528, p.114-125, 1993.

GANS, Herbert J. *Deciding what's news*: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time. New York: Vintage, 1979.

GAVENTA, John. Prefácio. In: COELHO, Vera S. P.; NOBRE, Marcos (Org.) *Participação e deliberação* – teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Ed.34, 2004. p. 7-9.

GERBNER, George. Cultivation analysis: an overview. *Mass Communication & Society*. v. 1 (3/4), p.175-194, 1998.

GERBNER, George; GROSS, Larry. *Living with television*: the violence profile. *Journal of Communication*, v. 26, n. 2, p. 172–194, 1976.

GITLIN, Todd. *The whole world is watching*: mass media in the making and unmaking of the New Left. Berkeley: University of California Press, 2003.

GOFFMAN, Erving. *Frame analysis*: an essay on the organization of experience. Boston: Northeastern University Press, 1974.

GOHN, Maria da G. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOHN, Maria da G. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 3. ed. São Paulo, Loyola, 2010.

GOHN, Maria da G. *Teorias dos movimentos sociais*. 7. ed. São Paulo, Loyola, 2008.

GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. *Revista Fronteiras*, São Leopoldo, v. 8, n.3, p. 214-222, 2005.

GOMES, Wilson. *A participação política online realmente importa para a democracia?* Hipóteses e questões de trabalho. 2012. (Inédito).

GOMES, Wilson. Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política. In: MAIA, Rousiley C.M.; CASTRO, Maria. C. P. S (Org.). *Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 49-62.

GOMES, Wilson. Da discussão à visibilidade. In: MAIA, Rousiley. C. M.; GOMES, Wilson. (Ed.) *Comunicação e democracia:* problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008. p. 117-162.

GOMES, Wilson. Internet e participação política em sociedades democráticas. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 27, p. 58-78, 2005b.

GOMES, Wilson et al. *Democracia digital no Brasil:* as características da e-participação no Estado brasileiro. 2012. (Inédito).

GRAHAM, Todd; HAJRU, Auli. Reality TV as a trigger of everyday political talk in the net-based public sphere. *European Journal of Communication*, v. 26, n. 1, p. 18-32, mar.2011.

GUREVITCH, Micahel; BLUMLER, Jay G. Political communication systems and democratic values. In: LICHTENBERG, Judith. (Ed.) *Democracy and the mass media*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 269–289.

GUSFIELD, Joseph R. The reflexivity of social movements: collective behavior and mass society theory revisited. In: LARAÑA, Enrique et al. *(*Ed.) *New social movements:* from ideology to identity. Philadelphia: Temple University Press, 1994. p. 58-78.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública:* investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad. F. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS*,* Jürgen. *Direito e democracia* - entre facticidade e validade*.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS*,* Jürgen. Political communication in media society: does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. *Communication Theory*, v. 16, 2006. p. 411-426.

HALL, Stuart. The rediscovery of 'ideology': return of the repressed in media studies. In: GUREVITCH, Michael et al. (Org.) *Culture, Society and the Media*, 3. ed. London: Routledge, 1988. p.56-90.

HELD, David. *Models of democracy*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

HUNT, Scott A. et al. Identity fields: framing processes and the social construction of movement identities. In: LARAÑA, Enrique et al. (Ed.) *New social movements:* from ideology to identity. Philadelphia: Temple University Press, 1994. p. 185-208.

IYENGAR, Shanto. *Is anyone responsible?* How television frames political issues. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

JANCOVICH, Mark. David Morley, los estudios de 'Nationwide'. In: BARKER, Martin; BEEZER, Anne. (Org.) *Introducción a los estudios culturales*. Barcelona: Bosch Casa Editorial, 1994.

JASPER, James M. *The art of moral protest:* culture, biography and creativity in social movements. Chicago: University of Chicago Press, 1997.

KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. Choices, values, and frames. *American Psychologist*, n. 39, p. 341-350, 1984.

KATZ, Elihu; BLUMLER, Jay G.; GUREVITCH, Michael. Usos y gratificaciones de la comunicación de masas. In; MORAGAS, Miguel de (Ed.) *Sociologia de la comunicación de masas:* V.II – estructura, funciones y efectos. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1985.

KLANDERMANS, Bert. The social construction of protest and multiorganizational fields. In: MORRIS, Aldon D.; MUELLER, Carol M. (Ed.). *Frontiers in social movement theory*. New Haven: Yale University Press, 1992. p. 77-103.

KLANDERMANS, Bert; GOSLINGA, Sjoerd. Media discourse, movement publicity and the generation of collective action frames: theoretical and empirical exercises in meaning construction. In: McADAM, Doug; McCARTHY, John. D.; ZALD, Mayer. N. (Ed.) *Comparative perspectives on social movements* – political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 312-337.

KOSICKI, Gerald M. Problems and opportunities in agenda-setting research. *Journal of Communication,* v. 43, n. 2, 1993, p. 100-127.

KRIESI, Hanspeter. *New social movements in western Europe*: a comparative analysis. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1995.

LAZARSFELD, Paul F; MERTON, Robert K. Mass communication, popular taste and organized social action. In: MARRIS, Paul; THORNHAM, Sue. *Media studies*: a reader. New York: New York University Press, 2002. p.19-30.

LAZARSFELD, Paul. F; BERELSON, Bernard; GAUDET, Hazel. *The people's choice*: how the voter makes up his mind in a presidential election. New York: Columbia University Press, 1948 (1944).

LE BON, Gustave. *The crowd*: a study of the popular mind. Kitchener: Batoche Books, 2001 [1896].

MAIA, Rousiley C. M. Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação. In: MOTTA, Luiz. G; WEBER, Maria. H; PAIVA, Raquel (Org.). *Estratégias e culturas da comunicação.* Brasília: UnB, 2002. p.107-127.

MAIA, Rousiley. C. M.; FRANÇA, Vera R. V. A comunidade e a conformação de uma abordagem comunicacional dos fenômenos. In: LOPES, Maria I. V. *Epistemologia da Comunicação*. São Paulo: Loyola, 2003. p. 187-204.

MAIA, Rousiley C. M. *Visibilidade e accountability*: o evento do ônibus 174. Texto apresentado no XIII Encontro Anual da Compós. São Bernardo do Campo, 2004.

MAIA, Rousiley. C. M. Mídia e deliberação: atores críticos e o uso público da razão. In: MAIA, Rousiley. C.M; CASTRO, Maria. C. P. S (Org.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p.153-179.

MAIA, Rousiley. C. M. Deliberative democracy and public sphere typology. *Estudos em Comunicação*, n. 1, p. 69-102, 2007.

MAIA, Rousiley. C. M. Deliberação e mídia. In: MAIA, Rousiley. C. M. (Coord.). *Mídia e deliberação*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 94-122.

MAIA, Rousiley. C. M. Introdução. In: MAIA, Rousiley. C. M. (Coord.). *Mídia e deliberação*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008b.

MAIA, Rousiley. C. M. Visibilidade midiática e deliberação pública. In: MAIA, Rousiley. C. M.; GOMES, Wilson. *Comunicação e democracia:* problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008c. p. 165-194.

MAIA, Rousiley C. M. Atores da sociedade civil e ação coletiva: relações com a comunicação de massa. *Lua Nova*, São Paulo, v. 76, p. 87-118, 2009.

MAIA, Rousiley C. M. Mediated deliberation: the 2005 referendum for banning firearm sales in Brazil. *The International Journal of Press/Politics*, v. 14, n. 3, p. 313-334, 2009b.

MAIA, Rousiley C. M. Internet e esfera civil: limites e alcances da participação política. In: MAIA, Rousiley C. M; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco P. J. A. (Org.) *Internet e Participação Política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 47-94.

MARQUES, Francisco P. J. A. *Participação política e internet*: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso do estado brasileiro. 2008. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós- Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

MATTHES, Jörg. Framing politics: an integrative approach. *American Behavioral Scientist*, v. 56, n. 3, p. 247-259, 2012.

MATTHES, Jörg. What's in a frame? A content analysis of media framing studies in the world's leading communication journals, 1990-2005. *Journalism and Mass Communication Quaterly*. v. 86, n. 2. p. 349-367, jun. 2009.

McADAM, Doug et al. Introduction: opportunities, mobilizing structures, and framing processes – toward a synthetic, comparative perspective on social movements. In: McADAM, Doug; McCARTHY, John. D.; ZALD, Mayer. N. (Ed.) *Comparative perspectives on social movements* – political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 1-20.

McADAM, Doug. Conceptual origins, current problems, future directions. In: McADAM, Doug; McCARTHY, John. D.; ZALD, Mayer. N. (Ed.) *Comparative perspectives on social movements* – political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 23-40.

McADAM, Doug. *Political process and the development of black insurgency,* 1930-1970. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer D. Resource mobilization and social movements: a partial theory. *The American Journal of Sociology*, v. 82, n. 6, p. 1212-1241, may 1977.

McCARTHY, Jonh D.; SMITH, Jackie; ZALD, Mayer N. Accessing public, media, electoral

and governmental agendas. In: McADAM, Doug; McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (Ed.) *Comparative perspectives on social movements* – political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 291-311.

McCOMBS, Maxwell. *A teoria da agenda*: a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2009.

McCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. L. The agenda setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, n. 36, p.176-185, 1972.

MELUCCI, Alberto. *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*, São Paulo, v. 17, p. 49-66, jun. 1989.

MENDONÇA, Ricardo F. Reconhecimento e deliberação: as lutas das pessoas atingidas pela hanseníase em diferentes âmbitos interacionais. Tese (Doutorado em Comunicação Social) — FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MENDONÇA, Ricardo. F. A mídia e a transformação da realidade. *Comunicação e Política*, v.24, n.2, p.7-37, nov. 2006.

MENDONÇA, Ricardo F.; MAIA, Rousiley C. M. Atores coletivos e participação: o uso da razão pública em diferentes âmbitos interacionais. In: MAIA, Rousiley. C. M. (Coord.). *Mídia e deliberação*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 125-164.

MENEGUELLO, Rachel. O lugar da corrupção no mapa de referências dos brasileiros: aspectos da relação entre corrupção e democracia. In: AVRITZER, Leonardo. FILGUEIRAS, Fernando (Org.) *Corrupção e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 63-82.

MERTON, Robert K. *Social theory and social structure*. 4. ed. New York: The Free Press, 1968.

MICHILES, Carlos et al. *Cidadão Constituinte*: a saga das emendas populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MIDLEJ, Suylan de A. *Redes de movimentos sociais e o resgate da esfera pública*. Trabalho apresentado no V Enapegs – Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social. Florianópolis, maio 2011.

MILNER, Henry. Political knowledge and participation among young canadians and americans. *IRPP Working Paper Series*, n.1, 2007.

MOISÉS, José A.; CARNEIRO, Gabriela P. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime – o caso do Brasil. In: MOISÉS, José A. (Org.) *Democracia e confiança* – por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? São Paulo: Edusp, 2010. p. 149-184.

MORAES, Mário Sérgio de. *O ocaso da ditadura*. São Paulo: Barcarolla, 2006.

MUELLER, Carol M. Building social movement theory. In: MORRIS, Aldon D.; MUELLER, Carol M. (Ed.) *Frontiers in social movement theory*. New Haven: Yale University Press, 1992. p. 3-25.

NEVES, Flora. *Telejornalismo e poder nas eleições presidenciais*. São Paulo: Summus, 2008.

NISBET, Matthew C.; HUGE, Mike. Attention cycles and frames in the plant biotechnology debate: managing power and participation through the press/policy connection. *The International Journal of Press/Politics*, v. 11, n. 2, p. 3-40, 2006.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. The spiral of silence: a theory of public opinion. *Journal of Communication*, v. 24, p. 43-51, 1974.

NORRIS, Pippa. *A virtuous circle*: political communications in postindustrial societies. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

OLIVEIRA, Catarina T. F; FERREIRA, Zoraia N. D. Os movimentos sociais na rede: produção de notícias e valorização de sujeitos. *Revista Pj:Br*. n. 9, dez. 2007.

OLSON, Mancur. *The logic of collective action*: public goods and the theory of groups. Cambridge: Harvard University Press, 1965.

PAN, Zhongdang; KOSICKI, Gerald M. Framing as strategic action in public deliberation. In: REESE, Stephen; GANDY JR, Oscar H; GRANT, August E. (Ed.) *Framing public life*: perspectives on media and our understanding of the social life. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 2001. p. 35-66.

PAPACHARISSI, Zizi. The virtual sphere 2.0. The internet, the public sphere and beyond. In: CHADWICK, Andrew; HOWARD, Philip. (Ed.) *Routledge Handbook of Internet Politics*. New York: Taylor & Francis, 2008. p. 230-245.

PEREIRA, Marcus A. G. Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital. *Teoria e Sociedade*, v. 2, n. 18, p. 10-33, jul./dez. 2010.

PEW RESEARCH CENTER. *The state of the news media 2008* – an annual report on American journalism. 2008. Disponível em: <http://stateofthemedia.org/2008/>. Acesso em: 13. set. 2012.

PEW RESEARCH CENTER. *The state of the news media 2012* – an annual report on American journalism. 2012. Disponível em: <http://stateofthemedia.org>. Acesso em: 12. set. 2012.

PICARD, Robert G. Research note: assessing audience performance of public service broadcasters. *European Journal of Communication*, v. 17, n. 2, p. 227-235, 2002.

PRICE, Vincent; TEWKSBURY, David. News values and public opinion: A theoretical account of media priming and framing. In: BARNETT, George A.; BOSTER, Franklin J. (Ed.). *Progress in communication sciences*. Norwood: Ablex, 1997.

PUTNAM, Robert. Bowling alone: America´s declining social capital. *Journal of Democracy*, p. 65-78, jan. 1995.

QUÉRÉ, Louis. 1991. De um modelo epistemológico da comunicação a um modelo praxiológico. Tradução de Vera Lígia Westin e Lúcia Lamounier. [Original: D'um modele épistemologique de la communication à um modele praxéologique. *Réseaux*, n. 46/47, Paris: Tekhné, mar./abr. 1991.]

REESE, Stephen. Framing public life: a bridging model for media research. In: REESE, Stephen; GANDY JR, Oscar H; GRANT, August E. (Ed.) *Framing public life*: perspectives on media and our understanding of the social life. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 2001. p. 7-33.

REIS, Márlon J. O princípio constitucional da proteção e a definição legal das inelegibilidades. In: REIS, Márlon. J.; CASTRO, Edson R. de; OLIVEIRA, Marcelo R. de (Coord.) *Ficha Limpa interpretada por juristas e responsáveis pela iniciativa popular*. Bauru: Edipro, 2010. p. 23-54.

RINKE, Eike M. et al. *Deliberative qualities of news frames*: assessing the democratic value of strategic game and contestation framing in election campaign coverage. 2012. (Inédito).

RUCHT, Dieter. The quadruple 'A': media strategies of protest movements since the 1960s. In: DONK, Win. V de et al. (Ed.) *Cyberprotest*. new media, citizens and social movements. London: Routledge, 2007. p. 29-56.

RYAN, Charlotte. *Prime time activism*: media strategies for grassroots organizing. Boston: South End Press, 1991.

SACHS, Natan. Freedom of the press, democracy and democratization. Paper apresentado na convenção anual nacional da MPSA. Chicago, abr. 2007. Disponível em:<http://citation.allacademic.com/meta/p_mla_apa_research_citation/1/9/9/3/6/pages199369/p199369-1.php>. Acesso em: 11 out. 2012.

SÁDABA, Teresa. *Framing: el encuadre de las noticias* - el binômio terrorismo-medios. Buenos Aires: La Crujía Ediciones, 2007.

SAMPAIO, Rafael. C. Participação e deliberação na internet: um estudo de caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. 2010. 191 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2010.

SARTORI, Giovanni. *Homo videns*. La sociedad teledirigida. Buenos Aires: Taurus, 1998.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo, Loyola, 2011.

SCHEUFELE, Dietram A. Framing as a theory of media effects. *Journal of Communication*. v. 1, n. 49, p.103-122, 1999.

SCHUCK, Andreas R. T.; de VREESE, Claes H. Between risk and opportunity: news framing

and its effects on public support for EU enlargement. *European Journal of Communication*, v. 21, n. 1, p. 5-32, 2006.

SEMETKO, Holli A; VALKENBURG, Patti M. Framing european politics: a content analysis of press and television news. *Journal of Communication*, v. 2, n. 50, p. 93-109, 2000.

SHAW, Dhavan V. et al. Specificity, complexity and validity: rescuing experimental research on framing effects. In: D'ANGELO, Paul. KUYPERS, Jim (Ed.) *Doing news framing analysis*: empirical and theoretical perspectives. New York: Routledge, 2010.

SHIRKY, Clay. Falling geometry. *Columbia Journalism Review*, set./out. 2012. Disponível em: <http://www.cjr.org/cover_story/failing_geometry.php>. Acesso em: 7 set. 2012.

SHOEMAKER, Pamela; REESE, Stephen. *Mediating the message*: theories of influence on mass media content. New York: Longman, 1996.

SILVA, Francisco C. T. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge L.; DELGADO, Lucília A. N. (Org.) *O Brasil republicano* – o tempo da ditadura – regime militar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 243-282.

SILVA, Marcos G. F. da. *A economia política da corrupção no Brasil*. São Paulo, Senac: 2001.

SNOW, David A. et al. Frame alignment processes, micromobilization and movement participation. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 51, p. 464-481, 1986.

SNOW, David A. Framing processes, ideology and discursive fields. In: SNOW, David A et al. (Ed.) *The Blackwell companion to social movements.* Oxford: Blackwell, 2004. p. 380-412.

SNOW, David A; BENFORD, Robert D. Ideology, frame resonance and participant mobilization. In: KLANDERMANS, Bert et al. (Ed.) *From structure to action*: social movement participation across cultures. Greenwich: JAI Press, 1988. p.197-217.

SNOW, David A; BENFORD, Robert D. Master frames and cycles of protest. In: MORRIS, Aldon D.; MUELLER, Carol M. (Ed.) *Frontiers in social movement theory*. New Haven: Yale University Press, 1992. p. 133-155.

SOUSA, José M. de. *O combate à corrupção eleitoral no Brasil*: mobilização social e eficácia da lei 9.840/99. Monografia apresentada ao PRODEP-UFMG, como parte dos requisitos para obtenção de título de especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. Belo Horizonte, 2010.

STAGGENBORG, Susan. The consequences of professionalization and formalization in the pro-choice movement. *American Sociological Review*, v. 53, n. 4, Aug 1988, p. 585-605.

STROMER-GALLEY, Jennifer. Measuring deliberation´s content: a coding scheme. *Journal of Public Deliberation*, v. 3, n. 1, 2007.

TAKESHITA, Toshio. Exploring the media's roles in defining reality: from issue-agenda setting to atribute-agenda setting. In: McCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald L.; WEAVER, David (Ed.) *Communication and democracy*: exploring the intellectual frontiers in agenda-setting theory. London: Lawrence Erlbaum, 1997. p. 15-28.

TANKARD, James W. The empirical approach to the study of media framing. In: REESE, Stephen; GANDY, Oscar H; GRANT, August E. (Ed.) *Framing public life*: perspectives on media and our understanding of the social life. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 2001. p. 95-105.

TARROW, Sidney. *Democracy and Disorder*: Protest and Politics in Italy, 1965–1974. New York: Oxford University Press, 1989.

TARROW, Sidney. *Power in movement*: social movements, collective action and politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

TEIXEIRA, Etenaldo C. (Coord.) *Sociedade Civil na Bahia*. Papel Político das Organizações. Salvador: Edufba, 2008.

TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. Ann Arbor: University of Michigan, Center for Research on Social Organization Working Paper 156, 1977.

TOURAINE, Alan. *The voice and the eye:* an analysis of social movements. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

TRAQUINA, Nelson. O estudo do jornalismo no século XX. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

TUCHMAN, Gaye. *Making News*. A study in the construction of reality. New York: The Free Press, 1978.

TURNER, Ralph H; KILLIAN, Lewis M. *Collective behavior*. 3. ed. New Jersey: Prenctice-Hall, 1987.

VALKENBURG, Patti M. et al. The effects of news frames on readers' thoughts and recall. *Communications Research, n. 26,* p. 550-569, 1999.

VAN LAER, Jeroen; VAN AELST, Peter. Internet and social movement action repertoires: opportunities and limitations. *Information, Communication and Society*, p. 1-26, 2010.

VEGH, Sander. Classifying forms of online activism: the case of cyberprotests against the World Bank. In: McMaughey, Martha; AYERS, Michael D. (Ed.) *Cyberactivism*. Online Activism in Theory and Practice. New York: Routledge, 2003. p. 71-96.

VERSIANI, Maria Helena. *Cartas cidadãs*. Comunicação apresentada no XIII Encontro de História da Anpuh – Rio de Janeiro. 2008.

VERSIANI, Maria Helena. Uma República na Constituinte (1985-1988). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, n. 60, p. 233-252, 2010.

VIMIEIRO, Ana Carolina; DANTAS, Marcela. Entre o implícito e o explícito: proposta para a análise de enquadramentos da mídia. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora*. v. 3, n. 2, dez. 2009.

VLIEGENTHART, Rens; WALGRAVE, Stefaan. The interdependency of mass media and social movements. In: SEMETKO, Holli A; SCAMMEL, Margaret (Ed.). *The SAGE Handbook of Political Communication*. New Delhi: SAGE, 2012. p. 387-398.

WAMPLER, Brian; AVRITZER, Leonardo. Públicos participativos: sociedade civil e novas instituições no Brasil democrático. In: COELHO, Vera S. P.; NOBRE, Marcos (Org.) *Participação e deliberação* – teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Ed.34, 2004. p. 210-238.

WHITAKER, Chico. *A cada dez anos, um passo*. Le Monde Diplomatique Brasil. nov. 2009.

WILSON, John. *Introduction to social movements*. New York: Basic Books, 1973.

WOLTON, Dominique. *Pensar la comunicación.* Buenos Aires: Prometeo, 2007.

ZALD, Mayer .Z. Culture, ideology and strategic framing. In: McADAM, Doug; McCARTHY, John. D.; ZALD, Mayer. N. (Ed.) *Comparative perspectives on social movements* – political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 261-274.

ZUO, Jiping; BENFORD, Robert D. Mobilization processes and the 1989 Chinese democracy movement. *The Sociological Quaterly,* v. 36, p. 131–56, jan. 1995.